

FERNANDO SERGIO DUMAS DOS SANTOS

OS CABOCLOS DAS ÁGUAS PRETAS:
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO NO SÉCULO XX

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do(a)
Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
11 / Dezembro / 2003

200405808

BANCA

Prof. Dr. (orientador) Sidney Chalhoub

Prof. Dra. (membro) Ana Maria Mauad Essus

Prof. Dr. (membro) Robin Wright

Prof. Dr. (membro) Francisco Foot Hardman

Prof. Dr. (membro) Robert Wayne A. Slenes

Prof. Dra. (suplente) Maria Clementina Pereira da Cunha

Prof. Dr. (suplente) Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Dezembro/2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	SA590
V	EX
TOMBO BC/	56889
PROC.	101 117104
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	20/10/2004
Nº CPD	

CM00193296-5

Bib id 308429

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Sa 59 c Santos, Fernando Sergio Dumas dos
Os Caboclos das Águas Pretas: saúde, ambiente e trabalho no século XX / Fernando Sergio Dumas dos Santos. - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Saúde. 2. Meio ambiente. 3. Trabalho. 4. Sociedades.
5. Cultura popular. 6. Amazônia – História. I. Chalhoub, Sidney.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

“Não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura. E o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise, planejado”.

Edward Palmer Thompson, 1998.

Resumo

Nesta pesquisa estarei observando e analisando historicamente o processo de construção de estratégias de saúde, pela população cabocla que habita o Médio Rio Negro (na Amazônia brasileira), ao longo do século XX. O conceito de saúde aqui proposto privilegia as relações entre as atividades humanas e o ambiente, compreendendo tanto o uso dos recursos da floresta e as práticas que lhes são articuladas, quanto o impacto do modo de vida caboclo sobre o ambiente que o envolve. Este trabalho se construiu a partir da análise de um conjunto de histórias de vida dos caboclos rionegrinos, coletadas em uma experiência etnográfica, concatenadas a outros tipos de fontes, documentais e bibliográficas. Através deste método, constatei que os elementos tradicionais das culturas locais permanecem como dominantes, mesmo quando os instrumentos e os *modi operandi* da medicina ocidental se acham disponíveis para a população.

Abstract

At this research I will be observing and analysing historically the construction process of health strategies, by the *caboclos* from the Middle Negro River (Brazilian Amazon) in the XXth Century. The health concept used privileges the relations between human activities and the environment, including the use of forest resources with the practices that are articulated to them, and impact of the *caboclo*'s way of life over the environment. This work was builded from the analyse of an ensemble of life histories from the people who lives there, collected from an ethnographic experience, connected to other sources types, archivistic and bibliographic ones. Through this method, I verified that the traditional elements from the local cultures remain dominant, even in the situations where exists the western medicine resources.

Agradecimentos

A dificuldade em agradecer aos que auxiliam este tipo de trabalho é a de esquecer, involuntariamente, alguém. Tentarei não fazê-lo, porém aos que se sentirem excluídos, de antemão desculpo-me.

Inicialmente, agradeço a Araci Lisboa, minha companheira de muitos anos e muitas viagens (acadêmicas, pessoais, familiares, etc.) e aos meus lindos filhos Arthur e Guilherme, por tudo quanto fizeram para apoiar este trabalho. A eles e ao meu querido mestre Marcos Waldemar de Freitas Reis (que, lá de cima, sabe o quanto contribuiu para que eu chegasse até aqui) eu dedico esta Tese.

Devo muitos agradecimentos à Casa de Oswaldo Cruz, em especial à sua diretora, Nísia Trindade Lima, que tão cuidadosamente tem lido e comentado meus trabalhos, incluindo este. E também à chefia do Departamento de Pesquisa (onde desenvolvo minhas atividades profissionais), nas pessoas de Nara Azevedo e Flávio Edler, pelo apoio logístico incondicional que me deram, fundamental para a conclusão desta etapa.

À minha amiga e companheira de trabalho, Tania Maria Fernandes, sempre disposta a ouvir minhas dúvidas e meus “pensamentos em voz alta”, contribuindo, sempre, de maneira inteligente. Aos bolsistas, Bia Ferreira, Rita Fernandes, Letícia Pumar e Rômulo de Paula, que me auxiliaram em diversas tarefas, desde levantamentos e sistematizações de fontes e bibliografia, até transcrições de entrevistas.

Aos entrevistados que, com paciência, dedicação e cumplicidade, narraram-me fatos e episódios, lembrando de sua vida e de seu trabalho, auxiliando-me a construir uma teia

com suas dúvidas, certezas e sonhos, apontando-me estratégias para compreender o universo caboclo.

A Sidney Chalhoub, que aceitou ser meu orientador, assumindo a responsabilidade de partilhar e direcionar a elaboração deste estudo, com brilhantismo e paciência.

Ainda na Unicamp, agradeço a Robert Slenes e Francisco Foot Hardman, que, na qualidade de membros da Banca de Qualificação, contribuíram para colocar o texto definitivamente nos eixos. Em especial ao Prof. Bob Slenes, pela contribuição bibliográfica, de inestimável valor para o último capítulo.

A Ana Maria Mauad, leitora crítica, num primeiro momento, que concordou em participar da Banca Examinadora, fazendo-o com o carinho daqueles que sabem a importância deste momento.

Aos amigos da Casa de Oswaldo Cruz, que compartilharam comigo angústias e alegrias com as histórias amazônicas que povoavam meu imaginário.

Aos amigos que não me abandonaram, mesmo quando eu, premido pela incompatibilidade entre o tempo e os prazos da vida acadêmica, me negava a comparecer às atividades lúdicas, tão abundantes nesta cidade maravilhosa.

E, finalmente, ao meu pai, Fernando (um amazônida orgulhoso dos rumos que o trabalho do filho tomou), e a minha mãe, Eva, fundamentais na minha vida.

Índice

Introdução	11
Capítulo Primeiro: Os caboclos do Rio Negro	37
1- Interculturalidade	45
1.1 Os nordestinos	
1.2 Os portugueses	
2- A vida em movimento	68
3- Paisagens da memória	85
<hr/>	
Capítulo Segundo: O mundo do trabalho	95
1- O ambiente da produção	96
1.1 As unidades de produção	
1.2 A mobilidade do aparelho produtivo	
2- A cultura do aviamento	127
3- As relações de trabalho: o patrão e o freguês	156
3.1 Os patrões	
3.2 Os fregueses	
Capítulo Terceiro: O universo da saúde e das curas	195
1- O universo da saúde	198
2- O universo da cura	225
3- Os “remédios do mato” e os “remédios da farmácia”	247
Epílogo	261
Fontes e Bibliografia	265

Introdução

“A humanidade desbordara dos velhos continentes. Todas as devassas do sertão eram o instinto da espécie dilatando as fronteiras universais necessárias à expansão da vida. Era chegada a vez das últimas reservas virgens da América”.¹

Esta foi a epígrafe cunhada por Menotti Del Picchia, em 1930, para abrir sua fantástica aventura de ficção científica na selva amazônica. A compreensão que os intelectuais faziam da floresta, naquele momento, trazia, implícitos, os signos do desconhecimento do sertão e da necessidade vital de dominar estes territórios. Os acontecimentos vivenciados pelo Capitão Fragoso e pelo Cabo Maneco incluíam a visão da natureza crua, com as descrições de animais da floresta, às vezes travando as batalhas de suas vidas, ataques e rituais indígenas, desenhados como selvagens e antropófagos, paisagens rústicas, onde a idéia do “inferno verde”, cunhada por Euclides da Cunha,² extravasava seus significados: “mistério verde”, “toçaia verde”.³ O clímax se dava na “República 3.000”, uma cidade futurística, implantada em plena selva e protegida por uma fronteira “fronteira elétrica”. Suas paisagens eram compostas por “cubos metálicos, cheios de janelas, obedecendo a uma rigorosa simplificação geométrica, desenhando as retas largas e imensas das ruas pavimentadas de metal”.⁴ Nada que agradasse aos heróicos “soldados brasileiros”, como ambos se intitulavam.⁵ Uma civilização que “abolira a roda.

¹ Del Picchia, Menotti. *A República 3.000*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 11.

² Cunha, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis: Vozes, 1976.

³ Del Picchia, Menotti. *A República 3.000*. Op. cit., pp. 15 e 17, respectivamente.

⁴ Idem, pp. 40/41.

⁵ Idem, p. 41.

Com ela a indústria e o combustível”,⁶ e onde a ordem social era “uma questão simples de educação e de higiene”.⁷

Quando li este romance pela primeira vez, no começo da adolescência, fiquei fascinado. Todos os ingredientes de uma grande aventura despontavam ali. Por inúmeras vezes, coloquei-me no cerne dos acontecimentos, ora tomando o lugar do Capitão Fragoso, ora invadindo aquela cidade com minha própria turma, no melhor estilo das peripécias dos “Meninos da Rua Paulo”,⁸ e salvando a bela Raymi (a “filha do Inca”).⁹ O tempo passou e, com ele, vieram muitas aventuras verdadeiras. Mas eu não imaginava que um dia fosse me internar nas matas amazônicas, singrando suas artérias fluviais, em expectativa semelhante àquela, vivenciada por Fragoso e Maneco. Não encontrei rastros alienígenas, nem travei batalhas de vida ou morte. Contudo, tomando parte em uma expedição científica cujo foco principal era a análise das condições de saúde da população cabocla, nas suas relações com os processos de trabalho e de interação com o meio-ambiente, me foi possível observar os resultados de alguns dos “encontros de sociedades” reais, que tiveram lugar na Amazônia.¹⁰ Assim, o trabalho que ora apresento deriva de descobertas feitas no campo, contextualizadas e compatibilizadas por acervos e trabalhos históricos que moldaram o resultado final.

Esta narrativa se concentrará sobre o Rio Negro, afluente da margem esquerda do Solimões, mais especificamente, sobre as populações que habitam a parte média de seu curso, compreendendo as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel, e mais o

⁶ Idem, p. 43. Ao refletir sobre isso, Fragoso pensa: “Grande passo para a libertação!”

⁷ Idem, p. 62.

⁸ Molnár, Ferenc. *Os meninos da rua Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

⁹ “A filha do Inca” foi o título utilizado na reedição de 1949, de “A República 3.000”.

¹⁰ A expressão citada é uma paráfrase do título de uma publicação que reúne artigos do etnólogo Eduardo Galvão, produzida postumamente. Galvão, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

trecho que vai desta até Barcelos. Alimentado pelas águas que descem tanto pelo Planalto Colombiano, nas fraldas da Cordilheira dos Andes, quanto do Planalto das Guianas, pelo lado da Venezuela, este rio de águas escuras, ácidas e pobres de nutrientes – fator que afeta toda a cadeia de vida animal na região, tornando-o pouco piscoso e com uma menor incidência de insetos, relativamente aos rios amazônicos de águas brancas – possui um fluxo médio anual de água, de quase vinte e nove mil metros cúbicos por segundo, que é “maior do que o de todos os rios europeus reunidos”.¹¹ Sua bacia hidrográfica ocupa uma área superior aos seiscentos e noventa mil quilômetros quadrados – maior que o tamanho da França, por exemplo – e, ao longo do leito principal, possui os dois maiores arquipélagos fluviais do mundo: o das Anavilhanas, localizado mais próximo da foz, e o de Maraiúá, no Médio rio Negro.¹²

Viajando por estas águas recentemente, o médico Dráusio Varella observou que “a enorme região da bacia do rio Negro é ocupada por dois grupos étnicos principais: índios e caboclos”.¹³ Concordando com esta observação, destaco que a presente pesquisa estará se ocupando, basicamente, dos últimos, um pouco por considerar que os grupos indígenas têm recebido muito mais atenção – oficial e não governamental – do que os caboclos.

¹¹ <http://www.drauziovarella.com.br/rionegro/aguas.asp>, em 05/09/2003.

¹² As informações aqui sintetizadas provêm de diferentes fontes, entre elas, as minhas observações pessoais e as imagens fotográficas e videográficas, todas produzidas durante expedição científica realizada neste rio em 1995. Ver, principalmente: Santos, Fernando S. Dumas dos; Thielen, Eduardo V.; Medeiros, Alexandre; Reis, Rogério; Souza, Flávio. *Revisitando a Amazônia. Expedição aos rios Negro e Branco refaz o percurso de Carlos Chagas em 1913*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 1996; Atlas Mundial. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999; <http://www.drauziovarella.com.br/rionegro/aguas.asp>, em 05/09/2003; <http://www.uol.com.br/cienciahoje/chmais/pass/ch177/primeira.pdf>, em 05/09/2003; <http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/detrionegro.htm>, em 05/09/2003.

¹³ <http://www.drauziovarella.com.br/rionegro/aguas.asp>, em 05/09/2003, às 12:00 hs.

Entretanto, o fator preponderante para esta opção foi a própria análise das fontes primárias selecionadas, onde foi possível detectar, para o território denominado “Médio Rio Negro”, a ocorrência de um processo geral de transfiguração étnica, pautado na interculturalidade das relações sociais e produtivas e na contínua movimentação da população dentro do território balizado pelo vale do Rio Negro. Neste contexto, foi possível identificar a permanência, no final do século XX, de práticas cotidianas (produtivas, sociais e rituais) vinculadas aos saberes tradicionais dos povos indígenas que habitaram (e ainda habitam) a região, as quais, entretanto, notabilizam-se por uma transformação dos elementos persistentes, que foram sendo descontextualizados, reclassificados, e rearticulados entre si, dinamizando-se o seu uso social, de acordo com os contextos históricos vivenciados.

O caboclo traz as marcas culturais de uma movimentação que terminou por fixá-lo num modo de vida híbrido, onde os costumes mais arraigados das sociedades tribais permanecem dominantes, embora articulados à economia capitalista do extrativismo florestal, que o absorve enquanto mão de obra e modifica seu modo de vida. Para Darcy Ribeiro,

“Ao longo de cinco séculos surgiu e se multiplicou uma vasta população de gentes destribalizadas, deculturadas e mestiçadas que é o fruto e a vítima principal da invasão européia. Somam hoje mais de 3 milhões aqueles que conservam sua cultura adaptativa original de povos da floresta. Originaram-se principalmente das missões jesuíticas, que, confinando índios tirados de diferentes tribos, inviabilizavam as suas culturas de origem e lhes impunham uma língua franca, o tupi, tomado dos primeiros grupos indígenas que eles catequizaram um século antes, em regiões longínquas. Assim, uma língua indígena foi convertida pelos padres na língua da civilização, quem passou a ser a fala massa de catecúmenos. No curso de um processo de transfiguração étnica, eles se converteram em índios

genéricos, sem língua nem culturas próprias, e sem identidade cultural específica. A eles se juntaram, mais tarde, grandes massas de mestiços, gestados por brancos em mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a serem europeus, e falando o tupi, se dissolveram na condição de caboclos. (...) Sobre os caboclos vencidos caíram duas ondas de violência. A primeira veio com a extraordinária valorização da borracha no mercado mundial, que os recrutou e avassalou, lançando simultaneamente sobre eles gentes vindas de toda parte para explorar a nova riqueza. Nessa instância, perderam sua língua própria, adotando o português, mas mantiveram a consciência de sua identidade diferenciada e o seu modo de vida de povo da floresta. A Segunda ocorre em nossos dias (...). Seu efeito maior tem sido o desalojamento dos caboclos das terras que ocupavam, expulsando mais da metade deles para a vida urbana famélica de Belém e Manaus. Os índios que sobreviveram já aprenderam a resistir ao avassalamento. Os caboclos, não.”¹⁴

A meu ver, a marca que se destaca é a da integração pela transformação. O universo de táticas e estratégias, desenvolvido por estas pessoas, abriga lógicas específicas, relacionadas às práticas cotidianas e aos modos de apropriação da natureza vigentes. São ajustes locais, definidos pelas formas adaptativas às condições ecológicas e de produção, os quais geram (e já haviam gerado antes) peculiaridades determinadas por uma história que se delimita em um complexo de rios, igarapés, canais, igapós e terras firmes, um território normalmente nomeado pelo topônimo do rio principal. Neste sentido, os rios passam a significar muito mais do que os caminhos naturais e a fonte da subsistência; o rio, visto como um território vem conformar traços culturais comuns que diferenciam estes conjuntos de comunidades, daqueles existentes em outros tantos rios.

¹⁴ Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 319/320.

Embora esta percepção não tenha sido explicitada pelos habitantes locais, ao longo das entrevistas realizadas, a visão do Rio Negro – com suas florestas, suas ilhas, as praias de areia branca que submergem no tempo das chuvas – como um espaço sobre o qual uma determinada sociedade exerce suas práticas costumeiras de usufruto da natureza e de circulação, sobressaiu das análises dos depoimentos, sendo corroborada pela documentação arquivística e bibliográfica.¹⁵ Sabe-se que os sistemas fluviais vêm desempenhando, ao longo dos tempos, alguns papéis históricos em relação às sociedades humanas. Elementos fundamentais na organização do território e da paisagem de uma região dão margem a uma utilização de seus recursos hídricos como fonte de energia, via de transporte e para atividades pesqueiras.¹⁶

A dimensão organizativa do espaço funda uma noção de territorialidade identificada com as práticas sociais de seus habitantes, tanto no que tange às relações de poder, quanto no que toca à apropriação cultural desta área geográfica. Assim, o território se define como um espaço concreto cuja ocupação dá origem a uma ligação entre os grupos sociais e os atributos físicos, naturais e antrópicos, construindo uma identidade sociocultural característica, marcadamente baseada na relação da pessoa com o ambiente.

A este respeito, Victor Leonardi destaca que:

¹⁵ Para uma visão mais aprofundada da noção de território aqui utilizada, ver: Wolff, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 118/121; Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana de A. Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002; Santos, Fernando S. Dumas dos. *Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia*. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VI (suplemento), pp. 919/939, 2000.

¹⁶ Ver: Saraiva, Maria da Graça Amaral Neto. *O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 47/50. Ver, também, a interessante conferência radiofônica *A fase fluvial na sociedade brasileira*, proferida por Augusto César Veiga em 26/05/1941, “ao microfone da PRA-2, do Ministério da Educação e Saúde, em combinação com o Serviço de Rádio do Departamento Nacional de Propaganda”. Veiga, Augusto César. *A fase fluvial na sociedade brasileira*. In: Ministério da Agricultura. *Marcha para o Oeste (Conferências Culturais)*. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura/Serviço de Documentação, 1º vol. (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries – 1939/1943), 1946, pp. 163/169.

“O extrativismo, por suas próprias características, é atividade que não pode ser pensada como se os seres humanos pairassem acima da natureza e do meio ambiente, ou como se as populações amazônicas ribeirinhas não tivessem nada a ver com as características físico-químicas do solo no qual trabalham e com a qualidade da água do rio às margens do qual habitam!”¹⁷

Pode-se, então, observar fortes vínculos religiosos, familiares, produtivos e culturais, circunscritos a uma determinada área de influência. Estes traços diferenciam as comunidades existentes num complexo de rios, daquelas que vivem em áreas relativas a outros tantos rios principais. Deste modo, ao longo de um dos imensos cursos de água que rumam para o complexo Amazonas/Solimões, podem ser vistas duas ou mais destas conformações, atendendo a especificidades ecológicas e produtivas locais, prevalecendo, entretanto, as identidades com o rio. Algumas se constroem por composição, normalmente ditada pela calha do rio principal onde nasceram e vivem ou de onde descendem. Outras se definem por oposição, como a do freguês, frente ao patrão; ou a do “branco”, contrastando com o “caboclo”, e, cada vez mais (de novo) com o índio. As identidades que se definem em antítese possuem fortes marcas das estruturas e dos processos sociais vivenciados na região, os quais trazem a própria natureza amazônica como pano de fundo da cena histórica.

Neste ponto, este trabalho se distancia das análises históricas mais convencionais acerca da Amazônia, nas quais predomina a idéia de uma “natureza bravia, indisciplinada”, sobre a qual “o homem não pôde triunfar”.¹⁸ Natureza simbolizada “pelas últimas reservas

¹⁷ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Brasília: Paralelo 15/Ed. UNB, 1999, p.15.

¹⁸ Reis, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997, p. 4. A primeira edição deste livro foi em 1953, levada a cabo pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.

virgens”, que deviam ser conquistadas porque eram “necessárias à expansão da vida”, como assinalou o escritor modernista.¹⁹ Por este ponto de vista, a atividade humana (econômica, social e cultural) era tratada quase como decorrente da ação da floresta, das águas, dos solos, enfim da natureza, do ambiente. E o tempo, se bem entendido como construção humana, tinha, contudo, sua mediação dada por esta concepção de atividade humana (dependente da natureza) e não por uma concepção de ação socialmente determinada.

As descobertas e o deslumbramento presentes nos relatos que se originaram das viagens científicas dos séculos XVIII e XIX construíram uma visão naturalista da história regional amazônica, a qual amalgamou-se, ao longo do tempo, com as diversas tentativas de desvendamento dos processos históricos transcorridos na região. Este imaginário dominou tão fortemente as interpretações acerca da região que, em 1947, o cientista Paulo Carneiro, em carta ao diretor geral da UNESCO – o biólogo inglês Julian Huxley – adverte que a criação do Instituto da Hiléa Amazônica não deveria dar, aos países sul-americanos envolvidos, a “impressão de serem tratados como colônias às quais são enviadas missões de estudo das quais eles não façam parte desde o início”.²⁰

Para Chor & Sá, “Carneiro (...) vislumbrava a reedição das expedições dos viajantes-naturalistas em terras exóticas”.²¹ Uma década mais tarde, Leandro Tocantins veio a produzir o ensaio “Amazônia: natureza, homem e tempo”, ratificando a força da natureza como o padrão dominante das análises.²²

¹⁹ Del Picchia, Menotti. *A República 3.000*. Op. cit., p. 11. No prefácio da sexta edição desta obra, Del Picchia volta a assinalar a necessidade de conquistar a “impérvia muralha verde da selva”, ressaltando que a construção da rodovia Transamazônica era um passo “progressista” neste sentido. Idem, p. 8.

²⁰ Apud: Maio, Marcos Chor e Sá, Magali Romero. Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléa Amazônica e as origens do INPA. In: *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 975-1017, setembro 2000, p. 988.

²¹ Idem, ibidem.

²² Tocantins, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1960.

Mesmo nesta obra, na qual o autor incorpora algumas noções dos primórdios da ecologia humana (como os artigos de Roderick Mackenzie e de Robert Park, ambos de 1936, e a coletânea coordenada por Donald Pierson e editada no Brasil em 1948) e na qual se propõe a pautar-se “com bastante ênfase, pela sondagem e interpretação de fatos de cultura”, o que, para ele, “significa o homem organizando-se no espaço, socialmente, ecologicamente, a fim de realizar o aproveitamento da natureza a favor de sua espécie”.²³

Assim, segundo este autor,

“a borracha vinha transformar a sociedade amazônica, a começar pelo modo de ser individual. Dominou corpo e alma do homem, até ao sacrifício mais extremo, para oferecer à humanidade uma parcela de bens materiais e até reflexos de sensibilidade espiritual.

Forte motivo assistiu a um autor norte-americano, quando descreve, biblicamente, o gênese da seringa: ‘No princípio era a árvore. E a escuridão estampava-se no semblante da selva. E o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, moveu-se furtivamente sobre o solo da floresta’. E a borracha criou a sua civilização, entre algumas glórias e muitas ambições”.²⁴

A última frase retrata bem a premência dos fatores ecológicos e biológicos sobre os sociais e culturais, determinando a modelagem econômica. Para esta vertente historiográfica, o ambiente impôs aos homens seus desígnios, gerando

“uma sociedade que, é evidente, foi influenciada pelas forças seletivas, distribuidoras e acomodativas do meio, e na qual houve um intenso processo de

²³ Tocantins, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Op. cit., p. 25. A primeira referência é: Mackenzie, Roderick D. The scope of Human Ecology. In: *The American Journal of Sociology*, vol. 32, nº 1, 1936. Apud: Tocantins, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Op. cit., p. 33, nota 1. A segunda é: Park, Robert. Human Ecology. In: *The American Journal of Sociology*, vol. 42, nº 1, julho de 1936 (sic). Apud: Idem, p. 37, nota 6. E a última é: Pierson, Donald (org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: (s/ed.) 1948. Tocantins cita especialmente o artigo “Noções básicas de ecologia humana”, de autoria de A. B. Hollingshead. Apud: Idem, p. 167, nota 4.

²⁴ Idem, p. 160. A referência à bibliografia norte-americana citada é Wolf, Howard e Wolf, Ralph. *Rubber, a story of glory and greed*. New York: (s/ed.), 1936. A página da referência não foi indicada. (Apud: Idem, ibidem, nota 20).

cooperação competidora, entre as diversas unidades individuais de população que se movimentaram no espaço físico”.²⁵

Trata-se de uma leitura do processo histórico que inclui a ótica darwinista entre os seus fundamentos.²⁶ Arthur Reis também comunga desta visão, chegando a afirmar, na apresentação do citado livro de Tocantins, que

“o próprio Brasil vê, na Amazônia, a sua imensa reserva de produtos primários essenciais à sua caminhada no campo da industrialização. (...)

Sim, porque realizando uma economia de coleta e nunca de utilização imediata na sua transformação, não puderam estabelecer a sociedade estável, criadora, que desse de si a prova da capacidade para dominar o espaço geográfico na brutalidade física por que ele continua a apresentar-se”.²⁷

Em *O seringal e o seringueiro*, Reis desenvolve esta acepção, de um processo histórico vislumbrado através da luta do homem contra “uma série de forças negativas”, que emanavam da natureza incólume da floresta amazônica.²⁸ Seu argumento, para encadear o processo, era de que

“Os homens que enfrentaram a floresta amazônica para nela formar os núcleos urbanos ou dela extrair recursos com que criaram a economia de que vivem, realizando uma tarefa de Hércules, singularizam-se no quadro dos grupos que compõem a sociedade brasileira. E isso porque em nenhum outro trecho do país se verificou empreendimento da envergadura do que vêm executando, por entre dificuldades que lhes opõe o meio geográfico, agressivo, selvagem, e a cobrar, dia-a-dia, uma contribuição impiedosa. Esses homens, numa luta sem tréguas, desmentiram aquelas

²⁵ Idem, p. 55.

²⁶ Idem, p. 34. O autor cita expressamente Charles Darwin (*A origem das espécies*), em edição portuguesa (Porto: s/ed., 1946), logo no início do capítulo intitulado “O espaço físico-social”, enquanto apresenta seu arsenal teórico para desenvolver o tema. Aí mesmo, ele se vale, ainda, de dois trabalhos do sociólogo J. Arthur Thompson (*Darwinism and human life*, de 1911, e *The system of animate nature*, de 1926), ambos publicados em Nova Iorque.

²⁷ Reis, Arthur C. F. Intróito. In: Tocantins, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Op. cit., p.21.

²⁸ Idem, pp. 67.

afirmações preconcebidas de ser impossível organizar o trabalho, criar níveis de vida dignos em região tropical”.²⁹

À idéia de que o homem está em permanente conflito com a natureza, e de que é necessário derrotá-la para concretizar o progresso, de conotações positivistas, estarei opondo a de um processo histórico desenvolvido a partir de movimentos antrópicos que visavam a adaptação ao ambiente natural amazônico e a assimilação de tradicionais costumes nativos.

Não se trata de idealizar uma natureza “domesticável”; tampouco, se propõe que os protagonistas desta história vivam como os povos indígenas que habitam o território estudado. A concepção de natureza aqui apresentada estará pautada pela dimensão histórica da ocupação humana, capaz de organizar a vida social dentro da floresta. Nesse sentido, Weinstein afirma não sugerir “que o cenário físico tenha ‘determinado’ a estrutura do negócio da borracha; contudo, de fato colocou certos limites ao empreendimento humano”.³⁰ José Augusto Pádua, por sua vez, observou que

“de forma prática, baseando-se em observações empíricas, vivências socioculturais e cosmovisões diversas, foi possível estabelecer na Amazônia, em diferentes momentos históricos, padrões de ocupação dotados de diferentes graus de destrutividade ambiental”.³¹

Segundo este autor,

“no campo de possibilidades que então se abriu, a floresta foi salva exclusivamente por uma causalidade biológico-tecnológica. A violência ecológica, sem dúvida alguma, teria acompanhado a violência social se assim fosse necessário. Mas devido ao delicado detalhe

²⁹ Idem, p. 53.

³⁰ Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1993, p. 17.

³¹ Pádua, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. In: *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 793-811, setembro 2000, p. 801.

do valor da seringueira encontrar-se na circulação de sua seiva, e não nas entranhas do caule, a extração do látex não requeria a destruição da árvore, que, ao contrário, precisava ser mantida o mais possível viva e saudável”.³²

A compreensão que apresento, leva em conta a importância real e concreta de alguns ciclos naturais na vida das comunidades estudadas, levando-nos a refletir acerca de uma dimensão histórica da ocupação humana no Rio Negro, cujo marco teórico que se impõe é o da história social.³³ O modo de organizar a vida, de estruturar a produção, de concretizar cotidianamente todas as tarefas necessárias ao viver neste território, se estabeleceu envolvendo os diversos grupos sociais, ao longo do tempo. Assim, modelaram-se o relacionamento com a floresta, de onde retiram o produto que permite prover seu sustento e seus bens materiais; estabeleceram-se relações de poder no seio destas comunidades e desenvolveram-se hierarquizações entre elas, definindo papéis, funções.

O principal traço cultural do vale do Rio Negro tem sido a convivência de uma multiplicidade de etnias, ao longo dos séculos. A estes habitantes, vieram juntar-se os colonizadores europeus e, mais tarde, a sociedade brasileira introduziu outros saberes e marcas culturais. Este é, grosseiramente desenhado, o tripé étnico que consideramos básico para a compreensão dos movimentos de trocas culturais e de construção de modos de vida e de produzir próprios à área estudada. Cabe ressaltar que o conceito de sociedade brasileira, aqui utilizado, é compreendido como o resultado de uma deliberada política de deculturação da população que ocupava o território brasileiro, levada a cabo, primeiro, pelas elites coloniais

³² Idem, pp. 795/796.

³³ Em relação à produção de uma historiografia da Amazônia lastreada nos métodos da história social, ver o instigante artigo de: Weinstein, B. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: vol. 9(2): 261-72, maio-ago., 2002. Neste artigo, a historiadora faz uma avaliação crítica da trajetória de sua pesquisa anterior (Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit.), realizada entre o final dos anos setenta e começo dos oitenta, apontando para as novas possibilidades teóricas e metodológicas presentes hoje na historiografia.

e assumida e continuada pelas classes dominantes brasileiras, tanto rurais quanto urbanas.³⁴ O resultado foi uma sociedade de classes bem demarcadas, a qual vive, hoje, em um país que possui uma “extraordinária vida urbana”, de onde emanam fortíssimas pressões, pois “a população deixada ao abandono mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa”.³⁵ Por outro lado, espoliadas das possibilidades de acesso à educação, à saúde e à política, as classes despossuídas são premidas pelos sistemas de comunicação de massa, estes sim, os verdadeiros responsáveis e tutores das mediações que o povo faz entre sua “cultura arcaica” e a nova “extraordinária vida urbana”. Consuma-se, outra vez, um processo de “deculturação” do povo brasileiro, que, arrancado de um modo de vida rural, no qual foi gestado e desenvolvido, viu-se obrigado, pelas vis condições de sobrevivência impostas pelo latifúndio, a migrar para centros urbanos incapazes de absorvê-los, onde vão viver nas favelas e periferias.

Eram pessoas que mantiveram um matiz autóctone na própria dinâmica de sua vida, incorporando o respeito aos elementos da natureza e ao tempo que ela sugere, além da permanência de formas de sociabilidade e de socialização comunitárias, dentre outras. São continuidades que refletem a fortíssima vinculação ao universo mental indígena. A fraca presença do histórico fluxo migratório nordestino é mais uma especificidade que emerge do trabalho com as fontes.³⁶

³⁴ Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*. Op. cit., p. 30.

³⁵ Idem, p. 200.

³⁶ É voz corrente, entre os estudiosos que se debruçaram sobre a constituição social da Amazônia, a existência de uma intensa e contínua corrente migratória que fluía desde o Nordeste brasileiro, a qual gerou elos culturais e sociais extremamente sólidos entre as duas regiões. Segundo Samuel Benchimol, entre 1877 e 1900, teria havido “um afluxo de 158.125 nordestinos que vieram fazer a Amazônia, cerca de 20% da população amazônica da época” (Benchimol, Samuel. *Amazônia, formação econômica e social*. Manaus: Valer, 1999, p. 136). Esta marca talvez seja mais realista do que o complicado cálculo empreendido por Celso Furtado para mensurar “essa enorme transumância”, o qual chegou à cifra de meio milhão de nordestinos emigrados (Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, p. 130).

Aparentemente, nem durante o período áureo da extração do látex, nem depois, já nos anos 1940, quando os “soldados da borracha”, em nome do esforço de guerra, se embrenharam nos seringais amazônicos, o Médio Rio Negro foi alvo da entrada de grandes levadas de migrantes nordestinos.³⁷ Apenas depois de 1970, com o início da construção da rodovia Perimetral Norte e uma entrada maciça de militares é que há um crescimento do percentual de pessoas oriundas desta região do país.³⁸

Se, segundo Carlos Chagas, no princípio do século XX, o Médio Rio Negro era a parte do rio mais populosa e economicamente mais ativa, a queda na rentabilidade da indústria extrativista fez com que as antigas residências dos grandes aviadores internos se tornassem lugares quase inabitados, com uma produção apenas de subsistência. A maioria das comunidades encontradas, durante a pesquisa de campo, foi formada a partir de migrações intra-regionais, isto é, são famílias descendentes dos inúmeros povos que habitam as cabeceiras do vale e que vêm ocupando, cada vez mais, as áreas navegáveis do rio. Segundo Berta Ribeiro, este processo já teria começado nos séculos anteriores:

³⁷ Um período de reaquecimento da economia extrativista, na Amazônia Ocidental, é representado pelo aparecimento dos soldados da borracha, no contexto da participação brasileira no esforço de guerra aliado, comandado pelos Estados Unidos. Com a Segunda Guerra Mundial, a produção de borracha teve novo incentivo, através de um programa oficial, do governo Getúlio Vargas, que passou a estimular a ida de nordestinos para a Amazônia, valendo-se de um movimento voluntário iniciado com a grande seca de 1941. Ao término da guerra, com a queda das exportações e, novamente, do preço do produto, que havia tido uma pequena recuperação, muitos seringalistas ficaram endividados, acabando por verem suas terras hipotecadas. Qualquer que seja a época, todavia, permanecia entre os migrantes a esperança de construção de uma vida nova e melhor nos seringais da Amazônia. Sobre os soldados da borracha, ver: Morales, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1999 (Tese de Doutorado); Campos, André Luiz Vieira de. *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Austin: University of Texas at Austin, 1997 (*Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy*).

³⁸ Em seu estudo sobre a cidade de São Gabriel da Cachoeira, Antônio Maria de Souza Santos aponta 70% da população como sendo de indígenas e de caboclos; 7,5% são “brancos acaboclos” ou “filhos do lugar” - foram apuradas apenas quatro famílias, dentre este universo, as quais descendem de migrantes nordestinos, todos comerciantes. Dentre os 22,5% restantes contam-se, então, os migrantes nordestinos (soldados da borracha, militares e garimpeiros, principalmente) e demais brancos. O autor indica, também, um número relativamente expressivo de descendentes de uniões entre europeus, principalmente portugueses e espanhóis, e indígenas. Santos, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa, Kariwa Nungara. Etnia e urbanização no Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira)*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado), pp. 66/70.

“Com a penetração das frentes pioneiras, as populações indígenas dos baixos rios foram sendo destruídas e extintas. (...) O maior esmagamento físico e cultural atingiu, entre os Tukano e os Aruák-Baniwa, os *sibs* de mais alta hierarquia, que, tendo o privilégio de habitar os grandes rios, ficaram mais expostos à exploração dos colonizadores e à evangelização missionária. Os de mais baixa hierarquia, ocupando as nascentes, os igarapés ou, no caso dos Makú, a plena mata, puderam manter maior autonomia cultural e preservar-se”.³⁹

A hipótese principal deste estudo é a de que aconteceram algumas modificações em relação aos costumes, hábitos e práticas cotidianos, ao longo do século XX. Estas transformações eram inerentes aos movimentos de assimilação e adaptação de novos valores e padrões culturais com os quais travaram contato nas diferentes conjunturas. Assim, estarei observando e analisando as estratégias de saúde da população, adotadas coletivamente, as quais incorporavam outras, que descendiam das tradições ancestrais autóctones, além de práticas desenvolvidas cotidianamente. Buscarei compreender de que forma as persistências se articulam aos novos dados, ao longo do processo histórico, neste mundo rural, que se organiza sob o manto da floresta tropical, o qual tinha sua dinâmica e sua estrutura essencialmente diferentes da vida que se levava nas cidades.

O conceito de saúde aqui proposto ergue-se sobre a análise de fatores humanos e sociais, sob forte influência de elementos políticos, econômicos e culturais, permitindo uma compreensão tal que, partindo dos referenciais locais, pode-se incorporar em seu escopo todas as ações da população. Aqui reside o núcleo fundamental desta abordagem, a qual privilegia as relações entre as atividades humanas e o ambiente, compreendendo tanto o uso dos recursos da floresta e as práticas que lhes são articuladas, quanto o impacto histórico do

³⁹ Ribeiro, Berta G. *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Cia das Letras/EDUSP, 1995, p. 20.

modo de vida caboclo sobre o ambiente que o envolve. Assim, as condições de vida da população, seus hábitos de trabalho e o impacto que provocam no ser humano e no ambiente, são os fatores determinantes desta abordagem. Para Eduardo Estrella,

“as condições de trabalho e a insalubridade, a presença de um alto número de vetores, são as causas imediatas da elevada incidência e prevalência das enfermidades. Frente a isto, as deficiências dos sistemas estatais de saúde, o curto alcance das ações preventivas como a vacinação, impedem uma boa resposta da medicina moderna às crescentes demandas da sociedade. Toda esta situação se agrava pela existência de grupos vulneráveis: comunidades indígenas, setores urbano-marginais pobres, zonas rurais deprimidas e sobretudo, crianças e adolescentes desprotegidos”.⁴⁰

Devemos acrescentar, ainda, a este quadro, que os habitantes do Médio Rio Negro possuem concepções próprias de doença, culturalmente distintas das definições que vigoram na medicina ocidental, embora tenham incorporado noções e práticas terapêuticas oriundas desta, e que, quando se vêm necessitados, recorrem primordialmente a um sistema etnomédico próprio, cujas práticas e recursos terapêuticos possuem uma profunda vinculação com suas matrizes autóctones, representando um importante ponto de encontro entre permanências e rupturas culturais. Marcadas pelo abandono histórico dos serviços oficiais de saúde, estas populações foram obrigadas, ao longo dos séculos, a elaborar estratégias de cura que incorporaram conhecimentos e técnicas introduzidas pelo contato com os diversos agentes culturais com os quais se relacionaram.

⁴⁰ Estrella, Eduardo. *Plantas Medicinales Amazonicas: realidad y perspectivas*. Relatório de Consultor ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Quito: 1994, p. 7. O texto original da citação é: “Las condiciones de trabajo y la insalubridad, la presencia de un alto número de vectores, son las causas inmediatas de la elevada incidencia y prevalencia de enfermedades. Frente a esto, las deficiencias de los sistemas estatales de salud, el corto alcance de las acciones preventivas como la vacunación, impiden una buena respuesta de la medicina moderna a los crecientes requerimientos de la sociedad. Toda esta situación se agrava por la existencia de grupos vulnerables: comunidades indígenas, sectores urbano-marginales pobres, zonas rurales deprimidas y sobre todo, niños y adolescentes desprotegidos”.

Desta maneira, embora o projeto original visasse realizar um estudo histórico das tradições de uso de plantas medicinais no Rio Negro, a quantidade e a qualidade das informações obtidas ao longo da pesquisa, por um lado, e, por outro, a ausência de trabalhos que abordassem os processos históricos transcorridos no território escolhido, a par da proposta teórica e conceitual aqui implementada, me levaram a realizar um estudo mais alongado, que envolveu os modos de vida e de produzir vigentes entre aqueles caboclos.

O recorte cronológico aponta para a demarcação de quatro diferentes conjunturas analíticas: a primeira equivale ao período de crescimento e auge da produção gomífera, entre as décadas de 1890 e de 1910, ao qual podemos denominar, “a ilusão do fausto”, para ficar com a expressão cunhada pela historiadora Edinea Dias.⁴¹ A segunda conjuntura tem seu marco temporal mais recuado na década de 1920, talvez um pouquinho antes, prolongando-se até meados dos anos quarenta, e será chamada de “tempos de esperança”, como definiu Antônio Loureiro, por se tratar de “um tempo de transição entre um passado economicamente vigoroso e um futuro promissor”.⁴² Para este autor, a crise de produção parecia ter se concretizado a partir de 1917, quando a participação do Brasil no mercado produtor mundial de borracha despencou de cinquenta por cento em 1911 para pouco menos de quinze por cento, neste ano.⁴³ O problema teria sido equacionado

“pela fenomenal expansão das indústrias de materiais elétricos e de veículos, exigindo sempre maiores quantidades de matéria-prima, ocorrência que permitiu à região sobreviver como produtora e

⁴¹ Dias, Edinea M. *A ilusão do fausto: Manaus 1890 – 1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999. Barbara Weinstein também assinala o mesmo recorte temporal, para o interlúdio entre o crescimento comercial e a longa decadência. Ela destacou, por um lado, que “em fins da década de 1880, o valor anual das exportações de borracha havia subido 800% acima da cifra correspondente de 1860” (Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 90). Por outro lado, aponta que, a partir de março de 1911, os preços despencaram: “essa queda, longe de um simples interlúdio, acabou sendo o começo de uma decadência de dez longos anos que iria aleijar a economia extrativa da Amazônia” (Idem, pp. 241/243).

⁴² Loureiro, Antônio José Souto. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994, p. 9.

⁴³ Apud: Loureiro, Antônio J. S. *Tempos de esperança*. Op. cit., p. 14.

exportadora secundária de goma elástica de boa qualidade, apesar do declínio constante de sua participação percentual sobre o total produzido”.⁴⁴

Desta forma, ele acreditava que a estrutura do extrativismo amazônico permanecera quase intacta. Arthur Reis, por seu turno, se surpreendia com o fato de

“que as esperanças da região em torno a um milagre no tocante à revalorização da borracha nativa não pereceram logo. E ao invés de abandono total da empresa, nos seus métodos primários de produção, prosseguiu na luta contra a floresta, mantidos os processos rotineiros”.⁴⁵

A seguir, entre a década de 1940 e a de 1960, “vieram amadurecendo os elementos de uma cultura e de um estilo de vida regional”, caracterizado pelo rearranjo necessário a um contexto de crise consolidada.⁴⁶ E, finalmente, dos anos setenta aos noventa, observou-se a entrada massiva de uma cultura urbana, a qual afetou hábitos e costumes tradicionais, pela chegada de novos atores sociais e econômicos e por um rearranjo dos mercados consumidores, que apontaram para uma redefinição da pauta de produtos. Segundo Pádua, nessa época,

“instaurou-se uma grande desordem socialecológica, marginalizando as comunidades locais e abrindo espaço para todo tipo de aventureirismo. Os seus resultados manifestam-se hoje no crescimento do narcotráfico, da prostituição infantil e de toda uma gama de atividades predatórias e ilegais, tais como a extração descontrolada de madeira e ouro”.⁴⁷

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 127.

⁴⁶ Pádua, J. A. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica*. Op.cit., pp. 803/804.

⁴⁷ Idem, p. 805.

Em relação às fontes utilizadas, devo dizer que, quase todas, derivam de incursões ao local da pesquisa – trata-se da história de um local, um território. Isso somente foi possível em função do meu engajamento no desenvolvimento de dois diferentes projetos de pesquisa: o primeiro deles foi o “Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas”, o qual a partir de primeiro de agosto de 1995, percorreu o Médio e o Baixo Rio Negro, além do Rio Branco (afluente, pela margem esquerda, do Rio Negro), com uma equipe composta por cerca de duas dezenas de pessoas, entre historiadores, antropólogos, epidemiologistas, ecologistas, entomologistas, médicos e técnicos.⁴⁸ O outro foi o projeto “Plantas Medicinais: políticas científicas e tradições de uso”,⁴⁹ tendo sido, ambos, patrocinados pela Fundação Oswaldo Cruz.

O primeiro deles tornou possível a realização de uma experiência etnográfica, criteriosa e metódica, pelo Vale do Rio Negro, quando percorri os terços Médio e Baixo do rio, de barco; e visitei algumas comunidades no Alto Rio Negro. Durante este período, foram gravadas histórias de vida da população, principalmente em vídeo. A participação da

⁴⁸ Tomaram parte da equipe multidisciplinar que percorreu o Rio Negro, pesquisadores e técnicos da Fiocruz, Instituto de Medicina Tropical de Manaus, Universidade do Amazonas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Museu Goeldi. Nesta fase do projeto “Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas” foram geradas cerca de 36 horas de depoimentos gravados em vídeo e 30 horas em áudio. O objetivo era analisar e documentar as condições de vida e saúde das populações amazônicas que viviam, na última década do século XX, nos lugares visitados por Carlos Chagas em 1913, a fim de compará-las. Sobre a pesquisa que fez o percurso de Chagas ver: Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*: *Revisitando a Amazônia*. Op. cit.; Santos, Fernando S. Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5:1, 1998, pp. 85/98; Fundação Oswaldo Cruz; Instituto de Medicina Tropical de Manaus; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Universidade do Amazonas; Museu Paraense Emílio Goeldi. *Relatório de trabalho do projeto ‘Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade. Viagem pelos vales dos rios Negro e Branco, entre 01 de agosto e 09 de setembro de 1995*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995 [dig.]. Ver, também, o vídeo-documentário *Chagas nos rios Negro e Branco*. Direção: Eduardo V. Thielen e Fernando S. Dumas dos Santos (COC/FIOCRUZ, 1996 – Beta-Cam, 53 min.).

⁴⁹ O projeto “Plantas Medicinais: políticas científicas e tradições de uso” foi coordenado pela Dra. Tania M. Dias Fernandes e por mim, tendo se desenvolvido no âmbito do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz com o apoio da Fiocruz e do CNPq. Sua proposta foi a de estudar a história dos usos de plantas medicinais no Brasil, tendo como fontes privilegiadas a produção de depoimentos orais que possibilitem reconstruir esta memória. Estruturado em duas vertentes, o projeto buscou proporcionar uma visão mais completa deste universo, integrando o resultado de uma investigação que relaciona as tradições populares de usos medicinais de plantas com uma análise histórica das pesquisas científicas sobre fitoterápicos no Brasil.

Casa de Oswaldo Cruz – instituto ao qual pertencço – na expedição visou a produzir um acervo documental (fotográfico, sonoro e videográfico), bem como realizar o levantamento de fontes e bibliografia, como suportes ao projeto de pesquisa histórica que buscava apreender o processo pelo qual passou a região visitada por Carlos Chagas no princípio do século XX. Com recursos do segundo projeto, foi possível verticalizar a pesquisa documental em acervos de Manaus, onde se destacou o Arquivo J. G. Araújo, depositado no Museu Amazônico. Este acervo pertencera à firma J.G. Araújo & Co. Ltd., sediada nesta cidade, e que foi durante quase um século, a virtual monopolista do comércio de aviamento no Rio Negro. O material consultado constituía-se, principalmente, de correspondências trocadas entre os habitantes do Vale e os negociantes da empresa manauara.⁵⁰

Esta pesquisa nasceu, portanto, dentro dos marcos da história oral, buscando estabelecer, no interior dos discursos construídos pelos entrevistados, as principais questões que faziam parte de seu universo. Neste ponto, me aproximo de Selma Leydesdorff, quando esta afirma que “quando ouvimos histórias de vida, ouvimos a maneira como as pessoas pensam que experimentaram suas vidas e certos eventos”.⁵¹

Entretanto, ao formular os parâmetros de desenvolvimento da pesquisa, passei a incorporar os padrões exigidos pelos métodos da história social, dentre os quais se inclui uma periodização organizadora dos processos históricos, além do estabelecimento das

⁵⁰ Tenho que registrar o lastimável estado em que se encontrava esta documentação, no momento da pesquisa. Este acervo, de inestimável valor histórico (talvez o único disponível, hoje em dia, com elementos que permitem a realização de pesquisas de história social da Amazônia), teve seu arranjo original completamente desmontado, o que impede, por exemplo, o acompanhamento das trocas de correspondência entre o aviador principal (J. G. Araújo) e seus aviados internos, localizados em diversos rios. Além disso, como faltaram os recursos necessários à recomposição do acervo, segundo algum outro modelo de arranjo, a documentação foi, então, encaixotada e “guardada” em um porão do Museu, exposta à umidade, aos insetos e aos ratos. Assim, a pequenina parte do acervo que me possível consultar representa, talvez, menos de dez por cento de todo o conjunto. Trata-se de mais um crime perpetrado contra a memória nacional.

⁵¹ Leydesdorff, Selma. Desafios do transculturalismo. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 78.

correlações de força e poder dentro da sociedade visitada. Concordando com Hobsbawn, não vejo a história social como “um recipiente amorfo para tudo”, nem como um viés de abordagem que seja, apenas, capaz de valorizar “as vidas de todas as pessoas, de mendigos a imperadores”.⁵² Acredito, outrossim, que este termo congrega as tensões decorrentes dos processos de transformação social, abordando tanto “o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios”, quanto os fenômenos que lhe são correspondentes, “como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais”.⁵³

A opção de trabalhar com histórias pessoais, mostrou-se capaz de despertar indícios, vestígios, marcas de uma história aparentemente perdida. Própria a cada um, mas, ao mesmo tempo, coletiva, no sentido de que sua construção se dá tanto ao nível da experiência pessoal estrita, como pelas representações sociais dos traços que a compõem.⁵⁴ A linha mestra do trabalho de produção dos depoimentos firmou-se sobre o resgate de uma memória oculta pela aparência de estagnação do processo cultural e envolta nas brumas de noções de tempo e de espaço muito próximas das ditadas pela natureza. Esta escolha descortina, para o historiador, o vasto campo da cultura popular como objeto de investigação.

Os relatos de vida revelam as particularidades pessoais, locais, muitas vezes descontínuas, que distinguem o transcurso da história de um indivíduo para o outro, de uma comunidade para outra. Os eixos temporais aparecem de forma bastante delineada, permitindo a definição de tempos próprios àquelas comunidades, os quais, lastreados ao

⁵² Hobsbawn, Eric. A volta da narrativa. In: Hobsbawn, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 203.

⁵³ Hobsbawn, Eric. Da história social à história da sociedade. In: Hobsbawn, Eric. *Sobre História*. Op. cit., p. 94.

processo histórico geral, apontam para determinadas conjunturas, em processos, ao mesmo tempo, particulares e globais. As formas simbólicas refletem os níveis de articulação entre o universo mental e imaginativo do narrador e os acontecimentos sociais concretos. São as histórias de vida destes indivíduos que vão situar as condições em que se deu a construção desta ou daquela estratégia. Mas tanto a técnica de coletar estas “memórias locais”,⁵⁵ quanto o modo pelo qual se faz uso delas vão influir sobremaneira no resultado da pesquisa, que procurou se ocupar do vasto campo de trocas de conhecimentos e de experiências pessoais, onde se modela a memória e do qual parte a sua difusão. Tendo como ponto de partida um conjunto de entrevistas onde se ouve, como disse Leydesdorff, “a história do outro que relata uma mistura cultural”, busquei interpretar este “caleidoscópio de representações culturais” tendo em mente que “não somos a mesma pessoa que aquela que entrevistamos, nem temos o mesmo *background*”,⁵⁶ e, ainda, que “freqüentemente lidamos com relações do poder”, mas “a representação do poder está do nosso lado”.⁵⁷

O trabalho etnográfico contemplou a diversidade do espectro social das comunidades e as diferentes inserções individuais neste cenário. Os hábitos cotidianos, as práticas e os rituais que envolvem as tradições da população, a alimentação e a forma pela qual a obtêm, o trabalho e seus significados, as formas da sobrevivência humana no ambiente da floresta tropical, foram alguns dos pontos focalizados nas entrevistas.

⁵⁴ Sobre as representações sociais da memória, ver: Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990; Portelli, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: *Revista Tempo*, vol. 1, n° 2, 1996, pp. 59/72.

⁵⁵ Foucault, Michel. Genealogia e Poder. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982, pp. 167/177.

⁵⁶ Leydesdorff, Selma. Desafios do transculturalismo. Op. cit., p. 75.

⁵⁷ Idem, p. 78.

Procuramos, também, identificar, em cada parada, os lugares de memória: a escola, com a professora; os moradores mais velhos e as famílias mais antigas da localidade; o agente de saúde e o líder da comunidade, que representavam um viés de memória mais coletivo e mais oficial, porque, por um lado, representam a única face visível de um poder público praticamente inexistente, e, por outro, possuem uma espécie de representatividade oficial, delegada pelas pessoas que ali vivem.⁵⁸ Às vezes havia, ainda, uma ruína ou outra marca monumental. Os conteúdos gravados permitiram a elaboração de uma “descrição densa”, no sentido proposto por Clifford Geertz, informando-nos sobre formas de transmissão e de construção dos saberes e conhecimentos.⁵⁹ Com relação à discussão acerca da subjetividade das fontes orais, em contraponto às exigências de objetividade por parte dos historiadores, concordamos com Alessandro Portelli, quando este diz que

“o que nossas fontes dizem pode não haver-sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis”.⁶⁰

Todavia, a superação dos desafios impostos pela proposta de análise deu-se a partir do aporte de outros conjuntos documentais à investigação, uma solução já apontada por Prins, ao indicar que “para maior precisão [das análises], deve-se buscar uma correlação com as fontes externas”.⁶¹ E, numa pesquisa onde as permanências de práticas cotidianas vinculadas aos saberes tradicionais dos povos indígenas aparecem como um dos principais

⁵⁸ O sentido aqui emprestado à noção de memória coletiva, deriva de: Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000, 2º vol.; Leroi-Gourhan, A. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁵⁹ Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

⁶⁰ Portelli, Alessandro. A filosofia e os fatos. Op. cit., p. 64.

⁶¹ Prins, Gwin. História Oral. In: Burke, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 186.

processos históricos a serem explicados, novamente venho concordar com este autor, na afirmação de que

“em algumas circunstâncias, em especial nas sociedades não-alfabetizadas ou quase alfabetizadas, a continuidade é muito mais interessante e muito mais difícil de ser explicada que a mudança”.⁶²

Neste caso, há, ainda um componente cultural muito forte, pois a língua privilegiada no uso cotidiano, pela população em geral, é um “dialeto caboclo”, denominado localmente de *nheengatu*, e conhecido como a “língua geral” (ou, simplesmente, o “geral”, termo utilizado popularmente, em expressões como “Aqui nós falamos o geral”).

Para além de uma convergência de fontes independentes, o conjunto documental, aqui trabalhado, apresenta-se coadunado pela perspectiva da narrativa pessoal, a qual engloba diversos tipos de relatos, desde aqueles que consideramos como “oficiais” (caso das narrativas produzidas por cronistas e religiosos em missões institucionais, geógrafos, naturalistas e autoridades oficiais), passando pelas “observações participantes” registradas pelas anotações de campo de etnógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais e chegando até às histórias de vida. Até mesmo as cartas escritas pelos moradores do território estudado, podem ser pensadas neste mesmo sentido, pois não deixam de ser relatos e narrativas das necessidades e das situações vivenciadas pelos protagonistas desta história. Esses documentos contêm desde informações comerciais (como quantidades, tipos e marcas da borracha ou da castanha remetida a Manaus) até dados acerca da condição de saúde e de eventos de cunho pessoal, passando por listas de pedidos de mercadorias fornecidas pelo aviador principal, em Manaus.

⁶² Idem, p. 171.

Do mesmo modo, trabalhos constituídos sob a perspectiva das ciências sociais foram tomados como fontes primárias por estarem imbuídos de uma datação histórica, delimitada pelo momento da narração. Neste caso, a obra de Arthur Reis, principalmente o clássico *O seringal e o seringueiro*, despontam como os principais exemplos deste gênero. E esta tipificação se consolida tanto pelo fato de a narrativa se dar no tempo verbal presente do indicativo, como por inúmeras passagens onde o autor se coloca como uma espécie de testemunha da história que ele está contando.

Assim, entendo que estas “narrativas da memória” possuem três elementos básicos, na sua estruturação: quem é o narrador; o que ele está narrando; qual o objetivo/foco da narrativa. Elas são feitas, sempre, na primeira pessoa, pois representam relatos de experiências pessoais, construídas desde o contato direto com as pessoas e as comunidades locais, transformando “o passado em presente e a memória em realidade”.⁶³ Analisando o modo como foram produzidos estes documentos, é possível perceber que as narrativas da memória traduzem histórias transmitidas oralmente pelos membros dos grupos sociais estudados. Além disso, exprimem observações, sensações e reações pessoais dos autores sobre os elementos narrados. O objetivo que gerou as narrativas arroladas na pesquisa, ou o foco emprestado a elas neste estudo, contemplam a etapa do procedimento de crítica às fontes, que se completa quando se leva em conta a dimensão da memória.

Ao escolher a memória individualmente construída como fonte privilegiada de pesquisa, o historiador passa a trabalhar em outro contexto da sociedade, diferente daqueles normalmente privilegiados pelas análises quantitativistas ou por aquelas globalizantes, que só enxergam os processos sociais e não contemplam os sujeitos das ações, por exemplo. A

⁶³ Leydesdorff, Selma. Desafios do transculturalismo. Op. cit., p. 79.

memória, então, é observada “não apenas como um ‘lugar’ onde você recorda a história”,⁶⁴ mas como uma significação da própria história, no sentido de que a memória é um dos pilares das identidades sociais e coletivas.

Diante do que foi exposto até aqui, resta, ainda, fazer uma breve explanação do formato definido para a apresentação do conteúdo analítico deste trabalho, a qual se apresenta em três capítulos. No primeiro, teremos uma apresentação dos personagens centrais desta história, os caboclos do Rio Negro, enfocando dois de seus traços culturais mais característicos: a interculturalidade e a mobilidade dentro do território. Há, ainda, uma reflexão abordando as transformações ambientais vividas por essa gente, ao longo do século XX. No segundo, o mundo do trabalho emerge em sua plenitude, com as nuances decorrentes dos aspectos ambientais, culturais e das relações de produção. Ganha destaque, aqui, uma leitura bastante acurada da clássica oposição entre patrões e fregueses, tão cara a toda a historiografia sobre a Amazônia, que leva em conta as particularidades locais na organização e no financiamento da produção, além das práticas sociais que a permeiam.

O terceiro capítulo retrata as estratégias terapêuticas dominantes na sociedade rionegrina, buscando compreender e identificar os conceitos de saúde e doença localmente construídos, as práticas que lhes são pertinentes e as relações que se estabeleceram entre a medicina ocidental e as medicinas tradicionais, na área de estudo. A dicotomia entre os “remédios do mato” e os “remédios da farmácia”, assim como as definições e percepções a ela atinentes tiveram um relevo especial.

⁶⁴ Portelli, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes *et alli*. *História oral: desafios para o século XXI*. Op. cit., p. 69.

Capítulo Primeiro

Os caboclos do Rio Negro

Neste capítulo, demarcamos a área cultural do Rio Negro como um território onde os povos ribeirinhos vivem entre o enraizamento e o movimento, a fixação e a mobilidade, física e cultural. Vamos, também, começar a distinguir alguns rostos, mascarados no conjunto de uma sociedade singular. Nossos entrevistados descendem, direta ou indiretamente (em segunda, terceira ou quarta geração), da multiplicidade de etnias que habitam, ainda hoje, as cabeceiras do Rio Negro e os vales dos seus tributários e formadores, em sua parte alta.

“Eles são quase todos nascidos e criados na região, já filhos dos velhos, que vieram do Caiari. Então a descendência toda deles é desses do alto do Rio Negro, do Caiari. Dos Tukano, dos Baniwa. Já são netos, bisnetos deles.¹

A afirmação que D. Alda de Aguiar Cardoso fez, em relação aos habitantes da comunidade do Tapereira, repetiu-se amiúde ao longo da pesquisa e pode ser generalizada para a área estudada. Neste caso, deve-se acrescentar outras procedências, como os rios Uaupés e Tiquié, por exemplo, e outras etnias, tais como os Baré e os Maku, citados pelo Padre Carlo.² A estreita convivência entre diferentes culturas, dentro de um território circunscrito, não se restringiu aos povos autóctones, incluindo, pois, neste amálgama, tanto os colonizadores portugueses, quanto a sociedade brasileira. No decorrer dos séculos este processo resultou na consolidação de comunidades tradicionais não indígenas, com hábitos

¹ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso, no seringal São Tomé, em 22/08/1995 (CNB 43). Observação: os nomes dos povos indígenas serão grafados, sempre, segundo a nomenclatura utilizada em <http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/quonqua/enciclop/p-t.shtm#t>.

² Entrevista com o Padre Carlo Zuchetti, responsável pela Missão Salesiana em Santa Isabel do Rio Negro, em 21/08/1995 (CNB 33).

e costumes comuns constituídos sobre os valores ancestrais persistentes e a partir da capacidade de adaptação aos novos modos de viver e de produzir introduzidos concomitantemente.³

Estamos denominando os habitantes destas comunidades como caboclos, um termo genérico e de múltiplos significados em toda a Amazônia, mas cujo sentido primordial tende a indicar a origem rural do indivíduo.⁴ Para a antropóloga Véronique Boyer, “no Brasil inteiro, quando se fala em caboclos, pensa-se em mestiços de índios, instalados na beira dos rios, vivendo da pesca e da colheita, de temperamento preguiçoso e desconfiado”.⁵ Trata-se de uma construção intelectual que, como bem demonstrou esta autora, reflete, para fora da Amazônia, uma significação de exotismo e primitivismo no imaginário nacional. Endogenamente, representa um dado de arcaísmo e de atraso, elaborado pelas elites locais em relação à região e às pessoas assim designadas, revelando às escondidas a exclusão social de grande parte da população.⁶

A palavra “caboclo” está presa ao desenvolvimento de um processo histórico específico, convivendo com as designações de “índio destribalizado” e de “caboclo tapuí”, ambas oriundas deste mesmo movimento e que poderiam sugerir uma certa seqüência cronológica entre os termos.⁷ Na historiografia, Victor Leonardi define o “modo de vida

³ O conceito de “comunidades tradicionais” está aplicado no mesmo sentido apontado por: Rodrigues, Eliana. *Moradores do Parque Nacional do Jaú, AM: espaço e cultura*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 1997. Ver também: Diegues, A. C. S. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades Caiçaras*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1988 e, do mesmo autor, Sustainable development and people's participation in wetland ecosystem conservation in Brazil: two comparative studies. In: Ghai, D.; Vivian, J. *Grassroots environmental action*. New York: Routledge, 1992.

⁴ Ver: Cascudo, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1972.

⁵ Boyer, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. *Mana*. [online]. abr. 1999, vol.5, nº 1, pp. 29/56. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100002&lng=pt&nrm=iso>, p. 20.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ Em seu artigo, Véronique Boyer se propõe a historicizar “a construção do significado de caboclo”, como ela mesma diz. Ver: Idem, p. 10/17.

caboclo tapuio” como tendo prevalecido “no baixo rio Negro, no período 1750-1850”, possuindo como marco definidor inicial a instauração do Diretório dos Índios, pelo Marquês de Pombal. Para ele, trata-se de um “período anterior à formação de um estilo de vida sertanejo amazônico ou caboclo amazonense”.⁸ Arthur Reis optou pela mesma denominação, de “caboclo tapuio”, compreendendo-a como uma combinação nascida do próprio processo oficial de colonização da Amazônia, quando se juntaram estas duas peças, originando “a grande massa humana que ocupou as vilas, os povoados, as beiras dos rios e lagos”, e “mantendo as características do índio”.⁹ Entre os etnólogos, prevaleceu a categoria de “índio destribalizado”.¹⁰

Véronique Boyer, em seu instigante artigo, no qual aborda as interações e analogias entre os “caboclos seres humanos” e os “caboclos entidades presentes em práticas religiosas”, afirma que sua experiência de campo – realizada numa área urbana – apresentou esta forte conotação negativa no emprego do termo, o qual “denota a pouca consideração que se tem para com aquele que se qualifica dessa forma, quando não torna explícito o desejo de ofendê-lo”.¹¹ Todavia, o mesmo não se deu com os relatos que obtivemos no Rio Negro. Embora esta questão etimológica e denominativa não tenha sido objeto de maior atenção por parte da pesquisa etnográfica que ali empreendemos, não observamos animosidades em relação ao termo, o qual chegou, mesmo, a ser enunciado num contexto de autodefinição pelo Seu Américo de Oliveira Neto, quando nos respondeu assim, ao ser indagado se a “vida era melhor no tempo em que tinha borracha”:

⁸ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 105.

⁹ Reis, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 61. Ver, também, páginas 229 a 236.

¹⁰ Podemos citar: Galvão, E. Encontro de sociedades tribal e nacional no Rio Negro, Amazonas. In: Galvão, E. *Encontro de sociedades*. Op. cit., pp. 259/260 e Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*. Op. cit., p. 318/319.

¹¹ Boyer, V. Op. cit., p.3.

“Era muito melhor ainda. Que a gente vivia livre, tranqüilo, né? O senhor sabe, os caboclos daqui querem é tranqüilidade na vida, né?”¹²

No Médio Rio Negro, o contato entre a sociedade brasileira e os diversos grupos indígenas que ali viviam, autóctones e catequizados, foi determinante para a constituição da identidade cabocla do território. A partir do último quartel do século XIX, a nomenclatura consolidou-se e vulgarizou-se, tendo na empresa extrativista um forte elemento propagador, em um contexto no qual eram dominantes as relações sociais constituintes da cultura do barracão. Estas privilegiaram ali, como em toda a Amazônia, um pequeno grupo de proprietários e exploradores da terra, conhecidos como patrões; e incidia, basicamente, sobre as populações tradicionais do vale, uma massa de indivíduos deslocados de diferentes culturas e contextos, contando com um sem-número de mestiços gerados no próprio processo de reconstrução cultural pelo qual todos passaram.

Os barracões e armazéns, onde se dava a comercialização local das safras de produtos extraídos da floresta, eram tidos como os lugares onde efetivamente exercia-se o poder do patrão sobre a força de trabalho responsável pela coleta e preparação da produção. A mediação entre estes arquétipos sociais engendrava-se através do pessoal administrativo, público e privado, e pelos comerciantes de menor expressão, fossem aqueles fixados em algum ponto intermediário, nas calhas dos rios nos quais havia áreas de produção, fossem outros, navegando a imensa malha fluvial que recortava o território, no caso dos regatões. Este papel possibilitava a estas pessoas, juntamente com os trabalhadores urbanos especializados, ascender a um outro *status* social e econômico, a meio caminho entre os patrões e aqueles que enfrentavam cotidianamente o seio da floresta. Tratava-se de uma

¹² Entrevista com o Seu Américo de Oliveira Neto, em Camanaus, 17/08/95 (CNB 23).

estrutura social solidamente vinculada ao ambiente em que se desenvolvia e, ao mesmo tempo, às necessidades do capitalismo internacional.

A atividade borracheira tinha, então, um ritmo febril que tomara conta de toda a Amazônia. No Rio Negro, devido à existência de poucas áreas de várzea propícias à frutificação das *Hevea brasiliensis*, a quantidade de látex produzida era pequena, muito inferior às de outros vales, como o Purus e o Juruá, por exemplo. Esta mesma observação comparativa já aparecia no relatório redigido por Carlos Chagas após sua viagem, no ano de 1913:

“Segundo informações colhidas do Secretário de Intendência, a produção anual de borracha do município de Moura é na média de 60 a 80 mil quilos; o que representa cifra realmente mínima, inferior à dos seringais mesmo dos pequenos do rio Acre”.¹³

Arthur Cezar Ferreira Reis trouxe à luz alguns dados estatísticos que dimensionam melhor esta diferença. Enquanto o Rio Purus produzira, entre 1900 e 1902, 5.520 toneladas, 6.016 e 6.750, respectivamente, e o Rio Juruá ficava com 2.361, 2.925 e 3.642. O Rio Negro apresentava, no mesmo período, a produção de 512 toneladas no primeiro ano, 521 no seguinte e apenas 313 em 1902.¹⁴ Entrementes, um quadro bastante diversificado de atividades extrativistas exercia forte atração sobre as malocas das cabeceiras do rio.

Em 1927, o etnólogo Curt Nimuendaju, atuando como auxiliar da Inspetoria no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), realizou uma “estatística dos índios da região do Uaupés”, na qual deixam de ser contabilizados aqueles “que trabalham

¹³ Cruz, Oswaldo. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas. In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou, 1972, p. 105.

¹⁴ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit, p. 108. Ver, também, Leonardi, V. *Os historiadores e os rios*. Op. cit, p. 130.

nas propriedades dos civilizados, que fazem um total aproximado de 1.600 almas”.¹⁵ A confusão para definir quem eram os índios, que deveriam estar a cargo do SPI, e quem eram os caboclos, levou-o a considerar “inteiramente supérfluos os delegados nomeados para os caboclos civilizados, moradores na margem do Rio Negro”.¹⁶ A principal distinção se dava, segundo o etnólogo, pela localização geográfica dos grupos, ficando os índios nos afluentes das cabeceiras do Rio Negro, e os caboclos de São Gabriel para baixo. Nem mesmo o fato de que todos se envolviam com as fainas do extrativismo, permitia uma diferenciação, como ele mesmo admitia.

Ao avaliar os candidatos ao cargo de Delegado Geral do SPI no Alto Rio Negro, ele descartou “os moradores civilizados atualmente estabelecidos no município de São Gabriel” porque, entre estes, não haveria “um único amigo dedicado dos índios”, um único indivíduo que pusesse os interesses das populações autóctones “acima dos seus lucros particulares e das suas boas relações pessoais na zona”.¹⁷ Mais do que isso:

“Muitos deles fazem até grande empenho de serem nomeados delegados do S.P.I. na convicção de que este cargo entrega-lhes nas mãos a ambicionada posse dos índios, capacitando-os ao mesmo tempo de proceder contra qualquer outro que queira disputar esta posse. Os poucos civilizados que nesta região se encontram são ou foram negociantes e balateiros e como tais viciados no sistema compulsório acima estigmatizado.(...) No mais, o delegado, monopolizando a exploração dos 'seus' índios, ao menos evita que estes estejam expostos à exploração de todo mundo.”¹⁸

É claro que se pode inferir, após a leitura completa do relatório produzido pelo Inspetor Bento Pereira de Lemos, que ele e Nimuendaju construíram uma classificação

¹⁵ Inspetoria no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios. *Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927*. Manaus: 1928, p. 33.

¹⁶ *Idem*, p. 28.

¹⁷ *Idem*, p. 27.

¹⁸ *Idem*, pp. 27/28.

entre “caboclos civilizados” e “silvícolas” baseada, fundamentalmente, na manutenção da vida, no caso destes últimos, em aldeias comunais, organizadas social e ritualisticamente de forma tradicional e pela preservação da linguagem original, conforme cada grupo étnico.¹⁹ Por este raciocínio, os caboclos eram aqueles que se acomodavam “nas propriedades dos civilizados”,²⁰ falando o português e o *nheengatu*, a língua geral inventada pelos jesuítas e ensinada nas missões, porém, não mais as línguas ancestrais.²¹

Para Eduardo Galvão, a “população indígena, pela convivência e pela mesclagem com o colono, imprimiu sua marca na moderna sociedade cabocla”.²² Berta Ribeiro, ao analisar este processo, chega a afirmar que “a fusão de tradições várias, tanto indígenas como civilizadas (do Brasil e dos países limítrofes) ‘cosmopolitizou’ os índios do Noroeste amazônico”.²³ Esta colocação pode ser compreendida a partir das intensas trocas culturais vivenciadas pelos habitantes da área do Rio Negro; mas também suscita, se aliada à colocação inicial de Galvão, a idéia de que o caboclo traz as marcas culturais de uma movimentação que terminou por fixá-lo num modo de vida híbrido, onde os valores mais arraigados das sociedades tribais permanecem dominantes, embora articulados à economia capitalista do extrativismo florestal, que o absorveu enquanto mão de obra e modificou seus costumes e anseios.

O caboclo não apenas mantém seus nexos com o passado histórico apropriado das culturas autóctones, como inclui os saberes e as práticas ancestrais entre seus principais

¹⁹ Idem, p. 33.

²⁰ Idem, p. 33.

²¹ Em relação à “língua geral” ou *nheengatu*, Berta Ribeiro afirma que os missionários carmelitas, no século XVIII, “julgavam ser essa a língua indígena do noroeste do Amazonas, quando na verdade não havia nenhum grupo tupi na área”. (Ribeiro, Berta G. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 19). Ela prossegue afirmando que o “tupi da Amazônia”, “difundido e gramaticado pelos missionários, é uma deformação do tupi-guarani, idioma dos grupos tupinambá que ocupavam a costa durante a descoberta e de outros tupi interioranos.” (Idem, p. 245)

²² Galvão, Eduardo. *Aculturação indígena no Rio Negro*. Op. cit., p. 138.

²³ Ribeiro, Berta. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 28.

elementos. Assim, a compreensão de que a identidade cabocla relaciona as antigas tradições com outras, as quais foram sendo progressivamente assimiladas, formalizadas e ritualizadas, permite-nos visualizar concepções de vida forjadas desde as próprias práticas da população, plasmadas no cotidiano, nas relações entre as pessoas, na organização sócio-produtiva da comunidade e nas maneiras de viver dos grupos sociais. Era um outro povo, diferente dos indígenas, mas que ainda dependia dos saberes ancestrais para sobreviver na floresta. Como escreveu Darcy Ribeiro,

“No curso de um processo de transfiguração étnica, eles [os ‘índios tirados de diferentes tribos’] se converteram em índios genéricos, sem língua nem cultura próprias, e sem identidade cultural específica. A eles se juntaram, mais tarde, grandes massas de mestiços, gestados por brancos em mulheres indígenas, que também não sendo índios nem chegando a serem europeus, e falando o tupi, se dissolveram na condição de caboclos”.²⁴

Vou, então, destacar pelo menos dois traços característicos destes, que são os personagens centrais da nossa história. Ao primeiro, chamarei de interculturalidade, definindo, através desta noção, o processo histórico lento, estrutural, de longa duração, que veio a forjar, no conjunto das relações culturais e sociais vigentes no Rio Negro, uma tradição cabocla. No final do século XX, esta vem estampada na permanência de práticas cotidianas produtivas, sociais e rituais vinculadas aos saberes tradicionais dos povos indígenas que habitaram (e ainda habitam) o território, as quais, entretanto, notabilizam-se por uma transformação dos elementos persistentes, que foram sendo descontextualizados, reclassificados, e rearticulados entre si, dinamizando-se o seu uso social de modo conectado aos contextos históricos vivenciados.

²⁴ Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*. Op. cit, p. 319.

O outro, diz respeito à mobilidade desta população, normalmente balizada pela própria bacia do Rio Negro. Trata-se de uma prática comum aos povos indígenas que viviam na área, cuja cultura nômade ou seminômade já os impelia, sempre, de um lado para o outro, aproveitando as potencialidades do *habitat* e preservando a sustentabilidade ambiental, não apenas da floresta, mas de suas próprias sociedades.²⁵ Para Barbara Weinstein, este estilo de vida respondia a uma característica das chamadas “terras firmes”, as quais, “num marcante contraste com a várzea, cujo solo é constantemente reabastecido de seus nutrientes pelas enchentes anuais”, possuem apenas uma fina camada de terreno fertilizado que logo desaparece, levada pelas chuvas ou usadas pelos roçados. Estas áreas não conseguem “suportar senão escassa quantidade de vida animal”.²⁶ A mobilidade esteve afeita, também, às atividades típicas do extrativismo econômico, que impõem o deslocamento dos trabalhadores e do aparelho produtivo para os locais onde estão os produtos. Além disso, percebe-se, por um lado, que muitos grupos, em fuga de um contato tanto mais nefasto quanto próximo dos modos e da cultura ocidentais, deslocavam-se para o seio da floresta ou para as cabeceiras dos rios. De outro, grandes contingentes moviam-se de suas aldeias nativas para as calhas dos grandes rios, engajando-se no mercado de trabalho existente.

1 - Interculturalidade

O processo de transfiguração étnica, ocorrido no vale do Rio Negro, tem como base as diferentes etnias que conviviam, naquele território, em meio a guerras, alianças, um comércio baseado no escambo e, principalmente, uma contínua movimentação em busca

²⁵ Ver o artigo de Pádua, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. Op. cit.

²⁶ Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 22.

dos sítios mais férteis. Lá estavam, quando da chegada dos primeiros colonizadores, ainda no século XVII, dezenas de grupos originários das famílias lingüísticas Tukano, Aruák e Maku. Instalavam-se, então, ao longo dos cursos dos rios formadores da bacia do Rio Negro, segundo uma lógica bem definida, na qual os grupos familiares de mais alta hierarquia ocupavam os baixos cursos, “mais ricos em peixe e de solo mais fértil”. Os outros se organizavam rio acima, segundo o nível de estratificação a que estavam submetidos.²⁷ Estas nações foram, em grande número, absorvidas pela sociedade brasileira ou exterminadas, principalmente através das correrias e dos descimentos de índios para os aldeamentos missionários e para os serviços do extrativismo.²⁸

Da maneira como se distribuíam geograficamente, os clãs principais ficaram mais expostos aos colonizadores, missionários e comerciantes, que avançaram pelo vale. Os remanescentes refugiaram-se nas terras próximas às nascentes e, principalmente, ao longo dos dois principais afluentes do Rio Negro, os rios Içana e Uaupés, estendendo-se pelo interior da floresta que envolve toda a região, até as cabeceiras do Rio Branco, a sudeste.²⁹ Juntaram-se, desta feita, aos *sibs* Tukano e Aruák-Baniwa de mais baixa hierarquia, que já ocupavam as nascentes e os igarapés, e aos grupos Maku em plena mata, conseguindo, deste modo, manter maior autonomia cultural e preservar-se.³⁰

²⁷ Ribeiro, B. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 2.

²⁸ Segundo a periodização proposta por Robin Wright, o “tempo dos descimentos” sucedeu o “tempo da escravidão”, no Rio Negro, tendo vigorado após a edição do “Diretório dos Índios”, estendendo-se, no entender de Francisco Jorge dos Santos, até quase o final do século XVIII. Estes movimentos visavam a captura de índios, necessários para a formação de novos núcleos coloniais. Ver: Wright, R. Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas. In: Revista de Antropologia. Vol. 30/32, 1987/1989, pp. 355/381; Santos, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999; Wright, R. História indígena do

noroeste da Amazônia. In: Cunha, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
²⁹ Ver: Galvão, Eduardo. *Aculturação indígena no Rio Negro*. Op. cit.

³⁰ Ribeiro, B. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 20. O termo *sib* foi utilizado pela autora como equivalente de clã, já tendo sido usado nesse mesmo sentido por Galvão, Eduardo. *Aculturação indígena no Rio Negro*. Op. cit. Principalmente pp. 171/176. Ver, também, do mesmo autor: *Encontro de sociedades tribal e nacional no Rio Negro, Amazonas*. Op. cit., pp.265/268.

Num processo de interação étnica de longa duração, o qual constituiu clivagens sociais e políticas, as quais hierarquizaram e reorganizaram a vida, as diferentes formas de trocas culturais intertribais se deram “mediante o mecanismo da especialização e troca de manufaturas e, principalmente, com a prática da exogamia tribal e/ou clânica”.³¹ Para Berta Ribeiro, resultou, daí, um movimento de difusão de “um *corpus* de saber” que se tornou comum a todas as tribos que viviam no território do Rio Negro, promovendo “uma homogeneização no tocante à cultura material, à estrutura social e à visão do mundo que contrasta com a prevalência de um multilingüismo, principal definidor da identidade étnica de cada grupo que a compõe”.³² A autora prossegue:

“Verifica-se, com efeito, que além da divisão sexual de trabalho artesanal no interior de cada tribo, ocorre uma divisão do trabalho intertribos em que cada uma delas, embora possa confeccionar os artefatos que as outras produzem, se abstém de fazê-lo, a fim de estreitar a dependência mútua”.³³

Mesmo enquanto diminuían as distâncias para com as demandas e desejos proporcionados pelas sociedades ocidentais, estes povos continuaram a incorporar saberes e técnicas, a partir dos novos dados incluídos na realidade do seu cotidiano, buscando, contudo, preservar uma leitura autônoma destas situações. Praticavam a assimilação e a adaptação, principalmente através da transformação dos usos destes elementos. Neste contexto, generalizaram-se alguns padrões de rituais e comportamentos que permitiram a consolidação de um modo de vida cuja especificidade residia no fato de comungarem “de

³¹ Ribeiro, B. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 21. Berta Ribeiro utiliza o conceito de “aculturação interétnica”, para definir o processo determinante das mudanças culturais no Alto Rio Negro. Idem, p. 28.

³² Idem, p. 63.

³³ Idem, *ibidem*.

uma mesma visão cosmogônica, de um conjunto de crenças, ritos e práticas comuns a todas [as tribos], que explicam sua origem e seu modo de ser”.³⁴

A partir da segunda metade do século XIX, sob o impacto do crescimento exponencial da produção do látex de seringueira brasileiro, estreitaram-se ainda mais os vínculos entre o modo de vida florestal, desenvolvido pelo caboclo, e os padrões burgueses, que acompanhavam o avanço das relações locais de comércio capitalistas. A cultura do barracão, tanto no que tange ao mundo do trabalho quanto às práticas cotidianas, foi moldando as características da sociedade rionegrina, ao longo de um processo histórico que transcorreu por cerca de um século. Assim, já nos anos 1950, Eduardo Galvão observava que “índios de várias procedências tribais tendem a se agrupar nos povoados ou a estabelecer-se nas ilhas e sítios próximos, onde alternam uma pequena atividade agrícola com outras mais importantes baseadas no corte da borracha, da piaçaba ou na coleta da castanha”.³⁵

A forte presença das culturas indígenas imprimia uma tipificação étnica para o universo caboclo que se constituía. Entretanto, se Berta Ribeiro, ao analisar este processo, indica que se desenvolveu, entre os índios do Alto Rio Negro, uma íntima convivência entre as diferenças culturais,³⁶ para Ana Gita de Oliveira, que descreve o mesmo cenário na metade da última década do século XX, a atração exercida por um centro urbano – como São Gabriel da Cachoeira – revela a “incorporação da idéia de ‘ser civilizado’”:

“quanto mais afastados estiverem os grupos indígenas urbanos, das ocupações que caracterizam sua condição histórica (como o trabalho na roça), e mais engajados em ocupações que os caracterizem como

³⁴ Idem, p. 23.

³⁵ Galvão, Eduardo. Mudança cultural na região do Rio Negro. In: Galvão, E. *Encontro de sociedades*. Op. cit., p. 121.

³⁶ Ribeiro, B. *Os índios das águas pretas*. Op. cit., p. 28.

assalariados, sobretudo as ocupações ligadas a cargos públicos ou burocráticos (como por exemplo, na prefeitura, no correio, no hospital, escolas da missão etc.), mais diluída se torna sua identificação étnica”.³⁷

Esta afirmação reforça o movimento de construção de um amálgama cultural como resposta aos contextos e pressões exercidos externamente às sociedades autóctones. Quando observamos este quadro mais detidamente, percebemos a presença de outros agentes cuja atuação foi fundamental para sedimentar a interculturalidade historicamente constitutiva do caboclo rionegrino, a qual representa um dos pilares de distinção e singularidade de seu território, frente ao conjunto da Amazônia brasileira. Examinaremos, então, a partir daqui, o papel que desempenharam nordestinos e portugueses para a modelagem desta tradição cabocla.

1.1 - Os nordestinos

Como vimos, a partir da década de 1870, a Amazônia tornou-se um destino obrigatório para milhares de nordestinos que abandonavam a aridez da caatinga em busca de uma decantada riqueza que se retirava do seio da floresta, com muito esforço e sob condições inclementes. A pesquisa de Victor Leonardi, realizada a partir de uma perspectiva social da História e com fontes inéditas,³⁸ reporta, para o Baixo Rio Negro, a entrada de nordestinos, predominando no rio Jaú – afluente do Negro pela margem direita, desembocando pouco acima da antiga vila de Airão – “os cearenses e os paraibanos, embora houvesse sergipanos na foz do Pauini e pequenos contingentes de nordestinos de

³⁷ Oliveira, Ana Gita de. *O mundo transformado. Um estudo da cultura de fronteira no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995, p. 115.

³⁸ O que marca uma diferenciação importante em relação à historiografia usual sobre a região, como mostramos na Introdução.

outras procedências nos inúmeros seringais das redondezas do Airão”.³⁹ Segundo ele, esta migração teria se intensificado com a seca de 1888.⁴⁰

Contudo, as fontes que utilizamos não registraram evidências significativas de que este fluxo de trabalhadores tenha ocorrido de forma determinante para o Médio Rio Negro. É importante observar que havia uma presença de nordestinos entre a classe dominante local, a qual era numericamente inexpressiva – no conjunto da população da região –, mas que controlava política e economicamente toda a sociedade. Era o caso do maranhense Graciliano Jonas Lopes Gonçalves, que, juntamente com seu irmão Rodolfo, foi para São Gabriel da Cachoeira, onde se fixou como patrão de atividades extrativistas. Este personagem aparece nas correspondências da firma J. G. Araújo, apenas em 1940,⁴¹ tendo sido citado, no depoimento do Seu Pedro Gonçalves de Aguiar, como o patrão para quem este trabalhara.⁴² Tudo isso não quer dizer que ele não tivesse chegado já há vários anos na região. Segundo o antropólogo Antônio Maria de Souza Santos, os irmãos Lopes Gonçalves já eram “pessoas de alguma posse” quando se instalaram por lá.⁴³

“A empresa que possuíam atuava através de ‘regatões’ ligados ao extrativismo da região e às casas aviadoras de Manaus. Graciliano era a principal figura, considerado por uma moradora da cidade como ‘o dono do beiradão’. Com a casa de comércio em São Gabriel, vários barcos e inúmeros ‘aviados’, a família Gonçalves adquiriu uma sólida situação econômica à época em que vivia seu principal empreendedor, Graciliano, já falecido”.⁴⁴

³⁹ Leonardi, V. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 131.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 1940/ Janeiro, Fevereiro e Março: carta de Graciliano Jonas Lopes Gonçalves, de São Gabriel, em 06/01/1940.

⁴² Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar, em Santa Isabel, 21/08/1995 (CNB 37).

⁴³ Santos, Antônio M. de S. *Kariwa Retewa, Kariwa Nungara*. Op.cit., p. 66.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Souza Santos cita, ainda, os nordestinos Heráclito Lima, alagoano, e Luís Matos, cearense, como outros comerciantes “mais antigos” dignos de menção.⁴⁵ Por outro lado, em relação às classes trabalhadoras, apenas a carta de José Antônio Nogueira Campos, dentre os documentos que consultamos, refere-se explicitamente à contratação de mão-de-obra de fora do território. Nela, o comerciante apresentava Luiz Clemente da Silva à firma J. G. Araújo, solicitando do aviador a “vossa digna atenção como para mim próprio desejo [sic]”, pois “ele vai ao baixo Amazonas buscar um pessoal para o fábriço”.⁴⁶ Não há, todavia, evidências de que esta turma escolhida tivesse a presença de nordestinos. A cidade de Barcelos, onde operava o missivista, representa o limite sul da região estudada e era o provável extremo norte de uma área de concentração ecológica de seringueiras que percorria o baixo curso do Negro, incluindo as ilhas e alguns de seus afluentes.

Outros dois documentos fazem referências a pessoas procedentes do Nordeste brasileiro. O primeiro deles é uma correspondência do comerciante Aristides Neiva de Hollanda Cavalcante, estabelecido em São Gabriel, falando “d'uma minha carta vinda de Sergipe”, isto em outubro de 1891.⁴⁷ O segundo documento é outra carta, desta vez escrita por Fachina Souza e remetida de um barracão localizado na Boca do Castanho,⁴⁸ a qual solicitava que a casa J. G. Araújo pagasse “ao nosso empregado de nome Raimundo da

⁴⁵ Idem, p. 69.

⁴⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de José Antônio Nogueira Campos, em 23/04/1900. Fábriço é a expressão popular e usual para designar as atividades extrativas em seus períodos normais. Assim, temos, em determinada época do ano, o “fábriço” da borracha ou o “fábriço” da piaçaba; em outra época, o “fábriço” da castanha, etc.

⁴⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 459, carta de Aristides Neiva de Hollanda Cavalcante em 06/10/1891.

⁴⁸ Pode parecer apenas uma curiosidade, mas muitos dos nomes dos lugares citados neste trabalho traduzem quase exatamente uma situação geográfica. No caso, a localidade de Boca do Castanho situa-se na foz do igarapé do Castanho, assim denominado pela tonalidade de sua água (ainda hoje).

Silva a quantia de dois mil contos de réis, pois esse nosso empregado segue doente para o Ceará”.⁴⁹

Se levarmos em conta que, como dissemos anteriormente, a mobilidade das populações que dependem economicamente do extrativismo é um traço quase inerente à atividade – pois necessitam deslocar-se até os locais de concentração ecológica natural dos produtos, buscando outros, alternativos, quando os primeiros se esgotam ou já não rendem um bom fábriço –, podemos desconfiar que os sergipanos citados pelo Sr. João Bezerra ao historiador Victor Leonardi fossem aparentados de Hollanda Cavalcante. Mesmo não conhecendo o nome destes “sergipanos na foz do Pauini”, inferimos esta possibilidade ao levarmos em conta que a referência de parentes e vizinhos era essencial para a decisão de migrar da caatinga para a floresta tropical úmida e para a definição de onde se localizar no novo mundo.

Foi deste jeito que aconteceu com Seu Horácio José Domingos da Silva, residente no seringal Catuaba, rio Acre, no sudoeste do mapa da Amazônia. Ele, nascido em Pernambuco, contou que

“a necessidade lá obrigou a gente a vir para cá, né? Falta de terra para trabalhar e por aí afora, né? (...) Na época, um tio meu veio para cá (...), né? Aí, quando chegou aqui, achou que o lugar era bom para trabalhar, lá no Amazonas. Aí, ele foi lá buscar a gente e nós viemos para cá, né? (...) A viagem foi péssima, né? Nós passamos 3 meses de Manaus para aqui em um navio a lenha. Um navio com o Alvarenga, né? Rebocando o Alvarenga, né? Nós passamos três meses viajando. De dia, a gente viajava e passava a noite toda pegando lenha, que era para o outro dia seguir viagem. É. (...) Nós pegamos o Jansen de Melo, o Comandante Sales, navio do Lloyd, né?, até Manaus. Aí, de Manaus para

⁴⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 632, carta de Fachina Souza em 16/02/1898.

cá, nós pegamos o Jansen de Melo, que era a lenha, né?
Aí, chegamos ao Antimari, Boca do Acre, né?”⁵⁰

Ao ser perguntado sobre os meses passados dentro do navio, nosso entrevistado sorriu:

“Ah! Dentro do navio era bom, passar o dia era bom né? Todo dia eles matavam um boi para a gente comer né? Eu achei bom a viagem [sic]. Era comendo, deitado e dormir. É dormir, comer e pronto. (...) Carne, carne de boi, né? E feijão e arroz. Só.”⁵¹

Seu pai deve ter sido um pequeno proprietário rural arruinado pelas secas, pois o depoente informou que ele vendeu uma propriedade para financiar a viagem até o Acre. E, como afirmamos há pouco, o tio do Seu Horécio foi um personagem decisivo para a transferência de Pernambuco para o Acre, pois, tendo vindo como um pioneiro, “achou que o lugar era bom para trabalhar” e voltou para buscar a família. Esse depoimento deixa, entretanto, a impressão de que a vida era tão dura na terra natal, que uma viagem como essa era até oportunidade de descanso e lazer. Em breve teriam que se acostumar com o novo ambiente e com um modo de vida totalmente distinto.

A novidade estava em toda a parte, introduzindo novos elementos no cotidiano dos migrantes, dentre os quais podemos citar a convivência direta com a floresta, a presença de novos animais para caçar, os diferentes códigos de relações pessoais e, até mesmo, o tipo de roça a ser cultivada. Os caminhos de terra foram substituídos pelos leitos dos rios e “estrada” passou a significar a fila de árvores a serem cortadas, dentro da floresta, pelo seringueiro. A “estrada” passou a servir, também, como uma outra definição de

⁵⁰ Entrevista com o Sr. Horécio José Domingos da Silva, no seringal Catuaba (Rio Acre - AC), 26/01/1997.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

territorialidade entre estes trabalhadores, além daquela ditada pelo rio principal, pois cada um era responsável pelas “suas”.⁵²

Então, para o Médio Rio Negro, estamos supondo que os trabalhadores eram, na sua quase totalidade, caboclos e índios arregimentados dentre os habitantes do próprio território, os quais deixavam-se recrutar conforme suas necessidades. O testemunho de D. Alda, ao comentar a pujança dos seringais comandados pelo avô – Joaquim Gonçalves de Aguiar –, é um daqueles que vem confirmar este dado: “Vinha gente de Camanaus para trabalhar borracha. Tinha muita gente, meu avô”.⁵³ Nos dados que apresenta em seu livro, Leonardi também deixa a nítida impressão de que, quanto mais se subia o rio Negro, mais a sua população era constituída pelos nativos locais e seus descendentes.⁵⁴ Esse fato está corroborado por Arthur Reis, em sua obra clássica intitulada “O seringal e o seringueiro”, na qual apontou os seringais da região que estudamos como área de atuação dos caboclos amazonenses.⁵⁵

Em fevereiro de 1913, Carlos Chagas descreveu sua passagem por Providência, “um dos seringais de melhor aspecto do Rio Negro”, onde o cientista mineiro observou que labutavam de “140 a 150 pessoas, distribuídas nas margens do Rio Negro e por outros pequenos rios e igarapés”. Ele destacou que

“os trabalhadores de seringais neste barracão são quase todos índios, de diversas tribos. Apresentam-se aqui, como em todo o Rio Negro, numa condição física e moral das mais precárias, sendo os homens de estatura pequena, de constituição pouco robusta e de aspecto geral pouco simpático. As mulheres são extremamente

⁵² Especificamente sobre a assimilação de valores culturais nordestinos na construção da identidade cabocla nos vales dos rios Acre e Purus, ver: Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit. Outro trabalho recente bastante interessante acerca da importância desse movimento migratório na construção de padrões culturais na Amazônia é o de Wolff, C. S. *Mulheres da floresta*. Op. cit.

⁵³ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁵⁴ Leonardi, V. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., pp. 129/134.

⁵⁵ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 229.

feias, muito precocemente envelhecidas, ou melhor, trazendo desde a mocidade estigmas da velhice. Predomina em ambos os sexos a mais extrema indolência. Só trabalham forçados pelo proprietário e o fazem sem qualquer ambição de fortuna, visando exclusivamente à própria manutenção, contentando-se com pequenas dádivas de roupas, aguardente, etc.”⁵⁶

Na citação, não apenas inexistem, entre os trabalhadores, qualquer referência a migrantes, de qualquer origem, como o perfil destes, traçado por Chagas, é perfeitamente compatível com o resultado da transfiguração étnica processada localmente. Quando ele se surpreendeu com a ausência de “qualquer ambição de fortuna”, estava testemunhando o modo de vida caboclo, que, no Rio Negro, assume formas diferenciadas, dada, como vimos, a permanência dominante de valores importantes das sociedades tribais, principalmente a organização da vida de maneira comunitária e a livre movimentação pelo território. O susto foi proporcionado pela ótica que, como não poderia deixar de ser para uma pessoa daquela época, na sua condição profissional e pessoal, trazia uma sobrevalorização dos interesses da ética do trabalho capitalista a partir de uma racionalidade positivista.⁵⁷ Ao longo de toda a parte do relatório dedicada ao Rio Negro, apenas uma vez Chagas cita “uma família de cearenses incumbida do zelo da casa” do Seu João Amazonas, proprietário de um sítio abaixo de São José e de um seringal no Rio Paduari.⁵⁸

A partir de entrevistas realizadas com a população de São Gabriel da Cachoeira em 1990, a antropóloga Ana Gita de Oliveira indica uma memória acerca da “existência de pessoas vindas do Ceará e do Maranhão para trabalhar, principalmente, na indústria

⁵⁶ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 106.

⁵⁷ Sobre Carlos Chagas, ver: Chagas Filho, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1993.

⁵⁸ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 112.

extrativa da borracha e no comércio de regatão”.⁵⁹ Os depoimentos que coletamos cinco anos depois, inclusive na mesma cidade, já não trazem evidências mais significativas a este respeito, o que, por um lado, obviamente não invalida a observação anterior, e, por outro, tende a apoiar uma idéia de transitoriedade nas presenças de migrantes como estes, os quais apareciam em busca de fortuna, mas iam-se assim que percebiam que a região era pobre em termos de quantidade de seringueiras. Também é pertinente anotarmos que o regatão significa uma presença humana transitória, pois sua atividade pressupõe as viagens, idas e vindas que têm como base, normalmente, uma cidade ou entreposto de grande porte.

Mesmo muitos anos depois, durante a Segunda Guerra Mundial, quando os governos do Brasil e dos Estados Unidos promoveram uma retomada da produção de borracha através de um programa oficial que passou a estimular, novamente, a ida de nordestinos para a Amazônia, valendo-se de um movimento voluntário iniciado com a grande seca de 1941, não pudemos perceber uma entrada maciça dos “soldados da borracha” na área.⁶⁰ Nessa época, quem estava à frente de uma destas unidades produtivas era o pai de D. Alda:

“D. Alda, conta pra gente sobre os soldados da borracha. Como foi isso, a senhora lembra, ainda?”

Eu me lembro da chegada dos soldados da borracha, que eu estava em Manaus com os meus pais, mas eu não conheci nenhum. Meu pai desceu para contratar um pessoal, soldado da borracha, pra vim. Mas chegou lá, não gostou, não trouxe nenhum. Trouxe um só. Um homem e uma mulher. Infelizmente, não deu certo, porque o rapaz matou o rapazinho que ele criava como filho, bêbado. Mas ele não gostou do pessoal da borracha, porque ele acha que eles produziam pouco e

⁵⁹ Oliveira, Ana Gita de. *O mundo transformado*. Op. cit., p. 179.

⁶⁰ O termo “soldados da borracha” foi concebido para definir estas pessoas que, como parte do esforço de guerra empreendido pelos EUA e seus aliados, tornaram-se seringueiros na Amazônia, recrutados por agências do governo brasileiro. Sobre a “Batalha da Borracha” e seus soldados, ver: Morales, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta*. Op. cit.

exigiam muito. Ele preferia trabalhar com o pessoal da região mesmo.

Ele preferia os caboclos de alguma etnia, de alguma nação?

Eles preferiam os do Caiari, porque ele, quando era solteiro, andou o Caiari tudinho, o rio Uaupés. Passou anos no Alto Uaupés explorando balata, então, ele conhecia bastante. Ele falava o idioma, além do português, ele falava o geral, o nheengatu, o castelhano, o baniwa, o meu pai”.⁶¹

A chegada dos “soldados da borracha” em Manaus, revestiu-se, segundo Samuel Benchimol, de dois momentos: no primeiro, entre 1941 e o início de 43, o “movimento migrantista” desenvolveu-se “à moda tradicional, com os flagelados e retirantes nordestinos tangidos pela seca e/ou atraídos pela seringa, em busca da Amazônia e de seus altos rios”;⁶² o segundo momento, entre 1943 e 45, “trouxe um novo colorido”, pois compunha-se majoritariamente “de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida”, provenientes “do Rio, São Paulo, Niterói, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, João Pessoa e Natal”.⁶³

Para este autor, a segunda corrente migratória era “constituída de brasileiros, inclusive nordestinos, cosmopolitas e urbanizados, já sem vínculos regionais, desenraizados, sem afeição à sua querência”.⁶⁴ Em decorrência deste fato, criavam-se grandes dificuldades adaptativas e de integração ao modo de vida vigente nos seringais, ocasionando fugas e deserções em direção aos núcleos urbanos. O que estaria movendo esta massa de migrantes seria “o sabor da aventura”.⁶⁵ Em Manaus, foram vistos assim:

“Na impossibilidade do regresso, essas novas
levas de imigrantes, mal chegados, fugiam das

⁶¹ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁶² Benchimol, Samuel. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., pp. 146/147.

⁶³ Idem, p. 147.

⁶⁴ Idem, p. 148.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

hospedarias e dos albergues de recepção, desertavam das hostes do seu destino final, e partiam para buscar a sobrevivência, de qualquer modo, nos subúrbios e nas periferias da cidade, à procura de empregos que não haviam e de estâncias ou barracos onde pudessem morar”.⁶⁶

Com uma imagem destas, não é de admirar que patrões acostumados ao jeito pacato dos caboclos rionegrinos tivessem hesitado em contratar estes trabalhadores. Além do mais, as histórias que se contam sobre os “soldados da borracha” no Rio Negro parecem confirmar o estereótipo. A narrativa de D. Alda, citada anteriormente, é exemplar, neste sentido. O único destes trabalhadores levado para o seringal do seu pai, terminou por matar um agregado muito próximo ao patrão, fato que serviu para justificar ainda mais a preferência pelos caboclos e indígenas com os quais ele conviveu durante toda a vida.⁶⁷

Cabe destacar, contudo, que Souza Santos, em sua pesquisa etnográfica realizada nas décadas de setenta e princípios de oitenta, indica, em São Gabriel da Cachoeira, a presença de “outros nordestinos que chegaram no Alto Negro, nos anos 40, fazendo parte dos esforços de guerra para a produção de borracha”, citando, inclusive, “um antigo ‘soldado da borracha’ pernambucano”, com quem travou contato.⁶⁸ Esta presença urbana, no entanto, corrobora as versões de Samuel Benchimol e de Eduardo Galvão. Este último, quando afirma que “mesmo o segundo impulso de exploração da borracha natural, provocado pela II Guerra Mundial muito pouco trouxe de benfeitorias permanentes na área”.⁶⁹

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁶⁸ Santos, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa. Kariwa Nungara*. Op. cit., p. 69.

⁶⁹ Galvão, E. *Aculturação*. Op. cit., p. 140.

A observação *in loco* que este etnógrafo realizou, já nos anos cinquenta, aponta, por seu turno, para razões mais consistentes, no que tange à preferência pela utilização de braços nativos na labuta do extrativismo local:

“Numa região escassamente povoada como a do Rio Negro, o trabalho do indígena é da maior importância para a economia local. Regatões e empreiteiros, periodicamente demandam o alto dos rios para aliciar índios, facilitando-lhes crédito e fornecimento a troco de trabalho nos seringais e castanhais. Presos por esses débitos, muitos índios se deixam ficar ou são obrigados a viver longas temporadas junto aos sítios e povoações. Ao retornar às aldeias, são eles, por força de novos hábitos adquiridos, agentes modificadores da cultura tribal”.⁷⁰

Anos mais tarde, a miraculosa década de setenta trouxe algumas levas de migrantes para o limite setentrional da área estudada. A cidade de São Gabriel da Cachoeira passou, então, a viver num ritmo diferenciado daquele que se operava nas comunidades localizadas a jusante dela. A partir de 1974, duas grandes empresas construtoras brasileiras instalaram-se ali para construir os ramais rodoviários que faziam parte do objetivo político-estratégico de ocupação da fronteira norte do país. Chegou, também, um numeroso contingente militar, liderado pelo 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC), o que aumentou significativamente a população residente nesta cidade. Souza Santos afirma que, “à época do ‘boom’ da estrada, a presença das pessoas de fora na cidade era bem maior”.⁷¹ Este autor percebe, neste momento, uma entrada significativa de elementos nordestinos, em sua maioria deslocando-se sem famílias, e que permaneceram por lá apenas enquanto duraram os projetos.

⁷⁰ Idem, p. 142.

⁷¹ Santos, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa. Kariwa Nungara*. Op. cit., p. 75.

É importante verificar que, do ponto de vista da interculturalidade presente nos modos de vida das comunidades do Médio Rio Negro, este surto de desenvolvimento econômico do principal centro urbano da região significou a chegada de novos elementos transformadores apoiados na atração exercida pela idéia de “ser civilizado”.⁷² Em toda a Amazônia, esta foi a época em que a região aproximou-se realmente do restante do Brasil, integrando-se concretamente à sociedade nacional. E a área que aqui estudamos não esteve à margem deste processo. Todavia, do ponto de vista da multiplicidade étnica, não constatamos uma acentuada influência dos grupos domiciliares urbanos de origem nordestina entre os habitantes das zonas não urbanas, sejam ilhas, a plena mata ou os beiradões.

Este dado inclui as sucessivas invasões de garimpeiros que, ao longo dos anos noventa, por diversas vezes agitaram a vida dos caboclos rionegrinos. Aqui, diferentemente daquilo que aconteceu na maioria dos vales amazônicos, a fixação de nordestinos se deu praticamente apenas nos núcleos urbanos, sendo motivadas, quase sempre, por outras iniciativas econômicas diferentes do extrativismo tradicional. Neste sentido, Souza Santos afirma que “a quase totalidade dos migrantes nordestinos que chegaram em São Gabriel com o ‘boom’ da estrada, não conheciam a cidade antes. Alguns vieram por convites de parentes que já estavam no local. Muitos voltaram...”.⁷³ Opinião que transcende a década de 1970, podendo ser resgatada como síntese da influência nordestina na tradição cabocla local.

⁷² Oliveira, Ana Gita de. *O mundo transformado*. Op. cit., p. 115.

⁷³ Idem, *ibidem*.

1.2 - Os portugueses

Voltando no tempo e retomando a época das atividades gomíferas, visualizamos, entre a classe de proprietários, comerciantes e exploradores estabelecidos no Médio Rio Negro, que muitos eram imigrantes portugueses, chegados à região no final do século XIX. Era o momento de entrada de “milhares de imigrantes lusos, atraídos pela fortuna”,⁷⁴ os quais estabeleceram-se como comerciantes, tanto nas praças de Belém e de Manaus, quanto no interior, ao longo dos rios onde se dava a produção extrativista. Era, também, a época de massificação da política de imigração subsidiada, iniciada oficialmente às vésperas da abolição final da escravatura, e que continuou na pauta da política brasileira após a implantação da República, até pelo menos a década de 1930.⁷⁵ A diáspora lusa representou cerca de vinte por cento do total de imigrantes oficialmente registrados no Brasil entre 1880 e 1900. Quantitativamente, perdia apenas para os italianos, que representavam quase sessenta por cento do total.⁷⁶

Embora Nizza da Silva já apontasse para uma surpreendente escassez de estudos sobre a imigração portuguesa, em meados da década de 1980, apenas a partir da década seguinte houve um crescente interesse sobre esta problemática.⁷⁷ Para Benchimol, por seu turno, os portugueses foram os primeiros a organizar o sistema de comércio típico da cultura do barracão, representado, na Amazônia, pelas casas aviadoras de mercadorias. Estas firmas teriam estabelecido as linhas logísticas de suprimento de gêneros alimentícios, ferramentas, equipamentos e tudo o mais que necessitassem aqueles que habitavam fora das

⁷⁴ Benchimol, S. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., p. 70.

⁷⁵ Scott, Ana Sílvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil, (décadas de 1820-1930)*. Artigo apresentado ao: *Congreso de Historia Económica de Zaragoza*, 2001. In: <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>, p. 5. Segundo ela, citando Henrique Doria de Vasconcellos, “a imigração subsidiada teve início no ano de 1888, sendo suspensa no ano de 1928. Foi retomada posteriormente, a partir de julho de 1935” (p. 7).

⁷⁶ Idem, p. 5.

⁷⁷ Idem, p. 2.

capitais do Pará e do Amazonas. Recebiam, em contrapartida, a produção extraída da floresta e destinada, não apenas à exportação, mas ao mercado nacional.⁷⁸ Ainda hoje, pode-se ler em algumas fachadas do comércio popular de Manaus a máxima: “Internamos para todo o Brasil”. Contudo, a historiografia amazônica é ainda mais árida, no que tange a este movimento imigratório. A forte presença de portugueses no Rio Negro está, portanto, carecendo de análises.

Entretanto, sabe-se que a maioria daqueles que entraram de forma subsidiada, na Amazônia, provinham das zonas rurais do Norte de Portugal, chegando jovens ao Brasil, muitas vezes a chamado de familiares ou conhecidos, que já estavam estabelecidos por lá. Vinham para trabalhar como caixeiros, viajantes e prepostos dos patrões nas áreas de produção.⁷⁹ Antes destes, até o final do século XIX, os indivíduos que partiram de Portugal com destino ao Brasil não pertenciam às classes sociais mais pobres da população. Para Scott, dava-se, entre estes, exatamente o contrário:

“o Brasil poderia ser considerado um destino de distinção social, uma vez que eram jovens provenientes de famílias com recursos (famílias de proprietários) que dispunham-se a enviar seus filhos para uma viagem daquele porte.(...) Mais ainda, admite-se que os jovens seriam preparados para empreender tal viagem, e os níveis de alfabetização dos emigrantes mostram a diferença que os separava do restante da população.”⁸⁰

⁷⁸ Benchimol, S. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., p. 70.

⁷⁹ Scott afirma que “as histórias da vinda de caixeiros para o Brasil integrados a uma rede comercial e de parentesco transatlântica foi um tema tratado pela recente historiografia portuguesa”. A autora indica como importante o trabalho de Robert Rowland (Velhos e Novos Brasis. In: *História da Expansão Portuguesa*, edited by F. Bethencourt e K. Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), chamando a atenção para “o tratamento dado pelo autor a esta questão”. Idem, p. 3.

⁸⁰ Idem, p. 24. Citando um recente estudo de Miguel Monteiro (*Migrantes, Emigrantes e Brasileiros: 1834-1926*. Fafe: NEPS - Universidade do Minho, 2000), a autora afirma que, neste período, “os pobres, também migrariam, mas teriam como destino outras regiões de Portugal, como o Alentejo” (p. 24). Há, todavia, uma outra interpretação para este movimento imigratório, segundo a qual houve um grande fluxo de portugueses pobres, ao menos para o Rio de Janeiro, nos anos seguintes ao fim do tráfico negreiro em 1850. Para esta leitura, ver: Alencastro, Luiz Felipe de. Proletários e escravos – imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. In: *Novos Estudos – Cebrap*, 1988, nº 21. Para este trabalho, optei por me basear no trabalho de Scott, pois suas reflexões são mais recentes, bem apoiadas numa pesquisa inédita de fontes e

Pode-se perceber, então, a existência de uma linha condutora comum que vem marcar a trajetória dos portugueses emigrados para o Brasil, a qual diz respeito a uma “rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles”.⁸¹ Como no caso dos migrantes nordestinos, citado anteriormente, em que um parente, um vizinho ou um amigo é a referência para a decisão de migrar para este ou aquele lugar, podemos, com segurança, vislumbrar o mesmo tipo de movimento entre os portugueses do Rio Negro. A própria coincidência de sobrenomes aponta para isso e, neste sentido, destacamos o Seu Affonso Gonçalves de Aguiar, estabelecido em São Gabriel da Cachoeira em 1891, e o comerciante e proprietário de seringais Joaquim Gonçalves de Aguiar, correspondente da firma J. G. de Araújo no ano de 1899 e avô da nossa depoente, D. Alda de Aguiar Cardoso.⁸² Segundo o estudo de Scott,

“os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contactos com aqueles que se dirigiam à nova terra e que, com isso, poderiam dispor do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho”.⁸³

Estes homens chegavam solteiros à região e amancebavam-se com mulheres nascidas ali mesmo, gerando filhos caboclos, geralmente reconhecidos. O Seu Pedro Gonçalves de Aguiar, nascido em São Gabriel da Cachoeira no ano de 1934, traz, em sua história de vida, as marcas deste processo. Seu pai, que também nascera na mesma localidade, durante a década de 1900, era filho de um português com uma mulher rionegrina. “Meu avô por parte de mãe nasceu no município de São Gabriel. A minha mãe

em bibliografia também bastante atualizada, e que se coadunam perfeitamente ao universo que desponta nas fontes que utilizo aqui.

⁸¹ Idem, p. 3.

⁸² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 636, carta de J G de Aguiar & Cia em 10/10/1899 e Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456, carta de Affonso Gonçalves de Aguiar em 05/09/1891.

⁸³ Scott, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil*. Op. cit., p. 3.

era de lá, também”, afirmou-nos em entrevista.⁸⁴ O depoimento do Seu Américo de Oliveira Neto, nascido em Camanaus cinco anos depois do Seu Pedro, vem destacar uma continuação do fortalecimento de laços culturais entre o Rio Negro e Portugal:

“Em 1915, finado meu pai foi educar em Portugal. Pra você ver: era mais fácil ir à Europa do que agora, né? Foi se educar pra lá. Daí, ele veio embora no ano de 1929, quando veio a missão do Coronel Rondon. Ele foi como companheiro de viagem, para fazer as milícias daqui do Alto Rio Negro, em 1929. Eu não me entendia ainda, naquele tempo. Quando me entendi estava com oito anos.”⁸⁵

Este vem a ser um dos aspectos mais interessantes da presença lusa neste território.

Há outras referências neste mesmo sentido. D. Alda de Aguiar Cardoso, neta do já citado português Joaquim Gonçalves de Aguiar, contou, com inequívoco orgulho, que o avô “era o maior produtor de borracha” e que

“ia para Portugal e deixava os sócios. Ele tinha sócios. Ia ver os filhos, lá. Os filhos todos foram educados em Portugal. Minha mãe e o resto, meus tios.”⁸⁶

Rapazes e moças nascidos no interior da floresta amazônica foram educados na Europa, em princípios do XX, custeados pelo dinheiro gerado na exploração da indústria extrativista. Todavia, embora fossem capazes de mandar as filhas para estudar em Portugal, não há registros de que as mães destes jovens tenham tido este mesmo destino. Através deste esforço, os imigrantes buscavam, por um lado, reforçar os vínculos com a terra natal, provendo os descendentes caboclos com uma rígida educação doméstica e com valores familiares tradicionais, os quais eram considerados elementos básicos na formação moral deste grupo. Por outro lado, havia nesta ação uma preocupação em prover os herdeiros de

⁸⁴ Entrevista com Pedro Gonçalves de Aguiar, op. cit.

⁸⁵ Entrevista com Américo de Oliveira Neto, op. cit.

⁸⁶ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso, op. cit.

uma visão de mundo compatível com a do patriarca, o que garantiria a reprodução do modo de produção e exploração implantado na Amazônia. Benchimol afirma que foram os comerciantes portugueses quem,

“na época da crise e da depressão, nas décadas dos anos 20, 30 e 40, substituíram os antigos exportadores anglo-saxões e germânicos, que emigraram para seus países de origem, passando a dominar como aviadores e exportadores, nas capitais e no interior, juntamente com os descendentes dos imigrantes judeus-marroquinos e sírio-libaneses”.⁸⁷

Confirmando esta hipótese, Scott indica que o imigrante português, ao chegar, procurava dedicar-se, principalmente, ao comércio, o que os conduzia com frequência a instalar-se em áreas urbanas, ao contrário da maioria dos imigrantes de outras nacionalidades, que se dirigiam às fazendas de café e outras áreas agrícolas, no interior.⁸⁸ Após alguns anos trabalhando com os parentes ou amigos que os receberam, muitos se tornaram sócios ou parceiros daqueles empreendimentos. “Assim começava sua ascensão social”.⁸⁹ Um forte exemplo deste processo é o caso do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, que chegara a Manaus para trabalhar com o irmão, José Gonçalves de Araújo Rosas, único dono do Armazém Rosas, tornando-se sócio da casa comercial em 1879, a qual passou a denominar-se, mais tarde, J.G. Araújo & Co. Ltda.⁹⁰

No final da década 1920, viviam outros tantos portugueses neste mesmo território. Lopes de Souza relata que, em sua expedição de 1928, conheceu o “abastado explorador de piaçaba e castanhais da região do Paduari”, Antônio José da Silva, também proprietário do

⁸⁷ Benchimol, S. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., p. 70.

⁸⁸ Scott, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil*. Op. cit., p. 3.

⁸⁹ Benchimol, S. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., p. 72.

⁹⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 14, Balanço N° 1 de 1879.

sítio Bela Vista, localizado a jusante de Santa Isabel.⁹¹ Ele cita, também, os portugueses Vivaldo e Pedreira, os quais, juntamente com o brasileiro Ovidio Rei, eram acusados “de se apoderarem de castanhais explorados pelos índios e de safras colhidas por estes, a pretexto de dívidas fantasiadas pelos usurpadores”.⁹² Outro comerciante luso visitado foi Joaquim Gonçalves de Aguiar, o já citado avô de nossa entrevistada, D. Alda.⁹³ Há, ainda, indícios de que o comerciante Graciliano Gonçalves, sócio da casa Gonçalves & Irmão de São Gabriel da Cachoeira e que possuía laços comerciais com a firma J. G. Araújo & Co. Ltda., que fora incumbido de transportar a Comissão comandada pelo autor, fosse mais um destes imigrantes.⁹⁴

Já nos anos cinqüenta, Eduardo Galvão refere-se à presença de portugueses na área, dispersos dentre os fregueses potenciais, que incluíam, ainda, “brasileiros e um pequeno número de índios já destribalizados e fixados junto aos centros de produção”.⁹⁵ Todavia, a partir das informações e evidências obtidas ao longo da pesquisa etnográfica que empreendemos e da falta de referências explícitas neste e em outros artigos do autor, podemos desconfiar que os “portugueses” encontrados por Galvão seriam, em realidade, filhos de imigrantes, da geração dos pais dos nossos depoentes, e que, como já dissemos, educaram-se em Portugal. Este fato já não ocorreu com a geração posterior, que constituiu-se, social e culturalmente, na própria Amazônia.

Ao longo deste processo rapidamente descrito, os descendentes de homens portugueses com mulheres indígenas, no Rio Negro, absorveram diversos elementos de ambas as culturas, gerando um conhecimento formado com bases na cultura popular

⁹¹ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco (a terra – o homem)*. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura/CNPI, 1959, p.15.

⁹² Idem, p. 17.

⁹³ Idem, p. 18.

⁹⁴ Idem, p. 15.

⁹⁵ Galvão, Eduardo. *Mudança cultural na região do Rio Negro*. Op. cit, p. 124.

lusitana e nos saberes autóctones. Em sua segunda ou terceira geração, já não possuem muito da educação européia, sendo, no entanto, herdeiros de uma lógica de vida que busca, ainda hoje, amealhar riquezas ou bens de raiz.⁹⁶ Como observou Eduardo Galvão,

“o emigrante português ou de outras regiões brasileiras que para aí se deslocou ou ainda se desloca, atua fracamente no sentido de modificar a cultura regional porque também obrigado pela imposição da economia extrativa se dispersa e se dilui na massa cabocla”.⁹⁷

Nenhum dos nossos entrevistados, proveniente desta descendência, vive, hoje, em situação de miséria ou desamparo. Herdeiros de comerciantes ou proprietários de terras (mesmo que não sejam dos maiores), têm, ao menos, a posse de seus sítios e roçados, além de uma casa na cidade mais próxima, onde obtêm alguma assistência médico-farmacêutica e escolas para os filhos.

A vida em comum desenvolvida por indivíduos oriundos de múltiplas etnias autóctones, pelos portugueses e seus descendentes e por um fraco fluxo de migrantes nordestinos, em contato com a cultura própria da moderna sociedade brasileira, permite-nos observar um movimento de interculturalidade, o qual estabelece fortes vínculos com o processo histórico transcorrido, apropriando-se, exatamente, da historicidade dos elementos transformados. Assimilados empiricamente desde as necessidades impostas pela realidade cotidiana, os saberes constitutivos das tradições populares se transformaram, incorporando técnicas e táticas na medida em que se modificava o cotidiano dos habitantes do rio Negro. Alguns matizes distintivos das diversas tradições originais prevalecem em determinadas

⁹⁶ Samuel Benchimol destaca, entre os portugueses de Manaus, um “forte pendor pelos bens de raiz”, o que os teria levado a investir “no mercado imobiliário residencial, criando condições de habitabilidade nas duas principais cidades amazônicas”. Benchimol, S. *Amazônia, formação econômica e social*. Op. cit., p. 72.

⁹⁷ Galvão, Eduardo. *Mudança cultural na região do Rio Negro*. Op. cit., p. 123.

práticas, revelando respostas coletivas elaboradas a partir da adaptabilidade e da miscigenação de etnias e de culturas, características da região.

2 – A vida em movimento

Como as águas do rio, os caboclos que habitam o Vale do Negro estão sempre em movimento. Nesta dimensão, fixação e mobilidade são atributos que atuam de modo conjugado no dia a dia, influenciando fortemente na localização da população. A mobilidade tanto determina o balizamento do território através do seu uso, fixado basicamente na própria bacia do Rio Negro, quanto responde a diversas determinações culturais, sociais e econômicas do modo de vida ali estabelecido, tornando-se um dos mais marcantes traços característicos dos protagonistas da nossa história. É importante frisar que todas as atividades de subsistência da população que vive fora dos núcleos urbanos pressupõem a sua movimentação. Plantar, pescar, caçar, vender o produto ou trocá-lo por outros. Nenhuma destas atividades é realizada sem deslocamentos, umas vezes maiores, outras vezes menores.

Contudo, esta marca não é exclusiva dos habitantes desta área, ora em foco. Em outro estudo que fizemos na Amazônia, a respeito do complexo sócio-fluvial Acre-Purus (na calha Sul do Solimões), pudemos observar, também, que a população que chegou para os beiradões dos afluentes do Acre e do Purus, bem como aqueles indivíduos que ali nasceram, movimentavam-se continuamente, quase sempre dentro do território delimitado pela bacia destes dois rios principais. Os motivos das mudanças ligavam-se ao desejo de encontrar um “lugar melhor” – uma espécie de busca inconsciente de um eldorado ou terra prometida – e levavam em conta, as experiências e vivências de terceiros. Outros fatores apontados para uma família ir de um seringal para outro, foram a morte do chefe da família,

a proximidade de locais de caça ou pesca farta, a possibilidade de partir para uma colocação com estradas mais carregadas de seringueiras ou o desejo de possuir sua própria terra, para nela trabalhar e dali sobreviver sem prestar contas a ninguém.⁹⁸

No terço médio do Rio Negro, ao longo do século XX, identificamos que a movimentação pelo território representava, como dissemos no início deste capítulo, uma permanência afeita aos costumes dos grupos autóctones da região, que se valeram desta prática como meio de vida, fosse na obtenção de alimento pela coleta e pela caça, fosse na constituição de roças, sempre fora do núcleo habitado, ou mesmo, em alguns grupos semi-nômades, com a partida de toda a aldeia. A história do clã comandado por um antepassado do Seu Nilson Nogueira da Cruz pode ilustrar um destes níveis de permanência, aqui enfrontado no contexto da exploração da *hevea* e do aquecimento da indústria extrativa na Amazônia. Numa aparente estratégia para fazer frente ao crescente avanço da civilização ocidental, toda uma comunidade descendente dos Baré partiu de Massarabi com destino a Maturacá, um afluente localizado ao Norte de São Gabriel da Cachoeira.

Em depoimento ao jornalista Alexandre Medeiros, ele informou que “os Barés [sic] primitivos habitavam Massarabi, mas foram para o rio Cauboris, em Maturacá, onde tiveram filhos e se estabeleceram”.⁹⁹ Horas depois, contava-nos esta saga com um pouco mais de detalhes:

“O meu bisavô... eram moradores daqui, mas acontece que tinham uns parentes no Maturacá. Aí foram para lá. A origem deles é o Baré, tribo Baré. Então, decidiram ir para lá. Anos e anos, mais ou menos vinte e tantos anos. E tinha, lá no meio deles, um homem que era filho da serra. Então, ele fazia toda a

⁹⁸ Estas foram as principais justificativas apresentadas à indagação, feita a diversas pessoas, sobre o porquê de tantas mudanças. Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit., pp. 54/55.

⁹⁹ Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., p. 62.

pajelança. Eles sabiam o que ia acontecer no futuro, o passado ele descobria. Era o Deus deles, lá de Maturacá. Aí, com vinte anos de residência, foi aparecer esses Yanomami. Esses Yanomami não tinham contato com gente civilizada. Vinham-se chegando até que, uma vez, no tempo da extração da balata, um produto que nós temos aqui dentro do Cauboris... Aí, muita gente foi para esta safra de balata. Então, eles foram atacados pelos Yanomami. Desde lá, então. Estes moradores lá do Alto Maturacá, do Cauboris, ficaram com medo, aí, vieram se chegando para cá, para o rio Negro, novamente. Então eles vivem por aqui, por essas ilhas, até saírem os índios todos de lá”.¹⁰⁰

Seu Nilson tem o ano de 1927 como referência da refrega com os Yanomami, o que situa por volta de 1900 a mudança de Massarabi para Maturacá. Na virada do século, as terras da região em que se situa Massarabi, distante cerca de uma noite de barco de Santa Isabel, descendo o rio, vinham sendo progressivamente ocupadas pelos comerciantes envolvidos com a produção extraída da floresta. É muito provável, então, que o fato de se decidirem, nesta época, a ir morar com os parentes num sítio mais retirado, tenha se dado para resistir ao assédio de um modo de produção que eles sabiam, já pela experiência histórica deste convívio - transmitida de geração para geração -, ser nefasto ao seu modo de vida e à própria integridade física da comunidade. Muito embora eles tenham ido se engajar nas franjas do extrativismo, ao menos “no tempo da extração da balata, (...) aqui dentro do Cauburis”.

Cerca de vinte anos antes de este grupo se transferir para lá, “o Major Dionísio de Cerqueira, como ajudante da Comissão Parima foi incumbido de fazer o levantamento topográfico do Maturacá”,¹⁰¹ não tendo reportado nenhuma observação acerca da presença

¹⁰⁰ Entrevista com o Seu Nilson Nogueira da Cruz, em Massarabi, 19/08/1995 (CNB 29).

¹⁰¹ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco*. *Op. cit.*, p. 224. “Comissão Parima” é o nome pelo qual ficou conhecida a *Comissão de Limites Brasil-Venezuela*, atuante no período de 1879 a 1882 e tendo

de índios hostis.¹⁰² Já em 1928, percorrendo o Rio Cauboris – no qual deságua o Maturacá –, o Major Boanerges de Souza obteve, através de relato do Seu Amâncio José de Lima – um explorador que vivia naquele trecho havia muito tempo e que estava morando na localidade de Castanheiro –, a seguinte informação:

“[O Rio Cauboris] constituiu antigamente uma linha de comunicação para os venezuelanos, mas hoje está abandonada porque os índios *guhajaribos* (como lhes chamam os venezuelanos) que estão aldeados na cordilheira *Parima*, fazem contínuas incursões no *Caabori* e no alto *Padauari* e atacam os exploradores que tentam invadir seus novos domínios”.¹⁰³

Este dado, contemplado à luz dos novos conhecimentos etnográficos sobre o povo ianomâmi, tende a confirmar o depoimento de Seu Nilson e, também, a linha de argumentação aqui desenvolvida, a qual aponta para a importância das relações interétnicas na organização do território estudado. No período decorrido entre 1880, ano da viagem do Major Dionísio de Cerqueira, e 1928, quando da expedição do Major Boanerges, houve uma explosão demográfica entre os Yanomami que tornou possível e necessária a expansão geográfica pelas encostas da cordilheira Parima. Para Bruce Albert, este fato teve como causa principal a introdução de novas plantas de cultivo e de ferramentas metálicas, até então inusuais entre este povo, através de trocas e guerras com grupos indígenas vizinhos.¹⁰⁴

comandante da contraparte brasileira o Tenente-Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, agraciado posteriormente com o título de Barão de Parima.

¹⁰² Idem, pp. 224/227.

¹⁰³ Idem, p. 218. Cabe indicar que o rio que estamos chamando de Cauboris, segundo terminologia adotada atualmente, é conhecido também como Cabori, Cauabori, Caabori ou Caaboris.

¹⁰⁴ Em nossa visita à comunidade Yanomami de Maturacá, o líder Júlio Góes deixou às claras estas trocas culturais: “Alimento básico da aldeia que, que os nossos antepassados deixaram para a gente, é a banana, é a pupunha, o cará, agora a farinha [de mandioca] ela é secundária, ela veio de fora, da civilização. Então ela também se tornou um alimento básico para os indígenas”. Entrevista com o Sr. Júlio Góes, na comunidade Maturacá, em 12/08/1995 (CNB 15).

Tal quadro teria proporcionado, aos diferentes grupos desta etnia, transformações cujo sentido geral era o de uma aproximação entre o seu modo de vida autóctone e os padrões de vida ocidentais. Desta forma, a introdução de novos elementos culturais – como objetos, ferramentas, alimentos, remédios – e, mesmo, novos saberes – entre os quais, a língua portuguesa e outras disciplinas formais – e novas técnicas e práticas – higiênicas, alimentares, agrícolas – geraram novos hábitos e novas demandas sociais, fortalecidas pelo contato direto que passaram a manter com a sociedade brasileira a partir de então.¹⁰⁵

O tipo de movimento encetado pelos Baré de Massarabi, no alvorecer do século XX, foi o mesmo de outros grupos familiares e comunidades caboclas, que buscavam as cabeceiras dos rios tributários para resistir a um contato tanto mais nefasto quanto próximo. Entretanto, outro movimento, de sentido até certo ponto inverso, desenhou-se, tomando força, conforme ganhava importância a economia extrativista. Era o “descimento” de índios “maloqueiros”, movimento que vinha agregar esta força de trabalho às atividades de coleta de castanhas e das gomas elásticas, além do corte da piaçaba, entre outras. Mesmo meio século após o início da saga da comunidade de Massarabi, Eduardo Galvão verificou que:

“pela dependência em que vivem de produtos comercializados pelos civilizados como o sal, a pólvora, o chumbo, os tecidos, e os instrumentos de ferro, são compelidos a abandonar suas aldeias para fixar-se junto

¹⁰⁵ “Uma vez estabelecido enquanto conjunto lingüístico, os antigos Yanomami teriam ocupado a área das cabeceiras do Orinoco e Parima há um milênio, e ali iniciado o seu processo de diferenciação interna (há 700 anos) para acabar desenvolvendo suas línguas atuais. Segundo a tradição oral Yanomami e os documentos mais antigos que mencionam este grupo indígena, o centro histórico do seu habitat situa-se na Serra Parima, divisor de águas entre o alto Orinoco e os afluentes da margem direita do rio Branco. Essa é ainda a área mais densamente povoada do seu território. O movimento de dispersão do povoamento Yanomami a partir da Serra Parima em direção às terras baixas circunvizinhas começou, provavelmente, na primeira metade do século XIX, após a penetração colonial nas regiões do alto Orinoco e dos rios Negro e Branco, na segunda metade do século XVIII. A configuração contemporânea das terras Yanomami tem sua origem neste antigo movimento migratório”. Vale ressaltar que os outros povos indígenas que se envolveram com eles, na virada do século XIX para o XX, basicamente os Karib, ao norte e a leste, e os Arawak, ao sul e ao oeste, mantinham um contato direto com a fronteira branca. Albert, Bruce. Yanomami. In: Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil*. <http://www.socioambiental.org/website/pib/epi/yanomami/yanomami.htm>, Junho de 1999.

aos povoados e centros de indústria extrativa, onde muitas vezes presos por débitos contraídos durante a safra são obrigados a permanecer por períodos prolongados”.¹⁰⁶

Esta observação não deixa dúvidas de que o trânsito destas pessoas entre as aldeias e os sítios era constante. Isto aparece nos relatos de vários antropólogos que visitaram a área cultural do Rio Negro.¹⁰⁷ O próprio Galvão confirma que:

“a população indígena, mesmo das aldeias mais recuadas, mantém contatos periódicos e permanentes, desde os tempos coloniais até o presente, participando ainda hoje ativamente na economia local, seja no comércio do produto agrícola, a farinha de mandioca, seja no trabalho da coleta da borracha, castanha e piaçaba”.¹⁰⁸

Para ele, os habitantes das aldeias somente sucumbiam ao extrativismo no intuito de “conseguir crédito para obtenção de artigos manufaturados como tecidos, sal, pólvora, chumbo, terçados, facas, machados, etc.”, o que era possível, apenas, a quem trabalhava na coleta.¹⁰⁹ Por outro lado, a mão-de-obra nativa revestia-se da maior importância para a economia local, fato que tendeu a gerar facilidades no primeiro crédito, para aqueles que se iniciavam como fregueses. Conforme já colocamos no início deste capítulo, o relato de Curt Nimuendaju confirma a presença de cerca de 1600 indígenas trabalhando nas “propriedades dos civilizados” das margens do Rio Negro, em 1927.¹¹⁰ O grau de assimilação ao modo de

¹⁰⁶ Galvão, Eduardo. Mudança cultural na região do Rio Negro. Op. cit., p. 121.

¹⁰⁷ Apud: Galvão, E. Aculturação indígena. Op. cit.; e Ribeiro, B. *Os índios das águas pretas*. Op. cit. Este último trabalho, inclusive, apresenta um apanhado da bibliografia etnográfica sobre o assunto.

¹⁰⁸ Galvão, Eduardo. Encontro de sociedades. Op. cit., pp. 262/263. Ver, por exemplo: Galvão, E. Aculturação indígena. Op. cit., p. 145 (onde ele cita o exemplo do grupo Kamã / Maku) e p. 174 (grupos de origem Baniwa, Tariana e Tukano).

¹⁰⁹ Idem, p. 154.

¹¹⁰ Ver nota 15 deste capítulo.

vida caboclo entre eles, era tal, que o etnólogo considerou supérflua a nomeação de delegados do SPI no Médio Rio Negro.¹¹¹

Em 1959, Galvão afirmou que o vínculo estabelecido com o modo de produção dominante na região era “uma das principais forças para o deslocamento de indivíduos e famílias, das aldeias para as margens do Rio Negro”.¹¹² Gita de Oliveira, por seu turno, acredita que existiria um outro sentido na movimentação de populações entre as malocas e as áreas baixas do rio, o qual estaria muito próximo da trajetória encetada pelos Baré de Massarabi, mas tomando a direção invertida, ou seja, descendo o vale e adentrando os afluentes. Assim, a área demarcada pelos rios Curicuriari e Marié

“tem abrigado, historicamente, expressivo contingente da população indígena originária do Alto Rio Negro (rios Uaupés, Içana e Xié), que migrou para a região dos rios Curicuriari e Marié, provavelmente, fugindo de comerciantes brancos (colombianos ou brasileiros) e missionários religiosos. Podemos inferir também, que motivos relacionados a disputas territoriais internas, ocorridas entre os povos Aruák e Tukano, além da procura de terras mais férteis e águas mais piscosas, tenham condicionado a ocupação indígena nesta região”.¹¹³

Esta tendência já teria sido detectada por Curt Nimuendaju, que advertira, referindo-se a um posto de fronteira colombiano localizado na confluência dos rios Papuri e Uaupés, ser necessário “contrabalançar com urgência este estabelecimento para evitar que a presença dos colombianos ali cause o abandono da zona pelos indígenas ficando ela deserta como já o é a margem colombiana”.¹¹⁴ Ele via na violência e numa certa “perversidade habitual” da parte dos colombianos para com os indígenas, um dos motivos para tal

¹¹¹ Inspeção no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios. *Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927*. Op. cit., pp. 27/28.

¹¹² Galvão, E. *Aculturação*. Op. cit., p. 156.

¹¹³ Oliveira, Ana Gita de. *O mundo transformado*. Op. cit., p. 22.

¹¹⁴ Inspeção no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios. *Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927*. Op. cit., p. 29.

evasão.¹¹⁵ Outro problema era “a intolerância religiosa dos missionários Salesianos”, que oprimiam “em toda parte as manifestações exteriores da cultura indígena”.¹¹⁶ O etnólogo destacou o papel nefasto desempenhado pelos balateiros e outros comerciantes, em relação aos indígenas no Alto Rio Negro, expondo, ainda, a história de um indivíduo

“altamente inconveniente e prejudicial aos índios: o negociante Antônio Maia estabelecido em Yutica, sócio do famigerado peruano Julio Cesar Barreto e encarregado da cobrança das dívidas que deixou atrás quando teve de abandonar o território brasileiro em consequência dos seus numerosos crimes. A venda de cachaça dentro de uma aldeia de índios já constitui por si tamanho despropósito que justifica todos os esforços da parte do S.P.I. para livrar os Uanána de tão prejudicial intruso. Este Antônio Maia que aliás não me parece destituído de bom senso, foi ultimamente nomeado autoridade policial do Alto Rio Uaupés, de Yauaretê ao Querari, e é fácil imaginar que aplicação ele dará a este poder. Ele rompeu agora, por questões de dívidas com os balateiros colombianos do Alto Uaupés, uma hostilidade que talvez traz [sic] algum bem para os índios porque os colombianos, de medo de Maia que é conhecido como valentão, limitarão talvez um pouco os seus abusos. Creio porém que não tardará muito que as duas partes se hão de unir novamente sobre a base de interesse comum da exploração do índio”.¹¹⁷

Parece-nos, contudo, que prevaleceu a intenção de agregar-se nas fainas da coleta, tanto do ponto de vista dos negociantes, quanto dos indígenas. O Seu Pedro Gonçalves de Aguiar – entrevistado em Santa Isabel – confirma esta hipótese:

“O pessoal, antigamente, os comerciantes daqui, iam lá no Alto ajustar gente. Cem, duzentas, trezentas pessoas eram trazidas pra cá, pra trabalhar na piaçaba. Uns morriam, outros voltavam pra lá”.¹¹⁸

¹¹⁵ Idem, p. 26.

¹¹⁶ Idem, p. 29.

¹¹⁷ Idem, p. 31.

¹¹⁸ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

Para além de confirmar a hipótese, este relato traduz, com a simplicidade do olhar caboclo, o ritmo da vida na região. A expressão “uns morriam, outros voltavam pra lá”, nos induz a vislumbrar uma certa acomodação, por parte do caboclo, para com o destino reservado àqueles que tinham que se engajar nas desumanas condições de trabalho da indústria extrativista, largamente descrita e analisada pelos intelectuais que se debruçaram sobre a Amazônia. Também dá uma dimensão do quanto estas condições violentavam os trabalhadores, principalmente os recém-chegados. Entretanto, acreditamos que esta frase traz significados que vão muito além de uma queixa resignada. Ela traduz, na verdade, a epopéia cotidiana de pessoas que, mesmo resistindo às transformações ocorridas em seu mundo, muitas vezes sucumbiam fisicamente a elas, e morriam sem que conseguissem retornar às aldeias de onde saíram.¹¹⁹

A história de vida de Seu Pedro nos abre um outro viés de abordagem em relação à movimentação do povo rionegrino pelo território. Percebemos que ela pode ser vista como uma estratégia utilizada pelos grupos familiares em busca de melhores oportunidades. Nosso personagem nasceu em São Gabriel da Cachoeira, em 23 de agosto de 1932, sendo filho de dois caboclos desta mesma cidade e neto de português, por parte de pai. Seu avô materno nascera também em São Gabriel. Mudou-se ainda criança para a Venezuela, vivendo lá até a morte da mãe, por volta de 1944. Viúvo, o pai de Seu Pedro voltou, então, para a região de São Gabriel, para trabalhar com seu compadre, o português Antônio José

¹¹⁹ Eduardo Galvão retratou, já na década de 1950, a saga de um povo indígena, enfronhado nestas situações assimilacionistas: “Contingentes consideráveis de Baniwa adultos afastam-se cada vez mais de suas aldeias e estabelecem em pequenos sítios próximos aos seringais ou aos centros urbanos, onde se entregam a uma espécie de vida rural, e só muito raramente voltam às aldeias para participar de festas ou cerimônias tribais. Algumas vezes tendem a reagrupar-se em aldeias multitribais (junto com os Tukano, Tariana e Desana), onde permanecem como reserva de força de trabalho e substituem sua própria língua por um idioma comum de uso corrente na região, a *língua geral* (basicamente de origem tupi), alterada, porém, pelos missionários e colonizadores”. Galvão, Eduardo. Índios e brancos na Amazônia brasileira. In: Galvão, E. *Encontro de sociedades*. Op. cit., p. 280.

de Oliveira, deixando os filhos no internato da cidade. Pouco mais de um ano depois, ele reuniu novamente a família em torno de sua segunda esposa – a filha do compadre – vivendo, apenas, mais uns quatro ou cinco anos.

Após a morte do pai, o depoente voltou a viver, com os irmãos, na Venezuela, tendo retornado para Santa Isabel porque “(...) minha vó ficou muito triste e falou que era para nós irmos embora para cá. Então nós arrumemos um sítio aqui”.¹²⁰ Depois disso, Seu Pedro partiu novamente: “Deixei os meus tios de lado e fui trabalhar para o lado do Irixí, para as empresas de piaçaba, borracha, cipó, tudo”. O seu último retorno atende a uma realidade contemporânea: “voltei para cá por causa dos meus filhos, onde eles ainda estudam”.¹²¹

Quando se fala em mudar para “melhorar de vida” ou em procurar “melhores oportunidades”, na região que estudamos, quer-se dizer, muitas vezes, que tal família, tal grupo, saiu em busca de um novo lugar à beira de águas mais piscosas ou de terrenos mais férteis, onde a roça renda uma maior variedade e produção. Deste modo, e levando em conta a noção de território aqui construída, ir com a mulher e os filhos pequenos para a Venezuela era uma possibilidade tão viável, para quem vivia perto de São Gabriel da Cachoeira, quanto descer o Rio Negro e se internar num de seus afluentes do curso médio a

¹²⁰ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

¹²¹ Idem, ibidem. Este trecho da entrevista, que foi realizada no sítio adquirido pelo grupo familiar após a morte do pai do narrador, em um de seus retornos a Santa Isabel, tem a seguinte transcrição: “Fui para a Venezuela e minha mãe morreu para a Venezuela, em 1944. De lá, meu pai ficou viúvo. Em 1945, deixou nós no colégio em São Gabriel para estudar. De lá, ele veio, era Mercês [o colégio], veio morar junto com meu padrinho, um português cujo nome era Antônio José de Oliveira. Lá, praticamente ele ficou trabalhando e casou com a filha dele. É, segunda mulher. Lá juntou nós, e em 1946 nós viemos estudar aqui [em Santa Isabel]. Então, quando eu vim de lá, depois da morte do meu pai. Meu pai morreu em 1950 e eu estava com dezesseis anos, e então nós tornamos a subir para lá e minha vó ficou muito triste e falou que era para nós irmos embora para cá. Então nós arrumemos um sítio aqui. Tá lá meu tio que é velhinho... Nós fizemos a primeira casa. Pegou fogo. E essa daqui é a Segunda. Daí, eu continuei a estudar aqui. Estudei, estudei. De lá, fui trabalhar para o lado do Irixí, para as empresas de piaçaba, borracha, cipó, tudo. Quando eu consegui casar com minha esposa. Eu morei para lá dez anos, e voltei para cá por causa dos meus filhos, onde eles ainda estudam.”

fim de extrair piaçaba, por exemplo. Não obtivemos informações detalhadas acerca do tipo de tarefa econômica principal a que o chefe do grupo teria se dedicado na Venezuela, mas, independentemente dela, a responsabilidade da mulher e das crianças era zelar pelas tarefas que garantiam a subsistência alimentar da família. Normalmente, estas mudanças incluíam terras virgens ou com bons solos e águas com maior variedade de espécies.

Contudo, situações familiares sempre podem influenciar uma decisão de mudança, donde a morte da mãe de Seu Pedro ser o estopim de outra partida. Desta vez, voltavam para São Gabriel, onde existia o mais antigo colégio dos missionários salesianos no Rio Negro. O velho patriarca deve ter assumido algum posto no barracão do seu compadre português, fato que facilitaria a sua aproximação – a qual terminaria em casamento – para com a filha do patrão. Para fixar-se em uma empreitada ou em um seringal, sem que a pessoa ficasse obrigada a trabalhar na produção para saldar seu débito, somente sendo empregado do barracão. Outro forte indício favorável a esta possibilidade era o fato de que, para chegar a um posto destes, o indivíduo necessitava possuir alguma escolaridade e uma boa indicação. O pai de Seu Pedro, aparentemente, preenchia ambos os requisitos.¹²²

Embora a permanência da prática de movimentar-se dentro do território estivesse efetivamente ligada aos costumes dos povos da floresta, pudemos perceber que este mesmo século XX referendava-a como parte das estratégias de reprodução das atividades do extrativismo econômico. Assim, da mesma forma que o pai, Seu Pedro de Aguiar buscou colocar-se nas áreas de produção, no caso, o rio Irixí, onde havia empresas de piaçaba,

¹²² Encontramos, no Rio Acre, a história do Seu Francisco Rodrigues Rabelo. Nascido no Ceará, no município de Morada Nova, Seu Francisco, aos 23 anos, comprou uma passagem no navio Duque de Caxias e viajou para Belém do Pará. Corria o ano de 1953. Lá, embarcou em outro navio, de nome Benjamim, que fazia a rota para Rio Branco. Ele vinha com uma carta de referência, para procurar um médico desta cidade, tendo, desta maneira, obtido uma posição administrativa, fato que, certamente, facilitou a sua ascensão ao cargo de gerente, anos depois. Mas esta não foi uma trajetória que se repetisse com frequência. Normalmente, a maioria dos homens que chegava do Nordeste para a Amazônia destinava-se à extração da goma elástica (Santos, Fernando S. D. & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit., pp. 56/58).

borracha e cipó, entre outras. Ainda no mesmo sentido, observamos que o seringal Laranjal possuía um plantel de fregueses alicerçado em etnias venezuelanas. E isto ao longo de, pelo menos, quatro décadas. Esta movimentação se deu a partir da fixação, em 1909, de um comerciante de origem turca, que anteriormente realizara suas atividades na Venezuela, “durante anos”.¹²³ Carlos Chagas destaca esta característica, ao descrever os trabalhadores deste seringal.¹²⁴ Passados mais de oitenta anos, a pesquisa de campo que empreendemos na região encontrou vestígios de que esta ocupação continuara. A experiência foi narrada por Alexandre Medeiros, a partir do relato de Seu Balbino, habitante do local em 1995:

“Em suas andanças por Laranjal, ele descobriu um velho cemitério da antiga comunidade. Guiados pelo ex-seringueiro, os integrantes da equipe de história da expedição foram até lá para ver de perto os túmulos do início do século, cobertos pela mata. É uma visão impressionante. Lá estão sepulturas de crianças, com lápides ainda visíveis. ‘*Nacio el 14 enero de 1923 – fallecio el 23 de enero de 1932*’, registra uma delas”.¹²⁵

Neste modo de produção, a movimentação dos trabalhadores e do aparelho produtivo era consoante ao contínuo deslocamento para os locais onde os produtos podiam ser encontrados. E não apenas movia-se todo o aparelho em busca de uma área onde as seringueiras fossem mais produtivas, por exemplo, como o fato de que o corte da piaçaba e das gomas se dava nas ilhas ou nos altos cursos de igarapés e afluentes inexplorados durante o verão e a coleta da castanha em terra firme e ao longo do inverno, implicavam em movimentação contínua da população engajada. Na década de 1950, Eduardo Galvão observou: “Nos dias de hoje, num quadro em que já domina uma população mestiça,

¹²³ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 108.

¹²⁴ Idem, p. 109.

¹²⁵ Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., p. 70.

mantém-se a mesma economia”.¹²⁶ A referência dizia respeito, essencialmente, à constatação de que a cultura do barracão consolidara-se como expressão das vivências cotidianas da maioria da população. Como já dissemos anteriormente, era dentro dos limites de suas regras, de seus costumes e de suas tradições que transcorria a vida de milhares de pessoas.

Se a movimentação aparece como uma característica intrínseca às atividades de corte e coleta, não lhes era, contudo, exclusiva. Como o ambiente era muito peculiar, o trabalho na roça visando a subsistência – destacado por Gita de Oliveira como uma das ocupações que caracterizam a condição histórica dos indígenas do Alto Rio Negro –,¹²⁷ que poderia representar o lado sedentário destas comunidades que se formaram a jusante da província etnográfica, dependia, em larga medida da capacidade de movimentação das comunidades. Ao encontro desta afirmação, Galvão explicitou que “a área cultivada é também função da mobilidade do indivíduo”, pois “obrigados a se transportar anualmente para os seringais ou outros campos de indústria extrativa, abrem roças pequenas que ficam aos cuidados dos familiares que permanecem”.¹²⁸ Ele prossegue, explicando que

“os roçados transformam-se em capoeiras que somente podem ser utilizados com proveito quinze ou vinte anos mais tarde. Isso leva ao desgaste das áreas de mata virgem que circundam a aldeia e a distância crescente das roças. Em tribos que habitam regiões menos devassadas, observa-se mudanças periódicas dos sítios de aldeias, ou o estabelecimento de *centros*, para os quais todo um grupo de famílias se desloca a intervalos para colher e processar a mandioca aí plantada”.¹²⁹

¹²⁶ Galvão, Eduardo. *Mudança cultural na região do Rio Negro*. Op. cit., p. 121.

¹²⁷ Oliveira, Ana Gita de. *O mundo transformado*. Op. cit., p. 115 (ver nota 46, deste capítulo).

¹²⁸ Galvão, Eduardo. *Aculturação*. Op. cit., p. 158.

¹²⁹ Idem, p. 159.

Embora esta descrição prenda-se aos grupos familiares indígenas, ela é perfeitamente extensível às comunidades caboclas estudadas, porque o ambiente e as técnicas de uso e manuseio destes recursos são os mesmos, disponíveis tradicionalmente para caboclos e indígenas. Tanto o movimento de afastamento das roças em relação ao sítio onde se estabeleceu a comunidade, quanto o de constituição de centros revelam-se como estratégias corriqueiras da população. Os centros são, geralmente, clareiras abertas em meio à floresta, próximas ou não ao leito de igarapés. Quando estão no meio da floresta, a ligação com o sítio é feita através de caminhadas pelo “varadouro” – trilha aberta na mata para ligar um ponto a outro. Quando se localizam nas margens de igarapés, o deslocamento se dá por meio de canoas de pequeníssimo calado, capazes de navegar em profundidades muito pequenas.

Entretanto, o trabalho de plantação de roças, que poderiam abastecer os seringais, nem sempre foi permitido nestas unidades. Arthur Reis informa “que, na fase inicial da produção gomífera, quando ela se processava na área paraense do baixo Amazonas, nas ilhas, (...) havia uma lavoura alimentar suficiente e de acordo com a dieta do nativo”.¹³⁰ Na medida em que estes empreendimentos despertaram para um mercado cada vez mais ávido e que valorizava extraordinariamente o látex, toda a capacidade produtiva dos trabalhadores passou a ser empenhada na obtenção desta matéria-prima. Para este mesmo autor, deixou, então, de ser possível “produzir, ao mesmo tempo, nos seringais, a borracha e os alimentos com que abastecer os seringueiros e demais pessoas que neles viviam”:

“A dispersão de atividades não compensava. O próprio seringueiro não se sentia atraído para negócio que não se representasse na extração do látex. Tomaram-se mesmo providências proibindo que se trabalhasse a terra, visando obter dela o que poderia dar

¹³⁰ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit, p. 206.

para o sustento de toda aquela comunidade em movimento. Os seringalistas puniam os que se desviavam das tarefas de extração do látex para qualquer outra empresa. Entendia-se que ‘tempo consumido em caça e pesca se furta à produção’.¹³¹

Reis aponta, ainda, o interesse dos comerciantes que aviavam a produção em fornecer alimentos manufaturados, os quais lhes chegavam de outras praças comerciais, inclusive do exterior, e asseguravam-lhes lucros maiores. Porém, a proibição de plantar era rigorosa em relação aos seringueiros, principalmente àqueles que viviam nas colocações mais afastadas, onde o controle de sua produtividade não era “visual”, mas através da quantidade e da qualidade do látex obtido e preparado para a venda. Nas proximidades dos barracões e das residências dos patrões, a severidade no cumprimento desta regra cedia lugar às necessidades de conforto e consumo. O próprio Arthur Reis observa que “apesar de tudo, fez-se, em muitos seringais, na fase do esplendor gomífero, pequena lavoura de várzea, produzindo-se, inclusive, açúcar em pequenos engenhos”.¹³² Esta lavoura destinava-se ao consumo dos empregados mais graduados da empresa, a seus familiares e aos dos patrões e, muito provavelmente, era praticada por estes agregados à empresa, evitando, assim, o desperdício da força de trabalho efetiva com tarefas de menor importância.

Corroborando esta tese, podemos citar a informação, deixada por Carlos Chagas em seu Relatório, de que, na já referida propriedade que visitou em Laranjal, o proprietário “trata de agricultura e de criação”, ocupando-se da “exploração de borracha em seringais situados em rios afluentes do Negro”.¹³³ No mesmo texto, ele fala dos habitantes de Camanaus, os quais eram praticantes “de uma diminutíssima agricultura”, dedicando-se,

¹³¹ Idem, pp. 206/207.

¹³² Idem, p. 207.

¹³³ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 108.

ainda, à pesca e à caça, durante as épocas em que não ocorria o fabrico da borracha, quando muitos deles procuravam “os seringais do baixo rio”.¹³⁴

A partir desta informação podemos entrever o quanto o modo de vida das populações estudadas, de uma forma geral, era muito parecido, independentemente das relações de poder envolvidas. Se há pouco fizemos referência às lavouras típicas dos barracões, a revelação de Carlos Chagas já nos induz a observar que, também entre os fregueses dos seringais esta prática era plausível. Principalmente, se levarmos em conta que, como foi dito no início do capítulo, os braços que sustentavam as atividades extrativistas no Médio Rio Negro eram, em sua quase totalidade, oriundos dos povos autóctones da região, os quais estabeleciam-se em comunidades multifamiliares.

Com a crise do preço do látex, adveio, de forma concomitante, a crise do abastecimento alimentício, a qual veio favorecer a retomada destas “lavouras de alimentação”,¹³⁵ para as quais não haveria mercado fora dos seringais. Era como escrevia Arthur Reis, em princípios dos anos 1950:

“Em todo seringal, nos dias atuais, se esse empreendimento agropastoril não se apresenta com vultuosidade apreciável, ponderável mesmo, nem por isso sua existência deixa de ser uma realidade. Há em todos eles, vencendo os obstáculos naturais criados pelo meio geográfico, pequenas lavouras alimentares, realizadas, evidentemente, não na base das dietas estranhas, das outras regiões brasileiras ou daquela que os nutrólogos aconselham, mas de acordo com o paladar e as exigências do cardápio a que o seringueiro se habituou e a que não cede nunca.”¹³⁶

Cerca de vinte anos depois, Souza Santos perceberia, a partir de registros em que constavam as profissões dos pais dos alunos matriculados no Colégio da Missão Salesiana

¹³⁴ Idem, p. 113.

¹³⁵ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 208.

¹³⁶ Idem, p. 209.

de São Gabriel da Cachoeira, em 1972, que a ocupação mais comum era a de agricultor, deduzindo, deste fato, que se enquadrava nela quem “não tem outra atividade mais definida, e vive de uma agricultura de subsistência que pode ser praticada em algum povoado ou em algum sítio próximo da cidade”.¹³⁷ Entretanto, como este mesmo autor reconhece, esta é uma atividade permanente mesmo num centro urbano (como já o era São Gabriel nos anos setenta); e, mais do que isso, trata-se de uma permanência histórica dos modos de vida tradicionais deste território, a qual se encontra fortemente atrelada às condições de vida do caboclo do Rio Negro. No final do século XX a agricultura emerge, finalmente, como atividade econômica principal para a maioria dessa gente, sendo assim descrita por Maurício Menezes Balbino, em Laranjal:

“Nasci em São Gabriel em 1938, trabalhei no corte de seringa desde os 14 anos. Estou aqui há um ano. Hoje vivo da roça e aqui tem terra para plantar. Quero vender farinha para São Gabriel. (...) Não tem emprego para ninguém em São Gabriel ou Santa Isabel, por isso vim buscar refúgio aqui. Tem um filho meu de 14 anos que pesca e troca os peixes por outras coisas com os canoeiros que passam”.¹³⁸

Muitos outros depoentes relataram-nos atitudes e opções semelhantes, as quais, como dissemos antes, retratam as duas dimensões de um mesmo processo: fixação e mobilidade. Pode-se, ainda, destacar as festas do calendário simbólico-cultural da região, que determinam movimentos e aglomerações populacionais em épocas e locais específicos, não apresentando, todavia, a dimensão da fixidez, pois que se definem como eventos episódicos. Outro fator que tem influenciado fortemente a movimentação de populações é a busca de escolaridade para os filhos, encontrada somente nas maiores comunidades, onde, normalmente, limita-se às primeiras quatro séries, tornando necessária a proximidade de

¹³⁷ Santos, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa, Kariwa Nungara*. Op. cit., p. 93.

¹³⁸ Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., p. 70.

um núcleo urbano para prosseguir na escola. As populações do interior, então, agrupam-se nas periferias das cidades, criando problemas sociais devido à falta de infra-estrutura urbana. Não custa lembrar novamente que a movimentação, enquanto característica tradicional do caboclo rionegrino, estabelece a própria bacia do rio como o seu território privilegiado, no qual busca envidar as ações necessárias à sobrevivência de seu grupo familiar ou de sua comunidade, dentro dos padrões sócio-culturais vigentes.

3 – Paisagens da memória

Ao identificar, nos processos produtivos, alguns dos eixos de determinação da construção do território, pode-se reconhecer as relações entre a espacialização da população no terreno e a sua atuação na formação das paisagens do Médio Rio Negro. Assim, para além dos processos de interculturalidade e de desenvolvimento da vida nos marcos do binômio fixação/mobilidade, também as especificidades ecológicas condicionam a constituição da identidade cabocla local. Isto ocorre porque os lugares onde são encontrados os produtos que serão extraídos – o piaçabal, o castanhal ou o seringal –, bem como a época do ano em que isso acontecerá – verão ou inverno –, atuam como pontos de atração de concentrações humanas, o que implica em modificações antrópicas do ambiente. Por este viés, percebemos que ações fundamentais na organização do trabalho, como por exemplo a alocação de mão de obra numa área com o objetivo de realizar a extração dos produtos, definem tipos de estabelecimentos singulares e geograficamente bem demarcados.

Também as atividades de transporte e de distribuição de alimentos e bens de consumo desempenham este papel, na medida em que agem como lugares de indução e de acesso a estilos de vida exteriores às tradições ali dominantes. Realizadas de forma

itinerante, pelos regatões, ou fixadas em armazéns, nos núcleos urbanos, exercitam de maneiras diferentes um mesmo modo de fazer, consolidando paisagens próprias a estas situações, que podemos chamar de uma fisionomia social. E é sob este prisma que observamos, em 1995, que famílias provenientes das áreas indígenas das cabeceiras do Rio Negro estavam assumindo a condição de mestiços caboclos em detrimento da sua origem étnica. Estes grupos fixaram-se em ocupações localizadas a montante de Barcelos, surgidas ao longo da década de 1980, e as informações coletadas *in loco* atestam uma existência considerável de pessoas oriundas das etnias Baré e Baniwa.

É importante, então, observar algumas modificações ocorridas no quadro da ocupação humana do terço médio do rio. Assim, em 1913, Carlos Chagas percorreu o Rio Negro e considerou que esta área era, à época, a mais populosa e economicamente mais ativa, em função da produção dos seringais das ilhas e de pequenos rios e igarapés que por ali deságuam. Todavia, a decadência dessa atividade levou os trabalhadores a se movimentar, novamente, no território, buscando outros pontos de fixação em função do produto a ser extraído e fez com que os antigos seringais se tornassem lugares quase desabitados, cuja produção passou a suprir apenas a subsistência familiar. As memórias que ali se consolidaram costumam relatar a transformação das paisagens com um certo pesar, balizado pelas histórias que ouviram de pais e avós que viveram envoltos em toda a atmosfera do auge da economia borracheira. Lembranças com um tom de saudades de um tempo ao qual, na verdade, só tiveram pertencimento na memória coletiva do lugar.

Seu Américo de Oliveira, por exemplo, nasceu em Camanaus na década de 1930, e, ao ser perguntado sobre a quantidade de gente que morava na comunidade, por essa época, respondeu:

“pelo menos estava tudo desabado, a maioria já tinha ido pra Manaus. Meu avô já tinha morrido, meus tios desanimaram e foram se afastando. Quando eu nasci, isso daqui ficou um mato, tudo abandonado, o sítio. Isso foi há um bocadinho de anos... Agora voltemos de São Gabriel pra cá. Nós tínhamos mudado pra São Gabriel, fizemos moradia pra lá a fim de educação, né? Aqui era difícil naquele tempo. Agora estamos aqui novamente.”¹³⁹

Morte, desânimo, ruína e abandono formam as imagens de primeiro plano desta fala. Ainda assim, ele vivenciou todo o processo: viu os tios irem se afastando, até que teve que se mudar para a cidade, para que os filhos pudessem estudar. Resignado, balbuciou uma explicação para a pergunta “Porque as pessoas saíram de Camanaus?”: “Assim... procuraram outro modo de vida. Outros vivem em Barcelos... Foi assim”.¹⁴⁰ A própria expressão “modo de vida”, utilizada por ele na resposta e característica de uma vertente historiográfica bem contemporânea, situa de maneira efetiva o protagonismo do caboclo no contexto do estabelecimento das fisionomias sociais do ambiente. É ele quem determina o “modo de vida” que lhe faz mais sentido, naquele dado momento. Alojarse na periferia de Manaus e tentar a sorte nas franjas do sistema capitalista na metrópole regional torna-se uma opção tão viável, quanto ir viver em Barcelos, engajando-se como freguês nos serviços de pesca ou nas empresas de coleta da piaçaba. É certo que há determinantes e condicionantes de diversos matizes atuando sobre o campo de possibilidades que se lhe afigura, mas a capacidade de arbítrio é bastante significativa.

Outro dado que emerge na narrativa de Seu Américo é a fidelidade ao território. As pessoas que moravam em Camanaus foram viver em Barcelos ou Manaus, e não no Rio Madeira ou no Solimões. No caso do Rio Negro, Manaus não surge no imaginário popular

¹³⁹ Entrevista com Américo de Oliveira Neto. Op. cit.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

apenas como a capital, centro de poder político e econômico de todo o Amazonas, mas como a capital no Rio Negro. Já em 1913, quando Carlos Chagas avaliara o que vira ao longo deste vale para propor as medidas profiláticas que julgava adequadas, não lhe parecia necessário dispor de grandes investimentos na região, pois, por um lado, ela não tinha importância relativa na produção amazônica de látex, e, por outro, “o percurso de todo o Rio Negro, de Manaus a Santa Isabel, é relativamente curto e facilmente realizável por pequenas lanchas”.¹⁴¹ Esta proximidade e o fato de estar localizada no limite extremo do vale promovem uma incorporação de Manaus ao espaço territorial rionegrino.

A transformação paisagística emerge, ainda, quando são estimuladas as lembranças de outros tempos, aos quais nossos informantes não chegaram a pertencer, mas que conhecem através das histórias e ensinamentos transmitidos no seio do grupo familiar. As cenas ouvidas permitem comparações claras com aquelas que se descortinam ante seus olhos, hoje, permitindo que o próprio caboclo analise situações que remetem, muitas vezes, ao processo intercultural pelo qual passaram. Neste sentido, quando Seu Nilson, lá de Massarabi, reflete sobre as paisagens do tempo do seu pai, logo emenda uma comparação com o ambiente onde vive hoje.

“Como era o rio e como era a mata na época em que seu pai era jovem?

O rio, aqui, com facilidade a gente pegava o peixe, porque hoje existem muitos mariscadores que fazem marisco para esses rios, esses lados, então foi ficando escasso. Certamente estão se acabando. Na mata, a mesma coisa. Com facilidade a gente arrumava alguma caça lá, e hoje tanto faz, o peixe como a caça. Os caçadores perseguem a caça e os pescadores, o peixe. Então vem sendo mais difícil pra gente arrumar o que comer, aqui no interior”.¹⁴²

¹⁴¹ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 117.

¹⁴² Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

Depoimento contundente, do ponto de vista das modificações advindas de processos históricos determinados economicamente e, principalmente, das respostas dadas pelo ecossistema a estes antropismos. Não devemos nos esquecer que a comunidade de Massarabi descende de índios Baré, tendo construído sua memória coletiva a partir deste dado. Portanto, a leitura dos acontecimentos, desencadeada pela proposta de descrição da paisagem local desde “a época em que seu pai era jovem”, suscitou ao depoente uma comparação histórica cujo desfecho aponta para uma importante variação dos padrões de convivência com a floresta, nestes dois tempos. Vemos, então, concordando com José Augusto Pádua, que as sociedades indígenas acumularam “uma enorme gama de conhecimentos sobre o funcionamento da floresta”, podendo, sua ação, inclusive, “ser considerada parte integrante da dinâmica de longa duração da floresta, sobre a qual deixaram marcas significativas”, sem, contudo, “terem sido prejudiciais à sustentabilidade ambiental básica daquelas sociedades”.¹⁴³

Estes saberes e modos de fazer não se perderam absolutamente, como se depreende da fala de Seu Nilson. Porém, talvez os caboclos de hoje tenham perdido o controle sobre a fisionomia social de seu território. Na década de 1950, olhando para este processo, que denominou “encontro de sociedades”, Galvão entendeu que:

“é ainda prematuro e errôneo falar desses índios como assimilados pela sociedade nacional, dado que eles ainda se identificam como índios e conservam um mínimo de tradições e traços culturais que os distinguem do caboclo rural. Contudo, não só se encontram fortemente aculturados aos modos de vida do homem branco, como dependem, para sua sobrevivência, dessas relações assimétricas.”¹⁴⁴

¹⁴³ Pádua, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. Op. cit., pp. 801/802.

¹⁴⁴ Galvão, Eduardo. Índios e brancos na Amazônia brasileira. Op. cit., p. 280.

Todavia, no contexto em que os encontramos, em 1995, e tendo em vista o processo histórico de formação do povo que habita o Médio Rio Negro, nós podemos considerá-los como caboclos. A assimilação se deu de uma maneira muito própria, a partir de condições que consolidaram uma transfiguração étnica baseada nos valores nativos, embora pasteurizados pela cultura das missões e pela cultura do barracão. As fontes consultadas apontam para a destribalização daqueles que desceram das cabeceiras, mesmo nas situações em que agruparam-se em comunidades que o mesmo etnólogo chamou de “aldeias multitribais”.¹⁴⁵ Neste ponto, aproximo a leitura que venho fazendo desta movimentação e da interculturalidade presente na região, daquela realizada pelo Inspetor Bento Pereira de Lemos, da Inspeção no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios, em 1927.¹⁴⁶

Tal como ele, consideramos que a saída das “malocas”, a assimilação de hábitos e padrões próprios da sociedade burguesa e a incorporação do *nheengatu* como língua principal foram (e continuam a ser, ainda hoje) fatores determinantes da “caboclicização” destas pessoas. A peculiaridade do processo estudado reside no fato de que não se romperam os vínculos sociais com as matrizes étnicas. Mesmo o pequeníssimo contingente de nordestinos, que, outrossim, transitou por todas as classes sociais, e os descendentes dos emigrantes portugueses dos séculos XIX e XX, muito mais enfronhados com as classes dominantes que com as despossuídas dos meios de produção, todos eles, construíram ligações de grande intimidade com os povos nativos através dos casamentos interétnicos, reforçando esses laços com o próprio modo de vida caboclo. E, entre os indivíduos indígenas, aqueles que desceram para ficarem mais próximos das áreas de ação da indústria

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ Inspeção no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios. *Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927*. Op. cit.

extrativista continuam a visitar, mesmo que esporadicamente, as aldeias de onde partiram. Todavia seu jeito de viver já não se coaduna com o cotidiano tribal.

O relato de Dona Maria Tarsila – moradora do Sítio Macuxi, numa ilha no meio do Rio Branco (afluente do Rio Negro), próxima à cidade de Caracarái (no estado de Roraima) – não apenas confirma esta percepção, como aponta alguns porquês para a transfiguração étnica:

“Eu sou Makuxi. Eu nasci no Alto Cutingo. Me criei pra lá. Eu vim m’embora da minha maloca quando eu tinha dez anos. Minha mãe começou a trabalhar com branco, aí eu acompanhei minha mãe. No tempo que meu pai morreu, deixou nós todos pequenos, aí minha mãe teve que trabalhar com os branco [sic]. Aí eu tive que acompanhar. Aí, fiquei maiorzinha, aí comecei a trabalhar por conta, com os brancos. Aí, pronto, arrumei marido.

A senhora trabalhava com o quê?

Trabalhava na casa dos branco [sic], lavando pratos, varrendo casa, limpando tudo, lavando roupa. Aí arrumei um marido. Passei catorze anos com meu marido. Aí não deu certo. Ele bebia muito, ficava valente. Aí eu não quis mais ele. Fui embora pra Boa Vista, passei dois anos e encontrei outro. Até hoje tou com ele. Faz onze anos com ele. (...)

Como é que era a vida lá na aldeia que a senhora nasceu, na aldeia Makuxi?

A vida lá é triste. Eu tinha dez anos, mas eu me lembro do tempo que meu pai morreu. Minha mãe pegava aqueles lagartos, não sei se vocês conhecem... Ela cozinhava. Senão, ela assava numa folha e mandava eu comer. Aí eu dizia pra ela: ‘Mamãe, eu não quero esse bicho não.’ Aí ela dizia: ‘Minha filha, come assim mesmo. Teu pai morreu, tu tem [sic] que comer esses bichos.’ ‘Mas mamãe, eu não quero comer.’ Aí eu não comia. Eu comia os peixinhos que a gente pegava no rio. (...) Depois que eu me entendi, eu vim embora pra cá e nunca mais fui. Morreu minha vó. Morreu minha mãe. Eu nunca mais fui pra lá. Eu fui uma vez visitá-la, depois que eu estava com esse segundo marido. Aí, eu fui com ele. Aí, o meu irmão foi caçar e matou um veado. (...) Minha vida mudou demais. (...) Depois que

eu me entendi e comecei a trabalhar com os branco
[sic]”.¹⁴⁷

A narrativa possui um conteúdo emocional muito forte. As mortes da mãe e da avó parecem ter ratificado a transformação cultural que a afastou da maloca. Contudo, nem estas tragédias individuais e nem a vivência diária com a sociedade brasileira romperam com as memórias do tempo em que viveu entre seu povo. O depoimento de Dona Maria Tarsila, e, mais do que isso, as imagens que gravamos dela, principalmente quando chegamos ao Sítio Macuxi e ela estava entregue aos afazeres domésticos, e depois, quando já havíamos combinado a entrevista e ela fez questão de trocar de roupa, colocar um relógio e cordões de ouro e, até, perfumar-se, sob a expectativa de aparecer na televisão, indica que a última observação de Galvão citada – aquela onde ele diz que era “prematureo e errôneo falar desses índios como assimilados pela sociedade nacional” –¹⁴⁸ possui, efetivamente, uma datação histórica conjuntural bastante definida, a qual corresponde à década de 1950.

De lá para cá, o modo de vida caboclo consolidou-se de maneira generalizada e, embora persistam algumas das características enfatizadas por Galvão para justificar a não classificação das pessoas oriundas de etnias nativas como “assimiladas” – “eles ainda se identificam como índios e conservam um mínimo de tradições e traços culturais” –¹⁴⁹ a própria história de vida de Dona Maria Tarsila é representativa da assimilação e da adaptação de padrões de vida exteriores às malocas, desenvolvidos por aqueles que optaram por aproximar-se do extrativismo. Sua saída do Alto Cutingo se deu por volta do início dos anos sessenta, e a aproximação dos “brancos” ocorreu pelas mãos de sua mãe. Este movimento imputou-lhe novos saberes e novas práticas cotidianas, mais tarde ratificadas

¹⁴⁷ Entrevista com D. Maria Tarsila dos Santos, em Caracarai, 01/09/1995 (CNB 29).

¹⁴⁸ Galvão, Eduardo. Índios e brancos na Amazônia brasileira. Op. cit., p. 280. Ver nota 143, neste capítulo.

¹⁴⁹ Idem, ibidem.

pelo casamento com um homem que não era indígena e pela própria necessidade de manter-se em um meio social que privilegia o trabalho assalariado (mesmo sob condições bastante peculiares, como veremos no próximo capítulo), dentre outros aspectos que contrastam vivamente com a vida nas aldeias indígenas.

É interessante perceber, ainda, que, segundo o discurso de Dona Tarsila, o que mais marcou as diferenças entre a vida na aldeia e a vida cabocla foi a alimentação. Para ela, “a vida lá é triste”, pois, com a morte do pai, ela tinha que comer lagartos assados ou cozidos e peixes. A caça é uma tarefa masculina e a ausência da figura paterna retirava esta possibilidade alimentar do cotidiano, restringindo-a aos dias de festa. Mesmo assim, a caça, preparada com o couro e tudo mais, não era agradável ao paladar da nossa protagonista.¹⁵⁰ Parece que o fato de dormir numa casa comunal (como era nas malocas), ou de ficar distante do núcleo urbano, ou mesmo de ter que se submeter à rigorosa hierarquia da aldeia, não incomodava tanto quanto o cardápio. Mas as imagens que registramos mostram uma mulher com vaidades muito distintas daquelas que pudemos observar nas aldeias. Revelam, ainda, pequenas ações, corriqueiras para quem já assimilou valores constituintes da sociedade brasileira de fins do século XX, mas muito estranhas, ainda hoje, para os indígenas.

Assim, o universo caboclo faz parte de “uma constelação de áreas culturais”, as quais conformam “uma cultura nacional com alto grau de homogeneidade”, configurando-se como uma vertente da cultura brasileira, com a qual tem muito mais pontos de contato

¹⁵⁰ “Não vamos tirar o couro não”, disse D. Tarsila para o marido, com quem havia ido visitar a aldeia natal. “Aí ele falou: ‘Será?’ ‘É você vai ver.’ Aí, chegaram com o veado, partiram com couro, com tudo. Aí eu disse: ‘Eu não vou comer, não’. Aí ele [o irmão de D. Tarsila] disse: ‘Não meu cunhado, eu vou te dar um quarto de veado. Manda a mana fazer do jeito que você come.’ Aí tirou o couro todinho, aí eu fui ajeitar comida pra ele. É assim a vida lá”. Entrevista com D. Maria Tarsila dos Santos. Op. cit.

do que rupturas.¹⁵¹ Apresenta, no seu âmago, os ajustes locais definidos pelas formas adaptativas às condições ecológicas e de produção, e pela pré-existência de culturas autóctones, o que gerou peculiaridades determinadas por sua própria história. O universo de táticas e estratégias, desenvolvido cotidianamente pelos seus habitantes, abriga lógicas específicas, relacionadas aos usos e aos modos de apropriação da natureza, bem como à assimilação de padrões sócio-culturais necessários à sobrevivência neste universo.

¹⁵¹ Ribeiro, D. *Opovo brasileiro*. Op. cit., p. 254.

Capítulo Segundo

O mundo do trabalho

Já foi dito que os habitantes da região, ao longo do século XX, eram, majoritariamente, caboclos descendentes das etnias autóctones, cujo modo de vida foi determinado pela aproximação de seus costumes e tradições nativas com a sociedade brasileira. O conflito entre estilos de vida e universos mentais tão díspares gerou táticas, estratégias, práticas e costumes aparentemente diferentes, indo desde os deslocamentos comunitários, como se deu com os ancestrais Baré de Seu Nilson de Massarabi, até a saída de muitos indivíduos das aldeias, os quais passavam a viver em comunidades que se localizavam próximas aos povoados e cidades, ficando, muitas vezes, longas temporadas afastados de suas tribos e, em cada retorno a estas, atuando como introdutores de novos saberes, de novos hábitos, que modificaram a cultura nativa.

Entretanto, estas diferentes reações apontavam para uma mesma direção, a qual está caracterizada nas relações de produção e de trabalho que ali se estabeleceram historicamente. Trata-se de uma economia local, cuja posição periférica em relação à própria sociedade brasileira lhe confere um lugar nas franjas do capitalismo industrial, para o qual contribui, basicamente, com matérias primas e algum artesanato regional, produtos que possuem um valor agregado muito pequeno, resultando em baixa remuneração pelo trabalho. Podemos dizer que a sociedade construída no Rio Negro possuía um conjunto hierarquizado de relações sociais, tendo, no topo, um pequeno grupo de proprietários e exploradores da terra e trazendo na base a maioria cabocla. No intermédio destes níveis, flutuava um conjunto de pessoas, responsável por algumas funções burocráticas essenciais,

tais como administração, segurança, coletoria de impostos, controle da produção e pequenos comerciantes.

No Médio Rio Negro, todo este universo humano se movia, praticamente, em torno da indústria extrativista, que, aqui, caracterizou-se pela diversidade de produtos coletados, envoltos, contudo, na mesma estrutura social e cultural que vicejou por toda a Amazônia: o aviamento. No entanto, as especificidades do território estudado delinearão o desenvolvimento das relações de produção – também pautadas pelas figuras do patrão e do freguês e pelo próprio ambiente da unidade de produção extrativista, como em toda a macro região –, as quais tomaram feições peculiares consoantes ao processo histórico transcorrido. É este mundo do trabalho que estaremos focando neste capítulo.

1 – O ambiente da produção

O ambiente onde se desenvolveram as atividades de extração e coleta de produtos florestais, na área de nosso estudo, caracteriza-se pela diversidade da produção extrativa, não tendo dependido unicamente das seringueiras, nem mesmo no período de apogeu da borracha. Como já dissemos, não havia muitas áreas propícias ao crescimento de seringueiras neste vale, sendo que a maior parte delas, provavelmente, localizava-se a jusante de Barcelos, na área do Jaú e de seus afluentes.¹ Assim, toda a produção local somada, dos anos de 1900, 1901 e 1902 – três anos de grandes safras brasileiras –, tinha números equivalentes a apenas a quinta parte das quantidades de borracha retiradas do Rio Purus em 1902.² Este dado impunha aos negociantes que se aventuravam por aquelas terras

¹ Esta conclusão deriva da análise apresentada por Victor Leonardi, em relação à bibliografia e às fontes consultadas. Ver: Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit.

² A fim de compor este quadro, utilizamos dados estatísticos apresentados por Arthur Reis (e citados na íntegra, no capítulo anterior). Ver: Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 108.

a necessidade de ter uma produção extrativa diversificada, na qual distinguiam-se em importância a piaçaba, a castanha do Pará e, dentre as árvores donde extraía-se látex, a balata e a sova.

Em 1891, José Antônio dos Reis, missivista de Vista Alegre, comunicava o envio de doze “banquinhos do Rio Uaupés”, quatro quilos de cumaru e um quilo de cragiru.³ Em outubro do mesmo ano, a carta de Miguel Baptista Porfírio & Co., também enviada de Vista Alegre, diz que

“o rio Negro está muito baixo e continua a baixar bastante, por isso sentiremos em não nos ser possível fazer seguir a lancha com algumas madeiras de seu pedido, contudo faremos toda a diligência possível”.⁴

Um mês antes, Manoel Alves de Mello, em correspondência remetida de Moura, avisava que estava saindo daquela localidade em direção ao seringal que explorava, naquelas cercanias.⁵ Entretanto, em janeiro de 93, ele não comunicava o envio de borracha fina, nem de sernambi – produtos comuns aos que manejavam seringais –, mas a remessa de oitenta e dois quilos de salsaparrilha, produto muito explorado pelas expedições que transacionavam as chamadas “drogas do sertão” amazônicas, nos idos dos séculos XVII e XVIII.⁶ Na mesma época, Manoel Joaquim de Cabral, de Santa Isabel, informava o envio de um pacote de cragiru, além de um caixote com quatro maços de miçangas, pesando cerca de oito quilos.⁷

³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456, carta de José Antônio dos Reis, Vista Alegre, 22/09/1891.

⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 460, carta de Miguel Baptista Porfírio & Co., do Barracão da Vista Alegre, em 11/10/1891.

⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 455, carta de Manoel Alves de Mello, de Moura, em 20/09/1891.

⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 493 (Correspondências Comerciais – janeiro de 1893), carta de Manoel Alves de Mello, de Moura, em 15/01/1893.

⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 493 (Correspondências Comerciais – janeiro de 1893), carta de Manoel Joaquim de Cabral, de Santa Isabel, em 15/01/1893. O cragiru é uma planta da família Bignoniaceae, cujas cascas, flores e folhas são utilizados em receitas medicinais que combatem inflamações, disenterias e outras doenças.

Estes documentos demonstram que, para além dos produtos clássicos da indústria extrativa, existia uma comercialização de elementos típicos da cultura material local, isto é, artesanatos produzidos nos sítios e nas malocas. As peças eram manufaturadas a partir de matérias primas e concepções presentes no universo caboclo e serviam como moeda de troca não apenas entre o freguês e o aviado interno, mas entre este e o aviador principal. Isto significa que, se um grande comerciante, como era J. G. Araújo, aceitava recebê-las, era porque tinha mercado para colocá-las. Estes produtos deviam ser consumidos na própria cidade de Manaus, que viu sua população crescer – ao longo de todo o século XX – incorporando maciços contingentes da população do interior do estado do Amazonas. Uma evidência deste fato, e que emerge do trabalho com as fontes, é a inexistência de registros de embarque deste tipo de produto, o qual sequer consta das relações de preços correntes emitidas pelos compradores, em Belém e no estrangeiro.⁸

Desde o século XIX, a casa J. G. de Araújo procurou construir mercados para outros produtos, que não a borracha, como se vê na correspondência de Edmond Schluter & Co., de Liverpool:

“não havemos a avisar uma alteração neste nosso mercado. Ao presente este gênero é absolutamente inanimado; não podemos fazer alguma venda; porém carregamos mostras de sua piaçaba a um manufator e esperamos avisar uma venda com o correio próximo”.⁹

Ou na carta do ex-sócio da firma de Manaus, João Marinho de Campos, estabelecido em Belém do Pará no ano de 1899, a qual informa, acerca do puxuri:

⁸ Sobre isso, ver, por exemplo: Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456, carta de Singlehurst, Brocklehurst & Co., do Pará, em 22/09/1891. Esta correspondência traz os preços praticados desde 21 de agosto de 1891; Pasta 452, carta da firma G. Amsinck e Cia., de New York, em 04/08/1891; Pasta 15 (despachos), carta da casa M. F. Santos, de Belém, em 21/05/1891. Traz os preços correntes dos gêneros nacionais praticados pela firma da Travessa Marquês de Pombal.

⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 506 (correspondências comerciais – março de 1893), carta de Edmond Schluter & Co., de Liverpool, em 20/03/1893.

“Logo que recebi seus obsequiosos informes sobre este gênero, procurei os amigos Srs. José da Silva Oliveira & Cia., de conta de quem fiz-lhes encomenda (...) e autorizaram-me a pedir-lhes o favor de comprar-lhes: 100 quilos, se o preço exceder de 35 a 40 mil reis e 50 quilos, se o preço passar de 40 ate 50 mil réis o quilo”.¹⁰

Este mesmo produto já havia sido embarcado, anos antes, nesta mesma praça, pelo comerciante J. Alexandre Soares, que o destinara ao “Seu Major Palheta”.¹¹ Também o cumaru aparece cotado pelos grandes comerciantes regionais, em 1891, como se depreende de correspondência enviada de Belém por Singlehurst, Brocklehurst & Co.¹² É interessante destacarmos que mesmo outros produtos extrativos de comercialização não usual – como os couros de animais silvestres, os óleos de copaíba e de pau-rosa, madeiras, pirarucu – estão citados nas correspondências comerciais da casa J. G. Araújo, para destinatários de fora do Amazonas, no sentido de uma busca de mercados para eles. O mesmo fato, porém, não ocorre com o artesanato.¹³

Pelos documentos apresentados até aqui, podemos perceber que esta diversidade da produção local se manteve fortemente ativa desde os tempos de auge da comercialização da goma elástica. Então, após 1917, com a queda vertiginosa dos preços de comercialização deste produto, devido às grandes safras das plantações asiáticas, ratificaram-se as outras

¹⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 636, carta de João Marinho de Campos, do Pará, em 11/09/1899.

¹¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Guia de Embarque 1895, carta de J. Alexandre Soares, de Belém, em 05/02/1889. No trecho indicado, o documento diz: “Major Palheta Consta-nos que o Seu Major Palheta brevemente estará conosco. Nos disseram também que ele não ficara satisfeito com o embarque do puxury, que o peso embarcado tinha diferenca. Com franqueza, isto muito nos contristou. Em relação ao adiantamento vamos cumprir as vossas ordens. O vapor brasileiro conduz cerca de 1000 cearenses, por ele voltaremos a sua presença”. O grifo consta do documento original.

¹² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456, carta de Singlehurst, Brocklehurst & Co., no Pará, em 22/09/1891. A correspondência, traz a seguinte referência: “cumaru: compra-se o de qualidade regular a 1\$750 [um conto e setecentos e cinquenta réis] a 1\$800 [um conto e oitocentos réis] por quilo”. Este preço vinha sendo praticado desde 21 de agosto de 1891.

¹³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 15 (despachos), carta da casa M. F. Santos, de Belém, em 21/05/1891; Pasta 452, carta da firma G. Amsinck e Cia., de New York, em 04/08/1891; Pasta 452, carta de Salgado D'Araújo e Santos, de Lisboa, em 13/08/1891; Pasta 456, carta de Singlehurst, Brocklehurst & Co., do Pará, em 22/09/1891.

produções extrativas, ao mesmo tempo em que ocorria um abandono significativo do número de novas empreitadas. Assim, em 1928, o Major Boanerges de Souza encontraria no “povoado de Santa Isabel (nova)”, apenas o armazém da firma J. G. Araújo em funcionamento. O adendo do termo “nova” ao nome da cidade aparecia como referência à movimentação do próprio núcleo urbano, que fora transferido da ilha para o continente. Em seu relatório, ele diz que a localidade possuía, outrora, “outras casas de negócio, entre as quais duas colocadas na ilha fronteira de Santa Isabel”. Provavelmente, duas das que haviam sido vistas por Carlos Chagas, quinze anos antes, ainda permaneciam, embora desativadas. O povoado possuía ainda, em 1928, “um barracão velho, um outro aberto em que se alojam índios e uma casa coberta de telha em que reside o venezuelano Don Rafael Ugarte, subdelegado local”.¹⁴

Boanerges observou que “o estabelecimento comercial da firma J. G. Araújo” recebia, em troca dos artigos manufaturados e alimentícios que trazia desde a capital, “piaçaba, castanha e balata”.¹⁵ Mais adiante, em seu relatório, ele afirma que o seringal São José, uma das propriedades do nosso conhecido Joaquim Gonçalves de Aguiar – a quem ele intitolou Coronel – explorava borracha, ainda nesta época, além de castanha e piaçaba.¹⁶ Em outra passagem há a indicação de que o porto da localidade Nova Vida era onde “se faz o embarque de piaçaba, principal produto de exportação dos rios Preto e Padauari”.¹⁷

As falas de alguns de nossos depoentes também trazem fortes indícios de que esta situação foi permanente em nossa área de estudo. Seu Américo, por exemplo, quando lembrava das histórias que seu pai contava sobre “antigamente”, provavelmente nas

¹⁴ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco*. *Op. cit.*, p. 15.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, p. 18.

¹⁷ Idem, p. 14.

décadas de 1910 ou 1920, destacava que, em Camanaus, onde nosso entrevistado nasceu, “faziam extração da borracha, essas coisas, balata, serviçozinho aqui...”.¹⁸ As correspondências endereçadas à firma J. G. Araújo também continuam a atestar esta situação, nas décadas seguintes. Assim, J. F. Silva, por exemplo, aparecia como um negociante interno, de piaçaba e castanha, no Alto Rio Negro, além de demonstrar interesse na compra de um terreno para exploração de cumaru, na mesma microregião, indicando que, na referida propriedade, já existiam cerca de mil árvores exploradas.¹⁹

Anos depois, a firma J. G. Araújo continuava a busca por mercados para essa diversificada gama de produtos extrativos, os quais, geralmente, não provinham somente do Rio Negro, mas, ali, desempenhavam papel preponderante na economia. É interessante percebermos que os produtos que aparecem nas listas de preço dos compradores, na década de 30, por exemplo, são praticamente os mesmos que figuravam durante o período de apogeu da borracha. Pode-se acrescentar, agora, o cipó-vime – matéria-prima para a produção de muitas peças manufaturadas artesanalmente – e os saltos de borracha (Saltos Coroa), provavelmente fabricados em Manaus, permanecendo o puxuri, o pirarucu, a piaçaba, a essência de pau-rosa, madeiras, entre outros.²⁰ Nesta época, operava em São Gabriel a firma Gonçalves & Irmão Ltda., que negociava com o aviador principal, em Manaus, além de borracha, carregamentos de piaçaba, ucuquirana, couros e de balata. Esta

¹⁸ Entrevista com Américo de Oliveira Neto, op. cit.

¹⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (dezembro de 1937): carta de J. F. Silva, em 02/12/37; carta de J. F. Silva, em 04/12/37.

²⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935): carta de Eurico Magalhães, de Salvador, em 02/03/35; carta de J. R. de Vasconcellos & Cia., de Joao Pessoa, em 14/03/35; carta de Eurico Magalhães, de Salvador, em 18/03/35; Pasta Correspondências Comerciais (outubro/novembro de 1935), carta de José Victor dos Santos, de Lisboa, em 15/10/35.

última, às vezes, era produzida na Colômbia por outros pequenos aviadores e negociada na vila onde operava o avião interno, como parte do trânsito para a capital.²¹

Segundo relatos colhidos na área estudada, as décadas de cinquenta e sessenta mantiveram este padrão, como se depreende da entrevista com D. Marli – nascida no seringal São Tomé (esse mesmo, citado há pouco, hoje propriedade de D. Alda, nossa entrevistada), mãe de oito filhos vivos – que ao ser indagada acerca das atividades que seu pai realizava para manter a família, respondeu: “Ele trabalhava em roça”. Insistimos na pergunta: “E seringal, já não tinha?” Ao que ela disse: “Ele trabalhava no seringal. Sova, castanha, piaçaba, todo tipo fazia”.²² Este depoimento torna-se importante na medida em que percebemos que, por esta época, as roças ganham a dimensão de produção comercial, fato que tende a se consolidar nas décadas seguintes.

Tal fato se deve, por um lado, à ausência de mercados para os produtos tradicionalmente coletados na floresta; por outro, a chegada das grandes empreiteiras e de uma numerosa guarnição militar, em meados dos anos setenta, corroborou este movimento, pois criou, nesta cidade, um mercado consumidor para o excedente da agricultura familiar de subsistência, característica da região.²³ Assim, uma declaração de que “ele trabalha na roça” sugere, já naquele momento, uma mudança no padrão costumeiro desta atividade, que passou a fazer parte do cenário econômico, o que garantia o sustento em situações que não mais permitiam o avião. Com o passar do tempo, muita gente seguiu o caminho de Seu Maurício Menezes Balbino, que, em 1995, morava na localidade Laranjal, outrora uma

²¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março): carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 05/01/1940; carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 20/01/1940; carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 05/03/1940.

²² Entrevista com D. Marli Marcelino, na cidade de Santa Isabel, em 21/08/1995 (CNB 37).

²³ Neste período, teve início uma atividade econômica que, vinte anos depois, emergiria como “a atividade-símbolo da cidade” de Barcelos, no dizer do jornalista Alexandre Medeiros: a captura de peixes ornamentais. Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., pp. 80/83.

“residência muito confortável, sem dúvida, a melhor que a Comissão viu no interior do Amazonas”:²⁴

“Nasci em São Gabriel em 1938, trabalhei no corte da seringa desde os 14 anos. Estou aqui há um ano. Hoje vivo da roça e aqui tem terra para plantar. Quero vender farinha para São Gabriel”.²⁵

É o caso da comunidade de Massarabi, onde, segundo o Seu Nilson, “a produção é a farinha, e o ramo de vida nosso é o marisco e a farinha, somente. Os produtos não compensam o preço da mercadoria”.²⁶ Também o Seu Ramiro Lopes, morador de São José, optou por se dedicar à agricultura. Tendo chegado nesta localidade por volta de 1960, quando casou com D. Maria de Nazaré Ferreira, nascida ali mesmo – ela é descendente de José Henrique Ferreira, que era quem cuidava do local quando o Major Boanerges passou por ali, em 1928 – ele diz, sobre o corte das seringueiras, que

“não tinha mais gente trabalhando. Eu ainda tentei trabalhar uns anos, mas aí eu parei. Quando todo mundo parou, deixei de trabalhar.

Porque o senhor acha que pararam de cortar seringa, aqui no Rio Negro?

Muitos diziam que o preço não compensava, não ajudava. Então, deixaram de trabalhar”.²⁷

Seu Ramiro dedicou-se, ainda, à coleta da piaçaba, do cipó e da sova, como grande parte dos trabalhadores deste território, antes de se voltar para a pesca e a roça. Em 1995, ele nos afirmava:

“Nós estamos produzindo só farinha, alguma fruta, banana.

E vocês vivem disso?

Isso.

Vocês produzem pra vender?

²⁴ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 108.

²⁵ Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., p. 70.

²⁶ Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

²⁷ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes, em São José, em 17/08/95 (CNB 24).

Pra vender.
Que peixes vocês têm mais aqui?
Toda qualidade de peixe. Pescada, aracu, piraíba,
tucunaré, piranha. Todo tipo de peixe.
Esse peixe é vendido ou é só para vocês
consumirem aqui?
Quando a gente sai pra pescar, a gente vende.
Agora, quando a gente procura aqui perto, é só pro
rancho”.²⁸

Os anos noventa trouxeram uma fugaz aparição de outra atividade econômica, a qual atraiu centenas de forasteiros que, todavia, tiveram uma convivência pouco estreita com os habitantes tradicionais da calha do Rio Negro. Era o garimpo de ouro, que introduziu novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, estranhas à região. A extração se dava ao longo do leito do Rio Negro e de alguns afluentes, a montante e a jusante da cidade de Santa Isabel, começou por volta de 1992: “Antes vieram fazer umas pesquisas por aí, um pessoal, e viram que tinha o material, o ouro né? Aí entrou o garimpo”.²⁹

Esta atividade ocasionou, ainda, um fluxo migratório momentâneo, pois a mão-de-obra era praticamente toda de fora do território, fato que gerou uma interessante interação entre esta população que chegava e as atividades agrícolas e extrativas locais, a qual, contudo, não esteve isenta de fortes contradições geradas no âmbito da cultura cabocla. De toda a população que habitava a área pesquisada, apenas encontramos referências acerca de um envolvimento direto e efetivo nas fainas do garimpo entre os moradores de Massarabi.³⁰ O próprio Seu Nilson da Cruz, líder da comunidade na ocasião, destaca esta aproximação, valorizando-a como muito positiva:

²⁸ Idem.

²⁹ Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira, de Barcelos, em 17/08/95 (CNB 49).

³⁰ Seu Nilson nos disse que seu sobrinho Jacinto “trabalhou no garimpo. Manejando e mergulhando também”. Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

“O garimpo, graças a Deus, foi ótimo para Massarabi. Porque aqui, o garimpo deu tudo que nós precisamos. Até mesmo dinheiro, cada qual tinha seu dinheiro. Trocamos farinha, fruta e tal e coisa. Foi ótimo para nós, o garimpo. Não tenho nada o que dizer, que foi ruim, nem nada. Nunca fomos invadidos, que seja, nossa família”.³¹

No entanto, esta opinião não era compartilhada nas análises de outras pessoas, que se viram, de uma hora para outra, enredadas em costumes e padrões, profissionais e éticos, com os quais não estavam acostumados a conviver. A sensação de invasão, à qual se referiu o próprio Seu Nilson, difundiu-se pelos sítios e comunidades. Embora os garimpeiros consumissem a produção agro-pastoril local, remunerando-a a preços nunca mais alcançados, suas atitudes eram agressivas em relação ao comportamento costumeiro do caboclo. Seu Ramiro era um destes:

“Era bom ou ruim, aqui, quando tinha garimpo?

Para mim não era bom (respondeu nosso entrevistado). Porque eu não gostava do costume deles.

Qual era o costume deles?

É isso que eu estava lhe falando. Eles chegam aqui, já vão para o pé de tangerineira, aí vão batendo, derrubando, sem pedir licença. Nem para comprar. Porque a gente chega num lugar, pede autorização do dono. Mas eles não. Chegam aqui e vão metendo a mão. Vão ali pro coqueiro, não sabe se tem dono ou se não tem, faz de conta tem. Pra eles. Só por isso eu não gostava do jeito deles”.³²

O depoimento de D. Alda tomou o mesmo sentido, apontando a insegurança e a violência como ingredientes da invasão. Segundo ela, nesse tempo, durante todo o dia passavam “dragas enfiadas umas nas outras”, e alguns indivíduos iam até a casa em busca de alimentos, principalmente criação (galinhas, porcos e bois). “Era uma vida que a gente não tinha sossego, tinha até medo. Eu tinha medo, porque várias vezes passou [sic] uns

³¹ Idem.

³² Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit.

bandidos aqui”.³³ Contudo, o característico assimilacionismo, traço cultural distintivo destes caboclos, levou-os a tirar proveito desta situação, ao longo dos quatro ou cinco anos em que ela perdurou. Seu Ramiro, por exemplo, mesmo não gostando do jeito dos garimpeiros, vendia farinha, frutas e galinhas para eles: “Tinha deles que pagavam em ouro; tinha deles que pagavam em dinheiro mesmo”. A assimilação da conjuntura foi tão rápida, que se estabeleceram valores em ouro para os produtos, dentre os quais destacamos a valoração de um paneiro de farinha em meia grama do metal.³⁴ Em meados de 1995, já não havia movimento de balsas, nem dragas, no Rio Negro, nem em seus afluentes. Uma operação policial retirou os garimpeiros, embargou os trabalhos e apreendeu equipamentos, impedindo a continuação desta atividade.

É importante frisar, entretanto, que o conceito de troca de produtos permanece dominante entre a população cabocla, como deixa transparecer a última fala citada de Seu Nilson. Quando ele destacou que aquela foi uma época em que o dinheiro circulou com alguma prodigalidade na sua comunidade, ele o fez por se tratar de um momento histórico único, pois sempre foi incomum, ali, a movimentação de numerário, principalmente por muitos indivíduos simultaneamente (“cada qual tinha seu dinheiro”, ele disse). E, em seguida, seu discurso retomou o universo de práticas no qual se estabelecera tradicionalmente, ressaltando que os membros da comunidade “trocaram” seus produtos. Percebam que eles não os venderam, mas trocaram. É nesse contexto que se deve

³³ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit. O missionário responsável pela obra religiosa dos salesianos em Santa Isabel, o padre italiano Carlo Zuchetti, possui uma avaliação bastante reveladora dos resultados do garimpo nesse trecho do Rio Negro, a qual corrobora a leitura de D. Alda: “Bem, a presença dos garimpeiros, aqui nesse município de Santa Isabel, gerou problemas graves, principalmente ligados à violência, prostituição, o aumento dos preços. Sendo que eles pagavam tudo em ouro e os comerciantes tinham interesse em aumentar os preços, e o nosso povo, depois, não tinha condições de comprar mais nada, e passava fome mesmo”. Ver: Entrevista com Pe. Carlo Zuchetti. Op. Cit.

³⁴ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit. Obs.: paneiro é um cesto grande, usado por caboclos e indígenas para transportar produtos.

compreender, também, a rápida adaptação à conjuntura, com o estabelecimento de um valor de troca para esses produtos lastreado no ouro.

1.1. As unidades de produção

A sistematização da produção dentro deste ambiente se definiu a partir de gigantescas unidades, as quais eram geralmente denominadas, neste território, segundo o produto que dali era extraído. Assim, existiam os seringais, os piaçabais e os castanhais, principalmente. As áreas onde predominavam outras árvores resinosas, das quais também se extraía o látex, como o caucho, a sorva e a balata, eram popularmente chamadas de seringais, embora também pudessem ser designadas especificamente. Como na correspondência trocada entre a firma Balata Ltda., de Manaus, com a filial Travessão, no Rio Jauapery, pela qual recomendavam o Seu Joaquim Ludgero Garcia, afirmando que haviam

“firmado o contrato de locação de serviços nos balatais situados a margem direita do rio Branquinho, afluente do rio Jauapery, limitando-se pelos fundos com o divisor das águas com o rio Jauapery, pelo lado de baixo com a cachoeira do Porto Real e pelo lado de cima com terrenos ocupados por pessoal de Rafael Ugarte”.³⁵

Contudo, se recordarmos a fala de D. Marli – citada anteriormente – estaremos nos defrontando com uma visão diferente daquela que é dominante, ainda hoje, no Rio Negro. Ao ser questionada sobre a permanência dos seringais, na época de seu pai, ela respondeu: “Ele trabalhava no seringal. Sova, castanha, piaçaba, todo tipo fazia”.³⁶ Esta concepção de seringal está bastante próxima daquela que observamos em outras regiões da Amazônia,

³⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais, setembro de 1937: carta de Balata Ltda. (Manaus) para a filial Travessão, no rio Jauapery, em 19/08/1924.

³⁶ Entrevista com D. Marli Marcelino. Op. cit.

inclusive no complexo Acre/Purus, aonde o termo “seringal” chega a representar a única forma de propriedade fundiária conhecida, ganhando um sentido amplo, o qual, muitas vezes, precisa ser especificado segundo o tipo de produção.³⁷

As escalas de tamanho destas unidades produtivas extrativistas são muito grandes e implicaram, sempre, em definições construídas a partir de realidades específicas. Assim, sendo o Rio Negro uma área sob fortíssima influência cultural cabocla – principalmente no que tange à sua porção média (entre as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos), objeto deste estudo – não é estranho que, ao solicitarmos aos nossos entrevistados para dimensionarem os limites dos seringais em que viveram, encontremos, ainda no final do século XX, a mesma imprecisão dos tempos pioneiros, quando “o patrão local ou a firma aviadora mantinha um controle *de facto* [sic] sobre enormes extensões de terra e só ocasionalmente adquiriam a terra através de registro e de demarcação”.³⁸

Desta forma, a definição de quais terras seriam exploradas, em 1924, pelo Seu Joaquim Ludgero Garcia, como acabamos de ver, firmada em contrato de locação com a firma Balata Ltda., de Manaus (empresa ligada à casa J. G. Araújo), permitia um certo nível de flexibilidade adequado ao ambiente ao qual estava vinculada. A frente da área a ser explorada ficava na “margem direita do rio Branquinho, afluente do rio Jauapery”, e sua profundidade não era um limite bastante rigoroso, pois se tratava de um morro (“o divisor das águas com o rio Jauapery”), o qual poderia ser, ou não, utilizado na produção. Isto

³⁷ Ver: Santos, F. S. D. & Muaze, M. A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit., p. 43. É nesse mesmo sentido, por exemplo, a intervenção do Seu Francisco Vitalino de Souza, residente na cidade de Lábrea, para explicar de que maneira tornou-se patrão de um ‘seringal de seringa’, isto é, produtor de borracha e não de outro produto, como a castanha, também comum naquela área: “Sabe, então nós fomos chamados para tomar conta desse seringal, um seringalzinho de seringa. Aí, nós fomos para lá. Lá passei 18 anos, nesse lugar. Aí, não estava mais sentindo bem, aí eu resolvi a vender. Vendi e viemos para cá. Compramos essa casa e hoje nós estamos aqui.” Entrevista com o Sr. Francisco Vitalino de Souza, morador da cidade de Lábrea (às margens do Rio Purus, no estado do Amazonas). Em 12/02/1997.

³⁸ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 192.

estava em aberto e, certamente seria definido apenas no terreno, quando os trabalhadores extrativistas estivessem exercendo sua atividade. Em relação aos limites laterais, a situação se repete. Um deles se estabelece muito claramente, pois se trata da “cachoeira do Porto Real”, enquanto o outro, “pelo lado de cima”, se dá sem muito rigor, configurando apenas uma vizinhança “com terrenos ocupados por pessoal de Rafael Ugarte” (aquele mesmo a quem o Major Boanerges encontraria, quatro anos depois da celebração deste contrato, como subdelegado em Santa Isabel).³⁹

D. Alda de Aguiar Cardoso, por sua vez, aos sessenta e sete anos, não perdera as lembranças da dimensão do empreendimento do avô, Joaquim Gonçalves de Aguiar, a qual, para ela, podia ser medida pela quantidade de gente que trabalhava nele:

“Segundo meu pai falava, era de quase quatrocentos homens. Era muito grande, o seringal, era muito grande, de um lado e de outro. Porque tinha uns lagos por trás, uns paranás na foz do rio Negro mesmo. Muita gente, muita... Vinha gente de Camanaus para trabalhar borracha. Tinha muita gente, meu avô”.⁴⁰

Esta percepção advinha do modelo de organização interna destas unidades, a qual se baseava no conjunto de “estradas” que seriam exploradas pelos seringueiros, isto é, picadas abertas na floresta, com extensão de cerca de dez a quinze quilômetros, ao longo das quais encontravam-se as árvores que deveriam ser ‘sangradas’.⁴¹ Com isso, as estradas dos seringais penetravam, cada vez mais, o interior da floresta, ocupando áreas que levavam, às

³⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais, setembro de 1937: carta de Balata Ltda. (Manaus) para a filial Travessão, no rio Jauapery, em 19/08/1924.

⁴⁰ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁴¹ Termo popular utilizado na região para designar o processo de extração do látex da seringueira. O seringueiro faz o corte na árvore, por onde escorre a seiva, que, depois de beneficiada transforma-se em borracha. A analogia entre este processo e o termo ‘sangramento’ é óbvia e dá uma idéia de quanto são empíricas as mediações culturais nestas comunidades. Para Ferreira Reis as estradas eram “caminhos estreitos na selva, verdadeiros trilhos indígenas, ora em forma circular, ora em forma retilínea e não caminhos largos, seguros, por onde possa transitar um veículo qualquer. Por eles passa apenas o seringueiro ou a tropa que, periodicamente, deve abastecê-lo. Cada estrada tem entre 100 e 200 árvores em condições de produção” (Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit, p. 180).

vezes, dias e dias para serem percorridas por barco. Em 1910, por exemplo, um mesmo seringal podia ter “mil estradas ou mais”, nas regiões dos altos rios bolivianos.⁴² Tal definição mostrou-se tão apropriada ao contexto em que foi gerada, que Carlos Chagas a corrobora em seu relatório, discordando, todavia, da descrição que D. Alda nos fez da Vista Alegre:

“Vista Alegre é um outro dos mais importantes seringais do Rio Negro. Trabalham aí, aproximadamente, 200 pessoas, distribuídas em diversas ilhas, onde se encontram os seringais”.⁴³

A neta de Joaquim Gonçalves de Aguiar, contudo, não tinha na memória os marcos delimitadores do seringal do avô, mas era capaz de localizá-lo a partir dos rios percorridos para lá chegar e das propriedades que lhe eram limítrofes:

“Tem limites com o seringal dos Fontes e tem limites com o seringal de um tal de Pimenta. Isso fica em que rios, mais ou menos? No rio Atauí. Entre no Acarabixi, aqui pertinho, aí no Atauí, e a gente corre de voadeira quase mais de um dia. Aí pega no Atauí, do Atauí sai no Poné”.⁴⁴

Observe-se o detalhe de que a vizinhança não se consolidou, na memória de D. Alda, pelo nome do seringal, mas pelo sobrenome das famílias proprietárias. Entretanto, este modo de pensar não era característico apenas das elites rionegrinas. As pessoas das classes trabalhadoras valiam-se dos mesmos padrões de definição para pensar os seringais. Senão, vejamos:

“Aqui moravam, na época, mais ou menos sessenta famílias. Não contando as crianças. Então essas famílias residiam aqui e depois de uns tempos, aí a civilização foi indo mais adiantado, e aí, com o decorrer do tempo, aí, estes que eram mais habilitados queriam

⁴² Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 196.

⁴³ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 107.

⁴⁴ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

uma vida mais descansada. Então não tinha o motivo deles se destacarem daqui para Manaus, procurar emprego. Assim, foram se espalhando. Hoje nós estamos reduzidos, mais ou menos, a umas quatorze famílias, aqui dentro da nossa comunidade. Começava aqui, o limite do seringal; daqui até Bom Futuro”.⁴⁵

O Seu Nilson, descendente direto de índios Baré que se transferiram da região de Maturacá para o Médio Rio Negro e “capitão” – para usarmos a terminologia local – da comunidade de Massarabi em 1995, também utiliza os mesmos conceitos de D. Alda para definir o seringal onde viveu (e vive ainda). Ele dá importância preponderante à quantidade de pessoas que viviam na propriedade e demarca seus limites pela divisa com o outro seringal. Mas aqui aparece uma distinção importante em relação ao depoimento de D. Alda: o Seu Nilson marca os seringais pelo nome dado à propriedade, não importando os sobrenomes familiares. Esta postura aponta para as diferenças que se estabeleceram, ao nível dos interesses sociais, entre os atores das diferentes classes envolvidas no negócio da borracha. Enquanto a classe dominante compartilhava o espaço da propriedade, referindo-se a ele pelos nomes de família, as classes trabalhadoras se organizavam no território a partir dos espaços produtivos.

A ecologia da região amazônica proporciona uma dispersão natural de todas as espécies da flora comercializáveis, mesmo em áreas consideradas de alta concentração de produtos. Por isso as concepções de limites das unidades extrativistas estudadas tendiam a possuir uma flexibilidade territorial adequada à máxima exploração do terreno, o que, por sua vez, era fator decisivo para uma maior ou menor concentração de braços na produção. A idéia de tamanho, que na maioria das regiões brasileiras se constrói através de medidas de área (como o metro quadrado ou o alqueire), no Rio Negro prende-se a um tipo de

⁴⁵ Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

dimensionamento que se constituiu pela quantidade de trabalho – ou de trabalhadores, para sermos mais fiéis às fontes – e pela geografia, incluindo a paisagem e as propriedades.

Como destacou Teixeira,

“Convém notar, desde logo, que no extrativismo os limites do território não são dados pela terra em si mesma, ou seja, pela sua qualidade ou capacidade produtiva, como na agricultura. Mas sim pela sua extensão. O que mais importa no extrativismo é que a terra possa conter quantidades mais ricas e abundantes de bens naturais”.⁴⁶

Neste modo de produzir, o maior lucro advinha, então, da posse e exploração da maior quantidade possível de terras que contivessem a flora comercializável. Oliveira Filho, partindo de uma visão um pouco diferente, vem a corroborar esta tese, ao mostrar que “os anúncios publicados em jornais da época descrevem os seringais à venda primordialmente através do número de *colocações* (número de trabalhadores na extração que o seringal comporta)”.⁴⁷ Ele conclui a análise citando Armando Mendes, para quem um seringal seria “a mata preparada para a extração da borracha”.⁴⁸ Concordando com esta leitura, podemos dizer que cada unidade de produção extrativista, no Médio Rio Negro, é uma parte da floresta pronta para este fim. É neste mesmo sentido que Barbara Weinstein afirma que, embora “um seringal com mais de cem estradas” fosse considerado, para os primeiros posseiros amazônicos, como “uma propriedade relativamente grande”, não o era

⁴⁶ Teixeira, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: USP, 1980 (Dissertação de Mestrado), p. 38.

⁴⁷ Oliveira Filho, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, Maio de 1979, p. 132. Este autor preconizou, recuperando uma afirmação feita por Mário Guedes em 1914, que “o valor de um seringal não se relaciona com a extensão de suas terras, mas com o número de *madeiras* (i.e., seringueiras aptas à extração) que possui” (Idem, *ibidem*).

⁴⁸ Apud: Idem, *ibidem*.

em nível suficiente “para atrair o investimento estrangeiro”.⁴⁹ Retomando Oliveira Filho, ele conclui afirmando:

“Isso deixa claro que a existência de propriedade em uma área, dela não exclui a existência de terras-livres. (...) *A barreira entre proprietários e não proprietários, portanto, menos que uma diferença jurídica estabelecida por uma autoridade legal precária ou inexistente, é representada pela posse de capital necessário à organização de uma ‘exploração’ e a montagem de um seringal*”.⁵⁰

As unidades de produção – seringais, balatais, piaçabais, etc. – se formaram, quase sempre, a partir do usufruto da terra, e não de registros efetivos de propriedade. Tal condição era mais conveniente aos aviadores centrais, pois, num modelo como o que encontramos no Médio Rio Negro, eram estes que manipulavam o dinheiro e as riquezas resultantes do extrativismo, movimentando o capital ativo das pequenas empresas que se constituíam no interior. Eram eles, também, quem alimentavam financeiramente o sistema, pois tinham acesso ao numerário e às redes externas de financiamento da produção. Desenhava-se, por conseguinte, uma cadeia produtiva que retratava a estrutura de poder econômico local, a qual se iniciava pelo aviador central, passava hierarquicamente pelos aviadores internos, e chegava ao trabalhador extrativista.

Segundo Weinstein, somente no limiar do século XX foi observada uma “tendência no sentido de registrar as propriedades rurais e de adotar padrões mais estáveis de extração”, fato atribuído à “simplificação dos procedimentos de registros de terras, introduzida com a República”.⁵¹ Mesmo levando em conta que o estudo desta autora centrou-se, principalmente, em fontes sobre o Pará e que há grandes diferenças entre os

⁴⁹ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 198.

⁵⁰ Oliveira Filho, J. P. *O caboclo e o brabo*. Op. cit., p. 132. Os grifos são do próprio autor.

⁵¹ Ver: Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., pp. 196 e 198, respectivamente.

processos locais, definidos pelas formas adaptativas às condições ecológicas e de produção, além da preexistência de culturas autóctones, gerando peculiaridades determinadas por sua própria história, os indícios que levantamos até aqui apontam para a ratificação desta cronologia.

O documento mais antigo, dentre os que consultamos, a tratar da transferência de propriedade foi uma carta datada de 1891 e assinada por Arthur Amorim, em nome da firma Salvador Trimelle e Irmão, relatando a venda de uma casa, construída na cidade de Boa Vista, ao Capitão Alfredo Venancio de Souza Cruz, visando o pagamento de dívidas com a firma Araújo Rosas e Irmão, precursora da J. G. Araújo & Cia. Ltda. Ao final o missivista afirmava:

“Desejávamos remeter-lhe maior quantia, porém não o fazemos por achar atrasados os nossos negócios e por isso na primeira ocasião lhes faremos. Desculpem-nos a demora que temos tido por circunstâncias imprevistas e que não tornarão a dar-se de futuro”.⁵²

Uma outra situação, provavelmente semelhante, teve seu desfecho em abril de 1903, quando a casa comercial de J. G. Araújo tratou da compra do seringal Porto do Javary, na comarca de Barcelos. A transação – “produto da arrematação que na qualidade de procurador de Vmces. fiz em praça pública perante o Juiz competente nesta vila”, segundo o representante da firma de Manaus, Valentim Gomes Pinheiro – foi fechada em comum acordo com o Dr. Carvalho Boito, advogado dos Srs. R. Cruz e Cia., cessionários da propriedade, pela quantia de doze mil e seiscentos contos de réis.⁵³

Pelo exposto até aqui, percebemos que os ônus da produção ficavam, quase todos, com os aviadores internos. Eram estes que deveriam juntar os homens para a empreitada,

⁵² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 452, carta de Arthur Amorim, de Boa Vista, em 01/08/1891.

⁵³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Valentim Gomes Pinheiro, de Barcelos, em 06/04/1903.

cadastrando-os como fregueses, arcar com os custos de um re-aviamento do rancho e dos implementos para a safra, com o transporte e, ainda, depender de boas relações pessoais com o gerente da filial, para que não tivesse que pagar por muito tempo de armazenagem da produção. Nesta cadeia, cabia ao aviador principal a aquisição e o transporte das mercadorias para o interior, os custos de movimentação de carga entre o depósito e os vapores, o transporte da safra – comercializada com os aviadores internos em troca das mercadorias trazidas desde a capital –, além da colocação da mesma no mercado.

Percebe-se, ainda, que a mediação entre a safra coletada na floresta e o comprador final, desempenhada pelo aviador principal, era feita de modo casado, ou seja, ele apenas tirava do interior a quantidade de produtos já negociada, e, talvez, algum excedente para manter estoques em Manaus. De todo modo, pior do que perder alguma propriedade no interior, era perder o crédito junto ao aviador principal, pois isso inviabilizaria quaisquer tentativas de comerciar naquela área. Portanto, os intermediários locais não podiam se eximir do papel de propulsores da indústria extrativista. Este era o caso de Ricardo de Sá Cardozo, que em 1900 solicitava

“a bondade de requerer em meu nome 2 lotes de terra no Jurubaxy município de Barcelos, compreendendo da boca do Bariana, a queimada, lado esquerdo e direito, um confronto no outro com 5000 metros de frente e 1000 de fundo”.⁵⁴

Do mesmo jeito, o comerciante João Ferreira da Silva, em correspondência de dezembro de 1937, fez referência à compra de terreno para exploração de árvores de

⁵⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 639, carta de Ricardo de Sá Cardozo, do Barracão no Jurubaxy, em 10/01/1900.

cumaru, indicando a existência, neste, de cerca de mil árvores em uso.⁵⁵ Meses antes, ele comunicara a J. G. a dissolução da firma F. Silva & Cia., que passava a chamar-se J. F. Silva, a partir de então.⁵⁶

Entretanto, localizamos um interessante documento pertencente àquele período em que as atividades borracheiras na Amazônia sofreram o impacto da Grande Depressão norte-americana, agravado pelo crescimento dos estoques mundiais de borracha desde os últimos anos da década de 1920. Este conjunto de fatores determinou a paralisação dos trabalhos em inúmeros seringais do Rio Negro – inclusive no da Vista Alegre, que, sete anos depois do nascimento de D. Alda, estava inativo.⁵⁷ É muito provável, então, que o valor dos títulos de propriedade das unidades de produção extrativista tivesse caído na mesma proporção. Além disso, a se julgar pela explanação do historiador Antônio Loureiro, o financiamento da produção esteve paralisado, comprometendo o sistema de aviamento e, certamente, gerando dívidas impagáveis aos aviadores internos, as quais podem ter sido saldadas através da execução de hipotecas das terras produtoras. Há precedentes históricos, em relação a esta prática.⁵⁸

Tudo isso, enfim, vem a propósito da relação de “castanhais e terrenos no Rio Branco” – um afluente do Negro pela margem esquerda, desaguando abaixo de Barcelos – pertencentes à firma J. G. Araújo, datada de 1932.⁵⁹ Nela aparecem treze propriedades que, juntas perfazem o total de 233.275,18 km², área, esta, superior à do estado de Roraima

⁵⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (dezembro de 1937): carta de J. F. Silva, em 04/12/37. Este documento já foi citado nas primeiras páginas deste capítulo, na parte em que tratamos da diversidade da produção local.

⁵⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (setembro de 1937): carta de João Ferreira da Silva, do Rio Marié, em 02/09/1937.

⁵⁷ Loureiro, A. J. S. *Tempos de Esperança*. Op. cit., p. 49.

⁵⁸ Barbara Weinstein, por exemplo aponta a execução de hipotecas como um dos modos de acumulação de propriedades utilizado “pelos mais importantes aviadores”. Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 199.

⁵⁹ Arquivo J. G. Araújo: pasta 06, Castanhais e Terrenos no Rio Branco, em 1932.

(230.104 km²) e pouco menor que o estado de São Paulo (247.898 km²). Nove delas ocupam, cada uma, superfícies maiores que dez mil metros quadrados, sendo, somente o castanhal Terra Preta, com seus 41.227,1 km², quase do tamanho do estado do Rio de Janeiro (44.268 km²). Estas propriedades tornam ridículos os adjetivos utilizados para definir alguns latifúndios, como o seringal Boa Esperança e o seringal Três Casas, ambos localizados na região de Humaitá (Rondônia) e medindo cerca de três mil quilômetros quadrados, cada.⁶⁰

Há, ainda informações acerca das benfeitorias existentes, tais como em Caracará (a menor propriedade deste rol, com 2,5 km²), que possuía “uma casa de taipa coberta de telhas de zinco e de palha, com 42 palmos de frente por 100 ditos de fundos” ou os “barracões, barracas, plantio de café e outras fruteiras”, dos dois lotes em Vista Alegre (um com 31.873.5 km² e outro com 29.420.3 km²). Alguns dados indicam que uma determinada unidade já havia sido produtiva anteriormente, como era o caso do Porto de N. S. do Livramento (medindo “apenas” 250 km²), onde “outrora continha uma casa de taipa coberta de zinco, currais e um pequeno cercado de arame que já não existem”. Também o seringal Nova Descoberta (4.000 km²), enquadrava-se nesta situação, com suas “22 estradas de seringueiras abertas e grande quantidade de seringueiras avulsas”.⁶¹

Toda esta acumulação envolvia algumas práticas costumeiras no universo da indústria extrativista, dentre as quais se destacam a ocupação de terras devolutas, a compra

⁶⁰ Ver: Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 142 e Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 41.

⁶¹ Todas as partes citadas provêm de Arquivo J. G. Araújo: pasta 06, Castanhais e Terrenos no Rio Branco, em 1932. O valor total, estimado, deste patrimônio, “todo ele no município de Boa Vista”, era de 230.500\$000 (duzentos e trinta mil e quinhentos contos de réis). Em relação aos valores patrimoniais envolvendo as unidades de produção extrativa, Weinstein diz: “Infelizmente, é extremamente difícil avaliar o preço então corrente de um seringal, qualquer que fosse sua dimensão, uma vez que o valor podia variar enormemente, dependendo do número de héveas por hectare, do número de estradas já abertas, da idade das árvores, da localização da área, do número de seringueiros em atividade, e do número de barracões e cabanas ainda existentes incluídos no negócio” (Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 196).

de títulos de posse e de propriedade e a sociedade com outros proprietários – fossem eles, inicialmente, pessoa física ou jurídica, sendo, o fruto desta associação, sempre uma firma –, além da execução de hipotecas e dívidas de financiamentos. O registro destas terras, por seu turno, gerava um ônus permanente aos proprietários, pois deviam ser pagos impostos e taxas sobre elas. E, como não era comum a circulação de dinheiro na região, bem como não eram aceitas, pelas coletorias públicas, mercadorias em troca da quitação destas dívidas, restava aos pequenos comerciantes (e eram estes os mais atingidos, nesse contexto) solicitar ao aviador principal o envio de papel-moeda desde a capital, ou mesmo, que ele realizasse diretamente os pagamentos em Manaus, sempre que isto era possível.⁶²

Durante a década de 1940, com os esforços para apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial, houve alguma recuperação dos preços de comercialização da borracha, o que incentivou a retomada da produção, embora o embargo à navegação de cabotagem brasileira, principalmente no sentido sul – norte, procedido pelos submarinos alemães, tivesse propiciado um desabastecimento de gêneros importados pela região. Segundo Loureiro, “em 1944, (...) o abastecimento estava interrompido [em Manaus] faltando feijão, charque, trigo, banha, açúcar, sal”.⁶³ Entretanto, para este mesmo autor, “a vida extrativa normalizou-se com a volta da produção da castanha”.⁶⁴ Em termos de ocupação, exploração e posse da terra, não encontramos indícios de que esta situação proporcionasse grandes

⁶² Sobre esse tema, destacamos três exemplos: 1- Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 14/03/35. Este missivista agradece “pela importância paga dos impostos em S. Gabriel [a qual] era de necessidade devido a grande exigência dos Snrs. Fiscais, que são absolutos e não há razão que os convença”. 2- Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de S. João, em 10/12/35. Ele diz: “Necessito de dinheiro para pagar os devidos impostos no M. de S. Gabriel, espero que dê-me o [ordem] para o V. digno viajante, aqui fornecer-me”. 3- Arquivo J. G. Araújo: Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março), carta de Almerindo de Lacerda, de Paduaery, em 07/02/1940. O comerciante informa que “junto a esta acompanha uma pequena remessa de borracha e bem assim uma nota de umas mercadorias aqui peço a Vmces. a fineza de aviar e mandar-me pelo próximo portador, assim como também peço-lhes a fineza pagarem à coletoria de S. Gabriel o meu imposto de extrator do corrente ano, favor que muito agradeço”.

⁶³ Loureiro, A. J. S. *Tempos de Esperança*. Op. cit., p. 88.

⁶⁴ Idem, p. 91.

diferenças em relação à década anterior. D. Alda nos falou com tristeza deste período, posterior à morte de seu avô, ao comentar o destino da casa que ele estava construindo ao final dos anos 20:

“Ele pretendia morar nessa casa, sim. Ele fez para morar nessa casa, mas não chegou a terminar as obras, não. Morreu. Deixou só dois herdeiros, que eram o meu tio e a minha mãe. Meu tio foi solteiro até morrer, não ligava para nada. Minha mãe... nós já tínhamos aqui, meu pai também já tinha reformado esta casa. Aí deixaram. Aí ficou, se acabou”.⁶⁵

Esta narrativa, até por não determinar com exatidão uma data para o fim da Vista Alegre, é exemplar em termos do processo histórico desenrolado no território, pois, ao longo das décadas seguintes, até chegarmos aos anos setenta, esse parece ter sido o ritmo da economia local. Entretanto, os caboclos continuavam a tocar a vida para a frente, dedicando-se, como dissemos, cada vez mais à produção de excedentes na agricultura familiar, sem, contudo, abandonar de vez o extrativismo. Nos anos 1970, foi criado, pelo Governo Federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o qual, muito mais do que reforma agrária, voltou-se, na realidade, para mais uma experiência de colonização da Amazônia, quando centenas de migrantes nordestinos ocuparam as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários.⁶⁶ No Médio Rio Negro, o Incra chegou a cadastrar algumas propriedades, como foi o caso de Cauboris, conforme nos informou Seu Alberto, quando lhe perguntamos se o pai dele, Seu José, possuía a propriedade da terra:

⁶⁵ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁶⁶ Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) com o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), ambos criados nos termos da Lei nº 4.504, de 1964, a mesma que criou o Estatuto da Terra. Ver: http://www.incra.gov.br/_htm/instituicao/historico.htm, em 17/06/2003.

“Tem, da terra. Não, ele comprou isso antigamente, de taxa e um documentozinho. Isso foi cadastrado no INCRA naquele tempo”.⁶⁷

Até meados da década de 1990, a movimentação de grupos familiares e comunitários, dentro do território, permaneceu incessante, na busca de terrenos mais férteis onde pudessem fazer seus roçados, mas também na procura dos produtos extrativos que ainda dessem resultados econômicos. A este respeito, Seu Maurício Menezes – caboclo natural de São Gabriel, cujo pai nascera no Baixo Amazonas e migrara para o Rio Negro, onde conheceu sua mãe, uma índia baré – instalado em Laranjal a um ano – “Eu cheguei aqui, porque o meu patrão também foi daqui” – nos deu um importante depoimento:

“Então, a gente fica vivendo e se agüentando assim. Pelo menos depois que o meu patrão morreu, fiquei desempregado até a data de hoje. Não tem para onde eu ir. A gente vai em Santa Isabel, não se encontra emprego. Então a gente tem que ficar por aqui mesmo, fica na nossa, como se diz.

E vocês ainda trabalham com produtos da mata?

Não senhor, nem isso.

Por que?

Porque a gente está abandonando. O serviço da mata está praticamente não dando mais resultados para nós, pobres. Tá dando resultado pro patrão, que paga o pessoal como bem quer. Não ajuda a gente como deve ser, e a gente vive tudo sacrificado na mata, sem direito de ter casa, sem direito de ter roça... Porque o trabalho de piaçaba, sorva, não deixa tempo para a gente trabalhar. É o mesmo que... Não adianta fazer casa, aqui no sítio, faz a farinha e vai embora. Passa cinco, seis meses pra lá, quando chega, a roça tá na mata, a casa está caindo, está toda furada. É outro tempo. Então, a gente trabalhando na empresa, nunca se tem casa e não pode se ter roça. Ou se tem empresa, ou então a roça. Então resolvi abandonar a empresa, para continuar na roça”.⁶⁸

⁶⁷ Entrevista com o Seu Alberto Araújo, na comunidade de Cauboris, em 27/08/1995 (CNB 58).

⁶⁸ Entrevista com o Sr. Maurício Menezes, em Laranjal, em 22/08/1995 (CNB 39). Seu

1.2. A mobilidade do aparelho produtivo

A especificidade de todo este processo analisado até aqui reside, por um lado, na ecologia do próprio território, o qual, como vimos, possuía uma grande diversificação dos produtos de coleta, para além da dispersão natural – que ocorre em toda a Amazônia. É importante destacar que era esta diversidade que respondia pela produtividade econômica do vale. Por outro lado, como também já foi colocado neste trabalho, as comunidades estudadas vivenciaram, durante todo o século XX, os padrões caboclos, dominantes quanto ao manuseio e ao desenvolvimento das técnicas de uso dos recursos ambientais.

Esta dupla condição faz com que uma unidade de produção extrativa (um seringal, por exemplo), corresponda, basicamente, somente à sua área real de produção, a qual era constituída pelas espécies vegetais produtivas que continha. Isto quer dizer que, no Médio Rio Negro, nem o patrão, nem os fregueses que exploravam um determinado seringal (para ficarmos no exemplo proposto), residiam na área a ser explorada. Neste território, diferentemente do que ocorria na maioria das outras áreas de produção extrativa na Amazônia, a população que vendia sua força de trabalho aos empreendedores extrativistas não procurava fixar suas habitações em função da propriedade ou do patrão a que estivessem vinculados profissionalmente.

Trata-se de mais um marco característico deste território: a organização destas áreas de produção não equivalia a uma fixação da população no espaço, diferentemente das situações em que o controle da unidade produtiva se dava a partir do “barracão” – que conjugava a residência do patrão do seringal e de alguns empregados domésticos e administrativos da empresa, o porto de embarque e desembarque de mercadorias, bem como o depósito das bolas de borracha e o armazém – fixado na boca do rio a ser explorado, irradiando-se sobre as colocações – locais de residência dos trabalhadores

extrativistas. A localização estratégica possibilitava o controle do processo de trabalho, além de prevenir deserções e extravios da produção, sendo, assim, relacionada ao modelo clássico de estruturação da produção extrativista, tanto em termos das relações patrão – freguês, como da fixação do homem no território.⁶⁹

No capítulo anterior, destacamos a importância das atividades do extrativismo econômico em relação à prática de movimentar-se dentro do território, a qual consideramos, ainda, uma permanência vinculada aos costumes dos povos da floresta. E, como vimos até aqui, a estratégia de deslocar todo o aparelho produtivo para os locais onde os produtos podiam ser encontrados era fundamental para a reprodução deste modo de produzir. E não apenas a dimensão do espaço era determinante desta movimentação; também a dimensão temporal possuía uma forte carga imperativa, a qual residia no fato de que alguns produtos eram explorados durante o verão – caso, por exemplo, do corte da piaçaba e das gomas, realizado nas ilhas ou nos altos cursos de igarapés e afluentes – e outros durante o inverno – caso, principalmente, da castanha, coletada em terra firme, ao longo do inverno. Perceba, ainda, que a definição da época em que se daria a coleta implicava em diferentes processos de ocupação do espaço.

Podemos agregar a estes, outros elementos moduladores das ações antrópicas, tais como o nível das águas do Rio Negro – que, em outubro de 1891, continuava baixando, a ponto de a firma Miguel Baptista Porfirio & Co. avisar ao aviador (J. G.) que não conseguiriam “fazer seguir a lancha com algumas madeiras de seu pedido”⁷⁰ – ou “as copiosas chuvas” – que, no inverno de 1900, impediram Júlio Pereira de Macedo de

⁶⁹ Ver: Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit.; Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit.; Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit.; Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit.

⁷⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 460, carta de Miguel Baptista Porfirio & Co., do Barracão da Vista Alegre, em 11/10/1891.

preparar a “pouca borracha” obtida, a fim de enviá-la para Manaus.⁷¹ Mais interessante, porém, foi a explanação de João Mattos Ribeiro, ao justificar o não cumprimento do compromisso de enviar, para a casa J. G., uma remessa de piaçaba extraída do Rio Preto. Em carta de 1935, ele diz que lhe foi

“inteiramente impossível satisfazer [o compromisso] devido a grande dificuldade que se tem para conseguir, isto quando se já tem exploração, porém eu que não tinha devido ter saído do rio Preto para fazer o fabrico da castanha, logo que terminei mandei fazer uma, porém não foi favorável. Pelo qual peço-lhes desculpas pela m/ [minha] involuntária falta”.⁷²

Este aviador interno havia deixado uma área de produção de piaçaba ativa, no Rio Preto, para realizar uma safra de castanha em outra área, a qual, no entanto, não correspondeu à sua expectativa. Nesse ínterim, os terrenos que ele havia deixado para trás, no Rio Preto, provavelmente já haviam sido ocupados por outro empreendedor, fato que obrigaria nosso missivista a explorar novas áreas em busca da piaçaba. Assim, tendo em vista as dificuldades ainda maiores que encontraria para cumprir seu objetivo – que sempre foi o de saldar o débito na conta que mantinha com o aviador principal, chegando a ter saldo a receber, sempre que possível –, ele buscou outro rumo, conforme vemos neste trecho do documento:

“Junto remeto-lhe uma nota de pedido para ir ao alto Rio Negro ajustar pessoal para trabalhar em castanha na próxima safra a qual espero ser despachada. Aviso-lhes desde já que devido a carga de castanha ser diminuta vou para o Rio Padahuery fazer um fabrico de piaçaba devido lá ser mais fácil já o que não sucede no Rio Preto como já expus”.⁷³

⁷¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Júlio Pereira de Macedo, de Bom Fim, em 19/02/1900.

⁷² Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de São João, em 10/12/35.

⁷³ Idem.

A definição de adotar uma estratégia como esta implicava na movimentação de todo o aparelho produtivo em busca de áreas onde fosse possível obter maior lucro. Por isso João Ribeiro iria ao Alto Rio Negro “ajustar” (contratar) gente para o próximo fabrico de castanha; entretanto, o pessoal que ele já tinha consigo iria cortar piaçaba no Rio Padahuery, para fazer frente ao financiamento que recebera. Segue no mesmo sentido a intenção que José Rodrigues Bento tinha de transferir-se, no dia vinte de março, do Rio Preto para o Rio Anauá, “cujo se encontra bastante seco, mas que para Abril já deve ter alguma água para se poder movimentar em alguma castanha”.⁷⁴ Este deslocamento de populações pelo vale arrastava consigo uma disseminação da cultura cabocla rionegrina, tornando possível identificar que os movimentos da população envolvida com o extrativismo determinavam a construção das paisagens locais, bem como perceber o quanto esta movimentação implicou em significativas transformações no ecossistema circundante.

Isto se deu porque o piaçabal, o castanhal, o seringal, enfim, os locais onde os produtos estavam sendo extraídos, bem como a época do ano em que isso ocorria, atuavam como pontos de concentração de atividades humanas. Para abastecer estas zonas de produção era necessário caçar, pescar, abrir roças e caminhos na floresta, enfim, explorá-la, na acepção mais completa do termo. Contudo, estas transformações somente foram perceptíveis, muitas vezes, dentro do seu próprio universo. Tratam-se de costumes ancestrais, cujos nexos históricos encontram-se enraizados nas próprias tradições locais, de transmissão oral, mas que foram paulatinamente alterados na medida em que avançou o processo de interculturalidade. D. Olinda descreve assim, o seu cotidiano:

“Aqui todo dia é o trabalho da gente mesmo. A gente faz farinha, biju. Peixe a gente compra. Tem vez

⁷⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 06/03/35.

que a gente vai pra cidade, compra um ranchinho, volta.
É o trabalho da gente aqui no sítio”.⁷⁵

Apesar da dinâmica de aquisição social de novos valores, a vida continuava a ser o trabalho, parecem dizer-nos. O peixe, agora, pode ser comprado; a farinha e o biju já fazem parte do rol de técnicas particulares da cultura cabocla; e o “ranchinho” é sempre atualizado, mostrando que as necessidades externas à comunidade incorporam novos elementos com o passar do tempo. Seu Ambrósio, por sua vez, nasceu e viveu, seus trinta e três anos, dentro do território do Rio Negro, descendendo diretamente dos povos autóctones das cabeceiras do rio, e seu depoimento confirma a evidência. O pai dele era um índio Desana e sua mãe era da etnia Tukano. Nestas três décadas de vida vira muita coisa se transformar ali em São Luís: a quantidade de caça disponível na floresta, por exemplo, diminuíra, interferindo diretamente na rotina alimentar e, por isso mesmo, nos afazeres do dia a dia.⁷⁶ Também o peixe já não é encontrado com facilidade no rio, fato destacado em vários relatos nesta comunidade e que representou um abalo ainda mais importante para os costumes locais.⁷⁷ Seu Nilson, nosso conhecido de Massarabi, falou com nostalgia sobre as diferenças no ambiente:

“O rio, aqui, com facilidade a gente pegava o peixe, porque hoje existem muitos mariscadores que fazem marisco para esses rios, esses lados, então foi ficando escasso. Certamente estão se acabando. Na mata, a mesma coisa. Com facilidade a gente arrumava alguma caça lá, e hoje tanto faz, o peixe como a caça. Os caçadores perseguem a caça e os pescadores, o

⁷⁵ Entrevista com D. Olinda Gabriel Gama, na comunidade São Luís, em 10/08/1995 (CNB 10).

⁷⁶ Respostas do Seu Ambrósio Arantes Viana ao questionário “Percepção da população sobre suas condições de vida, de saúde, de saneamento e meio ambiente”. Comunidade São Luís, em 10/08/1995.

⁷⁷ Ver, por exemplo: Respostas do Seu Hilton Guilherme da Silva ao questionário “Percepção da população sobre suas condições de vida, de saúde, de saneamento e meio ambiente”. Comunidade São Luís, em 10/08/1995 e Respostas da Sra. Dacir da Costa Mendes ao questionário “Percepção da população sobre suas condições de vida, de saúde, de saneamento e meio ambiente”. Comunidade São Luís, em 10/08/1995.

peixe. Então, vem sendo mais dificultoso pra gente arrumar o que comer, aqui no interior”.⁷⁸

Apesar das dificuldades descritas e da possibilidade de adquirir algum rancho na cidade próxima, o costume de caçar e pescar para complementar o cardápio cotidiano permanece ativo como prática tradicional perfeitamente harmonizada ao modo de vida que ali se desenvolve. Além disso, são práticas afeitas à realidade do mundo do trabalho que ali se implementou, atuando na geração dos meios de vida que permitem a estadia do trabalhador extrativista por longos períodos dentro da floresta. Por isso mesmo, para muitos dos nossos entrevistados, nada mudou no ambiente em que viveram toda a vida, o que não quer dizer que sejam personagens menos atentos ao que se passa à sua volta, mas, talvez, que, naquela determinada área, a utilização dos recursos naturais da floresta tenha sido mais meticulosa, respeitando as práticas tradicionais que sempre os preservaram.⁷⁹ É o caso, por exemplo, da nossa conhecida D. Marli (37 anos), que achava melhor viver “lá em São Tomé, porque lá dá muito peixe e caça. Aqui a gente come quando tem dinheiro, quando não tem, não come. Bebe um *chibezim* e dorme”.⁸⁰

Carlos Teixeira considera estas práticas “uma extensão do trabalho extrativo”, pois o trabalho destinado à obtenção do produto, inclui, dentro dele mesmo, outro trabalho, “destinado à obtenção dos meios de vida”.⁸¹ E esta definição se encontra presente, ainda hoje, na mentalidade dos caboclos do Rio Negro, manifestando-se tanto na maneira pela

⁷⁸ Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

⁷⁹ Para José Augusto Pádua, por exemplo, “no início da década de 1970, apesar dos séculos de exploração econômica no contexto da moderna economia-mundo, apenas 1% de sua cobertura original havia sido destruída. (...) A devastação que aquele ciclo econômico não precisou produzir, hoje sabemos, veio a inaugurar-se seis décadas depois do seu fim. (...) No período que vai até agosto de 1996, o volume da área desmatada atingiu a cifra dos 51,7 milhões de hectares, algo em torno de 12% da cobertura original”. Pádua, José Augusto. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica*. Op. cit., p. 794.

⁸⁰ Entrevista com D. Marli Marcelino. Op. cit. Chibé é uma espécie de mingau, feito com massa de mandioca e água. Trata-se de uma iguaria típica dos povos autóctones da região, bastante disseminada entre a população cabocla.

⁸¹ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 152.

qual o trabalhador determina quais serão as mercadorias trocadas pelo fruto de seu trabalho de extrator, quanto na própria concepção do patrão acerca do que é o rancho necessário aos fregueses. D. Alda nos deu um retrato desta ilação, ao nos dizer o que comiam seus fregueses, lá dentro do piaçabal:

“Para dizer ao certo, o que Deus dá. Porque ele não cria... Ele leva um pequeno rancho, um café, um açúcar, um arroz, um feijão. Ele adora um feijão, mas sabe o que acontece, ele não gosta de cozinhar feijão. Acha que gasta muito carvão, gasta muita lenha e perde muito tempo. Eles caçam, pescam, para poderem sobreviver no trabalho”.⁸²

Essa evidência pode demonstrar que o longo processo de transfiguração étnica veio consolidando práticas produtivas e de subsistência que, efetivamente, possuem traços de permanência das culturas autóctones, a par das modificações processadas no campo das práticas e das técnicas cotidianas. Estas vêm impregnadas da realidade apresentada pelo meio ambiente e da presença de componentes oriundos de outras culturas, configurando estágios de rupturas históricas estabelecidas em contextos determinados.

2- A cultura do aviamento

Uma síntese possível do processo comercial que envolveu a população amazônica entre os séculos XIX e XX, poderia ser esta fala de um caboclo, citada por Barbara Weinstein: “A Amazônia é a terra do crédito. Não há capital. O seringueiro deve ao patrão, o patrão deve à casa aviadora, a casa aviadora deve ao estrangeiro, e assim por diante”.⁸³ Realmente, esta tradução simples e objetiva do sistema de financiamento de toda a cadeia produtiva vem carregada dos principais elementos que a compõem, e não apenas sob este

⁸² Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁸³ Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 38.

ponto de vista restrito. O aviamento – termo pelo qual é conhecido este sistema – conjugava um feixe de relações sociais e de produção dominantes em toda a Amazônia, onde desponta a figura do aviador, que vem a ser o comerciante provedor dos gêneros e implementos necessários para a realização da tarefa preponderante, isto é, a extração do produto da floresta.

Na expressão citada, à exceção do seringueiro – que é o aviado – todos os outros são aviadores.⁸⁴ No caso do território estudado, o papel de aviador principal – a “casa aviadora” – era representado pelo J. G. Araújo, e o elo mais distante do processo produtivo era o importador estrangeiro das matérias primas coletadas localmente.⁸⁵ Entretanto, a figura do patrão podia se desdobrar em alguns personagens diferentes, os quais exerciam o papel de aviadores internos, escalonados entre si a partir dos diferentes níveis de proximidade da produção que mantinham. Ao longo de todo o século XX, coube ao aviador interno um papel preponderante no funcionamento da cadeia produtiva, atuando como elemento de ligação entre o aviador principal e a produção. Era ele quem financiava, efetivamente, as fainas do extrativismo, vendendo a crédito e recebendo como pagamento o produto que lhe era entregue, quer pelo pequeno patrão, quer diretamente pelo trabalhador extrativista, pois também possuíam as suas equipes de trabalhadores contratados. Quando perguntamos a D. Alda de Aguiar quem fazia o comércio pelo Rio Negro no tempo do seu avô, ela respondeu:

“Eram vários comerciantes. Tinha Manoel de Queiroz Pinto, Antônio de Loureiro, Luís Matos, Manoel Bosco, Ângelo Bosco, vários comerciantes.

⁸⁴ Weinstein assinala, com uma forte carga simbólica, que “o homem na posição mais baixa desse mastro totêmico era o seringueiro”. Idem, p. 31.

⁸⁵ Weinstein alerta que “o importador de borracha (...) não deve ser confundido com os importadores de Belém [e Manaus], que atuavam essencialmente como armazenadores de secos e molhados estrangeiros”. Acrescenta, ainda, que, geralmente, eram de responsabilidade das firmas estrangeiras que recebiam a borracha em seus portos, o “pagamento do custo do transporte marítimo e de outras despesas que ocorressem depois de a borracha ter deixado o Brasil”. Idem, p. 34.

Ernesto de Paula, Joaquim Ugarte, comércios fortes.
Agora, tinha os pequenos, também.

E como era esse comércio?

Esse comércio, cada qual tinha sua turma pra trabalhar. Tinha seu pessoal, suas propriedades. O outro não metia seu pessoal por intermédio, no meio dos outros, não. Cada qual tinha a sua turma, o seu pessoal para comandar, para produzir, sabe?”⁸⁶

Tomando esta fala como representativa do universo local, podemos perceber que fora construída uma hierarquização dos papéis sociais e políticos desempenhados pela classe de proprietários de terras e comerciantes abastados, que liderava a cena econômica ali. Isto quer dizer que a população construiu uma interpretação própria para a estrutura do sistema de aviação no Médio Rio Negro, tendo como base não apenas o critério econômico, mas, principalmente, o desempenho individual desta classe dominante em relação aos espaços de poder existentes. E é importante salientar que se tratava de um modelo de hierarquização completamente amoldado às conjunturas de pujança da indústria extrativista, pois ele se manteve ao longo do processo estudado, embora intercalado por períodos nos quais a figura do “maior comerciante” – aquele que liderava a produção e o modo de produzir – não existia.

Neste sentido, podemos destacar Joaquim Gonçalves de Aguiar, considerado o maior dos grandes comerciantes até o final dos anos 1920, chegando a ser citado pelo major Boanerges como “o Coronel Joaquim Gonçalves de Aguiar, que explora borracha, castanha e piaçaba”.⁸⁷ Este homem angariou respeito e fortuna na região: “Ele era comerciante, né? Ele era alto político também, em São Gabriel da Cachoeira, naquele tempo”.⁸⁸ Seguiram-se, então, os tempos difíceis, de que nos falou Antônio Loureiro, época em que não houve

⁸⁶ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

⁸⁷ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco*. Op. cit., p. 18.

⁸⁸ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

supremacia de nenhum comerciante.⁸⁹ Somente a partir dos anos quarenta, o maranhense Graciliano Jonas Lopes Gonçalves veio dominar a cena, sendo lembrado, segundo Souza Santos, “como tendo sido o maior comerciante da cidade [de São Gabriel] e do Alto Rio Negro”.⁹⁰ Esta opinião pode ser amparada pelo depoimento de Seu Pedro Gonçalves de Aguiar, acerca deste comerciante:

“Ele morava em São Gabriel. Então tinha um seringal aqui perto e tomava conta disso aqui tudinho. Toda essa área aqui, ele trazia freguesia de lá e colocava freguesia nesse seringal tudinho, daqui até o Maraujá. Tudo era seringal dele. De lá, eles embarcavam no navio, nomeado navio J.G. Araújo, para Manaus”.⁹¹

Tanto Joaquim Gonçalves de Aguiar, quanto Graciliano Jonas Lopes Gonçalves, exerceram cargos políticos de importância local, em São Gabriel da Cachoeira. É importante notar que as lideranças locais sucederam-se em períodos equivalentes aos de força econômica das atividades extrativas. Os outros “grandes comerciantes” não chegavam a ser aviados pelos “maiores”, como acontecia com os “pequenos comerciantes”. No entanto, não dividiam o mesmo patamar político e social. Os integrantes desta fração de classe eram seguidos dos “pequenos”, aqueles que não possuíam “comércios fortes” e que, de forma geral, eram dependentes destes outros para exercer sua atividade. Todo este conjunto de pessoas era insignificante em termos de números demográficos absolutos, mesmo se trabalharmos com a hipótese de que cada patrão formasse uma família de modelo patriarcal e adicionarmos, ainda, o contingente de funcionários especializados e públicos que gravitava em torno dos espaços de poder. É nítido, portanto, o escalonamento hierárquico no seio da classe dominante. Weinstein coloca, a este respeito, que,

⁸⁹ Loureiro, A. J. S. *Tempos de Esperança*. Op. cit., p. 14.

⁹⁰ Santos, A. M. S. *Kariwa Retewa, Kariwa Nungara*. Op. cit., p. 67.

⁹¹ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

“em condições perfeitamente normais, era possível que um quilo de borracha passasse por meia dúzia de mãos diferentes antes de chegar ao seu destino final – o fabricante. Isso sem incluir os importadores e os banqueiros, que raramente lidavam diretamente com a borracha, mas eram absolutamente essenciais como fornecedores de bens, crédito e moeda estrangeira”.⁹²

É interessante destacarmos que o mercado consumidor da indústria extrativista amazônica não se definia intraregionalmente, lembrando, ainda, que o produto final negociado era a matéria-prima que movimentava outros setores. Este mercado era constituído pelo nível de demanda dos consumidores industriais e regulado pelo montante de seus estoques. O preço era estabelecido, então, a partir destes elementos, levando em conta, também, as quantidades disponíveis nas mãos dos aviadores principais e a produtividade das áreas de extração. Carlos Teixeira define a relação entre as unidades de produção extrativista e seu mercado consumidor como de dependência e de integração, alertando, no entanto, que estes vínculos eram restritos a certas camadas formadoras deste mercado e se limitam à esfera da circulação das mercadorias.

“O mercado não penetra diretamente na produção, mas apenas se encarrega de criar as condições para a reprodução de relações não-capitalistas que nela se dão”.⁹³

Por isso, o representante da firma inglesa Edmond Schluter & Co., estabelecida em Liverpool, respondeu, em março de 1893, a uma consulta feita por J. G. Araújo acerca dos preços dos produtos regionais da Amazônia na Europa, informando que

“nosso mercado continua a ser muito firme porém sossegado. Os fabricantes recusam pagar os preços

⁹² Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., pp. 30/31.

⁹³ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., pp. 79/80. O autor trabalha com a hipótese de que “o seringal parece ser a ilustração de um caso histórico particular de combinação de relações de trabalho não-capitalistas com uma forma de organização econômica baseada em certos elementos de racionalidade – a exemplo do cálculo mercantil” (p. 79).

pedidos pelos detentores, esperando que as entradas continuarão a aumentar neste mês e no mês de Abril”.⁹⁴

No Rio Negro, o modelo organizativo dominante aproximava-se de uma vertente apontada por Weinstein para o Pará. Segundo esta autora, nem sempre o patrão do seringueiro representava o elo direto entre este e o aviador principal, estabelecido nas capitais, pois, “se a propriedade não tinha acesso a águas navegáveis por barcos a vapor, ou se recebia seu dinheiro e mercadorias de uma casa comercial das vizinhanças”, entrava em cena um terceiro personagem, a quem denominamos aviador interno, o qual

“geralmente tocava uma loja de secos e molhados num dos vilarejos do interior e atuava como agente de alguma grande casa comercial, que o supria dos artigos que vendia a crédito, recebendo em pagamento a borracha que lhe era entregue, quer pelo patrão, quer diretamente pelo seringueiro”.⁹⁵

Estas estruturas não possuíam, na maioria dos casos, a complexidade daquelas que encontramos nos rios Acre e Purus, onde os seringais eram controlados a partir de um “barracão” que normalmente era instalado na foz de um afluente a ser explorado e que conjugava a residência do patrão do seringal e de alguns empregados domésticos e administrativos da empresa, o porto de embarque e desembarque de mercadorias, bem como o depósito das bolas de borracha e o armazém. Sua localização estratégica possibilitava o controle do processo de trabalho, além de prevenir deserções e extravios da produção.⁹⁶ Era deste modo, também, que se organizavam os seringais na região do Vale do Rio Madeira, em Rondônia. Segundo Carlos Corrêa Teixeira, estes significavam

⁹⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 506 (correspondências comerciais – março de 1893), carta de Edmond Schluter & Co., de Liverpool, em 20/03/1893.

⁹⁵ Weinstein, Barbara. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 33.

⁹⁶ Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit. Principalmente o primeiro capítulo.

“a expressão maior das atividades ligadas ao comércio que se desenvolveu no interior da floresta amazônica. Como bem salientou um seringalista ‘o barracão é o centro nevrálgico do seringal... De lá partem as mercadorias, [lá] abastecemos todos os seringueiros para o serviço do extrativismo’”.⁹⁷

Toda a documentação (primária e secundária) consultada aponta para a não predominância deste sistema no Rio Negro, inclusive devido a uma grande rede de trabalhadores extrativistas vinculados diretamente aos aviadores internos. O próprio termo “barracão” era muito pouco utilizado, por ali. Até 1900, foram encontradas apenas três referências nativas a barracões: o Barracão Vista Alegre, onde funcionava a firma Miguel Baptista Porfírio e Cia. entre 1891 e 1895;⁹⁸ o barracão de propriedade de Raymundo José Ferreira, localizado em Chibarú;⁹⁹ e um outro, no rio Jurubaxy, já próximo a Barcelos.¹⁰⁰ E há, ainda, uma citação ao “serviço de Barracão”, que parece significar muito mais o tipo de serviço em que estaria envolvida “a gente” aviada pelo Seu José Lourenço Rodrigues, do que o trabalho na sede do seringal.¹⁰¹

Outro forte indício desta realidade reside no fato de que existiam muitos outros comerciantes na Vista Alegre, neste período, sem que houvesse, contudo, nenhuma menção aos barracões. Por lá circulavam – além do já citado avô da nossa entrevistada D. Alda, que ali se estabelecera em 1899 –,¹⁰² João Antônio da Rocha Lima e José Antônio dos Reis, em

⁹⁷ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 68.

⁹⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 453: carta de Miguel Baptista Porfírio e Cia, no Barracão Vista Alegre, em 21/09/1891; Pasta 456: carta de Miguel Baptista Porfírio, no Barracão Vista Alegre, em 21/09/1891; Pasta 460: carta de Miguel Baptista Porfírio & Co., no Barracão da Vista Alegre, em 11/10/1891; Pasta 589: carta de Miguel Baptista Porfírio, no Barracão Vista Alegre, em 17/02/1895.

⁹⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 637: carta de Raymundo José Ferreira, em Fortaleza “seringal novo”, em 11/11/1899 (a observação está na própria correspondência).

¹⁰⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 639: carta de Ricardo de Sá Cardozo, no Barracão no Jurubaxy (Rio Negro), em 10/01/1900.

¹⁰¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 453: carta de José de Souza Lima, de S. Joaquim, em 15/09/1891.

¹⁰² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 636: carta de J. G. de Aguiar & Cia. em 10/10/1899.

1891;¹⁰³ e José Joaquim Pimenta – encontramos-lo, em agosto de 1899, em São Gabriel –, em outubro do mesmo ano.¹⁰⁴ Contudo, dentre as lembranças e recordações que D. Alda guardou da casa e do seringal do avô, não existe menção ao barracão: “Me lembro que era um chalé, com trapiche bem grande, me lembro que era”.¹⁰⁵

O termo trapiche – que significa um grande armazém, na beira do cais, onde se depositavam as mercadorias – apareceu usualmente nas fontes consultadas, principalmente nas histórias de vida, indicando sua importância no universo cultural daquelas pessoas. Vamos tomá-lo, aqui, como outra das características específicas da micro-região estudada, estabelecendo uma sutil, mas fundamental, discrepância em relação à noção de barracão. Desta maneira veremos que, analogamente aos barracões, era nos trapiches que tanto os gêneros importados da capital, quanto o fruto do trabalho dos extratores florestais ficavam depositados. Da mesma forma, era ali que se davam as trocas entre estes produtos; era ali que a negociação com os produtores tinha lugar. O trapiche era, ainda, o espaço do caderno de créditos e débitos, o qual vinculava, ao grande comerciante local, o produtor, que, para fins desta análise, consideramos como sendo representado tanto pelo trabalhador extrativista propriamente dito, quanto por aquele patrão que dependia destes aviadores internos para produzir.

Entretanto, o trapiche não desempenhava as mesmas funções políticas e simbólicas que os barracões, pois não era construído, necessariamente, na foz do rio que deveria ser explorado, como o eram os barracões, isso devido àquelas contingências ambientais descritas anteriormente. Também não tinham a função de controlar o destino da produção,

¹⁰³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456: carta de João Antônio da Rocha Lima, de Vista Alegre, em 19/09/1891; carta de José Antônio dos Reis, de Vista Alegre, em 22/09/1891.

¹⁰⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 635: carta de José Joaquim Pimenta, de São Gabriel, em 25/08/1899; Pasta 636, carta de José Joaquim Pimenta, de Vista Alegre, em 21/10/1899.

¹⁰⁵ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

pois esta era dispersa e exigia uma movimentação constante das forças produtivas. Politicamente, os trapiches representavam centros econômicos para aquelas comunidades, ganhando maior relevância, conforme o *status* do seu proprietário. Com isso queremos dizer que eles não possuíam, ao nível simbólico, a mesma carga coercitiva que era emprestada aos barracões. Parece-nos que, estes, sim, eram lugares capazes de aprisionar os trabalhadores. Este sentido somente foi referenciado, nas fontes consultadas, em pleno século XX, mais precisamente em 1926, numa correspondência que versava sobre problemas com as contas de trabalhadores, e na qual Frederico Machado se refere ao barracão como a sede do seu negócio, dando a entender que a estrutura de produção por ele comandada estava moldada desta maneira.¹⁰⁶

Mas este não era o modo de organização dominante no Médio Rio Negro. Já em 1893, encontramos o Seu Manoel Fagundes Sobral – que parecia ser o responsável, à época, pelo depósito da firma Araújo & Rosas em Santa Isabel – informando sobre “as cargas que tomei conta”.¹⁰⁷ Sete anos depois, era Julião Rodrigues Palmella quem emitia, de Barcelos, um conhecimento de remessa de borracha – popularmente chamado de “conhecimento de borracha” – alertando que esta era “muito pouca por não ter juntado dos padrões alguns quilos que os regatões deixarão”.¹⁰⁸ Ambas as situações citadas indicam a permanência da prática da concentração da produção nas mãos destes intermediários, sem a existência de muitos barracões, no sentido clássico do termo.

¹⁰⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Balata Ltda., carta de Frederico Machado, sem local, em 21/08/1926. A certa altura, o remetente escreve: “BALATA LTDA., FILIAL JAUAPERY: Tendo ficado três fregueses meus trabalhando nessa empresa conchavados pelo mateiro Joaquim de tal, cujo era portador de uma carta da gerência em que o autorizava a justar gente garantindo-lhes 150\$000 mensais com remédios e mais; como me encontrasse de descida em vista de eu não ter encontrado balata para trabalhar, falou-me gente, pus à disposição da casa os que precisasse uma vez que me garantisse as contas; não tendo competência para isso convidei-o a regressar ao Barracão.”

¹⁰⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (correspondências comerciais – fevereiro de 1893): carta de Manoel Fagundes Sobral, de Sta. Izabel, em 14/02/1893.

¹⁰⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 639, carta de Julião Rodrigues Palmella, de Barcelos, em 08/01/1900.

Carlos Chagas também indicara, em seu relatório, que portentosas unidades de produção extrativista, como Providência, Vista Alegre, Laranjal, dentre outras, comportavam confortáveis residências dos grandes aviadores internos, cada qual com seu armazém, além das residências dos empregados administrativos e domésticos. As áreas exploradas, que alimentavam economicamente cada uma delas, contudo, não indicavam contigüidade à sede. Em Vista Alegre, por exemplo, como já dissemos neste mesmo capítulo, os trabalhadores estavam distribuídos “em diversas ilhas, onde se encontram os seringais”;¹⁰⁹ em Providência, trabalhava-se “nas margens do Rio Negro e por outros pequenos rios e igarapés”;¹¹⁰ e no outro, “ocupa-se o proprietário com a exploração de borracha em seringais situados em rios afluentes do Negro, e no Laranjal trata de agricultura e de criação”.¹¹¹

Há, ainda, uma outra expressão que aparece com força nas correspondências da época. É a “barraca”, um lugar onde eram depositados os produtos extraídos pela freguesia de um determinado patrão e que servia como ponto de abastecimento apenas para a safra. Há algumas referências a estes locais, as quais permitem-nos chegar a esta dedução. Assim, em 1893, Eduardo Saraiva de Mello Brandão escrevia para a casa J. G., de Manaus, solicitando uma remessa de farinha: “estarei esperando com a canoa para receber, assim como a minha correspondência e preços correntes para saber se embarco ou não a minha piaçaba na volta do vapor”, dizia ele, acrescentando que “se não trouxerem farinha queiram ter a bondade de ver se a arranjam com outra pessoa, pois não tenho nenhuma em casa”.¹¹²

¹⁰⁹ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 107.

¹¹⁰ Idem, p. 106.

¹¹¹ Idem, p. 108.

¹¹² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 500 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Eduardo Saraiva de Mello Brandão, de Barraca no Pataná, em 11/02/1893.

É importante destacar que a correspondência de Mello Brandão aponta para uma característica do período áureo de extração da borracha, quando toda a atividade laboral era voltada para a extração deste produto, não havendo tempo, nem espaço, para a produção de alimentos, os quais deveriam ser colocados pelos patrões nas áreas produtivas. Como se depreende do texto, no Rio Negro essa missão podia ser repassada, pelo aviador interno, ao aviador principal, que, assim, assumia as responsabilidades do barracão convencional. Já a carta de Antônio Cantanhede coloca uma dimensão um pouco diferente, pois ele não embarca, nem recebe mercadorias diretamente na barraca, fazendo-o no povoado de Thomar ou em algum outro ponto, como “a casa do Seu Capitão Ladislau Mattos Ribeiro”, onde deixaram, em fevereiro de 1893, “quarenta e oito pacotes de borracha fina com 1012 kilos e uma barrica, 13 paneiros com 508 kilos de senamby”.¹¹³ Em torno deste mesmo povoado estivera, dois anos antes, Miguel Antônio da Rocha Lima, que localizou sua missiva simplesmente na “Barraca” e, do mesmo modo que os irmãos Cantanhede pediram para que seu pedido fosse entregue na casa do Capitão Ladislau, ele solicitava que as suas mercadorias fossem deixadas em Thomar.¹¹⁴

Podemos estender o predomínio deste modelo organizativo do modo de produzir a, praticamente, todo o século XX. Seu ponto central, no território estudado, era o trapiche da firma J. G. Araújo, construído em Santa Isabel, ao final da segunda década do século XX, e reconstruído (ou ampliado) cerca de vinte anos depois.¹¹⁵ Para ali acorriam os pequenos

¹¹³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Antônio Cantanhede & Irmão, do Rio Negro, em 12/02/1893.

¹¹⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 453, carta de Miguel Antônio da Rocha Lima, na Barraca, em 18/09/1891.

¹¹⁵ Seu Pedro de Aguiar nos informou que a primeira filial da casa aviadora de Manaus, em Santa Isabel, foi construída por volta de 1918. Ele acrescenta que “quando eu já me entendi, estavam fazendo esse trapiche aí”, referindo-se às ruínas que encontramos num ponto já decadente da pequena cidade, cuja edificação teria se dado na década de 1930. Ver: Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

aviadores internos e, eventualmente, alguns dos grandes, o que implicava na definição de relações e espaços de poder próprios como se depreende deste documento:

“Eu ficaria satisfeito se, de cada um dos outros comerciantes, tivessem ficado um tanto das suas remessas, e tivesse ido pelo menos a metade da minha. Em agosto quando fui despedir-me de Vmces. pediram-me que fizesse remessas, fiz, para ficar em Santa Isabel”.¹¹⁶

Trata-se de uma carta, na qual o comerciante J. F. Silva, um pequeno aviador interno estabelecido no Barracão Marahuna, estava reclamando que os responsáveis pelo armazém de Santa Isabel da firma J. G. Araújo haviam deixado de embarcar “um carregamento de 10.623 quilos de piaçaba líquido”, no mês anterior, com a justificativa de que “não havia praça”, isto é, não havia compradores para aquela produção. Pelo exposto até aqui, percebemos que os ônus da produção ficavam, quase todos, com os aviadores internos. Eram estes que deveriam juntar os homens para a empreitada, cadastrando-os como fregueses, arcar com os custos de um re-aviamento do rancho e dos implementos para a safra, com o transporte e, ainda, depender de boas relações pessoais com o gerente da filial, para que não tivesse que pagar por muito tempo de armazenagem da produção. Percebe-se, ainda, que a mediação entre a safra coletada na floresta e o comprador final, desempenhada pelo aviador principal, era feita de modo casado, ou seja, ele apenas tirava do interior a quantidade de produtos já negociada, e, talvez, algum excedente para manter estoques em Manaus. Dando nomes aos bois, temos que a piaçaba que J. F. Silva negociou de seus fregueses, lá pelos lados de Santa Isabel, deixou de chegar à firma J.R. de

¹¹⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (outubro de 1937), carta de J. F. Silva, do Barracão Marahuna, sem data.

Vasconcellos & Cia., de João Pessoa (PB) ou ao negociante Eurico Magalhães, de Salvador, basicamente por duas razões.¹¹⁷

Primeiro, porque as encomendas recebidas por J. G. de Araújo representavam quantidades menores do que a produção total de piaçaba disponível naquela safra, e, portanto, ele deixaria de levar toda a produção para não ter de arcar com os custos de armazenagem em Manaus. Esta prática parecia ser comum, pois a carta ao comerciante manauara afirma que “o seu agente não quis receber porque não havia praça, entretanto houve praça para piaçaba de todos os outros comerciantes que levaram”.¹¹⁸ Como se vê, a reclamação não enfocava a questão de que havia comercialização efetiva da safra apenas quando havia encomendas, mas se voltava contra as práticas gerenciais do preposto local, que colocou a mercadoria dos outros comerciantes e deixou a dele

“no último armazém da Filial de Santa Isabel (...) com uma despesa de 1:700\$000, a fora, a condução dos batelões para depósito; armazenagem de 150 reis para cada pacote e mais despesas de embarque quando me for permitido”.¹¹⁹

Isso nos abre a segunda razão para que aquela piaçaba deixasse de chegar ao seu mercado consumidor: existia algum ruído no relacionamento entre o empreiteiro da safra, J. F. Silva, e o gerente da “Filial de Santa Isabel”. A operacionalização da safra era totalmente local, pois somente o agente do aviador principal e alguns comerciantes, negociavam diretamente com a capital, e, por isso, podiam definir os fluxos comerciais locais. Neste espaço de poder, cabia desde a determinação de quais mercadorias iriam circular no território, até, no sentido inverso, o quê poderia ser embarcado, em termos de produtos

¹¹⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de Eurico Magalhães, de Salvador, em 02/03/35; carta de J.R. de Vasconcellos & Cia., de João Pessoa, em 14/03/35.

¹¹⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (outubro de 1937), carta de J. F. Silva, do Barracão Marahuna, sem data.

¹¹⁹ Idem.

extrativos. Fica claro que havia uma macroregulação de todo este sistema ditada pelos mercados consumidores dos produtos rionegrinos, nos moldes que já foram explicitados anteriormente. Todavia, os grandes aviadores internos foram capazes de, em determinados momentos, exercer fortes pressões sobre os fluxos de mercadorias em suas áreas de atuação.

Uma pequena desavença, um comentário desagradável feito no balcão da matriz, numa ocasional visita a Manaus, ou, até mesmo, o atraso na chegada de seu batelão ao porto do armazém, durante o qual poderiam ter sido fechadas as negociações com os outros comerciantes, tudo isso causava interferência na cadeia produtiva. Assim, as relações pessoais tinham fundamental importância no saldo final dos aviamentos, e, mais do que isso, o episódio comentado demonstra a existência de uma hierarquia do poder de negociação e de estabelecimento de valores de cada setor nela envolvido, deixando clara a posição de inferioridade, ao nível geral, de um pequeno comerciante, como o J. F. Silva, e, mais ainda, dos trabalhadores responsáveis pelo corte e coleta dos produtos. Victor Leonardi afirma que “o compadrio, a amizade e a fidelidade clientelística acabavam dando o tom” deste relacionamento, expressões que podemos sintetizar na noção de confiança, a qual é essencial para a compreensão do modo de funcionar do sistema de aviamento. O próprio Leonardi diz:

“É como se a firma de Manaus aviasse um pedido com base na expectativa de que, com as mercadorias enviadas pelo vapor de março, o comerciante José Gonçalves Bahia, por exemplo, de Airão, fosse, pelo vapor de abril, enviar, de retorno, 1 mil ou 2 mil quilos de borracha fina!”¹²⁰

¹²⁰ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 137.

Conquanto a figura de retórica utilizada pelo autor seja bastante exagerada, pois, como vimos, as safras extrativas obedecem a uma série de condicionantes conhecidos de todos os agentes envolvidos, ela traduz com perfeição a relação de confiança estabelecida entre aviador e aviado, a qual está expressa, por exemplo, na solicitação, por parte de alguns aviadores internos, de que seu produto fosse vendido pelo melhor preço que o aviador principal conseguisse no mercado de Manaus. A expressão utilizada sistematicamente é “peço colocarem ao melhor preço da praça”, e, nos conhecimentos de envio da produção extrativa, ela vem a seguir do comunicado do peso e do tipo de produto que estava sendo enviado.¹²¹ Normalmente, a missiva agregava, ainda, “uma pequena notinha que peço aviarem-me”.¹²² A nota com o pedido de novas mercadorias, à qual se referiu Abílio Lacerda em sua carta de 1940, renovava o crédito, fechando o ciclo da continuidade do sistema.

Deste mesmo modo, já acontecera, em 1891, com José Antônio dos Reis, que enviara uma correspondência desde Vista Alegre, na qual dizia esperar que “Vmces. vendam pelo melhor preço”, os doze “banquinhos do Rio Uaupés”, quatro quilos de cumaru e um quilo de cragiru que seguiam junto à mesma. O pedido que significava a renovação do crédito já era, por si mesmo, justificativa do uso que se faria dele, pois tratava-se do envio de “3 milheiros de tigelinhas”, usadas na coleta do látex.¹²³

Ratificando esta prática, localizamos pelo menos uma correspondência, onde a casa J. G. Araújo se comprometeu, com um aviado interno, a vender sua produção “ao melhor

¹²¹ Ver, por exemplo: Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (Correspondências Comerciais - fevereiro de 1893), carta de Manoel P. da Silva, de Carvoeiro, em 13/02/1893; carta de José Vergino dos Santos, de Santa Isabel, em 13/02/1893; Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, 06/03/35; Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Patauhy, em 08/07/1940; carta de Hermes Victal Mendes, de Santa Isabel, em 10/11/1940.

¹²² Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Patauhy, em 08/07/1940.

¹²³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 456, carta de José Antônio dos Reis, Vista Alegre, 22/09/1891.

dos seus interesses”. O fato se deu com a remessa de três toneladas e meia de piaçaba enviada pelo Seu Hermes Vital Mendes, comerciante que localizava sua firma, em 1940, em Santa Isabel.¹²⁴ A legitimação das práticas comerciais destacou-se, ao longo do processo estudado, como um traço cultural importante, no aviamento. E foi de encontro a este sentido que Herculano da Silva Rosas escreveu à firma J. G., desde a cidade de Barcelos, concordando com os lançamentos feitos, pelo aviador de Manaus, em sua conta corrente.¹²⁵ Outro indício dos laços de confiabilidade estabelecidos entre o nosso aviador principal, o Comendador J. G. Araújo, e a população habitante do Médio Rio Negro, foi a carta que aquele personagem – ou a sua pessoa jurídica, para ser mais exato – escreveu para D. Hercília Corrêa Cardoso da Costa, residente em Santa Isabel, informando ter recebido de D. Líbia Tapajós Pinheiro os vencimentos de professora em Santa Isabel, referentes aos meses de outubro de 1939 e de março a julho de 1940, no valor total de oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos réis.¹²⁶

É claro que as coisas nem sempre funcionaram tão bem. Vejamos, por exemplo, o caso de D. Thereza de Jesus Mendes, que, em 1891, passou uma procuração à firma Araújo Rosas e Irmão – precursora de J. G. Araújo & Co. – para que pudessem receber a pensão a que ela tinha direito, “na qualidade de pensionista do montepio d’este Estado”, e que era paga em Manaus.¹²⁷ Assim, por ser moradora do povoado de Airão (seria na “Rua Occidental”?),¹²⁸ ela delegara àquela empresa a atribuição de receber o dinheiro, evitando o transtorno de ter que se deslocar até lá. Ao mesmo tempo, a expressão “conta corrente”

¹²⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de J. G. Araújo Ltda., de Manaus, em 02/09/1940.

¹²⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Herculano da Silva Rosas, de Barcelos, em 12/08/1940.

¹²⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de J. G. Araújo Ltda., de Manaus, em 02/09/1940.

¹²⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 455, carta de Thereza de Jesus Mendes, de Airão, em 20/09/1891.

¹²⁸ Occidental era o nome da “principal rua da povoação”, fruto do “fascínio que essas miragens vindas da Europa provocavam no barranco do Airão”. Leonardí, Víctor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 166. “Rua Occidental” é o título do capítulo 7 daquela obra.

indica que havia um movimento financeiro envolvendo créditos e débitos, como as contas dos aviados convencionais, o que deve significar que a viúva consumia mercadorias fornecidas diretamente por Manaus, as quais seriam debitadas de sua conta. Mas as contas de D. Thereza, em março daquele ano, deixaram de conferir com as que lhe foram apresentadas pela casa manauara.¹²⁹ Disto decorreu que esta senhora devolvesse

“a conta corrente que me mandaram porque não confere, pois a minha pensão deve ser recebida de julho de 91 a dezembro de 92, portanto não confere com o saldo que VMces. me mandaram de RS 141:850, devendo eu a VMces. só cem mil reis que eu pedi e me mandaram por Manuel Alves de Mello, do que terão a bondade ver o engano e mandarem-me o restante”.¹³⁰

Estes entreveros, contudo, não chegavam a abalar os laços de confiabilidade que organizavam o sistema de aviamentos. Pelo contrário. Cada resposta positiva dada pelo aviador principal a uma destas demandas individuais repercutia em todo o sistema, reafirmando a justeza de suas ações no imaginário da população. As negativas também exerciam seu papel, servindo como uma espécie de “castigo exemplar”, que educaria todos os outros aviados.¹³¹ Retomemos, então, o episódio dos irmãos Cantanhede, ao qual nos referimos agora a pouco. No mesmo ano em que D. Thereza reclamara, a firma Antônio Cantanhede & Irmao, na época, explorando borracha perto de Thomar, estava comunicando o envio de “quarenta e oito pacotes de borracha fina com 1012 kilos e uma barrica, 13 paneiros com 508 kilos de sernambi”, que haviam sido deixados na propriedade do Capitão

¹²⁹ A expressão “conta corrente” está citada textualmente no documento. Arquivo J. G. Araújo: Pasta 505 (Correspondências Comerciais – março de 1893), carta de Thereza de Jesus Mendes, de Ayrão, em 21/03/1893.

¹³⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 505 (Correspondências Comerciais – março de 1893), carta de Thereza de Jesus Mendes, de Ayrão, em 21/03/1893.

¹³¹ Utilizo esta expressão, aqui, no mesmo sentido emprestado a ela por Michel Foucault. Ver, principalmente: Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Ladislau Mattos Ribeiro, “por não ter nosso sócio Raimundo Cantanhede chegado a tempo em nossa barraca”.¹³²

Até aí, tudo normal: o Capitão Ladislau, até mesmo pela patente que lhe foi emprestada ao nome, devia ser um personagem respeitável daquela área, talvez um “grande comerciante”, e as embarcações comerciais deviam parar, costumeiramente, lá. Portanto, se não puderam levar sua produção até o povoado de Thomar, e mantinham relações (pessoais ou comerciais) com o Capitão, não há estranheza neste fato. O interessante neste episódio é que “por falta de tempo”, eles não marcaram “a borracha com as nossas iniciais, como é costume, amarramos apenas uma tira de pano encarnado em cada volume”, sendo que a borracha fina foi “toda enfiada em dois espetos”. Diante do ocorrido, eles mantinham sua crença no sistema, confiando em que “não poderá haver mistura com a de outra marca”.¹³³ Thompson diz que “com a transmissão formal dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da comunidade”.¹³⁴ Assim, o costume daquela sociedade, como explícita, aliás, o próprio Antônio Cantanhede, era identificar cada volume que contivesse a borracha, com a letra inicial do nome de quem a produzira. Assim o fizera Manoel Ambrozio Norberto, como vemos a seguir:

“Por este portador remeto-lhe 35 espetadas de seringa fina da marca N com 626 kilos e 2 barris e 2 barricas e 1 caixa com 241 kilos de sernamby (N), 5 espetadas com seringa fina com a marca VV com 96 kilos que VMces. levarão, digo venderão nessa praça e o líquido produto levarão a meu crédito. Desculpem-me

¹³² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Antônio Cantanhede & Irmão, do Rio Negro, em 12/02/1893.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 18.

a minha remessa ser pequena, o fabrico até agora tem sido péssimo”.¹³⁵

Manoel Ambrozio devia ser outro grande comerciante da área, pois negociava a produção dos pequenos patrões, como os Cantanhede, controlando inclusive, a qualidade desta produção, como se depreende do *post scriptum* à correspondência enviada para a casa J. G.: “A borracha que VMces. encontrarem falsificada faça o favor de me a remeter para eu conhecer quem me a vendeu”.¹³⁶ Entretanto, a confiança depositada no conjunto das práticas comerciais costumeiras levava os Cantanhede a enviarem a borracha que tinham conseguido obter, mesmo estando fora do padrão habitual. Seu objetivo era fazer frente aos compromissos assumidos com o aviador principal, e, assim, manter o crédito e a confiança junto a ele. Por isso, também, procuram justificar a pequena quantidade enviada.

Victor Leonardi interpreta o funcionamento deste mundo do trabalho como um “emaranhado hierárquico de relações de sujeição-proteção-exploração”, onde “a troca de pequenos favores tornava a sujeição menos mercantil e mais política, nos moldes do coronelismo e do mandonismo tradicionais”.¹³⁷ A dependência não se limita à economia; este viés do relacionamento envolve todas as inúmeras práticas cotidianas, abarcando tantas mais, quanto mais o indivíduo sobe na pirâmide social. Como vimos, a maioria da população residente na área estudada constituía-se de caboclos nativos da própria região, cujo modo de vida incorporara alguns elementos da cultura capitalista ocidental a uma série de permanências autóctones. E, também, quase todos os comerciantes e proprietários que, ainda hoje, são encontrados no Médio Rio Negro, descendem de antigos proprietários,

¹³⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (janeiro de 1893), carta de Manoel Ambrozio Norberto, de Castanheira, em 13/01/1893.

¹³⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Manoel Ambrozio Norberto, de Castanheira, em 13/02/1893.

¹³⁷ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 138.

principalmente portugueses, que por lá se estabeleceram em fins do século XIX. Também são caboclos, mas possuem alguns hábitos e práticas diferenciados, fruto de sua situação de classe.

A partir desta interpretação, podemos ter mais um exemplo do quanto as distinções sociais interferiam decisivamente em alguns aspectos da vida daquelas pessoas no ato do comerciante João Mattos Ribeiro, solicitando atenção da casa J. G. à própria família, que seguia para a capital no intuito de buscar tratamento médico. D. Horeminda Ribeiro, sua mãe, levava em sua companhia outra filha, Jeny Ribeiro, “que se acha bastante doente, pelo motivo espero se preciso for de fornecerem a mesma [sic] o que ela necessitar e levarem a m/ [meu] débito, pelo qual antecipadamente sumamente lhes agradeço”.¹³⁸ Este documento aparentemente reforça os laços de dependência entre os setores dominantes locais e o aviador principal, evocando, novamente, a noção de confiabilidade, presente entre os diversos elos da corrente. Arthur Reis diria que “os vínculos de solidariedade nos interesses eram fortes”.¹³⁹

Contudo, ele mascara uma situação de sujeição ainda mais grave, entre os aviadores internos – principalmente aqueles chamados de “grandes comerciantes” – e os despossuídos economicamente – aí inclusas algumas pessoas que atuavam como pequenos patrões, mantendo-se, contudo, próximo à base da pirâmide social. Porque, como o leitor já compreendeu – por tudo aquilo que foi exposto até aqui –, gente como o Seu Nilson, de Massarabi, não tinha, na década de 1930, condições econômicas de mandar um parente doente para ser tratado na capital do estado. E, como veremos no último capítulo, esse movimento talvez nem se apresentasse como possibilidade a estas pessoas, frente ao

¹³⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de S. João, em 10/12/35.

¹³⁹ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 175.

universo de práticas e concepções que vigoravam entre estes caboclos. A este respeito, Carlos Chagas já identificara, em 1913, que eles eram “assistidos na moléstia pelos patrões seringueiros, inteiramente alheios às fáceis noções de tratamento da malária”, o que, em sua opinião, justificava o fato de que “a moléstia somente é tratada pela prática de feitiçarias, repugnando-lhes o uso de medicamentos, de cuja eficácia descrêem”.¹⁴⁰ Assim, o nível de sujeição a que estavam submetidas estas classes impunha limites concretos para situações como estas, pois um trabalhador extrativista somente teria acesso a um tratamento médico, nos padrões ocidentais, se possuísse saldo suficiente, com seu patrão, para transformá-lo em crédito junto ao aviador principal, em Manaus.

Isto dimensiona a importância de não haver quebras da confiança individual, nesta cadeia. Como se recordam, agora a pouco, ao falar das interações entre o homem e o ambiente nativo, explicitamos o caso de João Mattos, que dera explicações a casa J. G. pela sua impossibilidade de cumprir o compromisso de fazer uma remessa de piaçaba, conforme haviam combinado no momento em que trataram o aviamento necessário a este fábriço.¹⁴¹ Trata-se de uma atitude comum, dentro deste sistema, pois o fato de não conseguir atingir o montante da produção estimada na negociação não pode chegar a configurar uma quebra de compromisso. Neste sentido, a justificativa que Abílio Cavalcante Lacerda apresentou, em 1940, quando deixou de remeter a piaçaba “por não se achar no ponto”, servia para reafirmar o vínculo com a casa J. G., ao mesmo tempo em que a afirmativa de que “para o mês lhe entregarei a piaçaba”, apoiava a solicitação que iniciou a missiva: “Pela primeira

¹⁴⁰ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., pp. 114/115.

¹⁴¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de S. João, em 10/12/35.

vez peço a fineza aviarem-me uma pequena nota que ora segue, cujos artigos muito necessito para fábrica vindouro”.¹⁴²

Esta última informação remete, ainda, para a existência de gente que tentava não se render completamente ao sistema de aviamento. Pelo conteúdo da missiva, Abílio Cavalcante mantinha relações comerciais com o aviador principal que não se pautavam pelo modelo convencional. Um dado que chama a atenção, a este respeito, é a informação, reproduzida acima, de que seria a primeira vez em que ele solicitava o aviamento de mercadorias. Pelas correspondências trocadas entre este homem e a firma de Manaus, que conseguimos rastrear, foi possível descobrir que, meses antes, ele, provavelmente, solicitara o financiamento de gêneros com o intuito de iniciar a exploração de piaçaba. Talvez o tivesse feito mesmo em Manaus, pois não encontramos registro do envio, nem da entrega, de mercadorias ao Abílio. Entretanto, a firma J. G. Araújo & Co. comunicou a ele a emissão de uma Duplicata “a 60 dias de data”, que visava a “cobertura da fatura acima referida”, solicitando-lhe “devolver devidamente assinada, nos termos da lei”.¹⁴³ Poucos dias depois, o aviador interno respondeu à demanda, enviando “uma pequena remessa de piaçaba”, e pedindo para lhe aviarem “uma pequena notinha”.¹⁴⁴ Passaram-se dois meses, e ele voltou a escrever para a casa J. G., desta vez informando que

“recebi a conta corrente junto a ela a conta de venda constando 420 quilos aonde era 560, desta maneira deixo de servi-los sobre este produto pois para não causar prejuízo entre nós”.¹⁴⁵

¹⁴² Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Paduahiry, em 07/10/1940.

¹⁴³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de J. G. Araújo & Co., de Manaus, em 02/07/1940.

¹⁴⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Paduahiry, em 08/07/1940.

¹⁴⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Paduahiry, em 06/09/1940.

Entretanto, no mês de outubro, Abílio voltou a solicitar, “pela primeira vez” (de novo!!), para que lhe fosse enviada “uma pequena nota (...), cujos artigos muito necessito para fábriço vindouro”, como vimos lá na citação acima.¹⁴⁶ Pode-se depreender de toda esta situação que não se tratava de uma relação tradicional de aviamento, como as que vimos até aqui. Tanto a emissão da Duplicata, que se opunha à prática costumeira das contas correntes, quanto à ruptura unilateral da relação comercial, anunciada formalmente numa correspondência, eram ações que aparentemente não se coadunavam com o modelo geral vigente desde o século XIX.

Encontramos, todavia, um documento, datado de 1924, que discorre sobre uma ação que contrariaria “a letra dos contratos” que os pequenos aviadores internos tinham para com a firma Balata Ltda., a qual, embora sediada administrativamente em Manaus, atuava diretamente na região produtora através da filial Travessão, no rio Jauapery.¹⁴⁷ Esta correspondência remetia-se ao fato criado por um pequeno comerciante local que conseguira remeter diretamente à casa J. G., em Manaus, “em seu próprio nome (...) 73 blocos com 1544 quilos de balata, quando essa remessa deveria ter sido feita em nosso nome de acordo com o respectivo contrato de locação de serviços”.¹⁴⁸ Segundo a carta que a matriz enviara à sua filial, havia sido dada uma permissão para que os pequenos aviadores conduzissem seus produtos “nas suas embarcações”, atendendo a reivindicações destes, como veremos mais tarde. Entretanto, a autorização “não vai até ao ponto de estes fazerem o embarque em seu próprio nome”, de um lado, “porque transtorna completamente a

¹⁴⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Paduahiry, em 07/10/1940.

¹⁴⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Balata Ltda., carta de Balata Ltda. (sede), de Manaus, em 19/08/1924. Esta firma repetia, assim, o esquema montado pela casa J. G., em relação ao médio Rio Negro, com a filial localizada em Santa Isabel.

¹⁴⁸ Idem.

escrituração”, e de outro, porque consideravam necessário a observância do cumprimento dos contratos, “em todos os seus itens”.¹⁴⁹

A referência a contratos formais entre os patrões e os grandes aviadores internos – papel que efetivamente desempenhava a firma Balata Ltda. (mesmo sediada em Manaus) – parece configurar-se como uma adaptação do sistema de aviação às dificuldades impostas pelas conjunturas econômicas regionais. Assim, a formalização dos vínculos atuava como uma reação à excessiva dispersão característica da organização da produção no Médio Rio Negro. Esta ação visava coibir a ascendência de outros comerciantes ao patamar de interlocutores diretos do aviador principal. Com efeito, refletindo sobre os fatos apresentados a partir da colocação de Leonardi de que “o pequeno comerciante que tentasse escapar desses poderosos esquemas de monopólio e controle montado pelas grandes casas aviadoras era imediatamente detectado por uma formidável rede de delação e bisbilhotice”,¹⁵⁰ verifica-se que, com o passar do século XX, o modo de produzir implantado no Rio Negro passou a, praticamente, impedir a operação de qualquer aviado interno que não construísse vínculos com o aviador principal. Além do mais, estes vínculos deveriam ser claros e precisos, não dando margem à confusão de papéis.

A firma Balata Ltda., por exemplo, enviara o Sr. Sebastião Lima para a filial do rio Jauapery, na qualidade de empregado da mesma. Tempos depois, chegou até eles a informação de que esta pessoa teria se associado ao Sr. Bonifacio Briglia, outro comerciante local, sem, contudo, que houvesse comunicado oficialmente aos patrões. A matriz da firma, manauara, enviara, então, uma correspondência para a filial, onde se lê que “desejariamos conhecer as bases dessa sociedade, uma vez que aquele Sr. fora para aí como

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 142.

nosso empregado, deixando de o ser em consequência da sociedade em apreço.”¹⁵¹ Isto ratificava o exercício de um monopólio da comercialização e do abastecimento, por parte da J. G. Araújo & Cia. Ltda., o qual já havia sido detectado por Carlos Chagas, ao identificar o Comendador como “sendo o único aviador de todos os seringais”, em todo o Rio Negro.¹⁵² Com a agravante de que, aparentemente, não haviam restado muitos espaços para as estratégias individuais de negociação – encontradas nas primeiras décadas abarcadas neste estudo –, “após trinta anos de baixas cotações” para a “borracha silvestre”.¹⁵³

Assim, a hierarquização dos comerciantes internos ao vale se estruturou sobre uma mensuração da capacidade de movimentar a produção apresentada por cada um, ao longo do tempo. Não houve a permanência de uma determinada família como preponderante nos negócios, dentro do vale; o que não significava, no entanto, que houvesse facilidade de movimentação entre as classes sociais. Desta forma, estas representações sociais tiveram, desde a década de 1870 até, mais ou menos, a de 1940, a figura do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo no topo da escala de poder. Como nos disse, Seu Pedro Gonçalves de Aguiar, “todo esse povo aqui, todos esses comerciantes pequenos, trabalhavam para o J.G. Para mais de cem pessoas”.¹⁵⁴ Esta afirmação, no fundo, estava correta: praticamente todas as pessoas que se viam envolvidas com os negócios do extrativismo no território estudado, trabalhavam, efetivamente, para a casa J. G. Araújo.

Contudo, o processo histórico estudado não se complementou aqui. As baixas cotações dos produtos de origem extrativa, principalmente após a rápida revalorização

¹⁵¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), de Balata Ltda., de Manaus, em 01/09/1924.

¹⁵² Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 110. A firma J. G. Araújo & Cia. Ltda. era considerada a maior casa de capital nativo de Manaus.

¹⁵³ Loureiro, A. J. S. *Tempos de Esperança*. Op. cit., p. 82.

¹⁵⁴ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

ocorrida na conjuntura da Segunda Guerra, levaram ao desaparecimento da figura do grande comerciante, ou seja, justamente o aviador interno responsável pela ligação direta com o aviador principal. Durante a década de 1950, era, quase sempre, esse comerciante que se responsabilizava pelo transporte das mercadorias até Manaus, utilizando, para tanto, seus próprios batelões.¹⁵⁵ Como vimos até aqui, enquanto o extrativismo garantiu lucros às elites de comerciantes, o monopólio era exercido com mão forte para conter as estratégias de pressão daqueles que se viam inferiorizados hierarquicamente dentro do sistema. Muitos destes dispunham de seus próprios barcos para o transporte, ao menos eventual, de partidas de produtos que eram negociadas diretamente com o aviador principal, e não com seus prepostos locais. Ao mesmo tempo, as grandes casas aviadoras, responsáveis pela maior parte do abastecimento de mercadorias nos seringais, operavam suas próprias embarcações e, através do fornecimento a crédito, controlavam à distância seus fregueses e garantiam o embarque de maiores quantidades de goma elástica.

No Rio Negro, o último destes grandes comerciantes foi Graciliano Gonçalves, que, como já foi citado, era estabelecido em São Gabriel. A falência desta elite, contudo, não significou, no Rio Negro, o fim da cultura do aviamento, pois um outro personagem, já antigo em toda a Amazônia, ganhou a cena, passando a ocupar este lugar. Trata-se do regatão, comerciante que circulava em seus barcos por um determinado território fluvial, negociando, em geral, diretamente com os trabalhadores extrativistas. Mas, na área onde centramos nosso estudo, ele passou a fazer a ponte entre os pequenos aviadores internos, que centralizavam a produção de seus fregueses em seus trapiches ou barracas, e os comerciantes principais, em Manaus. Vale ressaltar que, enquanto a produção nativa fora

¹⁵⁵ Batelão é a denominação amazônica para as embarcações típicas da região, que levam as cargas nos porões e no primeiro piso, além de passageiros que viajam instalados em redes no mesmo primeiro piso e nos conveses superiores, e, também, em camarotes.

capaz de promover bons lucros, este comerciante representava o papel de vilão, pois ele quebrava a cadeia de monopólio, negociando diretamente com as forças produtivas.

É importante destacar, ainda, que o binômio extração/comercialização estruturou-se, historicamente, na medida em que avançaram as redes de transporte fluvial na Amazônia. Já em 1866, a presença dos regatões era fortemente criticada por Tavares Bastos, quando de sua viagem pela Amazônia, pois ele avaliava que este tipo de comércio era imoral, além de abusar “da ignorância dos índios”. Acrescentava, ainda, que os tripulantes destes barcos “não respeitam nem os laços matrimoniais e nem a virgindade”. Para ele contra “esse estado de coisas” haveria somente “um remédio eficaz: a liberdade da navegação, a freqüência de imigrantes dos países do norte da Europa e América, a introdução de ar livre naqueles pulmões corrompidos”.¹⁵⁶

Portanto, quando a borracha deixou de dar lucro, os regatões substituíram os barcos da casa J. G., a qual havia deixado de impor, localmente, o monopólio do transporte e da comercialização das mercadorias, mantendo, entretanto, o financiamento das atividades extrativistas cada vez mais centrado em Manaus. Nesta época, trocavam suas mercadorias, basicamente, por produtos oriundos da indústria do extrativismo. Com o passar do tempo e um declínio cada vez maior dos preços, adaptaram-se a negociar outros produtos, oriundos principalmente das roças. Atualmente, até os regatões vêm desaparecendo, dificultando

¹⁵⁶ Bastos, Aureliano Cândido Tavares. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 202. Efetivamente, já em 1854 o Visconde de Mauá obtivera do governo imperial o favor de um monopólio para a implantação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, a qual passou, em 1874, a operar conjuntamente a capitais ingleses, dando origem à *The Amazon Steam Navigation Company, Limited*. Mas esta era apenas a face oficial de uma atividade que já pré existia aos europeus. Muito antes da entrada da borracha na cena econômica nacional, um rendoso comércio de mercadorias nativas já estava plenamente estruturado em toda a Amazônia. Comerciantes varavam a hiléa em suas canoas, fazendo o escambo das “drogas do sertão”: cacau, salsaparrilha, baunilha, óleo de copaíba, óleo de andiroba, ovos e manteiga de tartaruga, canela, pimentas, entre outros produtos de extração animal e vegetal, bastante valorizados no exterior.

cada vez mais o cotidiano de quem permanece, ainda hoje, vivendo no interior, pois já não há, praticamente, como negociar qualquer tipo de produto sem ir aos centros urbanos. O depoimento de Seu Ramiro, de São José, sinaliza esta conjuntura:

“Depois do tempo da seringa, o senhor trabalhou em que, Seu Ramiro?”, perguntamos.

“Depois da seringa eu trabalhei... extraí piaçaba, cipó e sova.

E vendia pra quem?

Eu vendia para os comerciantes que viajavam, que compravam.. O Seu Antônio de Moraes, o maior comprador de produtos por aqui.

Ele era um regatão?

Era um comerciante regatão. Fazia a viagem de rota. Pra gente ir lá, tinha que atravessar, pra vender o produto”.¹⁵⁷

Esta conclusão reforça a tese de que a apresentação de duplicatas resgatáveis em um prazo relativamente curto tratava-se, efetivamente, de uma nova prática destinada a manter ativa a cultura do aviamento, a qual teria convivido com o aviamento tradicional, controlado através de contas correntes, e que ficava restrito aos fregueses antigos e àqueles que apresentassem referências ou indicações que lhes dessem credibilidade para acessar essa modalidade de crédito. Neste caso, encontramos, por exemplo, o Sr. José Victorio d'Oliveira Santos, apresentado, em 1893, ao nosso aviador principal, em Manaus, pelo comerciante maranhense Jorge T. Santos, “com o intento de se empregar no comércio. Do que tem alguma pratica, sendo honesto e trabalhador”.¹⁵⁸ Mais tarde, em 1925, Manoel de Souza Amado deu, também, “uma carta de apresentação ao Sr. Pedro Sosa, pessoa habilitada em explorações”.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit.

¹⁵⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Jorge T. Santos, do Maranhão, em 23/02/1893.

¹⁵⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Manoel de Souza Amado, a “Bordo do Inca”, em 11/04/1925.

De início, os regatões trocavam suas mercadorias pela produção extrativista rionegrina. Com o passar do tempo e um declínio cada vez maior dos preços destes produtos, estes comerciantes adaptaram-se e começaram a negociar produtos oriundos, principalmente, das roças. Atualmente, até os regatões têm desaparecido, segundo os depoimentos de inúmeros entrevistados. Dentro desta perspectiva, perguntamos a Seu Ramiro, de São José:

“Seu Ramiro, como é hoje o abastecimento da sua casa? O regatão, o batelão, ainda passa aqui pelo rio Negro?

Não passa mais não.

E agora, quando o senhor quer comprar alimento, o senhor faz como?

Tenho que me deslocar daqui. Ir para São Gabriel comprar um ranchinho, pra trazer pros filhos”.¹⁶⁰

Isso veio dificultando cada vez mais a vida de quem permaneceu no interior, pois já não há, praticamente, como negociar qualquer tipo de produto sem ir aos centros urbanos. Deste fato decorreu, ainda, um êxodo de parte desta população em direção aos núcleos urbanos localizados no território fluvial de que tratamos. Francisco da Silva Vieira, prático que guiou o barco da expedição de 1995 pelos canais e arquipélagos do Rio Negro, nasceu e viveu nas comunidades rurais, tendo se mudado para Barcelos há dez anos. Quando quisemos saber se ele achava melhor viver nas comunidades do beiradão do rio que na cidade, respondeu-nos:

“Não. Eu acho, pra morar, aqui na cidade. Porque tudo se tem com facilidade, se arranja com facilidade. Quando nada, ou mesmo a saúde. Tem o hospital tem o posto. E já desse beiradão, que hoje tá abandonado... Abandonado. Pelo menos vimos agora, quando nós subíamos de Santa Isabel pra cá, pelo menos de São Tomé pra baixo, aquelas comunidades tá quase abandonadas pelo pessoal. Que já não existe mais o tal

¹⁶⁰ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit.

regatão, e dificilmente você encontra uma pessoa que leva mercadoria pra você comprar. Você às vezes com produto e não tem pra quem vender e pra comprar o seu café, o seu açúcar, o seu mantimento de casa, né? Então é por isso que aqui é melhor que estar no beiradão”.¹⁶¹

Para finalizar esta abordagem da cultura do aviamento, vale a pena observamos que o vocabulário formalmente aplicado nas correspondências comerciais, também refletia a estreiteza de vínculos e a presença da categoria confiança, como esteios da cultura do aviamento. O uso dos termos “favor” e “obséquio”, significando a correspondência comercial de resposta ao aviador principal, reforça a idéia de sujeição das classes social e economicamente desfavorecidas. Embora, nas correspondências comerciais consultadas, esta terminologia não fosse preponderante, ela mostrou-se bastante usual, principalmente na última década do século XIX, sendo, no entanto, referenciada até 1937.¹⁶²

3 - As relações de trabalho: o patrão e o freguês

Até aqui analisamos aspectos gerais conformadores do mundo do trabalho na indústria extrativista implantada no Médio Rio Negro. Agora vamos enfrentar as questões geradas pelas tensões operadas entre os diversos níveis hierárquicos que envolviam os aviadores, ou seja, os patrões, e entre estes e os seus fregueses, que, como vimos no capítulo anterior, também se organizavam de modo gradativo. Estes embates se afiguram como um dos principais pilares da cultura do aviamento, e é a partir deles que podemos fazer aflorar as estratégias e as fraturas das classes sociais e de seus segmentos. Não houve

¹⁶¹ Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira, Op. cit.

¹⁶² Ver Arquivo J. G. Araújo: Pasta 589, carta de Manoel Cordolino de Mello, em Moura, em 18/02/1895; Pasta 634, carta de Raymundo Martiniano Nunes, em São Raimundo (Barcelos), em 15/05/1899; Pasta 497 (Correspondências Comerciais, fevereiro de 1893), carta de Macrino Leocádio Ferreira e Silva, do Forte São Joaquim (no Rio Branco), em 28/02/1893; Pasta 505 (Correspondências Comerciais, março de 1893), carta de Castello & Corrêa, de Carvoeiro, em 20/03/1893; Pasta Correspondências Comerciais (maio de 1937), carta da firma Raymundo Pereira Representações, de Recife, em 12/05/37; Pasta Correspondências Comerciais (maio de 1937), carta de Tufic Kouri, de Xapuri, em 11/03/37.

uma pavimentação de costumes de classe, assim como não houve padronização de costumes étnicos. Deu-se, isto sim, um movimento de definição de um escopo cultural mais geral, envolvendo todos os segmentos ligados à economia extrativista. Por outro lado, toda esta estrutura produtiva, erigida sobre uma superexploração do sobretrabalho de pessoas que se viram enfrontadas neste modo de produção por absoluta falta de alternativa de vida, já nasceu violenta e se alimentou dos medos e da disciplina que daí emanam.

A disciplina no trabalho era muito rigorosa e, de modo geral, estava explicitada nos regulamentos que cada seringal possuía, o qual traduzia a visão de cada patrão sobre “as normas dentro das quais devia funcionar o seringal no seu aspecto de empresa comercial”.¹⁶³ Ao discutir esta afirmativa, Carlos Teixeira aponta para uma característica própria destas instruções, as quais estariam

“revestidas de um duplo caráter, ou seja, são ao mesmo tempo instrumentos de ordenação econômica e códigos de orientação social, nas quais se procuram legitimar a autoridade e uma certa forma de dominação”.¹⁶⁴

Para Cristina Wolff, “as fugas e outras infrações, como o corte que expusesse a seringueira a perigo ou a mistura de outros materiais à borracha para que aumentasse o peso, eram punidas com multas ou violência física”. Ela diz, também, que, na região do Alto Juruá, após 1904, “muitas vezes a polícia concorria para a punição desses ‘crimes’, especialmente o de vender borracha para outros que não fossem o patrão daquele seringueiro”.¹⁶⁵ Tal observação também aparece no depoimento que nos deu o Seu José Araújo dos Santos, antigo morador de Cauboris, ao comentar que, “antigamente”, ali só havia produção de castanha, ficando os trabalhadores num regime de sujeição ao patrão:

¹⁶³ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 173.

¹⁶⁴ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 76.

¹⁶⁵ Wolff, C. S. *Mulheres da floresta*. Op. cit., p. 198.

“Ora, se o freguês que vendesse uma lata de castanha, no outro dia ele perdia a colocação: ‘Está despedido’... Aqui não tinha colocação. Despedia e colocava outro. Antigamente era rigoroso. O sujeito não podia entrar no mato, não senhor. Estava roubando castanha. Aí, ‘vou entregar pra polícia’”.¹⁶⁶

Assim, o regulamento deste castanhal impunha ao freguês a obrigação de vender toda a produção ao patrão, sob pena de ser excluído daquele plantel. Indicava, também, que a coleta das castanhas somente seria permitida ao pessoal vinculado formalmente àquele patrão. Os casos contrários ao regulamento poderiam ser resolvidos, inclusive, com a atuação policial, no mesmo sentido (apontado por Wolff) indicado acima. É importante notar que este foi o único depoimento, dentre aqueles obtidos no Rio Negro, a tocar nesta questão das normas que presidiam a produção. Por um lado, o silêncio a este respeito, nas outras entrevistas, parece sugerir uma introjeção generalizada destes princípios. Por outro lado, a fala de Seu José – a qual se inicia com a expressão “aqui era sujeito aos patrões” – pode indicar que, como a cadeia de aviamento era muito fragmentada nesta região, não existia uma política, por parte dos patrões, de elaborar regulamentos ou regras muito rigorosas para os procedimentos extrativos. Neste caso, o controle da produção seria exercido no momento da comercialização, quando havia, então, um afunilamento de toda a produção para alguns grandes comerciantes locais. Cabe ressaltar que a diminuição dos lucros obtidos com o extrativismo levou a um afrouxamento na aplicação destas normas, levando-as a desaparecer.

¹⁶⁶ Entrevista com o Sr. José Araújo dos Santos, de Cauboris, em 27/08/1995 (CNB 59).

3.1 Os Patrões

A figura do patrão é emblemática das relações de poder existentes na cultura do aviação, termo que temos utilizado para definir historicamente o conjunto de relações sociais, culturais e produtivas desenvolvidas na Amazônia no contexto da economia da borracha. Concordando com as ponderadas análises de Weinstein, podemos dizer que as elites amazônicas tiveram que optar por um controle sobre o comércio, mais do que sobre a produção.¹⁶⁷ Este mesmo raciocínio também se aplica à escala local, no território estudado, principalmente devido à fragmentação da cadeia produtiva e ao modo característico de organização das áreas de produção, como já foi apontado até aqui. Com efeito, tornava-se quase impossível acompanhar as atividades produtivas no interior da floresta, embora as firmas possuíssem funcionários (os encarregados das turmas) que visitavam as colocações para fiscalizar o trabalho. Os patrões eram os proprietários e controladores das terras onde se dava a exploração. Eram, também, aqueles que controlavam os meios de produção e, ainda, aqueles que monopolizavam o comércio em seus armazéns e trapiches. Em suma, todos os aviadores, em seus múltiplos níveis, representavam papéis de patrões, e a hierarquia que se estabelecera entre eles não lhes retirava esta condição.

O aviador principal impunha um modelo de gestão financeira, no qual sua firma agia como um banco. Através de procurações e acordos verbais com seus clientes, administravam seus capitais, remunerando as pessoas que eram recomendadas por cartas e enviando dinheiro em espécie, através dos barcos que realizavam o comércio nos rios, para o seringal, quando havia alguma demanda do patrão da firma. É importante destacar que, sempre que encontramos alguma missiva solicitando o envio de recursos ou o pagamento a alguém, esta continha uma justificativa do ato. Isto não acontece apenas por uma

¹⁶⁷ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 46.

formalidade destas relações comerciais. O patrão de um seringal, para manter seu negócio, tinha que trabalhar duro e parecer muito sério e responsável, aos olhos do grande comerciante. Tanto do ponto de vista moral, na sua condição de comandante da força de trabalho daquele seringal, quanto em relação à prodigalidade no uso de seus lucros e saldos. Tudo isto era observado para avaliar a relação de aviamento.

Os vínculos de dependência que todos estes “patrões” estabeleciam entre si, reproduziam os moldes da relação clássica patrão-freguês. Assim, a estrutura do aviamento permanecia baseada numa relação de confiança entre as expectativas de produção geradas pelos aviados e o crédito nestas expectativas, por parte, dos aviadores. Quando esta relação era rompida, aconteciam sanções da parte de quem aviava a produção. Assim foi com a firma Castello & Corrêa, de Carvoeiro, no final do século XIX, quando foram pressionados pelo aviador principal, relativamente aos seus débitos daquele momento. Tendo recebido uma carta onde constava sua conta corrente, os sócios responderam:

“Vi o que me dizem respeito a meu débito para com VMces.. Não tenho porque mandar paga-lo, por não ter relações comerciais com quaisquer comerciantes senão com VMces. Se eu as tivesse seria e teria o cuidado de manda-los embolsa-los da quantia que lhes sou devedor. Desde agosto do ano passado que eu não lhes tenho feito remessa de dinheiro e nada pedi porque desejasse dar-lhes a importância completa a que sou devedor. Nesta data tenho entregado ao portador desta a quantia de Rs 3.000:000, para meu crédito e mais 4 balões de borracha com a marca X, pesando ao todo 64 kilos e meio e o líquido queiram levarem a meu crédito. Vai uma nota de meu pedido para VMces. remeterem pelo vapor de Março, isto é, se assim for possível. Ou quando não, digo se não puderem, desenganem-me de uma vez.”¹⁶⁸

¹⁶⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Castello & Corrêa, de Carvoeiro, em 14/02/1893.

Talvez o equívoco de Castello & Corrêa tenha sido, justamente, a ausência de contatos com o aviador principal. Como sua correspondência esclarece, ele passara sete meses sem mandar notícias, tendo deixado de remeter dinheiro e sem fazer nenhum pedido de mercadorias. Ora, num sistema que se sustentava pela dinâmica das negociações, além da perenidade das mesmas, ficar ausente por mais de meio ano causava algum tipo de desconfiança. Entretanto, respondendo a este ruído na relação, o aviado interno, rapidamente, voltou a atuar dentro dos padrões costumeiros, remetendo imediatamente uma quantia em dinheiro e outra nota de pedidos. Esta espécie de sanção foi aplicada a outros comerciantes, na mesma época, tendo sido explicitada na correspondência que Macrino Leocadio Ferreira e Silva remeteu à casa J. G., quando ele afirma que “por dever tenho sido mal servido, porque quase tudo quanto peço na minha nota vem diferente dela, o que não acontece com quem não deve”.¹⁶⁹

Diferentemente do outro comerciante citado, Macrino termina sua missiva desculpando-se por quaisquer ofensas que possam ser depreendidas de suas palavras. A carta de Castello & Corrêa, por outro lado, aponta para uma estratégia de pressão dos aviadores internos sobre o aviador principal, quando diz “desenganem-me de uma vez”, para o caso de que a casa J. G. não queira mais avia-lo. Está claro, pelo que foi visto até aqui, que todo o sistema se ergueu a partir do princípio da autoridade dos patrões, a qual

¹⁶⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Macrino Leocadio Ferreira e Silva, do Forte S. Joaquim, no Rio Branco, em 28/02/1893. A correspondência envia da por José Eduardo Teixeira, de Barcelos, tem o mesmo sentido, ao informar a remessa de uma partida de piaçaba e a remessa de um pedido “para o Fabrico do Piaçabal”. Ao encerrá-la, o tom empregado não deixa dúvidas quanto ao empenho em recuperar a confiança do aviador principal: “Rogo a vmces. o favor de não cortarem as três notas pois espero trazer uma boa remessa por isso torno a pedir que não cortem as notas pois o pessoal que tenho para seguir é muito”. In: Arquivo J. G. Araújo: Pasta 453, carta de José Eduardo Teixeira, de Barcelos, em 20/09/1891. Também a carta de Raymundo José Ferreira, de Chibaru, informa que “por não estarem estas [borracha] preparadas, deixo de remeter-lhes a que tenho em casa; para o mês mandarei, se não baixar muito. Parece-me que o verão este ano será mau, pelo que talvez mande parte da minha gente para a piaçaba; peço-lhes portanto, que não me deixem cair”. In: Arquivo J. G. Araújo: Pasta 634, carta de Raymundo José Ferreira, de Chibaru, em 18/07/1899.

estava, obviamente, submetida à hierarquização sócio-econômica de que já tratamos. E dentro desta, levando-se em conta a dinâmica do processo histórico estudado, é possível perceber que, em determinados momentos, os grandes aviadores internos foram capazes de exercer fortes pressões sobre os fluxos de mercadorias em suas áreas de atuação.

Embora se remetendo a outra parte deste território fluvial, Leonardi indica as dificuldades existentes para que um pequeno comerciante conseguisse romper com o que ele chama de “rigorosos esquemas de monopólio e controle montados pelas grandes casas aviadoras”, falando da “formidável rede de delação e bisbilhotice” existente nos intestinos deste controle.¹⁷⁰ A mesma, provavelmente, que poderia fazer chegar aos ouvidos do patrão de Seu José Araújo a informação de que algum freguês negociara “uma lata de castanha” com outro comerciante, ou que de que alguém que não fazia parte daquela turma estaria coletando castanhas. Na documentação que consultamos, não chegamos a enxergar, explicitamente, estes laços de submissão entre os aviadores internos, em seus diversos níveis. No entanto, tendemos a aceitar esta proposição, a partir do conjunto das informações levantadas, principalmente se levarmos em conta a natureza das relações de aviamento expostas ao longo deste texto, o que, obviamente, não eliminava a existência de pressões internas nestes relacionamentos.

O mesmo se deu, assim, entre os grandes aviadores internos e o aviador principal. Todavia, neste caso, conseguimos identificar uma estratégia desenvolvida pelos primeiros na intenção de colocar pressão sobre o segundo. Tratava-se da retenção dos produtos extraídos em seus trapiches e barracas, buscando um aumento da cotação destes, em função de uma diminuição da oferta. A implementação desta estratégia implicava em algumas

¹⁷⁰ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 142.

ações que poderiam minar o sistema de aviação. Por exemplo, no documento transcrito por Leonardi, pode-se ler que

“O Amaro, que também avia-se de vosmecês por intermédio do Pires, já vendeu uma partida de borracha e diz publicamente que, de 300 quilos de que dispõe, não os remete e venderá aqui”.¹⁷¹

Isto significa que o pequeno aviador Amaro negociara sua produção com outro comerciante, e que, provavelmente esta não chegaria, pelo menos imediatamente, ao aviador principal. A discordância desta tática, considerada pelo autor da carta como um indício “da má fé dos habitantes” de Badajós, dava-se em função do rompimento dos códigos de confiança, sobre os quais estruturara-se a ética deste sistema, parecendo indicar, ainda, que estas ações se davam sem o conhecimento do aviador principal. Entretanto, a correspondência de Pedro Raimundo Lopes Gomes, enviada desde São José, no Rio Negro, mostrava outro movimento. Nela, ele diz:

“Incluso a esta conhecimento com 1315 kilos seringa em 60 pacotes = PJ fogo = e 255 kilos dito em 15 pacotes - B panno, que se servirão venderem e levarem o seu líquido produto ao meu crédito. O resto que tenho e mais alguma que possa conseguir embarcarei no vapor de Março ou Abril se ela se conservar ainda em bom preço.”¹⁷²

Reparem que apenas “se ela se conservar ainda em bom preço”, o negociante iria enviar “o resto que tenho e mais alguma que possa conseguir”. A maneira clara e direta empregada pelo aviador interno, sem preocupações no modo de explicitar sua tática, demonstra que ela não estava fora dos padrões estabelecidos para o comércio de produtos extrativistas no Rio Negro. E, não custa lembrar, tratava-se da época áurea da borracha,

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 498 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Pedro Raimundo Lopes Gomes, de S. José, em 05/02/1893.

quando os monopólios teriam se exercido em sua plenitude. Para caracterizar ainda mais a fragmentação do modo de produzir local, observamos que, alguns anos depois, Julião Rodrigues Palmella dizia estar esperando “ter juntado dos patrões alguns quilos que os regatões deixarão”.¹⁷³ Esta observação demonstra que um grande aviador interno podia atuar junto aos pequenos aviadores, comprando-lhes a produção sem, todavia, formar um vínculo de dependência permanente, nos moldes do que o próprio Palmella mantinha com a casa J. G., o qual fica ainda mais evidenciado nos termos finais da carta, quando ele diz: “Também Vmces. encontrarão uma nota de mercadorias que preciso, sei que não é tempo de notas pela frente, porém não acho outro jeito.”

Corroborando esta hipótese, observamos, em um documento de 1924, expedido pela matriz da firma Balata Ltda. (a qual, como já dissemos, pertencia ao grupo J. G. Araújo & Co.), que o próprio aviador principal tratava este assunto com serenidade:

“Vimos que o Sr. Pedro Jordan F. tem já em depósito cerca de mil quilos do produto tendo se recusado a lh’o entregar, visto pretender traze-lo em sua própria embarcação. Nestas condições, e para atender ao apelo que por intermédio do Sr. J. G. Araújo fizeram o referido Sr. Raymundo Castanheira Fontes e Jordan & Fontes, julgamos de bom alvitre satisfaze-los neste particular, permitindo que eles, como outros quaisquer, transportem a sua balata em suas próprias embarcações, mas de modo que toda ela seja enviada ao Sr. J. G. Araújo nesta praça, sem o mínimo desvio. Assim, organizarão eles uma relação da balata que baixar com a indicação dos volumes e peso respectivo, em duplicata, remetendo Vmces. uma via para aqui e ficando com outra em seu poder. Essa relação deverá ser assinada pelo respectivo interessado, passando Vmces. o ‘Visto’ na guia de que forem eles portadores. Por este meio desejamos oferecer-lhes todas as facilidades ao nosso alcance, para que nenhum pretexto tenham que justifique porventura dificuldades em seus trabalhos. Em tempo: seria talvez conveniente que Vmces.

¹⁷³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 639, carta de Julião Rodrigues Palmella, de Barcelos, em 08/01/1900.

assistissem a pesagem da balata antes de baixar, uma vez que terão de visar a respectiva relação”.¹⁷⁴

Vimos, então, que o aviador principal abria mão de uma das principais formas de controle da comercialização da produção no território estudado, que era o transporte da mesma em suas próprias embarcações (para não falarmos nas taxas de frete cobradas nestes barcos, as quais geravam um lucro extra para ele). Tal atitude visava “oferecer-lhes todas as facilidades ao nosso alcance, para que nenhum pretexto tenham que justifique porventura dificuldades em seus trabalhos”. Fica claro, contudo, que outras formas de controle vieram substituir a obrigatoriedade do transporte pelo aviador principal. Neste caso, a pesagem da balata sob as vistas dos funcionários da filial e a documentação de quantidades de volume e peso enviadas, pareciam suficientes para substituir o monopólio do embarque. Isto vem demonstrar a capacidade de adaptação do sistema de aviação às condições locais de produção, bem como deixa evidente que a sujeição, presente nas relações entre os diversos níveis hierárquicos, não se encontra livre de tensões que a modificam.

O fato de não termos encontrado documentos relativos aos anos posteriores a 1924 que falem a respeito destas estratégias dos aviadores internos, provavelmente significa que o fim dos grandes lucros obtidos através da comercialização das matérias primas florestais, implicou em transformações nos modos de organização das táticas de dominação e resistência empreendidas pelos diversos atores sociais. Para Weinstein, “o patrão tirava uma série de vantagens pelo fato de ser ‘credor’ do seringueiro”, as quais incluíam desde a possibilidade de manter reduzidas reservas monetárias no barracão, até a possibilidade de fixar os preços dos produtos como lhes conviesse, aproveitando-se do extremo isolamento

¹⁷⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Balata Ltda. (para a filial Jauapery), de Manaus, em 23/07/1924.

destas unidades de produção.¹⁷⁵ No Médio Rio Negro, esta situação adaptara-se à lógica da produção característica da área. Este movimento, então, se desdobrava entre os diversos níveis hierárquicos pelos quais se distribuíam os comerciantes, atingindo até a ponta final da cadeia, representada pelos trabalhadores extrativistas.

Assim, dentro desta dinâmica, os aviadores, de um modo geral, reforçavam a dominação que exerciam sobre seus aviados diretos através de práticas complementares às usuais no sistema. A mais disseminada era aquela que denominamos “estratégia das quebras”, a qual consistia numa reavaliação do peso dos produtos enviados para baixo.

Tomando como base, mais uma vez, a análise de Weinstein, vemos que um outro tipo de abuso cometido pelos patrões era a fraude no peso e no preço das mercadorias, gerando, quase sempre, perdas para os seringueiros porque estes não conseguiam, desta maneira, honrar seus débitos com o barracão, permanecendo presos a ele. Não temos elementos concretos que apoiem a hipótese de que a estratégia das quebras fosse praticada através de fraudes, embora não possamos, também, refuta-la. Lembrando, mais uma vez, que as figuras do “patrão” e do “freguês” não podem ser vistas, no universo estudado, de maneira estática, nem maniqueísta, observamos que a produção, ao ser embarcada, já partia com seu peso definido pelo grande aviador interno, que a fazia acompanhar de uma correspondência denominada “conhecimento”, na qual identificava, ainda, a marca das embalagens que enviava. A diferença entre a pesagem realizada pelo aviador principal e aquela feita no momento do envio caracterizava a quebra, que, no nosso modo de entender, correspondia a uma quebra da expectativa do lucro, e não exatamente à quebra de safra ou de produção.

¹⁷⁵ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., pp. 37/38.

A correspondência que a firma Ferreira & Moraes, localizada na foz do igarapé Castanho, enviou a J. G. em fevereiro de 1899, é capaz de situar com precisão o lugar desta estratégia no mundo do trabalho local. Diz ela:

“Pela consideração que se dignaram dispensar ao nosso empregado o Seu Queiroz, aproveitamos o ensejo, agradecendo-lhes intimamente. Outrossim, nos achamos aqui um pouco agastados com Vmces., devido às quebras desproporcionais que a nossa borracha tem sofrido, desde o nosso primeiro embarque que fizemos; só agora, foi que tivemos ocasião de verificar as nossas contas de venda e os nossos conhecimentos de embarque, e vimos que temos sido vítimas na quebra de seu respectivo peso ou quantidade de quilos de borracha. Além disso, estamos um pouco admirados pelo preço da que embarcamos no mês p. findo, sendo ela vendida pela insignificância de dez mil réis por quilo... além da quebra... o preço! Enfim, desculpem pois, a nossa franqueza. Também pedimos a Vmces. que se dignem passar as nossas transações comerciais somente à firma individual de Raymundo José Ferreira, ficando extinta completamente a de Ferreira e Moraes. Esperamos que d’agora em diante Vmces. se dignarão enviar a respectiva correspondência toda sob a firma individual acima referida. Esta é a ultima carta que será assinada com a firma da sociedade”.¹⁷⁶

O comerciante do interior iniciou sua missiva reafirmando os laços sociais e econômicos hierárquicos do sistema de aviamento, ao agradecer à “consideração que se dignaram dispensar” a um empregado da firma. Este movimento aproximava-os, pois, Ferreira e Moraes passaram a se considerar mais próximos do aviador principal do que o normal nesta cadeia, e, por isso, agradeceram “intimamente”. O contexto do aviamento, entretanto, dava margem a que os aviados expusessem suas discordâncias, sendo, nesse caso específico, muito comuns as reclamações procedentes da verificação das contas apresentadas pelo aviador, onde apareciam os valores referentes às quantidades realizadas,

¹⁷⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 634, carta de Ferreira & Moraes, da Boca do Castanho, em 19/02/1899.

isto é, efetivamente contabilizadas pelo aviador principal, além dos valores pelos quais os produtos foram comercializados. Na correspondência citada, a reclamação vinha logo depois da reafirmação do vínculo, e, com ela, veio a desconfiança em relação às práticas do aviador principal. O abalo na credibilidade destas gerou uma sensação de agastamento, a qual foi explicitada e debitada “às quebras desproporcionais que a nossa borracha tem sofrido”.

Uma, até certo ponto, ingênua confiança no conjunto das práticas comerciais costumeiras e o fato de terem demorado a conferir os documentos referentes às contas de venda e aos conhecimentos de embarque, vitimizou-os, desde o primeiro embarque de produtos que fizeram, pela “quebra de seu respectivo peso ou quantidade de quilos de borracha”. No texto aparece, ainda, uma insatisfação quanto ao preço pelo qual a borracha enviada em janeiro fora vendida (“pela insignificância de dez mil réis por quilo...”), demonstrando que a, aparente e pretendida, intimidade com a casa J. G. não significava que eles possuísem qualquer privilégio nas relações comerciais. Ou, por outra via, o *status* pretensamente obtido levou-os a confiar em demasia na relação comercial. De qualquer forma, este episódio parece dizer que a capacidade, que os aviados possuíam, de exercer pressão sobre os aviadores era proporcional à importância conquistada dentro do território, fosse pelo viés da produção, fosse em forma de apoio político às lideranças das classes dominantes locais.

As táticas desenvolvidas para aliviar os riscos de uma ruptura com o aviador principal envolviam, normalmente, uma argumentação indireta, procurando fazer recair a desconfiança sobre um funcionário subalterno da empresa, e não sobre aqueles que dirigiam os negócios, como podemos depreender deste trecho da carta escrita por Antônio José Vianna, de Airão:

“Recebi a conta de venda No. 1540 de 27 de janeiro, e vejo que em 150 kg de borracha fina que lhes remeti teve de quebras 12 kg, pois tenho a certeza de que não teve engano de minha parte, eu não desconfio da casa de VMces., talvez seja engano no extrair a conta de venda, do que terão a bondade de verificar pois assim não se pode efetuar qualquer compra de borracha porque pensando que se ganha se perde”.¹⁷⁷

A partir da análise de nossas fontes históricas, percebemos que as tensões que ocorriam no seio do sistema de aviamento foram permanentes, parecendo-nos, também, que a estratégia das quebras, assim como as práticas que a faziam funcionar, também permaneceram. As reclamações eram seguidas de explicações dadas por Manaus, tendo-nos sido possível rastrear, por exemplo, a troca de correspondências realizada entre o comerciante Hermes Vital Mendes, de Santa Isabel, e o aviador principal, a qual deve ter principiado com um comunicado de embarque para três mil e quinhentos quilos de piaçaba, em agosto de 1940.¹⁷⁸ Segue-se uma correspondência de resposta, onde a firma manauara informa ter recebido a remessa, acrescida a observação “peso manifestado” ao peso indicado anteriormente.¹⁷⁹ Isto queria dizer que aquele era o número de quilos que o comerciante havia apurado antes do embarque da mercadoria para a capital, expressão que foi corroborada no documento seguinte, produzido pelo comerciante Vital Mendes, onde este explicava que a remessa em questão havia sido “devidamente bem pesada a um total de 4120 quilos peso bruto, manifestado para embarque com 3500 quilos. E, no entanto, ficou reduzido a 2948 quilos”, levando-o a afirmar: “Fiquei muito surpreendido pela exorbitante quebra que houve na remessa de agosto”.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 502 (Correspondências Comerciais - fevereiro de 1893), carta de Antônio José Vianna, de Airão, em 14/02/1893.

¹⁷⁸ Este documento não foi localizado.

¹⁷⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de J. G. Araújo, de Manaus, em 02/09/1940.

¹⁸⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Hermes Vital Mendes, de Santa Isabel, em 10/11/1940.

No último dia deste mesmo mês de novembro, partiu a resposta com as explicações do aviador principal, lastimando o ocorrido, eximindo-se de qualquer culpa e responsabilizando o próprio Vital Mendes pelo que chamou de “defeito na pesagem”. Como justificativa, afirmava que “nas pesagens de produtos dos demais clientes, verificamos acréscimo em algumas remessas”, terminando, assim, a missiva: “Aproveitamos o ensejo para desejar-lhe FELIZ NATAL e prosperidade no ANO NOVO”.¹⁸¹ Apesar de não termos obtido nenhum outro documento desta série, temos indícios suficientes para deduzir que, tendo sido aceita, ou não, a explicação da casa J. G., as relações comerciais entre eles ficaram mantidas, inclusive porque, em setembro, o comerciante de Santa Isabel já havia enviado mais uma remessa de piaçaba, para “ser colocada ao melhor preço da praça”.¹⁸²

Este conjunto de relações comerciais e sociais abarcava, obviamente, todas as classes envolvidas no processo. A partir desta constatação, observa-se uma vinculação muito estreita entre os aviadores internos e os fregueses, no que diz respeito à sua distribuição pelo território com o objetivo de extrair os diversos produtos. Os patrões eram os responsáveis pela espacialização da força de trabalho, ou, para utilizar um jargão típico desta cultura, é o patrão quem “coloca” o “pessoal”. Isto quer dizer que são os aviadores que definem quem iria trabalhar consigo e onde estas turmas iriam atuar, levando em conta

¹⁸¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de J. G. Araújo, de Manaus, em 30/11/1940.

¹⁸² Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de Hermes Vital Mendes, de Santa Isabel, em 10/11/1940. Vale a pena registrar que não foi encontrada qualquer outra referência ao acréscimo de peso, aqui indicado pelo aviador principal. Por outro lado, o comerciante José Rodrigues Bento, do Rio Preto, aceitou de forma bem mais explícita, do que Vital Mendes, as explicações que recebeu, como vemos, a seguir, neste trecho da carta que enviou à casa J. G.: “Piassaba [sic] de 15 de janeiro e resultado da mesma: Esta embarcou daqui com 6640 Kos. peso bruto bem verificado. Como dizem deu 6333 kos. havendo uma quebra de 307 kos. quebra esta que é admissível; é também admissível haver n/ remessa 6 pacotes de piassava [sic] molhada pois a bordo dos batelões ou no navio também se molha e agradeço-vos o sistema como foi explicado em vossa carta.” In: Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 06/03/35.

as informações disponíveis sobre as terras que já eram conhecidas, registradas ou não, e as notícias que obtinham através de explorações de novas terras, como aquela citada por Henrique Saraiva (gerente da filial Jauapery, da firma Balata Ltda.), em sua carta a Frederico Machado (da matriz), onde diz:

“É portador desta o teu empregado Sabino que acaba de chegar da exploração do rio Bonito dizendo-me também que não chega para colocar o pessoal que tu contas trazer para o ano.

Aconselho-te que mandes o mesmo no mês de fevereiro para continuar a exploração, e ao mesmo tempo, manda-me dizer quais os teus planos para o meu governo.

Os mateiros que eu mandei para o Riosinho acharam balata Balata, e tenho esperanças que acharão muito mais, pois mandei-os novamente para lá. Furneci aqui algumas mercadorias ao Sabino e no fim do mês te mandarei a nota.

P.S. – sobre o Casca e o Padeiro nada te informo pela razão dos mesmos ainda não terem chegado do alto, mas podes ficar tranqüilo que as contas não as perdes”.¹⁸³

Como podemos observar, toda a cadeia se envolvia com a escolha da área a ser explorada, embora os responsáveis pelo controle direto da produção tivessem, quase sempre, melhores condições de fazer estas definições. Por isso, Henrique Saraiva sugere ao patrão uma determinada maneira de atuar que lhe parece mais adequada àquela situação. Trata-se de uma tática que ele mesmo vinha empregando, com seus próprios homens, e que, pelo que ele disse, vinha resultando em sucesso. Surge, neste contexto, a “pessoa habilitada em explorações”, como era o caso do Sr. Pedro Sosa, personagem “que o Sr. Pecil por especial deferência me cedeu”, segundo a definição dada por Manoel de Souza Amado,

¹⁸³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Henrique Saraiva, do Rio Jauapery, em 16/09/1925.

homem pertencente ao *staff* do aviador principal, que comunicava à chefia o fato de haver lhe dado uma carta de apresentação.¹⁸⁴

No que tange às terras conhecidas, estas estavam, quase sempre, registradas ou patrimonializadas, pelos grandes aviadores internos ou pelo próprio aviador principal.¹⁸⁵ Sua ocupação dependia, então, da autorização dos proprietários. Foi assim que José Rodrigues Bento procedeu. Quando vislumbrou uma boa oportunidade de ampliar a área que explorava, escreveu à casa J. G., virtual proprietária das terras:

“Peço-vos que não mandem ocupar os lotes que Manoel Bastos ocupava, pois são pequenos lotes que se acham entrelaçados nos que me cederam e em vista de ele não querer ocupa-los, como fiz ver ao Sr. Manoel Amado não convém botar outras pessoas, pois temos gente suficiente para ocupa-los e querendo Deus se fará alguma castanha”.¹⁸⁶

Como se depreende do texto acima, e pelo que se viu até aqui, um aumento na produtividade de um determinado comerciante era fruto da combinação entre o número de

¹⁸⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Manoel de Souza Amado, a Bordo do ‘Inca’, em 11/04/1925.

¹⁸⁵ Ver, por exemplo, o documento intitulado “Castanhais e terrenos no rio Branco”, de 1932, que encontramos no Arquivo da casa J. G., o qual segue transcrito:

“castanhal Terra Preta: 41.227.100 m²

castanhal Mundo Novo: 30.954.000 m²

castanhal Jaru 2: 10.500 m²

castanhal Jaru 1: 19.921.050 m²

castanhal Desengano: 13.951.575 m²

seringal Nova Descoberta: 4.000.000 m² - contem 22 estradas de seringueiras abertas e grande quantidade de seringueiras avulsas.

Porto de N. S. do Livramento: 250.000 m² - outrora continha uma casa de taipa coberta de zinco, currais e um pequeno cercado de arame que já não existem.

castanhal Nova Vista: 25.000.000 m²

Vista Alegre 1: 31.873.525 m²

Vista Alegre 2: 29.420.330 m² - existem nestes lotes (1 e 2) benfeitorias constantes de barracões, barracas, plantio de café e outras fruteiras

Aturayaua 1: 11.664.600 m²

Aturayaua 2: 25.000.000 m²

Caracarahy: 2.500 m² - contendo uma casa de taipa coberta de telhas de zinco e de palha, com 42 palmos de frente por 100 ditos de fundos

Valor total estimado deste patrimônio, todo ele no município de Boa Vista: 230.500\$000.” In: Arquivo J. G. Araújo: Pasta 06, documento de 1932.

¹⁸⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 06/03/35.

braços empregados na colheita e a área a ser explorada, onde, mais do que o tamanho, importava a concentração de exemplares exploráveis. Pelo que colocou Saraiva, em sua correspondência a Frederico Machado, não adiantaria que este tivesse uma grande quantidade de gente pronta para entrar em serviço, se nas terras escolhidas não houvesse muitos balatais, pois o objetivo de aumentar a produção não seria atingido. De outra forma, José Rodrigues Bento avaliou que seria possível conseguir um aumento da safra de castanhas, a partir da utilização dos terrenos contíguos aos seus, abandonados por Manoel Bastos. Para arregimentar esta força de trabalho, os comerciantes valiam-se de seus próprios fregueses – as “turmas”, no dizer local – acrescentando-lhes tantos homens quantos julgasse necessários para aquela safra. Os novos trabalhadores do plantel podiam, por sua vez, ser gente nova, aliciada nas malocas do alto curso do rio, ou tratar-se de pessoas já engajadas à indústria do extrativismo e que, por algum motivo, estivessem sem vínculos de aviamento, como no caso relatado abaixo:

“Tenho precisão de comprar 50 ou 60 contos de réis para o próximo fabrico, por ter ficado com o pessoal dos rios Aracá, Cueira e Demeny, expulsos pelo Domingos e que me procuraram e fiquei com as contas deles. Mandem-me dizer se posso fazer esta compra, tendo em mês de junho fazer a primeira compra de 25 contos e outras em agosto. Vejam se posso mandar os pedidos, eles em maio para vir em junho.”¹⁸⁷

Mesmo não dizendo respeito, ao menos de maneira direta, especificamente ao aviador principal, era necessária a sua aceitação para que o aumento da turma de trabalhadores de um comerciante fosse levado a efeito. Isto se dava, por um lado, pela

¹⁸⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, carta de José Antônio Nogueira Campos, de Barcelos, em 23/03/1900. Da mesma forma, o empregado da casa J. G., Manoel de Souza Amado, informa aos seus superiores que “O logar [sic] Cedro, onde trabalhou o Sr. Bisbal, deve ficar reservado para o Sr. Abdias Souza e Silva que deverá chegar por aí em princípios de maio com vinte e tantos homens”. O comunicado traz, contudo, uma ressalva: “Isto no caso de não serem dadas de Manaus outras ordens referentes ao citado logar [sic]”. In: Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Manoel de Souza Amado, a Bordo do ‘Inca’, em 11/04/1925.

necessidade de um crescimento nas quantidades de mercadorias aviadas, o qual era proporcional ao aumento do número de trabalhadores. Por outro lado, as estruturas concretas de poder estabelecidas no sistema do aviamento – que entronizavam o aviador principal no topo da pirâmide, seguido pelos grandes aviadores internos – engendraram outras que, embora se constituindo de forma simbólica, atuavam com a mesma força. Assim, se o aviador principal tivesse informações desabonadoras sobre, por exemplo “o pessoal dos rios Aracá, Cueira e Demeny, expulsos pelo Domingos”, ele poderia impedir a contratação, negando a suplementação do aviamento. Em relação à carta de José Antônio Nogueira Campos, que acabamos de analisar, há, no pé da página, uma anotação a lápis dizendo: “Estamos de acordo com os seus desejos com relação a aviamentos”.

Este conjunto de relações sociais e de poder suscita, à classe dominante do Médio Rio Negro, uma idéia de liberdade, associada à noção de “vida tranqüila”. Seu Américo explicita-nos estas definições, ao falar sobre a vida no seringal do tempo do seu pai:

“A vida era melhor no tempo em que tinha borracha?

Era muito melhor ainda. Que a gente vivia livre, tranqüilo, né? O Seu sabe, os caboclos daqui querem é tranqüilidade na vida, né? Agora, não, né? Tudo mudou-se. Acabou-se tudo. Vive na cidade meio perdido, mas não têm outra opção. Eram seringueiros, balateiros. Uns, aí, um bocado apertado, porque não tinha profissão nenhuma”¹⁸⁸.

Como vimos, nosso entrevistado nasceu lá mesmo em Camanaus – localidade próxima de São Gabriel da Cachoeira, e último ponto alcançado pelas embarcações que sobem o Rio Negro para comerciar, antes das cachoeiras que dão nome à cidade. Era filho de um pequeno patrão, um homem que vivia numa localidade mais isolada e que contratava como seus fregueses o gentio da região. A produção do pai de Seu Américo era negociada,

¹⁸⁸ Entrevista com o Sr. Américo de Oliveira Neto. Op. cit.

provavelmente, em Santa Isabel, em algum entreposto comercial que funcionava, na verdade, como o “patrão” dele. No entanto, a vida era considerada “livre”, “tranquila”, como os caboclos dali gostam, segundo ele. No entender de Seu Américo, a vida que os caboclos do interior passaram a levar na cidade não era compatível com os padrões de “tranquilidade” que tradicionalmente presidiram a vida cabocla.

As mudanças nos ritmos da vida, que transformaram tudo para o nosso entrevistado, foram ditadas pelo completo declínio da economia extrativista, principalmente após os anos de 1960, como um todo, e não apenas pela crise da borracha. A falta de opções de sobrevivência na floresta e o grande incremento econômico e populacional de São Gabriel da Cachoeira nos anos 70, principalmente impulsionado pelo Projeto Calha Norte dos governos militares, terminaram por ser decisivos na decisão de centenas de famílias em se mudar para as precárias áreas urbanas desta cidade, que, aliás, encontrava-se (e permanece assim) completamente despreparada para tal crescimento urbano.

3.2 Os Fregueses

Barbara Weinstein, ao analisar as relações entre seringueiros e comerciantes no Pará, chega à conclusão de que

“o seringueiro típico, ainda que virtualmente prisioneiro da economia extrativa, mantinha pelo menos certa aparência de independência, uma vez que, nominalmente, era dono da borracha que produzia e podia determinar seu próprio ritmo de trabalho”.¹⁸⁹

Se, compreendermos, aqui, o termo seringueiro apenas como representativo da posição de poder ocupada pelo elemento dominado na dicotomia patrão-freguês, podemos dizer que a sensibilidade de Seu Américo representava uma visão do mundo do trabalho

¹⁸⁹ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 46.

marcada por sua classe social. E, ao realizarmos uma leitura atenta da descrição, feita por Eduardo Galvão, das relações estabelecidas entre os grupos indígenas do Alto Rio Negro e a indústria do extrativismo, percebemos que era esta visão de classe que prevalecia na interpretação daquela cultura. Senão, vejamos:

“Contudo, falta ao índio a organização e iniciativa para dedicar-se por conta própria a uma das modalidades de atividade extrativista. No Içana, por exemplo, existem seringais próximos a aldeias, os quais permanecem inexplorados, mesmo sob a forma mais rudimentar que é a de sangrar as madeiras para obter o látex coagulado naturalmente, o sernambi. Não por desconhecimento da técnica. A maioria destes índios já trabalhou, ou trabalha eventualmente, nos seringais do Rio Negro.”¹⁹⁰

Não parecia lógico, ao antropólogo, que os indígenas não se ocupassem da exploração dos seringais, “mesmo sob a forma mais rudimentar”, na qual, historicamente, sempre atuaram “pela imposição de conseguir crédito para obtenção de artigos manufaturados”.¹⁹¹ Ele não fora, ainda, capaz de incorporar toda a diferença cultural que estava por trás do encontro de sociedades que ele vislumbrara no Rio Negro. Tratava-se, todavia, de uma interpretação bastante diferente daquela apresentada quatro décadas antes, por Carlos Chagas, em seu relatório de viagem, a qual vinha estruturada desde a lógica positivista e cientificista que, vestindo todos os valores definidores do mundo do trabalho capitalista, impregnava as práticas médicas burguesas:

“A Comissão teve oportunidade de apreciar a indolência do índio, inteiramente despreocupado no fundo de uma rede, dormitando horas continuadas, sem qualquer objetivo de trabalho. E, ao lado dele, inspirando compaixão pelo estado de miséria orgânica em que se encontram, a mulher e os filhos, todos alheios aos encantos da vida, vivendo como irracionais, vítimas

¹⁹⁰ Galvão, Eduardo. *Aculturação*. Op. cit., p. 154.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

da endemia dominante e da ausência de cuidados oficiais. Nem será possível esperar de uma tal gente, assim conservada neste estado rudimentar de civilização, inteiramente ao alvedrio do egoísmo do branco seringueiro, que dela só quer o trabalho grosseiro e automático da extração da borracha, não procurando iniciá-la em noções preciosas de moral e de progresso, não será possível esperar, de homens assim primitivos e inferiores, qualquer contingente para o desenvolvimento econômico destas regiões. É incontestavelmente no Rio Negro que se encontra a condição mais primitiva de trabalho e a condição mais precária de vida humana. Daí a pobreza tradicional deste rio e a grande decadência que é dado observar em todos os seus centros populosos”.¹⁹²

Como podemos ver, o que Seu Américo chama de tranqüilidade, o cientista alcunha de indolência; o que nosso entrevistado compreende como liberdade é considerado, pelos valores daquela ética do trabalho capitalista, como primitivismo, inferioridade e incivilidade. Na realidade, o choque cultural de Carlos Chagas em relação ao Rio Negro foi grande porque ele estava se defrontando com um modo de vida muito peculiar, cultivado no contato estreito entre povos diferentes, possuidores de distintas tradições e culturas, os quais consolidaram, fora da estrita geografia da influência de suas matrizes étnicas (localizadas no Alto Rio Negro, bem para cima de São Gabriel), um complexo de práticas e saberes que incorporava e adaptava diversos valores das sociedades burguesas ocidentais, sem, no entanto, modificar profundamente os alicerces de sua existência. Não parecia razoável, a caboclos e indígenas, engajar-se permanentemente no modo de produção capitalista, através do sistema de aviamento, apenas para acumular capital (fato praticamente impossível naquele contexto) ou tornar-se um consumidor ativo. Eles preferiam viver tranqüilos, trabalhando quando necessitavam, e mantendo as suas

¹⁹² Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 107.

necessidades sob controle. Fica a sensação de que Carlos Chagas não compreenderia o que disse Seu Américo.

Mesmo assim, a análise dos documentos e da bibliografia produzida sobre o tema aponta para a existência de pressões, exercidas de baixo para cima, nas quais os seringueiros muitas vezes obtiveram êxito no sentido de limitar a exploração que sofriam e de manter sua pretendida autonomia. As críticas das elites a estas ações, normalmente ganhavam o terreno da avaliação moral, julgando os trabalhadores como indolentes ou preguiçosos. E, por causa disso, muitas vezes aconteciam reações que, se não eram explícitas prática ou corporalmente, fixavam-se como padrões de comportamento a serem seguidos, expressos nos regulamentos. Estas práticas se davam no cotidiano e impunham ao patrão algumas perdas, certamente comemoradas como vitórias de trincheiras neste embate. Pudemos ver seu resultado, ao fim de uma bela tarde, às margens do Rio Negro, quando D. Alda, em meio à entrevista, ficou de pé, mostrando alguns produtos e foi falando, já com o microfone em suas mãos, sobre as espertezas de seus fregueses:

“Essa aqui, é a borracha que o freguês faz para enganar o patrão. Porque ele bota barro, e barro ninguém compra e eles mandam de volta e a gente recebe e nota logo que não é borracha. Porque joga assim e ela não pula. A classificação que a gente tem é essa. O freguês engana, bota muito barro, em vez de borracha. Essa é a bucha de piaçaba, que a gente compra e, no meio dos pacotes que o freguês traz, ele mete essas buchas. Essas coisas que não se vende. O comprador não quer e exige que a gente faça essa limpeza. De três toneladas, me sobrou uma tonelada e meia, que eu não vendo porque ninguém quer. Eu não consigo vender. Teve que desmanchar os pacotes, tudinho, mandar beneficiar, tirar as impurezas para poder vender”.¹⁹³

¹⁹³ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

Consideramos que esta estratégia de “enganar o patrão” funcionava como uma reação a um poder violentamente exercido pelos aviadores, em todos os níveis. Podemos, ainda, identifica-la como uma oposição mais direta à “estratégia das quebras”, da qual falamos há pouco. Não nos enganemos, porém, achando que os patrões aceitariam passivamente estas práticas, pois, embora usuais, significavam a ruptura da confiança pressuposta nestas relações comerciais. Desta maneira, os fregueses descobertos nestas práticas estavam sujeitos a sanções, as quais poderiam ser econômicas – mais ou menos no mesmo sentido daquelas que vigiam para os aviadores, e que comentamos anteriormente – ou, até mesmo, físicas, como identificou Galvão, já na década de 1950:

“Afirma-se que o controle exercido pelos poucos patrões que monopolizam a exploração é demasiado rigoroso e que a chibata ainda é um argumento para os fregueses recalcitrantes. Ao nosso tempo, um delegado especial da polícia de Manaus, investigava essas alegações”.¹⁹⁴

Para descobrir quem eram “os fregueses recalcitrantes”, os patrões valiam-se da rede de informações que construíram, sendo a identificação mais fácil, no entanto, no caso da borracha, devido ao fato de que esta seguia para o aviador principal com a marca de quem a produziu (ou a vendeu) ao grande comerciante. Por isso, Manoel Ambrozio Norberto, ao remeter 299 quilos de borracha fina e 100 de sernambi com a marca N e mais 112 quilos com a marca F, pediu que “a borracha que VMces. encontrarem falsificada faça o favor de me a remeter para eu conhecer quem me a vendeu”.¹⁹⁵ Toma forma, aqui, uma das mais fortes características das relações de trabalho nos seringais: o trabalho chamado de cativo. Este tipo de trabalho é considerado, pela população local, como cativo porque é

¹⁹⁴ Galvão, Eduardo. *Aculturação*. Op. cit., p. 156.

¹⁹⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Manoel Ambrozio Norberto, de Castanheira, em 13/02/1893.

necessária uma dedicação de meses a fio, internados nas matas, para produzir algumas centenas de quilos de borracha defumada. Mas o trabalhador também é definido como cativo, pelo fato de permanecer atrelado ao patrão, preso pelo caderno do barracão, onde, como dissemos, ficava registrada a quantia que lhes era devida em função da quantidade de borracha produzida, bem como os valores que deviam pelas mercadorias retiradas, as quais eram, normalmente, apenas o suficiente para sua sobrevivência.

Assim, “fazer saldo”, ou seja, conseguir um superávit entre o preço pago pelas bolas de borracha e os gêneros adquiridos, era uma tarefa que exigia um trabalho cotidiano árduo e que envolvia toda a família do seringueiro. Para Weinstein, o endividamento gerava, efetivamente, instrumentos de controle dos trabalhadores, porque estes não conseguiam honrar seus débitos com o barracão, permanecendo presos a ele.¹⁹⁶ Entretanto, os trabalhadores extrativistas possuíam consciência do nível de sujeição a que estavam submetidos. Seu Alberto ainda lembra bem do tempo de seu pai:

“A vida do seringueiro naquela época era uma vida amarrada na mão do patrão. Aquilo, se você tivesse um débito com o patrão, não serve. Ele tinha que amarrar as galinhas, e tirar uns quatro, cinco meses para lá, aí quando voltasse, a casa já estava num cerrado, as roças entrando no mato tomando conta, e se vivia assim...”¹⁹⁷

A preocupação em não ficar devendo ao patrão era muito grande, pois, no dizer de Seu Maurício Menezes, “depois que o patrão tiver cativado eles em conta, eles se esmaecem. Aí, perde a força, o trabalho não paga a conta. Aí fica por lá mesmo”.¹⁹⁸ E a possibilidade de negar a dívida, ou de não saldá-la e continuar vivendo dentro do território era (e é, ainda hoje) nula, pois estes vínculos são compreendidos como contratos de

¹⁹⁶ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 39.

¹⁹⁷ Entrevista com o Sr. Alberto Araújo. Op. cit.

¹⁹⁸ Entrevista com o Sr. Maurício Menezes. Op. cit.

trabalho entre o trabalhador extrativista e o patrão. A história que nos narrou Seu Francisco Vieira traduz com exatidão esse processo:

“Se ele sair de lá e não pagar o rancho, o patrão tá sempre em cima cobrando, né? Até receber, ele tá sempre, como acontece. Ontem mesmo, um irmão meu, há três anos atrás ele trabalhou com um patrão, até o dono dessa casa aqui, que tá bem ali em frente. Ele veio pra cá, não trabalhava com ele, trabalhava com o tio dele, e quando foi agora, o tio dele faleceu, já um ano atrás, quando foi agora, (...) ele veio querer receber. E ele sumiu ontem, foi pra piaçaba, cortar piaçaba pra pagar uma conta que ele devia pro tio dele, não pra esse senhor, devia pra outro, né?, mas como ele é parente e tal. Aí foi levado na justiça, aí a juíza disse: ‘Meu filho é o seguinte: tu vai trabalhar um mês’. Saiu ontem, dia vinte e quatro, dia trinta de setembro ele tem que dar conta do rapaz aqui de novo Ou que ele pague ou que não pague, mas foi contrato assinado pela juíza. Saiu ontem, não tinha um barco aqui? Esse que saiu com um batelão do lado, foi justamente meu irmão, foi pra pagar justamente a tal conta que fica. Que ele pegou rancho, foi o tempo que mataram o sogro dele, veio pra cá e falou com o patrão dele, que era o tio desse senhor. Ele disse: ‘Não, por aqui mesmo tu me paga, vai trabalhando, vai se ajeitando, aí tu faz uma farinha, uma coisa, aí vai pagando, não é preciso tu voltar pra lá’. Passou o tempo que ele morreu, parou tudo. Agora foi que esse senhor que é sobrinho dele, foi que levou ele de novo pra pagar, né?’¹⁹⁹

Como se percebe, o vínculo que cativa o trabalhador, persegue-o até que a conta com o patrão, que lhe aviava mercadorias, seja paga. Este depoimento enseja, num outro viés, a indicação de que as práticas de cobrança dos débitos não eram inflexíveis, embora mantivessem o rigor, baseados no sentido de confiabilidade da relação. Assim, o trabalhador extrativista que tivesse um problema grave, como o irmão de Seu Francisco, ou que resolvesse tentar a sorte na extração de outro produto, ou, até mesmo, ganhar a vida nas cidades e povoações do Médio Rio Negro, poderia obter, com êxito, uma liberação de seu

¹⁹⁹ Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira. Op. cit.

vínculo daquele plantel do qual fazia parte. Entretanto, isto não representava o fim do vínculo com aquele respectivo comerciante, pois havia um débito para ser saldado. A aparente complacência, empregada pelos patrões no trato com os fregueses, servia como uma estratégia de abrandamento da sujeição, abrindo possibilidades de negociação individual baseada em critérios muito pessoais. Veja-se o próprio caso do irmão de Seu Francisco, que tivera seu plano de livrar-se da dívida fora do extrativismo aprovado pelo antigo patrão, mas, com a sucessão deste, fora obrigado a retomar as antigas atividades. Aqui, observamos que a descrição obtida, através de Seu Maurício Menezes, do trabalho no piaçabal do Rio Preto vem reforçar a idéia de sujeição ao sistema:

“O trabalho no piaçabal do rio Preto é uma coisa que o cara vai na coragem. O cara não conhece o mato. Quem vai para o piaçabal, pode-se dizer que vai conhecer outro meio de vida. E eu cheguei lá, justamente como eu falei, e os companheiros disseram que eu sem nada, não podia trabalhar. Você tem que comprar seu terçado, sua pá, pólvora, chumbo, espoleta, farinha, sal, sabão, fósforo, tabaco. Tudo que é de necessidade, você tem que ter lá. O sal, panela: ‘Você não tem panela pra fazer sua comidinha e pra não ocupar os outros’. Então, quando eu cheguei lá, me vi obrigado a me montar em conta, e eu nunca me vi endividado, mas não me arrependi. Trabalhei, sanei meu compromisso, comecei a conhecer a vida pesada e hoje eu tenho prática pra trabalhar em qualquer tipo de serviço.”²⁰⁰

Com a experiência adquirida após muitas décadas de “vida pesada”, Seu Maurício não apenas se considera apto a “trabalhar em qualquer tipo de serviço”, na indústria do extrativismo, como se considera um vencedor, por ter conseguido saldar seu “compromisso”. Talvez, por isso, tenha absorvido a leitura que, deste processo, fazem os

²⁰⁰ Entrevista com o Sr. Maurício Menezes. Op. cit.

patrões, no sentido de compreender a permanência dos vínculos cativos como decorrência do pouco interesse pelo trabalho ou da baixa produtividade individual.

“Seu Maurício, ainda em relação a esse trabalho cativo, porque esses trabalhadores não saem de lá [dos piaçabais do Rio Preto]?”

Eu tenho comigo, eu tenho visto e conheço a vida, porque eles não se interessam, também. Acabam de dar razão ao patrão. Além do patrão querer que eles fiquem mesmo lá. Então eles dão um pouquinho de direito. Depois que o patrão tiver cativado eles em conta, eles se esmaecem. Aí, perde a força, o trabalho não paga a conta, aí fica por lá mesmo”.²⁰¹

Os aviadores tinham muita clareza da hegemonia que detinham na correlação das forças que envolviam este modo de produzir. Por isso, quando perguntamos a D. Alda se era comum acontecer do resultado do trabalho de seus fregueses não ser suficiente para saldar sua conta, ela respondeu desde o ponto de vista de sua classe social:

“É, porque, às vezes, eles trazem bem pouco, pouquinha quantidade. Eles não se esforçam nunca, para trazer uma quantidade para saldar, aqui. É difícil mesmo, a não ser que eles vão passar quatro, cinco meses. No máximo, um mês, eles já estão de volta.

Então, eles devem pra senhora a vida inteira?

É claro. A vida toda. Eles sempre têm que comprar alguma coisinha, o tempo todo, que ninguém... Antigamente, não. Tinha esses comerciantes, que um dava, outro dava. Eles se atolavam com todo mundo. Mas hoje, não. Cada um sustenta o seu pessoal do jeito que pode, porque outro não vai dar fiado mais para ninguém. Tá mais difícil pro caboclo, e mesmo pra gente, porque ele não produz”.²⁰²

Este depoimento torna-se mais interessante, se percebermos que D. Alda estabelece um primeiro momento, demarcado pela presença de muitos aviadores internos e de uma lucratividade que permitia uma utilização mais ampla da mão-de-obra, bem como uma

²⁰¹ Idem.

²⁰² Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

movimentação mais livre da mesma.²⁰³ Este período não correspondeu, no entanto, à época de auge da produção, mas ao período subsequente, denominado por Antônio Loureiro de “tempos de esperança”, entre a década de 1920 e a de 1940. Ao contrapor este tempo a outro, mais atual, ao qual ela chama de “hoje”, nossa entrevistada está, na realidade, apontando para a culminância do longo processo de crise, radicalizado a partir da década de 1950, época em que sucumbiram as esperanças e viveu-se pela persistência, pela insistência na manutenção de uma maneira de produzir completamente deslocada das práticas vigentes nas sociedades capitalistas deste mesmo período. A persistência também se explica por uma excessiva naturalização das práticas afeitas à organização deste mundo do trabalho, resultado dos processos de transfiguração étnica das populações envolvidas, além da interculturalidade presente nestes mesmos processos. Como disse Weinstein,

“Com relação à manifesta preferência do seringueiro pelas atividades de coleta, vale repetir que os sistemas social e econômico pré-colombianos da Amazônia haviam sido desintegrados pelos colonizadores, escravizadores e missionários europeus muito antes do início da expansão da borracha. Os caboclos que, em meados do século XIX, ingressaram aos milhares nos seringais não estavam abandonando as práticas econômicas complexas e os ricos padrões culturais do período anterior à conquista, mas sim uma existência precária que se desenvolvera na esteira da devastação e da desorganização demográficas.”²⁰⁴

A fala de D. Alda veio, então, mostrar, mais uma vez, a permanência dos laços fundamentais que estruturaram a sociedade constituída em torno da indústria extrativista. A consciência do papel de classe dominante, exercido, por ela, fica mais tranqüila ao se ver como mantenedora de uma ordem que favoreceria todos os envolvidos. Este é, também,

²⁰³ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 315, nota 55 do capítulo Um.

²⁰⁴ Idem, p. 47.

mais um motivo de reafirmação da confiabilidade nestas relações, não transparecendo nenhum temor de que os trabalhadores abandonem estes vínculos:

“Não senhor. Os meus são estabilizados, mesmo. Têm seus sítios, suas roças. É bem difícil. Rapaz novo, que faz conta com o pai, aí ele vai embora. Vai, mas volta”.²⁰⁵

E voltam mesmo, a procura dos gêneros que se tornaram indispensáveis à sua vida, tais como açúcar, café, sabão, sal, diesel, vendidos por D. Alda e definidos, por ela, como “o necessário, só.” A negociação envolve, apenas, “os fregueses de casa” ou “o meu pessoal, só”. Isso porque, segundo a comerciante,

“eles vêm aqui e pegam o rancho: sal, sabão, açúcar, café. Aí, eles vão extrair a piaçaba. Quando sai, a gente faz as contas, deu para pagar... Senão, ele volta, ou ele paga limpando roça, depois volta”.²⁰⁶

Entretanto, a concepção contemporânea de trabalho escravo – adotada por organizações não governamentais e religiosas, além de instituições e funcionários oficiais, e que inclui os casos de trabalho realizado sob coerção por pretexto de dívida –²⁰⁷ difundiu-se, na década de 1990, pela região estudada. A partir do trabalho de diversas organizações sociais, ganhou corpo uma noção que admitia a existência de trabalho escravo, embora este nunca fosse propriamente visto, pois eram localizados, segundo esta visão comum a todas as classes daquela sociedade, muito longe da calha do rio principal, lá pelas cabeceiras de afluentes ou de afluentes destes. Assim foi com o depoimento do padre italiano Carlo, diretor da Missão Salesiana de Santa Isabel do Rio Negro:

²⁰⁵ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ver: Rezende, Ricardo. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?* In: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/trabalho_forcado/brasil/documentos/art_1.pdf, em 08/08/2003, às 13:00 hs.

“Eu conheço esse trabalho não por ter visto pessoalmente, no local de trabalho, mas, visitando as comunidades que freqüentemente visito, pelo compromisso pastoral que eu tenho com essas comunidades. O povo dessas comunidades me relatou, me avisou, que existe, dentro do rio Preto / Padaueri, inteiras comunidades escravizadas ao trabalho da extração da produção, principalmente da piaçaba. Escravizados mesmo, daquela forma que o patrão dá aquelas coisas básicas, na entrada do trabalhador, e, depois, a dívida aumenta sempre mais e por isso que vira uma forma de escravização mesmo. Inclusive, falaram que adolescentes, jovens de quinze, dezesseis, vinte anos, que estão dentro lá e que nunca visitaram, chegaram até a beira do rio Negro. Não sabem, ainda, o que é o rio Negro, jovens de quinze, dezoito, vinte anos, que, mesmo trabalhando dentro uns vinte quilômetros, por dentro do mato, ainda não conseguiram ver o rio Negro, depois de vinte anos, e isso é muito triste.”²⁰⁸

Como se vê, trata-se, basicamente do mesmo sistema descrito até aqui. O que faz a diferença é um ponto de vista ideológico e ético que passou a condenar a estratégia do endividamento do freguês, colocando-a fora da lei.²⁰⁹ Como agravante, Padre Carlo invoca o fato de que existem jovens que se mantêm “imobilizados”, isto é, sem que consigam “exercer o direito de ir e vir nem o direito de vender sua força de trabalho”,²¹⁰ caracterizando, desta forma, o trabalho escravo que ele, contudo, não viu, apenas ouviu dizer. É interessante percebermos, ainda, que a cultura local estabeleceu uma distinção entre as noções de trabalho cativo e de trabalho escravo. A primeira, como vimos, define o tipo de trabalho que coube, tradicionalmente, às classes populares da região, aí incluídas as relações de trabalho, as práticas e estratégias executadas pelos trabalhadores, além da visão que estes possuem sobre sua posição na cadeia produtiva.

²⁰⁸ Entrevista com Pe. Carlo Zuchetti. Op. cit.

²⁰⁹ Ver: Rezende, Ricardo. O trabalho escravo contemporâneo por dívida. Op. cit.

²¹⁰ Idem.

Já a outra, de implementação muito recente, introjeta um conceito oficial de trabalho escravo, ainda não completamente absorvido pelo conjunto da população e que gera resistências, por parte dos aviadores internos, cada vez que uma situação concreta se apresenta fisicamente próxima a eles. Por isso, quando perguntamos a D. Alda “a senhora acha que tem trabalho escravo nos piaçabais?”, ela nos respondeu, inicialmente: “Bem longe, mais ainda, tem. Dos que vivem lá”. E depois prosseguiu:

“Eu vi agora, em Santa Isabel. Eles querem culpar o rapaz, com quem eu trabalho, dizendo que ele escraviza. Mas ele não escravizava, porque ele fornece a mercadoria para um... para um patrão e esse patrão leva a mercadoria para lá. Esse patrão tem a turma dele e ele nem tem conhecimento de quem é. Ele faz o que bem quiser com o freguês lá, que este daqui, o fornecedor, não está sabendo. Então, os padres estão culpando o rapaz aqui, que ele escraviza. Não! Ele não escraviza. Ele fornece tudo o necessário, para o patrão do pessoal lá. E esse patrão é que está escravizando lá dentro.”²¹¹

Em outro ponto da entrevista, ela reforça esta posição:

“Mas eles querem culpar o fornecedor aqui. Mas o fornecedor, aqui, não é culpado. Eles fornecem tudo. Da margarina, o café, o açúcar, a bolacha, o nescau, tudo; o feijão, arroz, o charque. Ele não está sabendo o que o intermediário faz lá e o que acontece”.²¹²

O depoimento não disfarça a intenção de afastar de perto de si tal acusação. Como se trata de uma cadeia complexa – há o grande aviador interno, que fornece para o pequeno comerciante, o qual, por sua vez, avia os pequenos patrões, que têm suas turmas de trabalhadores – as culpas são passadas para longe da posição principal, tanto em termos geográficos, quanto hierárquicos. A postura de D. Alda, eximindo a si e ao seu aviado de responsabilidades sobre o ato, não é muito diferente da de outros proprietários e patrões, em

²¹¹ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

²¹² Idem.

outras regiões da Amazônia.²¹³ Entretanto, ela admite a existência do trabalho escravo, mesmo que localizando-o “longe”, chegando a descrever as condições em que vive um trabalhador nestas condições:

“Ele vive sem assistência nenhuma, como estão vivendo no Cururu, no alto do Rio Preto. Eles vivem sem assistência nenhuma. O senhor talvez não viu aquela doentinha que estava naquela sala, no hospital, que aquela doutora magrinha estava assistindo. Ela veio de lá. Não tem uma pastilha de nada para passar uma febre, uma dor de cabeça. Uma coisa...”²¹⁴

Para ela, então, o que caracteriza o trabalho escravo é o fato de o patrão negligenciar sua obrigação de assistir aos fregueses, deixando de prove-los em suas necessidades básicas. Nesse caso, a leitura que os patrões fazem de seu papel social está baseada na distribuição de favores e na consolidação de relações de dependência pessoal, construindo uma espécie de paternalismo que “seria como um mecanismo de exploração que pressupõe a redistribuição”.²¹⁵ O fato de D. Alda haver incorporado um pouco da ideologia que vem

²¹³ Ver: Rezende, Ricardo. O trabalho escravo contemporâneo por dívida. Op. cit. O autor cita o exemplar caso de um fazendeiro, que, mesmo pego em flagrante, reagiu desde sua posição social: “Jairo Andrade ao ter seu imóvel fiscalizado por agentes da PF e por Fiscais do Ministério do Trabalho, agiu e falou a partir do seu lugar social: as suas fazendas, o gado numeroso, a extensão da pastagem e os seus cortesões. Falou a partir de determinada visão de mundo, acostumado a mandar e a ser obedecido. Estando habituado a controlar pessoalmente seu patrimônio, zela por ele com disposição e se envolve em um tecido de valores e de significados, impressos como uma marca em sua personalidade. Negou-se a apresentar os documentos solicitados pelas autoridades, tratou-as com rispidez, recusou-se a pagar os funcionários e diante das autoridades, destratou o empreiteiro e empurrou um peão. Foi multado. Como a multa é pequena e não é cobrada, não se torna um problema para ele. Depois, recebeu Danielle Rouard, do “Le Monde” (25.04.1998: 13), para quem garantiu que, ao contrário das acusações, não utilizava mão-de-obra escrava. Manifestou sua surpresa porque a Igreja Católica demonstrava compaixão pelos peões e não por ele, um *desbravador* que, com suor, construía um expressivo patrimônio, e era roubado por quem beneficiava oferecendo um trabalho. Ele se vê a si mesmo de forma generosa e se sente injustamente tratado. Na sua perspectiva ele é vítima e não réu. Ora, quem deve é obrigado a pagar trabalhando, mesmo sob coerção física e não pode sair da fazenda. Nisso ele não percebe problemas morais ou jurídicos. Se essa não for a lei, o problema é da lei e não dele”.

²¹⁴ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

²¹⁵ Geffray, Christian. *Chroniques de la Servitude en Amazonie brésilienne, Essai sur l'exploitation paternaliste*. Paris: Ed. Karthala, 1995, p. 127. Este autor entende que esta noção implica em uma forma de dominação típica do Brasil, com equivalência, dentro do longo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu, às formas primitivas de exercício da autoridade capitalista, no começo da era industrial, quando os patrões cuidavam, eles próprios, das necessidades sociais de seus empregados, providenciando educação, alojamento, saúde, etc.

prevalecendo, desde o ponto de vista oficial, em relação à definição do tipo de trabalho predominante no Médio Rio Negro, não chega a significar uma ruptura em relação aos padrões gerais do discurso apresentado pelas classes dominantes rurais na Amazônia. Isto se dá porque as bases que regem todas estas concepções, inclusive as que predominam entre os próprios trabalhadores – vide a fala anterior do Seu Maurício – permanece a mesma. Sobre isso, Carlos Teixeira, ao analisar o trabalho dos seringueiros a partir de experiências em Rondônia, adverte que:

“Na verdade, a condição de ‘freguês’ parece estar mais impregnada de um conteúdo ideológico, uma vez que tal condição faz com que o seringueiro se sinta um quase igual, colocando-se frente a frente com os demais agentes, podendo participar igualmente das relações mercantis. Desta maneira o raciocínio do seringueiro, tal qual ocorre com o seringalista, giraria em torno de um referencial comum: o dinheiro e o lucro capitalista. Isto levaria o seringueiro a incorporar no seu universo ideológico as mesmas categorias do discurso mercantil, girando este em torno do dinheiro, do preço, do crédito, do débito, do lucro, etc., tratando de estabelecer seus próprios cálculos em torno do que produz”.²¹⁶

Além disso, no caso específico da área estudada, existe uma influência muito grande dos grupos ligados à Igreja Católica sobre o cotidiano da população, a partir de ações efetivas das Comissões Pastorais da Terra, da Criança e da Mulher, compostas principalmente por mulheres caboclas voluntárias, e da própria atuação dos missionários salesianos, com respeito à educação e à saúde, fundamentalmente. A tal influxo

²¹⁶ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 209. Concluindo seu raciocínio, o autor afirma: “Ora, o que se tem verificado até aqui é que essa situação é absolutamente artificial, pois em todas as ocasiões o trabalhador vê tolhida a sua liberdade: como produtor direto não pode participar livremente do mercado, e como trabalhador não se encontra livre para vender sua força de trabalho. Por conseguinte, uma vez descartada sua condição de trabalhador livre ou de produtor independente resta definir sua real situação no conjunto da produção extrativa. Nesse sentido se é inclinado a admitir tratar-se de uma forma específica de sujeição do trabalhador ao capital, sujeição essa que se dá mediada pelo aviamento e mais particularmente pelo barracão”. (Idem, *ibidem*)

corresponde a medida da atualização dos valores predominantes, presente no discurso de D. Alda.

Como vimos até aqui, as concepções e as estratégias dominantes entre os atores do mundo do trabalho são os lugares de importantes permanências. O mesmo ocorre, entretanto, em relação aos processos de trabalho executados pela indústria do extrativismo local. Carlos Chagas já observara, em 1913, o que acontecia “com os seringueiros que trabalham no baixo rio Negro, residindo muitos deles para cima, aquém e além de São Gabriel”.²¹⁷ Os trabalhadores saíam da sua área de habitação, dos seus sítios, para trabalhar na extração. Quase todos os relatos acerca das condições do trabalho extrativista reportam a necessidade do freguês se embrenhar nas áreas de produção por quatro ou cinco meses de dura labuta, ou seja, durante todo o período necessário para satisfazer a expectativa de safra acordada com o patrão no momento do aviamento. Pela própria ecologia da região, as concentrações de produtos eram em pequenas quantidades numa mesma área, o que obrigava-os a mudar constantemente o local a ser explorado. Para cada produto, desenhava-se um conjunto de práticas próprias, sendo que a coleta da castanha amazônica (popularmente conhecida como castanha-do-Pará) era dos mais simples, pois consistia em apanhar no chão os ouriços maduros (que caem naturalmente) e abri-los para retirar as castanhas. Esta tarefa era desempenhada durante o período das chuvas e somente à luz do dia.

“O tempo empregado na atividade de coleta e quebra dos ouriços não é rígido, dependendo das características da formação das árvores, que podem estar mais ou menos concentradas, ou das condições de tempo. O trabalho dura em média 10 horas por dia, variando conforme o volume da safra.”²¹⁸

²¹⁷ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 110.

²¹⁸ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 140.

Por outro lado, o trabalho no seringal foi descrito, nas entrevistas que realizamos, com certa minúcia, assim como as tarefas relativas aos piaçabais, ensejando, inclusive, comparações entre os dois processos, realizadas pelos próprios depoentes. Seu Maurício Menezes tinha este perfil, e sua experiência, nos diferentes processos de trabalho empregados no Rio Negro, lhe permitia estabelecer as distinções:

“No seringal era o seguinte: o seringal é um produto fácil, menos despesas. Não se tem despesas. Até mesmo pra gente trabalhar, a gente não vai atrás de tanta coisa, tanta necessidade. O camarada mete os peito na sua colocação, vai para o seu lugar, e, aí, a gente começa a lutar, a abrir caminho. Faz o caminho com duzentas, trezentas madeiras de seringa, põe-se o bico, compra-se a faca de seringa própria e começa-se a sangrar.

Era melhor trabalhar no seringal ou no piaçabal?

No seringal. Para mim, no seringal é muito mais fácil, muito mais prático para se trabalhar. É em casa, não tem outra dificuldade tanta de despesa. O seringal é uma coisa que ajuda a gente, ajuda demais.”²¹⁹

Nosso conhecido Seu Américo, concorda com este ponto de vista, acrescentando:

“No seringal o trabalho era cem por cento. O povo era animado, um verão bonito. Faz a barracazinha, abrir o mato, botar em bicas a seringueira. Era mais ou menos assim. Depois de quinze dias, só extrair o leite para preparar a borracha”.²²⁰

Como diz Carlos Teixeira, a “técnica do corte é o resultado de todo um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento do trabalho humano”.²²¹ A permanência de um mesmo escopo nos processos de trabalho vigentes até a década de 1990, no Médio Rio Negro, o qual foi sistematizado ainda no século XIX, não inibiu, contudo, a assimilação de algumas poucas inovações, em termos de técnicas e de instrumentos. A introdução destes novos

²¹⁹ Entrevista com o Sr. Maurício Menezes. Op. cit.

²²⁰ Entrevista com o Sr. Américo de Oliveira Neto. Op. cit.

²²¹ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 132.

elementos não demandou nenhuma mudança nos ritmos e nas atitudes dos trabalhadores do extrativismo, que continuaram muito próximos daqueles pioneiros. Isso tende a demonstrar que o longo processo de transfiguração étnica veio consolidando práticas produtivas e de subsistência que, efetivamente, possuem traços de permanência das culturas autóctones, a par das modificações processadas no campo das práticas e das técnicas cotidianas. Estas vêm, por sua vez, impregnadas da realidade apresentada pelo meio ambiente e da presença de componentes oriundos de outras culturas, configurando estágios de rupturas históricas estabelecidas em contextos determinados.

Seu Ramiro já foi capaz de distinguir diferentes fases para esta atividade, baseando-se, justamente, nas técnicas de trabalho para estabelecer estes recortes cronológicos. Para ele,

“Cortava, rasquetava a seringueira. Tinha a rasquetinha, que é própria pra isso. Eu não cheguei a ver o tempo dos machadinhos. Eu não tenho experiência. Eu já cheguei a trabalhar com a rasquetinha. Então, a gente sangra a seringueira e vai cortando. Termina, colhe, aí tem as fomalhas, que usa pra defumar. No tempo que defumava a seringa. Daí passou ao látex, leite, cheio de tambores. Daí acabou...”²²²

O “tempo dos machadinhos” representou, na concepção de Teixeira, “o período que chamaríamos de ‘fase bárbara’, na qual a exploração da borracha correu paralela à do caucho”.²²³ A partir da segunda década do século XX, contudo, este instrumento foi substituído pela rasquetinha, nome popular dado a uma faca própria para “sangrar” as árvores sem danificá-las demais.²²⁴ O mesmo autor afirma que

“Embora a substituição do machadinho pela faca *sabong* não tivesse representado nenhuma melhoria nas

²²² Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit.

²²³ Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 132.

²²⁴ Teixeira afirma que “o novo sistema já era utilizado nos seringais da Malásia”. Idem, *ibidem*.

condições de vida do seringueiro, é certo que trouxe evidentes vantagens do ponto de vista técnico. O uso desse novo instrumento permitiu naturalmente a adoção de um método mais racional de trabalho, em vista dos prejuízos causados pelo sistema anterior, que provocava um maior desgaste das madeiras”.²²⁵

A entrevista de Seu Ramiro aponta, ainda, para diferentes técnicas de realizar o processamento do látex, visando prepara-lo para ser vendido aos patrões. Num primeiro momento, ele era coagulado por defumação; depois passou a ser coagulado através de uma substância química; e, finalmente, era entregue em estado quase líquido, dentro de tambores. Nosso entrevistado era um típico trabalhador extrativista, pois “trabalhava só. Sozinho e com a minha família”, produzindo borracha que “eu vendia para os comerciantes. Para os patrões”.²²⁶

O corte da piaçaba também principiava com o deslocamento para as zonas de extração. Uma vez chegados lá, os trabalhadores cumpriam uma rotina determinada pelas tarefas que tinham que desempenhar:

“Na piaçaba é o seguinte. A piaçaba, a pessoa sai seis e meia, sete horas pro mato. Aí chega, pega um pedaço de pau assim, digamos de um metro de comprimento ou mais. Aí destala. Vai destalando, que se chama, é tirar as palhas da piaçaba, justamente. Aí pega, bate a piaçaba todinha com aquele pau, que é pra sair os insetos que tem ali. Pelo menos, o escorpião, a cobra, a aranha, os que tiver, os insetos aí. Por isso que bate, limpa bem. Aí é que vai cortar. Já põe no cipó, aí vai arrumando a piaçaba, até ela dá assim umas cabeças, digamos de vinte, vinte cinco a trinta quilos né? Aí fazem duas cabeças justamente pra formar o fardo. Isso é em torno de umas três ou quatro horas esse serviço. Digamos que chegue sete no local de trabalho, quando é onze horas, meio dia, ele está... tá pronto o serviço. Aí chega em casa três horas da tarde. Se ele não acabou de amarrar, como era antes que faziam piraíba, que a gente

²²⁵ Idem, p. 135.

²²⁶ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit.

chama né?, a piaçaba. Agora não, fazem fardo, pacote, como o senhor tá vendo, aquelas de lá, né? Agora fazem fardo. Antes não, faziam a piraíba. Amarrava só a cabeça e ia amarrando o cipó até ela ficar dessa grossura. Ficava com a testa grande e rabo fino, como nós chamamos né?, a piaçaba”.²²⁷

D. Alda afirmava que o tempo necessário para um dos seus fregueses tirar quantidades de piaçaba suficientes para saldar sua conta oscilava entre quatro e cinco meses, dependendo da produtividade do trabalhador. No entanto, ela afirma que “no máximo um mês, eles já estão de volta”, o que acarreta débito constante para o trabalhador.²²⁸ Assim, nenhum dos processos de trabalho aqui descritos destoa da lógica fundamental do sistema do aviamento. Não podemos tomar ao pé da letra a avaliação, do Seu Maurício, de que o seringal “é um produto fácil, menos despesas”, pois já temos visto que a produção de borracha foi pródiga em gerar vínculos que subjugavam os trabalhadores. O mesmo acontece com a piaçaba, onde

“essa pessoa ia pra mata, digamos no piaçabal cortar piaçaba. Aí chegava lá, que ele fazia digamos quinhentos quilos ou mil quilos de piaçabal, ele voltava, chegava de quem ele tirou aquele rancho, que justamente era o patrão, aí ele ia pesar e justar as contas, se desse para pagar tudo bem, se não, ele arranjava, arranjava mais recurso para ele voltar novamente para trabalhar. É o que acontece até hoje, do pessoal que ainda vive na mata é isso. Por que eles pegam o rancho do patrão, se metem na mata, quando é no final, que eles terminam o rancho, às vezes eles adoecem, ou então, ele vai para algum local que não tem algum produto, ele volta quando chega, o produto que ele conseguiu tirar não dá pra pagar o rancho que ele levou. Aí ele torna a comprar novamente, volta pra lá e fica nisso, passa ano e entra ano e ele não pode sair de lá enquanto não pagar o rancho que ele comeu”.²²⁹

²²⁷ Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira. Op. cit.

²²⁸ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

²²⁹ Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira. Op. cit.

Capítulo Terceiro

O universo da saúde e das curas

Como vimos até aqui, o principal traço cultural do vale do Rio Negro tem sido a convivência de uma multiplicidade de etnias, ao longo dos séculos. Aos habitantes autóctones, que haviam descido das cabeceiras para sua seção média, vieram juntar-se os portugueses e, mais tarde, os brasileiros. Todos arrastavam consigo seu quinhão de saberes e suas marcas culturais. Ao olharmos retrospectivamente para o cotidiano destas populações, pudemos perceber que a história obrigou-as a uma estreita convivência, emergindo, então, o modo de vida caboclo, que tinha no assimilacionismo e na adaptabilidade duas de suas principais características. Além disso, as análises demonstraram que a interferência do mundo do trabalho na vida do caboclo está na base das maneiras de viver em sociedade no Rio Negro, tal a sua influência no estabelecimento de padrões para o dia-a-dia das pessoas, sendo determinante de práticas e costumes.

Entretanto, as estratégias de cura desenvolvidas pelos povos do Rio Negro permaneceram como um forte ponto de contato com as culturas ancestrais. Vale lembrar que, como destacou o farmacologista Frederico Arruda, “o universo mitológico do caboclo amazônico e do índio” não eram iguais:

“Não há dúvidas de que o índio destribalizado, depois de muitos anos de convívio com o branco, ele e seus descendentes estarão muito parecidos aos ribeirinhos comuns. E aí, é claro que haverá uma perda brutal desse componente do universo mítico original, e ele então incorpora e até ajuda a engendrar as peças que vão se sucedendo na permanente reconstrução desse universo mitológico do caboclo. Há então uma interação com perdas para o patrimônio cultural indígena. De qualquer forma existe uma visão de mundo, e também

da saúde, das doenças, e dos recursos que poderão ser mobilizados para os diversos tratamentos. Esse mundo tem uma linguagem própria”.¹

As duas principais componentes deste arcabouço foram, de um lado, as práticas ritualísticas, de conotações mágico-religiosas, dos pajés, rezadores e curadores, e, de outro, os saberes acerca dos usos curativos das plantas, dominados por outros especialistas, alguns deles treinados com base nos preceitos da terapêutica científica ocidental. Ambas foram amplamente reconhecidas e solicitadas pela população. Assim, ao focarmos este assunto observamos a continuidade e as metamorfoses de uma tradição, cerzida no calor das trocas culturais, segundo os preceitos baseados na mentalidade cabocla. Apoiadas na apropriação de práticas ancestrais, as quais figuram entre seus principais elementos, estas pessoas estabeleceram uma sensação de permanência que vincula reminiscências das culturas autóctones a alguns aspectos do modo de vida dominante nas sociedades capitalistas. É importante ressaltar que as continuidades estão ligadas aos saberes desenvolvidos dentro do território, os quais foram elaborados desde os próprios costumes da população, plasmados nas relações entre as pessoas e na organização sócio-produtiva da comunidade, sendo, enfim, determinantes dos processos de ritualização e formalização das práticas terapêuticas.

Mais especificamente, podemos perceber que as estratégias de cura e de manutenção da saúde, vigentes em 1995, se mantinham conectadas às medicinas tradicionais das nações indígenas;² outrossim, também, incorporaram preceitos originários da medicina popular europeia, mais especificamente portuguesa, aqui entendida como

¹ Arruda, Frederico M. dos Reis. Farmácia, sábios indígenas, drogas do sertão e o saqueio (Entrevista). In: Caruso, Mariléa M. Leal & Caruso, Raimundo C. *Amazônia, a valsa da galáxia: o abc da grande planície*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000, p. 280.

² O conceito de “medicinas tradicionais” vem sendo utilizado por cientistas sociais, em oposição à noção de “medicina ocidental”, na tentativa de definir os conjuntos de práticas médicas pré-existentes à sociedade capitalista. Ver: Estrella, Eduardo. Bases conceptuales de la practica medica tradicional. El caso ecuatoriano. In: *Revista Ecuatoriana de Medicina*, vol. XIX, nº1, 1983. Ver também os artigos: “A antropologia da

“o conjunto de conhecimentos e crenças criados pelo povo, quer dizer, pelos profanos não profissionais, e que se opõe ao discurso científico. Com efeito, a cultura popular caracteriza-se pela oralidade e por vezes esta oralidade traduz mais facilmente certas adaptações locais e certas adaptações específicas à doença”.³

O arsenal terapêutico encontrado no Médio Rio Negro – objeto deste capítulo – é, portanto, um outro viés de medicina popular, caracterizado pelo contexto sócio-cultural e econômico em que se insere. Seus componentes resultam de práticas e conceitos desenvolvidos sincreticamente, a partir de dados empiricamente adaptados e assimilados ao longo do processo histórico abordado. Aliados a uma reinterpretação dos valores transmitidos pelos antepassados, estes elementos ganharam novos sentidos, os quais geraram práticas e atitudes, na medida em que a cosmovisão médica da população está sempre em movimento. Para Maria Thereza Lemos de Camargo,

“tais mutações, como ocorrem em nossos dias, devem-se não só ao contato entre culturas diferentes e à influência dos meios de comunicação de massa, como ainda, à coexistência e interinfluência, na mesma sociedade, do sistema médico científico baseado na cultura oficial e do sistema médico popular, voltado à cultura ‘folk’, favorecendo, ainda, a urbanização da medicina rural”.⁴

Por sua vez, Charles Leslie, afirma que os sistemas de medicina, diferentemente dos sistemas de saúde, são sociais e culturais:

“seus limites não são aqueles das populações biológicas, espécies e redes ecológicas, mas da organização política e trocas culturais. Sistemas de medicina são gerados por ações de consulta entre leigos

doença e os sistemas oficiais de saúde” e “Representações e práticas das medicinas tradicionais”, de autoria de Dominique Buchillet. Ambos se encontram em Buchillet, Dominique (org.). *Medicinas tradicionais e medicinas ocidentais na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1991.

³ Fontes, Antônio Lourenço & Sanches, João Domingos Gomes. *Medicina popular: ensaio de antropologia médica*. Lisboa: Âncora Ed., 1999, p. 20.

⁴ Camargo, Maria Thereza Lemos de. *Medicina Popular*. São Paulo: ALMED, 1985, p. 11.

e especialistas, ou por ações concertadas entre leigos para curar, aliviar ou outro jeito de lidar com aflições físicas. Sistemas médicos usam as categorias de pensamento e sentimento comuns para várias ocasiões e interesses, as quais servem para dizer que são parte da cultura geral na sociedade.”⁵

Historicamente, no Médio Rio Negro, estas transformações derivaram do processo de interculturalidade que ali se desenvolveu, tendo sido acelerada a presença dos valores pertinentes à medicina ocidental, nos últimos trinta anos, principalmente devido à forte influência dos meios de comunicação de massa,⁶ e a uma presença constante de equipes médicas militares, a partir da estruturação de um hospital militar em São Gabriel da Cachoeira. Esta nova transição, presidida pelos valores da moderna urbanidade brasileira, vem exercendo pressões sobre hábitos, costumes, tradições, sobre modos de viver e de produzir.

1 – O universo da saúde

Nenhum dos indicadores de que dispomos para analisar as condições de saúde da população estudada, a partir das fontes trabalhadas, teve origem nas culturas autóctones.

⁵ Leslie, Charles. Foreword. In: Janzen, John M. *The quest for therapy: medical pluralism in Lower Zaire*. Berkeley: University of California Press, 1978, pp. xii/xiii. O texto original da citação é: “Medical systems are social and cultural. In contrast to health systems, their boundaries are not those of biological populations, species and ecological networks, but of political organization and cultural exchange. Medical systems are generated by acts of consultation between laymen and specialists, or by concerted acts among laymen to cure, alleviate, or otherwise cope with physical affliction. Medical systems use the categories of thought and sentiment common to many occasions and interests, which is to say that they are part of the general culture in a society.”

⁶ Segundo Souza Santos, “em 1977 a Radiobrás inaugurou as transmissões em ondas curtas para a Região Amazônica (Rádio Nacional para a Amazônia), a partir de Brasília”. Uma emissora de rádio, “a Rádio Nacional de São Gabriel da Cachoeira, pertencente à Radiobrás, ligada ao Ministério das Comunicações”, começou a operar em 1982. Três anos antes, fora instalada “uma estação repetidora de TV, composta de dois videocassetes, monitor e retransmissor”. Santos, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa*. Op. cit., p. 39. O depoimento do Sr. José Augusto dos Santos veio reforçar esta afirmação. Ele informou que não existia rádio no interior: “Nem em Barcelos. Não tinha TV, não tinha rádio. Tinha rádio-transmissor. Hoje em dia, com a Zona Franca, tem tanta novidade... [Antigamente] só tinha navio a roda, da linha. Mas só vinha de mês em mês. Notícia de Manaus, só de mês em mês. Pagava-se uma mensalidade pra ler jornal e revista com notícia da cidade”. Entrevista com o Sr. José Augusto dos Santos. Op. cit.

Consideramos, então, que o balizamento do sistema de saúde vigente tem sido demarcado através dos conceitos e das noções oriundas da medicina científica. Isto significa que esta definição desenvolveu-se localmente, desde os processos culturais introduzidos no território rionegrino a partir do contato com as sociedades ocidentais.⁷ Podemos inferir que o recrudescimento da economia extrativista de fins do século XIX, com a aceleração do processo de interculturalidade e o contato mais amigável com os segmentos modernizados da sociedade brasileira, tenha marcado decisivamente o referencial caboclo acerca das doenças e do contraponto que se lhe apresentava – a saúde. Foi, contudo, somente no alvorecer do século XX, que as condições de saúde locais ganharam a dimensão de objeto de estudo e de propostas de políticas públicas.

Em 1912, saía do Rio de Janeiro, contratada pela Superintendência da Defesa da Borracha, uma comissão científica do Instituto Oswaldo Cruz que tinha o objetivo de “determinar as bases em que terá de ser levantada a campanha de saneamento do vale do Amazonas”.⁸ A expedição fazia parte de um “movimento pelo saneamento rural, que alcançou grande visibilidade no final do ano de 1910”.⁹ Segundo Nísia Lima, tratava-se de “um movimento de caráter amplo, orientado por um nacionalismo que queria resgatar ‘as coisas nacionais’ e livrar o país dos males representados pela doença”.¹⁰ O pensamento nacionalista característico deste movimento orientava o olhar para as mazelas das populações que haviam se fixado longe dos grandes centros político-econômicos do

⁷ Esta mesma noção perpassa o estudo acerca do Baixo Zaire, realizado por John Jazen, ao buscar descrever as condições de saúde existentes no território Manianga. Ele identificou uma série de indicadores, tais como o controle das grandes endemias (malária, doença do sono, tuberculose, entre outras), as taxas de mortalidade e de natalidade, a expectativa de vida, o estado nutricional, a rede hospitalar existente, etc., porém, nenhum deles originara-se na cultura ancestral BaKongo. Janzen, John M. *The quest for therapy*. Op. cit., pp. 25/32.

⁸ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 49.

⁹ Lima, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, 1999, p. 91.

¹⁰ Idem, p. 107.

Brasil.¹¹ Além dos sanitaristas, homens como Euclides da Cunha, que atravessou a Amazônia entre 1904 e 1905 a serviço de uma comissão de reconhecimento territorial, e Cândido Rondon, que construiu as linhas telegráficas entre Cuiabá e Manaus a partir de 1907, trouxeram, para o litoral, notícias de um país desconhecido, abandonado e doente. Ambos faziam, nos seus relatos de viagem, observações sobre as precárias condições de saúde e de vida destas populações.¹²

Nesse contexto, esta Comissão, que era chefiada por Carlos Chagas e integrada pelos pesquisadores Pacheco Leão e João Pedroso, tinha seu foco voltado para as condições de vida, de saúde e de trabalho dos seringueiros. Os responsáveis pela Superintendência de Defesa da Borracha, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1912 para dar respostas à crise instaurada, acreditavam que, dentre outras medidas, deviam-se “instituir procedimentos no sentido de elevar os padrões higiênicos em áreas rurais e urbanas”.¹³ Para Oswaldo Cruz,

“das pesquisas relativamente às moléstias reinantes, então, decorrem noções promissórias dos mais belos resultados referentes à profilaxia, o que equivale a dizer que postas em prática, com

¹¹ Acerca da interiorização das ações sanitárias, no Brasil de princípios do século XX, e de algumas interpretações sobre este processo, ver, além da obra de Nísia Lima já citada: Benchimol, Jaime L. (coord.). *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990; Thielen, Eduardo V.; Alves, Fernando P.; Benchimol, Jaime L.; Albuquerque, Marli B. de; Santos, Ricardo A.; Weltman, Wanda L. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991; Lima, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. V (suplemento), pp. 163/193 (julho de 1998).

¹² Cunha, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Op. cit.; Rondon, Cândido M. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1920. Ver, ainda, sobre estas viagens: Santana, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec, 2001; Santana, J. C. B. de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), pp. 901/917 (set. de 2000); Maciel, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC, 1998.

¹³ Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., p. 257. Dentre as proposições, destacamos o estímulo ao plantio de seringueiras, a isenção de vários impostos, além da construção de estradas de ferro e de hospedarias para imigrantes.

perseverança, orientação e energia, certas medidas, relativamente fáceis, desaparecerá esse fantasma, que amedronta todos aqueles que se aventuram a correr atrás da fortuna nos alagadiços da Amazônia.”¹⁴

Como se percebe na citação, Oswaldo Cruz defendia uma concepção de saúde derivada, por um lado, de uma crença fortíssima no poder regenerador da ciência e, por outro, numa concepção de saúde do trabalhador, onde esta era vista não apenas como um meio de aumentar a produtividade, mas, também, como uma forma de potencializar a exploração do sobretabalho dos indivíduos.¹⁵ Em 1910, ele mesmo estivera na Amazônia com o objetivo de produzir um plano de profilaxia contra a malária que grassava nas obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.¹⁶ Chagas, por sua vez, relatou as condições de saúde das populações visitadas no Amazonas. Para ambos, a malária era considerada o principal inimigo desta atividade, e, caso se conseguisse acabar com ela ou pelo menos controlá-la, a produção cresceria de novo e reocuparia a ponta do mercado mundial. As condições de saúde das populações eram determinadas pelas enfermidades que

¹⁴ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 50.

¹⁵ Olhares deste matiz eram cada vez mais comuns entre as classes dominantes das primeiras décadas da nossa República. O Instituto Oswaldo Cruz – centro de pesquisas biomédicas, ensino e produção de soros e vacinas criado em 1900 – se associou a estes esforços, comandando estudos e supervisionando a profilaxia de doenças em obras de infraestrutura no interior do país, como barragens e ferrovias. Foram realizadas, na mesma época em que Carlos Chagas visitou o Vale do Solimões, extensas viagens de investigação científica, como aquelas contratadas pela Inspetoria de Obras contra as Secas, em 1912, e que cobriram boa parte das atuais regiões nordeste e centro-oeste do país. Por sua vez, a expedição liderada por Carlos Chagas realizou um extenso e minucioso levantamento da condição médico-sanitária nos complexos que envolvem os rios Solimões, Juruá/Tarauacá, Acre/Purus e Negro/Branco. Ver: Fonseca Filho, Olympio da. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1974; Benchimol, Jaime L. (coord.). *Manguinhos do sonho à vida*. Op. cit.; Benchimol, Jaime L. & Teixeira, Luiz Antônio. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Casa de Oswaldo Cruz, 1993; Luz, Madel (org.). *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Stepan, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: OswaldoCruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova / Fiocruz, 1976.

¹⁶ Cruz, Oswaldo. *Considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira*. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1910. Para uma abordagem histórica dos acontecimentos e processos que envolveram a construção da ferrovia, ver: Hardman, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

existiam, pela inexistência de assistência médica, pelo tipo de trabalho que executavam e pela alimentação.

As características culturais das comunidades visitadas foram consideradas, no relatório da comissão comandada por Chagas, apenas dentro destes aspectos, e serviam para reforçar “as mais precárias condições da vida humana, talvez sem paralelo em todo o mundo”, segundo a sua avaliação.¹⁷ Com as seguintes palavras, o relatório começava a descrição da seção intitulada “Estudos realizados no Rio Negro”:

“Partiu de Manaus a Comissão para o Rio Negro a 6 de fevereiro de 1913 às 9 horas da manhã. Grande extensão do rio, a partir de Manaus, é inteiramente desabitada, só sendo encontradas de longe em longe pequenas choupanas nas margens. Nem se observa nesse primeiro trecho do rio qualquer aspecto de trabalho, havendo aí ausência absoluta de cultura.”¹⁸

Segundo este documento, o Rio Negro era o menos produtivo dentre aqueles visitados porque era o que possuía a menor quantidade de trabalhadores brancos, tendo, ainda, a presença de numerosas doenças de ocorrência constante, incidindo sobre grande parte da população. Este conjunto resultaria numa região empobrecida, adoentada, “onde se tem a impressão exata de *um fim da raça*, de um aniquilamento lento e contínuo da vida humana”.¹⁹ Para Chagas, “o índice endêmico pelo impaludismo é elevadíssimo, tanto quanto em qualquer das regiões de maior endemia do Acre, havendo aqui a agravante da

¹⁷ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 121. Para Carlos Chagas, a situação se apresentava da quela maneira “porque apesar de oferecer a mais farta messe de conhecimentos, o vale do Amazonas, nas suas regiões interiores, não tem sido atingido pelas pesquisas da medicina experimental, únicas capazes de trazer esclarecimentos aos problemas de patologia que ali esperam solução” (Ibidem). Ele apresentou, ao final do Relatório, um “Plano geral da campanha sanitária a se empreender no Vale do Amazonas”, o qual nunca foi executado (pp.151/155).

¹⁸ Idem, p. 104.

¹⁹ Idem, p. 114. A expressão grifada aparece assim no original.

ausência absoluta de assistência médica”.²⁰ Também a ancilostomose apresentava números de casos maiores “do que em qualquer dos outros rios da Amazônia, dos que percorreu a Comissão”.²¹ Entretanto, no tocante ao beribéri, à leishmaniose e a outras afecções vistas nos outros rios, sua freqüência foi considerada nula ou próxima disso, em 1913.

Já em 1995, a investigação clínica detectou a presença de afecções respiratórias, hipertensão, doenças cardiovasculares e obesidade. A tuberculose apresentou-se como outro problema de primeira grandeza, pois, segundo o relatório da equipe interdisciplinar de saúde que visitou o território neste ano, inexistia um sistema eficiente de notificação, não havendo sequer um acompanhamento sistemático de casos conhecidos.²² Há também as hepatites, que surgem em virtude da falta de educação sanitária e de saneamento básico. As doenças sexualmente transmissíveis (DST) despontam como um novo problema, tendo sido muito citado o corrimento, entre as jovens. De uma forma geral, as DST não são

²⁰ Idem, *ibidem*. Segundo relatou o cientista, era o “Acre o rio campeão da morte”. Para uma abordagem histórica da saúde neste rio, ver: Santos, F. S. D. & Muaze, M. A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit. Vale, ainda, observar que a malária é conhecida, ainda hoje, na região, pelos nomes de sezão, impaludismo ou paludismo, sendo corrente, na época de Carlos Chagas, o termo “infecção palustre”. É causada por um parasito, do gênero *Plasmodium*, o qual destrói uma quantidade significativa de glóbulos vermelhos, tornando as pessoas anêmicas. A doença é transmitida pelo inseto vulgarmente conhecido como carapanã, nome local dado, genericamente, a todo tipo de mosquito, designando, inclusive, aqueles do gênero *Anopheles*, transmissores da malária. Estes dípteros da família *Culicidae*, apresentam seu ciclo evolutivo com a parte de imaturos aquática e a fase de adulto alada. São conhecidos também pelo nome popular de mosquito-prego, por causa do aspecto peculiar de seu pouso, assemelhando-se a um prego ao ser fixado. Na Amazônia existem três espécies de plasmódios: *P. malariae* (causador da febre quartã), *P. vivax* (causador da febre terçã benigna, mais branda, com letalidade baixa e um ciclo de 48 horas, cujos acessos febris ocorrem cada três dias e que representa 70% dos casos); e *P. falciparum* (vetor da febre terçã maligna, de alta letalidade, com um ciclo irregular de 36 a 48 horas. Representa 30% dos casos). No princípio, a pessoa pode sentir apenas um mal estar, como se estivesse com gripe. A seguir, surgem os calafrios, febre e muito suor. Para maiores informações acerca da malária, ver: Rey, Luís. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

²¹ Cruz, Oswaldo. *Relatório*. Op. cit., p. 106. A ancilostomose (ou ancilostomíase), popularmente conhecida como amarelão ou opilação, é causada por um verme da classe dos nematóides, o ancilóstomo, sendo mais comum na Amazônia a espécie *Necatur americanus*. Este verme vive na terra e penetra o corpo, perfurando a pele, para se alojar no intestino humano. Causa anemia profunda. Ver: Rey, Luís. *Dicionário*. Op. cit.

²² Fundação Oswaldo Cruz *et alli*. *Relatório*. Op. cit.

notificadas, e, em sua quase totalidade, as pessoas que contraem estas doenças praticam a automedicação ou procuram amigos e parentes em busca de um tratamento.²³

Neste contexto, a AIDS surge como uma preocupação. Embora, até aquela época, não houvesse nenhum caso oficialmente registrado, existiam rumores e comentários, que davam conta, por exemplo, de que rapazes estariam utilizando preservativos improvisados – tais como saquinhos de sorvetes ou “camisinhas” manufaturadas com látex – ou de que um cantor amazonense, que havia morrido naquela época com a doença, teria mantido relações sexuais com duas meninas da cidade de Barcelos.²⁴ Victor Leonardi, ao abordar os fatores de risco de infecção pelos vírus HIV entre as comunidades indígenas do Alto Rio Negro, registra algumas análises que podem, perfeitamente, ser extrapoladas para o Médio Rio Negro. Para ele há uma interconectividade entre as comunidades das cabeceiras do rio e a cidade de Manaus, “um dos centros gravimétricos de casos de Aids na região Norte do Brasil”.²⁵ Além disso, quase todas elas

“sofreram algum tipo de impacto, maior ou menor, devido à expansão da economia de mercado no interior do município de São Gabriel da Cachoeira nas duas últimas décadas (...), pois o ouro dos garimpos inflacionou os preços de mercadorias industrializadas”.²⁶

Foram observados, também, muitos casos de gravidez precoce. Em relação a este fato, deve-se levar em conta que os jovens desta região, sob forte influência dos costumes autóctones, iniciam a vida sexual bastante cedo. O que desponta como um fato novo é que, hoje, há dificuldades para usar os meios de contracepção tradicionais da região (dentre os

²³ Idem.

²⁴ Sobre a questão da AIDS na Amazônia, ver o importantíssimo trabalho de Leonardi, Victor P. de B. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15, 2000. Principalmente o capítulo 7, que trata especificamente da região do Alto Rio Negro.

²⁵ Leonardi, Victor P. de B. *Fronteiras Amazônicas do Brasil*. Op. cit., p. 92.

²⁶ Idem, p. 98.

quais tem destaque a cabacinha, uma planta nativa de grande poder abortivo), além de não possuírem acesso às informações da medicina ocidental sobre o assunto. Seja por falta de disponibilidade de produtos anticoncepcionais, seja por falta de dinheiro para adquiri-los ou por desinformação, o fato é que é necessária a formulação de políticas voltadas para as distinções regionais e culturais dos grupos populacionais.

Quanto ao atendimento hospitalar, Carlos Chagas destacou as diferenças existentes entre o Rio Negro e os rios que produziam borracha em grandes quantidades:

“De fato, ao passo que no Acre encontram-se alguns centros populosos de bastante prosperidade, onde os doentes, uma vez que possuam recursos pecuniários, podem procurar elementos de tratamento, no Rio Negro, em todo o seu percurso, não é encontrado um único médico nem uma única farmácia. Daí a morbidez total de seus habitantes entre os quais dificilmente se encontra um sem os sinais de infecção palúdica crônica. Daí ainda o despovoamento quase total das pequenas vilas existentes nas margens dos rios, vilas outrora de alguma prosperidade e agora em ruínas, pelo extermínio quase completo de seus habitantes. E ainda aí essa indolência e esse aspecto de profunda decadência orgânica que se observam nas populações do Rio Negro”.²⁷

A prepotência cultural de Carlos Chagas, além de seu completo desconhecimento acerca dos modos de vida da população rionegrina, levaram-no a imputar à ausência dos valores, dos elementos e das instituições da medicina científica, o fato de que as pessoas não morassem nas vilas ou em centros populosos. Também lhe era difícil reconhecer as marcas de costumes indígenas presentes nos hábitos e práticas da população. A indolência não era mais aquela decantada pelo romantismo do século XIX; ela agora derivava das condições de morbidade, clínica e laboratorialmente comprovadas, as quais impunham, segundo esta lógica, um “aspecto de profunda decadência orgânica”. Nada mais distante da

²⁷ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 114.

realidade que mostramos até aqui. No entanto, nesta citação encontramos um dado de grande relevância para compreendermos o quanto o mundo do trabalho suscitava diferenças sociais entre as pessoas, em relação ao sistema de saúde. É na passagem em que diz que, nos prósperos lugarejos do Acre, “os doentes, uma vez que possuam recursos pecuniários, podem procurar elementos de tratamento”.

Ou seja, somente os indivíduos que podiam pagar, tinham acesso ao médico e ao medicamento farmacêutico. No Rio Negro, esta prática prevaleceu durante o período estudado. Como nos contou Seu José Tomé de Souza – que passara sessenta, dos seus oitenta e quatro anos de vida, vivendo e trabalhando fora das sedes municipais (“no interior”, como eles dizem) –, o freguês

“dá lá o jeito deles. Com remédio do mato, e do jeito que dá. Quando o freguês deve, o patrão não liga pra sua doença: ‘Morre e não me paga o que deve’.”²⁸

Entretanto, os aviadores internos que possuíssem saldo positivo em suas contas com o aviador principal, ou aqueles que desfrutassem de sua confiança, poderiam enviar seus parentes e empregados doentes para tratamento em Manaus. Foi o caso de Miguel Baptista Porfírio, que, em sua missiva de setembro de 1891, dizia:

“Neste portador segue o meu filho João Baptista Porfírio que se acha bastante doente, espero que os amigos me prestem o seu auxílio não só no seu tratamento como n'alguma coisa que ele possa necessitar. Peço-lhe mais que o seu tratamento seja feito pelo Dr. Jonathas Pedroso.”²⁹

E Porfírio não apenas mandou o filho ser tratado na capital, como escolheu o médico que deveria cuidar dele. Sete anos mais tarde, Fachina Souza mandaria um empregado de volta para sua terra natal, no Ceará. Em correspondência à firma J. G.

²⁸ Entrevista com o Sr. José Tomé de Souza, de Barcelos, em 17/08/95 (CNB 50).

²⁹ Pasta 456, carta de Miguel Baptista Porfírio e Cia, no Barracão Vista Alegre, em 21/09/1891.

Araújo, ele pedia que fosse entregue a Raimundo da Silva, em Manaus, a quantia de dois mil contos de réis, justificando a solicitação com a informação de que este estaria doente.³⁰ A presença perene de médicos, no Rio Negro, é um dado que surge somente nas últimas décadas do século XX, exigindo, portanto, um deslocamento dos indivíduos, no mínimo, até Manaus. No entanto, conforme relata Arthur Reis,

“as remessas de enfermos para Manaus ou Belém nos ‘gaiolas’ e lanchas nem sempre surtiam efeito. Às mais das vezes os doentes faleciam em viagem e eram enterrados nos barrancos dos rios”.³¹

Se o atendimento médico-hospitalar era inexistente em 1913, oitenta anos depois era, ainda, bastante precário, tendo se originado de ações isoladas da Igreja e do Estado, entre as décadas de 50 e 60. As modificações introduzidas no decênio seguinte, quando o projeto de ocupação militar das fronteiras chegou a São Gabriel da Cachoeira, delinearum um novo tipo de intervenção. Três unidades de assistência hospitalar (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos) passaram a ser geridas e mantidas pelos governos estadual e federal, no território analisado.³² No entanto, à exceção do Hospital Militar de São Gabriel, ainda não fora possível fixar médicos nas cidades, havendo despreparo e desinformação dos outros profissionais para lidar com o particular quadro de saúde local.³³

³⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 632, carta de Fachina Souza, da Bocca do Castanho, em 16/02/1898. Em 1935, o fato se repete com a irmã de João S. Mattos Ribeiro, Jeny Ribeiro, que seguiu para Manaus, em companhia da mãe, D. Horeminda Ribeiro, em busca de tratamento médico, pois se achava “bastante doente”. O missivista diz, ainda, que “pelo motivo espero se preciso for de fornecerem a mesma o que ela necessitar e levarem a m/ debito, pelo qual antecipadamente sumamente lhes agradeço”. Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de S. João, em 10/12/1935.

³¹ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 263.

³² Ao longo de todo o trajeto, a expedição de 1995 realizou cerca de cem atendimentos clínicos emergenciais, aí incluídos os casos da Unidade Mista de Santa Isabel, ‘assumida’ pelos clínicos da expedição porque o último médico que ali havia se ‘fixado’ havia abandonado o posto há uma semana. Cf.: Fundação Oswaldo Cruz *et alli*. *Relatório*. Op. cit., p. 39; Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. Op. cit., p. 66.

³³ Fundação Oswaldo Cruz *et alli*. *Relatório*. Op. cit., p. 42.

Contudo, algumas alternativas interessantes possuem significado e eficácia mais duradoura. A formação de agentes de saúde comunitários, por exemplo, representa um maior envolvimento da sociedade com as políticas públicas, responsabilizando indivíduos, indicados pelas suas próprias comunidades, pela execução de ações primárias de saúde. Isso vem a dar cara e nome a estas ações. Assim, o agente de saúde torna-se responsável por um pequeno posto de atendimento e por uma pequena farmácia, onde se encontram, quase sempre, analgésicos e anti-maláricos fornecidos pelo governo. Esta pessoa agrega tarefas como a vacinação, alguns exames laboratoriais, e, inclusive, orientações quanto à prevenção de doenças. No contexto da vida cotidiana, que se desenrola nas comunidades visitadas, o sentido emprestado pelas populações à figura do agente de saúde é o de autoridade em saúde.

Um outro aspecto normalmente ressaltado nas avaliações de condições de saúde é o nutricional. Vale ressaltar que se trata de uma sociedade onde a vida é o próprio trabalho, e na qual, seguindo ainda o modo de organização do trabalho dos povos indígenas, são as mulheres que, geralmente, se responsabilizam pela roça, pelo rancho e pela casa. Cuidar da alimentação, então, é uma tarefa básica de subsistência e os vínculos estabelecidos tradicionalmente entre a alimentação e o processo saúde/doença sofrem esta mediação. Por outro lado, o que se come e o que se bebe influi, obviamente, no estado de saúde do indivíduo, e este conhecimento era dominado pelas populações ronegrinas, desde os saberes ancestrais nativos. Para além de conexões específicas, que possuem artes de fazer-se próprias, há interpretações vislumbrando um problema no costume alimentar usual do caboclo.

Assim, a professora Maria Madalena Gama – que já residia em São Gabriel da Cachoeira há vinte e três anos, quando foi entrevistada – foi clara ao ser indagada sobre

quais eram os principais problemas de saúde da região: “É mais diarreia, devido à alimentação”.³⁴ Ora, o alimento básico do caboclo é a mandioca, principalmente a farinha, – que acompanha o peixe ou a carne, e com a qual se faz o chibé, misturando-a à água e acrescentando um pouquinho de sal e/ou açúcar, quando há. E as roças são sempre de mandioca, embora, em alguns sítios, haja plantações de outras coisas, também, principalmente banana e feijão. A atribuição de uma conotação negativa a estes hábitos, independentemente do grau de acerto – em termos médicos – da observação, é, portanto, um dado exterior às comunidades caboclas, advindo do modo de pensar que prevaleceu no processo de construção da sociedade nacional brasileira. Isto é, a visão que se expressa na fala citada corresponde ao ponto de vista das classes dominantes, estampados no senso comum popular, no Brasil, o qual, historicamente, penetrou com mais força, no território estudado, apenas nos últimos trinta anos.

Os discursos e suas entrelinhas mostram a permanência de traços culturais importantes, como o costume de se falar em *nheengatu* (a língua geral introduzida pelo colonizador português), a prática generalizada do cultivo familiar da roça de mandioca, ou o hábito de fazer e consumir o *caxiri* (bebida fermentada, à base de mandioca) nas festas. Como diz José de Souza Martins, “há nestas persistências muita coisa parecida com cenários e modos de vida do passado: paisagens, fugas, medos, linguagem, lendas, histórias, mentalidades, classificações e diferenciações de coisas e pessoas”.³⁵ No entanto, aquilo que parece é, na realidade, “substantivamente diferente”, pois “essas formas antigas e muitas vezes arcaicas sobrevivem mediadas por outras relações sociais fundamentais”,

³⁴ Entrevista com D. Maria Madalena Gama, em São Gabriel da Cachoeira, em 05/08/1995 (CNB 02).

³⁵ Martins, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: Novais, Fernando A. (coord. Geral); Schwarcz, Lília M. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 664.

muito díspares daquelas que vigoraram no passado. Assim, “a forma pode ser a mesma, mas o significado é, no geral, inteiramente outro”.³⁶

Embora Martins esteja correto em sua assertiva, verificamos, também, transformações importantes nos modos de vida. Assim, a partir da pesquisa nas fontes, percebemos que, quando os homens partiam para os locais de extração e coleta, fora dos sítios onde residiam, eles deixavam de contar com a produção doméstica de farinha para o seu rancho cotidiano. Bom exemplo disso é a correspondência de Joaquim Gonçalves de Aguiar que pede, à firma J. G. Araújo, para lhe confirmar se eles “podem nos fornecer mensalmente 100 paneiros de farinha do Maranhão”.³⁷ Isso não quer dizer que durante o período de auge da produção de borracha natural amazônica (1890/1920) não houvesse, no Médio Rio Negro, produção de farinha, como aconteceu em outras áreas da Amazônia.³⁸ Prova disso é a carta de Simplicio R. Palmella, expedida de Barcelos, em 1899, na qual ele comunica que não necessita mais da farinha pedida, pois “aqui me arranjarei”.³⁹ Daí se depreende que não apenas existia uma contínua produção deste gênero, como ela era feita em quantidades suficientes para gerar um excedente comercializável.

Nesta época, os seringais importavam de tudo. O Sr. Domingos da Costa Soares, por exemplo, morador de Airão, no Baixo Rio Negro, solicitava, “para eu [sic] levar para o

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 636, carta de Joaquim Gonçalves de Aguiar, de Vista Alegre, em 10/10/1899. Além do avô de D. Alda, outros comerciantes internos solicitavam farinha neste período, como Eduardo Saraiva de Mello Brandão, que solicitou “15 ou 10 encapados de farinha” ao aviador principal, recomendando: “Se não trouxerem farinha queiram ter a bondade de ver se a arranjam com outra pessoa, pois não tenho nenhuma em casa” (Arquivo J. G. Araújo: Pasta 500 - Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893, carta de Eduardo Saraiva de Mello Brandão, de Barraca no Pataná, em 11/02/1893).

³⁸ Ver, por exemplo: Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit., que trabalhou, principalmente, com informações relativas aos seringais do Pará. Ver também: Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit., onde analisamos os vales dos rios Acre e Purus, nos estados, respectivamente, do Acre e Amazonas.

³⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 635, carta de Simplicio R. Palmella, de Barcelos, em 08/08/1899.

seringal”, açúcar, carne, vidros de Maravilha e arnica em garrafas.⁴⁰ Compõem esta relação, dois tipos de alimentos e dois de remédios. Por sua vez, José Alves de Oliveira enviara um pedido muito mais sofisticado, que incluía materiais de uso doméstico, tais como peças de pano, redes para dormir, conjuntos de agulhas para máquinas de costura e fósforos, além de remédio (pílulas de Capper) e alimentos: café, lombo de porco, chocolate, azeite e tripas.⁴¹ Dois anos depois, o documento (citado anteriormente) de Eduardo Saraiva de Mello Brandão recomendava num *post scriptum*: “Se levar cachaça me deixe também 1 barril”.⁴² Outros documentos, e não apenas relativos ao Rio Negro, apontam nesta mesma direção.⁴³

Carlos Chagas observou, anos mais tarde, que a alimentação dos trabalhadores no seringal comandado por Joaquim Gonçalves Aguiar, “como nos outros do Rio Negro, é principalmente constituída pela carne seca e pela farinha d’água, sendo aí subsidiário importante o peixe, sobretudo o pirarucu, abundante neste ponto do rio”.⁴⁴ Dias depois, em Laranjal, ele emitiria um rigoroso juízo de valor acerca do que vira:

“Também os seringueiros ficam nesta zona inteiramente ao desabrigo de qualquer recurso medicamentoso, em condições de vida as mais

⁴⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 452, carta de Domingos da Costa Soares, de Airão, em 02/08/1891.

⁴¹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 464, carta de José Alves de Oliveira, de Moreira, em 23/10/1891. A relação tal como aparece no documento é a seguinte: 4 peças de pano azuis; 3 peças de pano doméstico; 3 redes fio da Bahia nº 4 e 5; 10 papéis d’agulhas para máquinas Singer e Domestica; 1 lata com fósforos; 6 jardas de café Beirão; 10 caixas de pílulas de Capper; 10 latas de lombo de porco; 10 latas de chocolate; 3 latas com azeite 6 litros; 3 jardas de Sedlitz Chanteaud [sic]; 4 dúzias de cordas de tripas – primas e segundas.

⁴² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 500 - Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893, carta de Eduardo Saraiva de Mello Brandão, de Barraca no Pataná, em 11/02/1893.

⁴³ Em outra missiva, Luiz José de Faria pediu a remessa de 10 barricas de farinha de trigo; 4 baús de cachaça; e 3 meias barricas de açúcar. A inscrição “por canoa”, no alto da carta, indica o meio de transporte desta mercadoria (Arquivo J. G. Araújo: Pasta 452, carta de Luiz José de Faria, de Manacapuru, em 09/08/1891). E, ainda no mesmo mês de agosto, José Francisco Coelho, assinando como responsável pela firma Souza e Cia., de Boa Vista (no Alto Rio Branco, afluente da margem esquerda do Negro), reclamava de diferenças no cálculo de faturas referentes a 150 sacos de sal; 8 barricas de pólvora; 1 caixa de papel pequena; 2 cortes de casimira; e 1 rifle (Arquivo J. G. Araújo: Pasta 452, carta de José Francisco Coelho, de Boa Vista, em 21/08/1891).

⁴⁴ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 108.

precárias, de regra com alimentação deficientíssima, limitada à carne seca, à farinha de água e ao pirarucu”.⁴⁵

A partir dos anos 20, configurou-se um outro panorama, em relação aos padrões de consumo da população. O empobrecimento da região amazônica, a drástica diminuição da circulação monetária e a conseqüente saída de cena de inúmeros comerciantes levaram a um novo movimento de adaptação das práticas cotidianas. Fica claro que este momento teve diferentes repercussões entre as classes abastadas de comerciantes e os caboclos que vendiam sua força de trabalho, tendo revelado uma queda de padrões de vida muito mais acentuada entre os primeiros.⁴⁶ Para alguns autores, “foi nesse período que vieram amadurecendo os elementos de uma cultura e de um estilo de vida regional”.⁴⁷ Pode-se mesmo dizer que a cultura cabocla, do modo como a vivenciamos, ainda hoje, em grande parte da Amazônia, concretizou seus contornos definitivos no período que vai do final da década de 1910 até os anos 40, mais ou menos.

Duas características sobressaíram no período: de um lado, a chamada “decadência” propiciou uma “maior autonomia e margem de manobra produtiva para a população extrativista e camponesa, que retirava grande parte de seu sustento do contato direto com espaços florestais de uso comum”,⁴⁸ consolidando o padrão alimentar encontrado até hoje e que tem, na mandioca e no peixe, suas principais iguarias. Por outro, o baixo preço da borracha e dos demais produtos florestais explorados na região gerou uma restrição na circulação de dinheiro e, mesmo, na sua obtenção, havendo o que poderíamos considerar uma regressão (em termos de padrões de circulação de mercadorias) para uma espécie de

⁴⁵ Idem, p. 109.

⁴⁶ Ver: Weinstein, B. *A borracha na Amazônia*. Op. cit.; Loureiro, A. J. S. *Tempos de Esperança*. Op. cit.; Wolff, C. S. *Mulheres da floresta*. Op. cit.

⁴⁷ Ver, por exemplo: Pádua, José Augusto. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica*. Op. cit., pp. 803/804.

⁴⁸ Idem, p. 804.

“economia de trocas”, alimentada pela relativa liberdade no uso de terras para as roças familiares de subsistência e na comercialização da produção excedente.

Mesmo assim, identificamos grandes e diversificados pedidos, condizentes com os do período da “ilusão do fausto”, como este de 1940, feito por telegrama, solicitando que a firma J. G. despachasse, de Manaus, pelo “vapor [de] janeiro [as] mercadorias seguintes: 10 sacas de sal; 5 caixas Brahma; 5 caixas cachaça Papafogo; uma caixa Quinado Gernada; 1/2 cx. álcool; 3 cx. Querozene [sic]; 1/2 cx cebolas; 1 arroba tabaco; 50 kg charque; 2 barricas bolacha Amazonas; 1 de rosca Barão; 2 latas biscoito Maria [sic]; 8 kg caba; 50 maços de fósforos; 1 saca café Muka; 3 sacos açúcar; 2 sacos milho; 4 milheiros cigarro Vitor; 2 de Margarida; Dois de Helmo [sic]; 1 cx. Cornerbeef; 1 Leal Santos; 25 latas lombo porco; 25 de goiabada; 20 de manteiga; 25 latas chocolate 1/2 kg em pó; 1 lata bombom; 1 dz. terçados 127 Tubarão; 2 dz. facas domésticas 6 e 7 pol.; 12 panelas sortidas; 3 kg linha espinhel; 100 anzóis n. 3; 1 lata de agulhas Garibaldi; 1 groza [sic] linha; 6 cx. botões Jarina; 2 talonários segunda via; 1 livro conta corrente 200 fls.; 4 peças brim Jofre; 3 ditas brim regular cor; uma pano azul; 2 mescla; 4 chetone; 2 zefir; 3 morim; 1 chapéu massa preto n. 56 ate 35\$000 [trinta e cinco mil réis].⁴⁹ Este quadro, de modo geral, no Rio Negro, não se alterou até os anos 70, entre a classe de comerciantes. Por outro lado, corroborando a hipótese de que entre os trabalhadores extrativistas o padrão de consumo era bem mais simples, temos o depoimento de Seu Nilson, comparando a alimentação a que ele teve acesso no tempo em que era criança, e em 1995:

“Não senhor. No tempo da borracha, ninguém usava estas coisas. O alimento do caboclo do interior era apenas o peixe com água e sal, nada mais. Hoje, as coisas estão mais adiantadas, então, aqui, o pessoal já

⁴⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta sem código, telegrama (Dep. de Correios Telégrafos) de Heráclito Lima, de São Gabriel, em 17/12/1940.

consome um arrozinho, um café, açúcar. Naquele tempo, tomava um café assim, quando tinha reunião. Só em festa, só em festa que o pessoal tomava algum café. Mas hoje há mais facilidade para nós, então se consome esses alimentos agora. O leite, o café.”⁵⁰

Através desta fala é possível datar uma modificação na conjuntura econômica para as classes trabalhadoras. Foi somente quando o Projeto Calha Norte passou a ser implementado, concretamente, como parte das estratégias constantes do contexto da doutrina de segurança nacional dos governos militares pós-64 brasileiros, que as transformações se aceleraram. Tendo em São Gabriel da Cachoeira um de seus pilares principais, este projeto oficial iniciou uma espécie de transição para uma modernidade estreitamente vinculada à sociedade industrial e urbana brasileira. As transformações que se instauraram, desde então, no cotidiano daquela gente vêm exercendo pressões sobre hábitos, costumes e tradições, sobre modos de viver e de produzir. Essa movimentação sociocultural incorre em situações novas e dinâmicas, que geram novos agravos à condição de saúde. Assim, se no tempo em que Seu Nilson era criança “o alimento do caboclo do interior era apenas o peixe com água e sal”, acrescido da farinha, obviamente, na década de noventa a dieta se modificara, como se depreende deste diálogo com D. Alda:

“O que come um desses seus fregueses, lá dentro do piaçaval, todo dia?

Para dizer ao certo, o que Deus dá. Porque ele não cria... Ele leva um pequeno rancho, um café, um açúcar, um arroz, um feijão. Ele adora um feijão, mas sabe o que acontece, ele não gosta de cozinhar feijão. Acha que gasta muito carvão, gasta muita lenha e perde muito tempo. Eles caçam, pescam, para poderem sobreviver no trabalho”.⁵¹

⁵⁰ Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

⁵¹ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

O depoimento de Seu Francisco, apresentado no final do capítulo anterior, aponta para a dimensão mais dura do cotidiano dos caboclos pobres, a qual ainda era visível no final do século XX. Relembrando, ele dizia que:

“eles [o pessoal que ainda vive na mata] pegam o rancho do patrão, se metem na mata, quando é no final, que eles terminam o rancho, às vezes eles adoecem, ou então, ele vai para algum local que não tem algum produto, ele volta quando chega, o produto que ele conseguiu tirar não dá pra pagar o rancho que ele levou”.⁵²

Embora, evidentemente, o trabalho mais pesado, dentro da cadeia produtiva da indústria extrativista, estivesse a cargo deste segmento social, entre os aviadores internos – pequenos ou grandes comerciantes – não reinava uma atmosfera de ócio. Principalmente após o período de auge, e na mesma medida em que caíam os preços dos produtos da floresta, os membros da família eram recrutados para tarefas produtivas.⁵³ A partir dos dados difusos que conseguimos reunir, nas fontes analisadas, foi possível observar uma certa distinção entre o modelo familiar dos grupos de comerciantes, principalmente aqueles que descendem diretamente dos portugueses, e um outro, preponderante entre as classes populares. Para as comunidades rionegrinas, a imbricação dos processos familiares com as atividades produtivas é total. Independentemente da classe ou da situação social, as tarefas domésticas apresentaram-se, sempre, como imprescindíveis à manutenção e à reprodução do grupo familiar. Isto indica uma tendência à movimentação de todo o grupo, fato justificado por um suposto aumento da produtividade nas tarefas em decorrência do auxílio de pessoas da família, tanto do ponto de vista da manutenção física dos trabalhadores,

⁵² Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira. Op. cit.

⁵³ Utilizando a conceituação proposta por Carlos Teixeira, estas tarefas produtivas incluíam tanto a geração de meios de vida (o cuidado com a roça ou a produção de farinha, por exemplo), quanto as atividades típicas da produção (como a defumação das gomas coletadas ou o auxílio na amarração das fibras, por exemplo). Ver: Teixeira, C. C. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Op. cit., p. 152.

quanto da execução de pequenos serviços secundários, porém básicos, para um bom desempenho econômico.⁵⁴ Na casa de D. Alda, por exemplo, já por volta dos anos quarenta, todos estavam envolvidos nessas ações:

“Cada qual saía para os seus afazeres. Meu pai trabalhava muito no campo. Seis horas ele já estava no campo, com o terçado, foice, o alvião... E nós, eu, até treze anos, eu tinha a minha irmã, eu sou gêmea. Quando era seis, seis e meia, sete horas, nós levávamos a bandeja com o café da manhã para o meu pai, no campo. Quando nós chegávamos lá e deixávamos a bandeja, a gente já tinha tomado o nosso. Ele dizia: ‘Bem, vou tomar o meu café, e vocês vão juntar o capim’, que a nossa tarefa era aquela. Nós juntávamos o capim com o ancinho até terminar, e ele acabava de tomar o café, e a gente voltava com a bandeja prá casa. Nove horas, nós íamos levar a merenda prá ele lá, e fazer a mesma tarefa. Quando era dez e meia, onze horas, a gente já voltava, e trazia um cajuzinho na mão, quando tinha. Já vinha para tomar banho. É muito gostoso, a gente sentar, tomar uma merenda, numa sombra, no campo, é muito delicioso.”⁵⁵

Vale lembrar que ela era herdeira, pelo lado materno, de um dos principais patrões do Rio Negro, e que seu próprio pai era, também, um patrão. Somente por isso, ele realizava suas tarefas tão próximas de casa, o que permitia às filhas levar-lhe o lanche e o auxiliarem. Os locais onde os patrões fixavam suas residências dispunham, normalmente, de ampla área plana cultivável no seu entorno. Vejamos a descrição feita por Carlos Chagas, duas décadas antes do tempo de infância de D. Alda, da residência que encontrou em Laranjal:

“É esta residência muito confortável, sem dúvida, a melhor que a Comissão viu no interior do Amazonas. (...) Ocupa-se o proprietário com a exploração de

⁵⁴ Ver: Entrevista com o Sr. Maurício Menezes. Op. cit.

⁵⁵ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

borracha em seringais situados em rios afluentes do Negro, e no Laranjal trata de agricultura e de criação”.⁵⁶

As famílias das classes dominantes locais estruturavam-se de forma “próxima aos padrões patriarcais” – como bem salientaram Mello & Novaes, desde a citação de Antonio Candido.⁵⁷ Centradas no núcleo conjugal principal – constituído pelo patriarca, sua esposa e os filhos –, seus perfis abarcavam, ainda, parentes próximos – tais como os genros, noras e, às vezes, irmãos e cunhados –, além de alguns agregados – no mais das vezes, empregados não aparentados que desempenhavam as atividades administrativas do extrativismo. É interessante, contudo, ressaltar que esses núcleos familiares constituíram-se, originalmente, desde relacionamentos estáveis entre os homens que comandavam o comércio dos produtos extraídos na região e mulheres descendentes dos numerosos grupos indígenas locais. Carlos Chagas, em 1913, já percebera este fato, observando ainda, que “as crianças, filhas de gentias e por elas educadas, primeiro aprendem e usam de preferência a língua materna [o *nheengatu* ou língua geral]”.⁵⁸

Em seu relatório, o cientista destacava, em relação às classes que empenhavam seu trabalho concreto no corte e coleta dos produtos extrativos, que os trabalhadores do Baixo Rio Negro residiam “muitos deles para cima, aquém e além de São Gabriel”.⁵⁹ Assim, como vimos anteriormente, o engajamento na indústria do extrativismo representava, no território estudado, longos deslocamentos, que levavam, às vezes, quatro dias ou mais. Os caboclos saíam da sua área de habitação, dos seus sítios, para trabalhar na extração, e, uma

⁵⁶ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 108.

⁵⁷ Antonio Candido. Apud: Mello, J. M. C. de; Novaes, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Novaes, F. (coord. geral) e Schwarcz, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 576. A noção de “família patriarcal” que empregamos compreende o modelo familiar como uma permanência colonial, a qual reflete hábitos cotidianos, métodos de trabalho, além da própria relação entre o povo e o poder público, vigentes no Brasil até meados do século XX, para ficarmos com a periodização proposta por Mello & Novaes (Op. cit.).

⁵⁸ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 112.

⁵⁹ Idem, p. 110.

vez lá, cumpriam uma rotina determinada pelas tarefas que tinham que desempenhar. Quase todos os relatos acerca das condições do trabalho extrativista reportam a necessidade de o freguês se embrenhar nas áreas de produção por quatro ou cinco meses de dura labuta, ou seja, durante todo o período necessário para satisfazer a expectativa de produção acordada com o patrão no momento do aviamento.⁶⁰ Para Eduardo Galvão, ao longo do tempo, os núcleos tribais tenderam “a fragmentar-se em centros de população mista, ou a rarefazer-se nos chamados ‘sítios’, mantidos e ocupados por um grupo doméstico”.⁶¹ Ele percebeu, ainda, que, na década de 1950,

“a participação cada vez mais imperativa de indivíduos nas várias formas de atividade econômica regional, sobretudo na indústria extrativa, leva à dispersão dos *sibs* e à quebra de padrões de solidariedade entre membros do mesmo grupo de parentesco”.⁶²

As anotações do Major Boanerges de Souza, referentes ao ano de 1928, apontam neste mesmo sentido, como se depreende da informação de que no dia quatro de setembro ele verificara a existência, em Tauapessaçu, de uma dúzia de casas “e população inferior a 100 almas”.⁶³ Percebe-se, então, que o modelo familiar destas classes sociais, desde a forma de habitar, até as práticas que lhe são concernentes – como os casamentos (acima destacados) ou a divisão das tarefas produtivas – mantém fortes nexos com o seu passado

⁶⁰ Ver, por exemplo: Entrevista com o Sr. Alberto Araújo. Op. cit.; Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.; Entrevista com o Sr. Maurício Menezes. Op. cit.

⁶¹ Galvão, Eduardo. Encontro de sociedades. Op. cit., p. 265.

⁶² Galvão, E. Aculturação. Op. cit., p. 175. O autor cita o exemplo da comunidade de Campina, na qual “estão reunidos vários *sibs* Baniwa, Pirátapiuas, Tariana e Tukano. As regras exogâmicas que aí prevalecem, transferiram-se dos *sibs* para as tribos, isto é, um Baniwa evita cônjuge de *sibs* dessa tribo, preferindo um que seja de descendência Tariana ou Tukano” (p. 174). Ele afirma, ainda, que este processo já havia sido identificado em meados do século XIX, na expedição de Alfred Wallace (ibidem).

⁶³ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco*. Op. cit., p. 13.

histórico, ou seja, com os modos de viver autóctones.⁶⁴ Forjado pela assimilação e pela adaptação dos elementos do cotidiano presentes nas relações entre as pessoas, na organização sócio-produtiva da comunidade e nas tradicionais maneiras de viver dos grupos envolvidos, este modelo foi se consolidando nos núcleos de ocupação humana do Médio Rio Negro, encontrados em 1995. Nesta ocasião, encontramos, na já conhecida Massarabi, a comunidade de descendentes de Baré capitaneada pelo Seu Nilson, a qual contava cerca de vinte casas, nas quais sessenta e dois habitantes viviam, basicamente, da produção agrícola local.⁶⁵

Em 1913, as habitações dos trabalhadores, avistadas por Carlos Chagas, se lhe afiguravam como de extrema precariedade:

“É desolador o que se observa nas residências dos seringueiros do Rio Negro: pequenas palhoças despidas de qualquer conforto, nelas vivendo grande número de indivíduos na maior promiscuidade”.⁶⁶

Certamente, estas observações estavam impregnadas por

“uma posição etnocentrista que supunha a superioridade racial do branco e que atribuía, em última análise, ao próprio índio, racialmente inferior, a responsabilidade por sua condição”.⁶⁷

⁶⁴ Galvão verificou, em relação a alguns grupos Baniwa, que os homens adultos deslocavam-se, durante o ano, para as áreas de produção, “e somente as mulheres e os mais jovens permanecem [nos sítios] para a colheita da mandioca” (Galvão, Eduardo. *Índios e brancos na Amazônia brasileira*. Op. cit., pp. 286/287). Esta prática coaduna-se ao cotidiano das aldeias tradicionais, onde os homens adultos são os responsáveis pela provisão da comunidade, ficando a cargo das mulheres e dos jovens curumins e cunhãs as tarefas cotidianas de manutenção da aldeia.

⁶⁵ Ver: Martinez, Flor. *Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas* (Diário de viagem). Manaus: 1995 (dig.); Santos, Fernando S. D. *et alli. Revisitando a Amazônia*. Op. cit.; Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit.

⁶⁶ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 106.

⁶⁷ Thielen, E. V. *et alli. A ciência a caminho da roça*. Op. cit., p. 120. Apesar desta crítica, o texto exalta uma (in)certa “neutralidade científica do pesquisador”, a qual “cedia lugar à indignação moral do higienista”, diante do “quadro com que se deparavam” os membros da expedição comandada por Carlos Chagas (*ibidem*).

As fotografias legadas por esta expedição mostram,⁶⁸ contudo, habitações compatíveis com as descrições apresentadas por Galvão, nas quais alerta para o fato de que, à época de sua visita etnográfica (1955), “a moderna habitação” não se distanciava muito, “em sua estrutura e forma”, das malocas tradicionais.⁶⁹ O etnólogo enfatiza, ainda, uma mudança radical quanto à ocupação das novas moradias, as quais, “ao invés de uma linhagem de 100 ou mais indivíduos” passaram a abrigar “uma família simples, isto é, homem mulher, filhos e eventualmente, alguns agregados”.⁷⁰ Galvão apontou, de maneira detalhada, quais os materiais usados pela população rural, não-indígena, nas suas habitações:

“predominam a palha de ubim, caranã ou injá, a paxiúba, os amarrilhos de envira e cipós; as redes de dormir, de fabricação caseira, usando o algodão e o tucum; os utensílios domésticos como o pilão, as cabaças e cuias, o ralador de mandioca, o tipiti para espremer a massa, as peneiras e balaios; os aturás e jamaxins para o transporte às costas de cargas; as armadilhas de caça e de pesca; as técnicas de roça e plantas de cultivo, com predomínio da mandioca; os hábitos de alimentação na base de beiju e de farinha de mandioca, o peixe moqueado, o piracuí ou farinha de peixe, o tucupí, a quinhampira, o arubé, a juquitaia, bebidas fermentadas como o caxiri, festa e danças do dabacuri e jurupari, crenças nos maíuas, seres 'encantados', o tratamento das doenças pelos matauari-sara e pajés, são parte da herança tribal, sempre avivada pelos índios que continuam a descer da maloca para o sítio.”⁷¹

Quarenta anos mais tarde, o antropólogo Sérgio Braga pôde, também, perceber a presença de elementos pertencentes ao conjunto de conhecimentos tradicionais, desenvolvidos pelas etnias do Alto Rio Negro, acerca das matérias-primas e das técnicas de

⁶⁸ Idem. Ver, principalmente, pp. 126,127 e 131

⁶⁹ Galvão, E. *Aculturação*. Op. cit., p. 169.

⁷⁰ Idem, p. 170.

⁷¹ Idem, p. 138.

uso que lhes são pertinentes, as quais têm sido empregadas pelos caboclos da região. São exemplos deste saber as habitações construídas com paredes de barro e cobertas com palhas de caraná trançadas.⁷² Entretanto, a paisagem já apresentava, nesta época, os sinais da transfiguração étnica que veio se processando num tempo de longa duração. Ambrósio Arantes Viana vivenciou estas transformações, ao longo dos seus trinta e três anos de vida na comunidade São Luís, e, ao ser indagado sobre elas, destacou o fato de que, embora o número de casas permanecesse igual, algumas delas já não possuíam as tradicionais coberturas de palha, substituídas por reluzentes telhas de zinco.⁷³

No caso das residências dos aviadores internos, onde as modificações no padrão de vida talvez tenham sido mais notáveis, vemos que, em fins do século XIX, a casa aviadora de J. G. Araújo registrara as encomendas de quatro mil telhas para Hipólito Luiz de Moraes e de três mil telhas para Raimundo Martiniano Nunes.⁷⁴ Outras quinhentas foram solicitadas por Braz Ribeiro X. Soares, que justificava seu pedido informando que desejava “mandar alguns fregueses para o cacau que dizem haver bastante no Rio Branco”.⁷⁵ Esta informação nos leva a supor que os trapiches, onde seriam armazenados os produtos coletados, eram, algumas vezes, cobertos por telhas, e não por palhas.⁷⁶ Carlos Chagas, por sua vez, observou que as moradas dos comerciantes do Médio Rio Negro diferiam das demais vistas por ele no interior da Amazônia:

“É curioso referir que as casas e moradas dessas
altas regiões do Rio Negro, apesar das grandes

⁷² Braga, Sérgio Ivan Gil. *Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas* (Relatório de Antropologia). Manaus: 1995 (dig.).

⁷³ Respostas do Sr. Ambrósio Arantes Viana ao questionário “Percepção da população”. Op. cit.

⁷⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 503, carta de Souza Filho & Cia., Barcelos, 15/02/1893.

⁷⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 502, carta de Braz Ribeiro X. Soares, Airão, 14/02/1893.

⁷⁶ Há uma outra referência, neste acervo, que acentua esta hipótese. Trata-se do (já citado) documento Castanhais e Terrenos no Rio Branco, em 1932 (Arquivo J. G. Araújo: pasta 06), o qual reporta a presença, em um terreno de 2.500 m², localizado em Caracará, de “uma casa de taipa coberta de telhas de zinco e de palha, com 42 palmos de frente por 100 ditos de fundos”.

dificuldades de transporte, são construídas com tijolos, cobertas de telhas, de regra assoalhadas etc., apresentando conforto sem dúvida maior do que as residências de rios mais ricos como o Purus, o Juruá e o Acre”.⁷⁷

Ele informa, ainda, que, em São José – “uma das situações mais prósperas do rio Negro em sua parte alta” – encontrara “uma confortável residência”.⁷⁸ Este dado foi ratificado posteriormente pelo Major Boanerges, que, nesta localidade “outrora florescente”, relatou ter encontrado “uma casa de alvenaria e três barracões”.⁷⁹ Em 1995, contudo, D. Maria de Nazareth Ferreira – que nascera naquela localidade em 1943 e ainda vivera na casa antiga – nos deixava o seguinte testemunho, ao percorrer as ruínas que restaram da casa (basicamente os alicerces e alguns pedaços de parede, os quais demarcavam claramente a divisão dos espaços internos):

“Meu quarto era aí, nesse canto aí. Meu quarto... Aqui tinha uma sala de visita. Daqui outra, ali tinha outro quarto e pra lá um corredor. Pra lá, pra trás, ficava uma... onde era a cozinha”.⁸⁰

Segundo ela, no seu tempo de criança “o sítio era todo limpo. Tinha muita gente. Tinha uma escola, as crianças estudavam... Minha tia era professora...”. Moravam ali

“só mesmo meu pai, minha vó, minha tia, meu tio, dois irmãos e eu. (...) Aqui era só a gente que trabalhava. Dali pro lado de baixo, eram outros que trabalhavam. Prá cima também eram outros. Os vizinhos lá de cima que trabalhavam”.⁸¹

D. Maria morava, à época em que colhemos sua narrativa, na construção de taipa que servira como escola (aquela mesma, à qual ela se referira), e onde, como relatou o

⁷⁷ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 113.

⁷⁸ Idem, p. 111.

⁷⁹ Souza, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco*. Op. cit., p. 18.

⁸⁰ Entrevista com D. Maria de Nazareth Ferreira, em São José, 17/08/1995 (CNB 26).

⁸¹ Idem.

cronista, “em um canto da sala de chão de terra, as crianças brincavam no quadro-negro da velha escola, ainda pendurado na parede da casa”.⁸²

Ao observarmos a ocorrência de uma perda da qualidade habitacional, entre as famílias dos patrões do Médio Rio Negro, ao longo do século XX, estamos caracterizando, ao mesmo tempo, a verificação de uma equivalente queda do padrão de consumo deste mesmo segmento. Analisando os itens utilizados pela população da seção baixa do rio, no período de auge da borracha, Victor Leonardi percebeu que, a partir de 1885, os comerciantes estabelecidos em Airão não encomendavam mais à firma J. G. Araújo, de Manaus, “apenas produtos ligados à sobrevivência na selva”,⁸³ passando a constar desta pauta os produtos referentes aos “novos hábitos alimentares e de consumo introduzidos pelos recém-chegados”, incluindo, entre estes, alguns comerciantes portugueses.⁸⁴

Fogões à lenha, construídos de barro, com painéis de ferro e utensílios artesanais de cipó, de barro e de madeira; este era um cenário típico de uma cozinha cabocla de qualquer das comunidades visitadas em 1995. A farinha, ingrediente principal da culinária local, era produzida ali mesmo, assim como quase todos os objetos da cozinha. O peixe ainda podia ser obtido nas cercanias, como nos informou Seu Ramiro, de São José: “Peixe tem sempre. Toda qualidade de peixe: pescado, aracu, piraíba, tucunaré, piranha... Todo tipo de peixe”.⁸⁵ Contudo, Seu Nilson, de Massarabi, que vive mais perto de Manaus, tem outra opinião:

“Hoje, tanto faz o peixe como a caça: os caçadores perseguem a caça e os pescadores o peixe.

⁸² Santos, Fernando S. Dumas dos *et alli*. *Revisitando a Amazônia*. Op. cit., p. 54.

⁸³ Leonardi, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Op. cit., p. 133.

⁸⁴ Idem, p. 134.

⁸⁵ Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes. Op. cit. Seu Ramiro vinha a ser marido de D. Maria de Nazareth Ferreira.

Então vem sendo mais dificultoso para a gente arrumar o que comer aqui no interior”.⁸⁶

Não havia aparelhos elétricos: nenhum liquidificador, nenhuma batedeira; geladeira, nem pensar. Às vezes, algum enlatado, mas coisas como geléias e gelatinas, manteiga, pão fresco, refrigerantes e refrescos, gêneros tão comuns que hoje são praticamente essenciais para os grupos urbanos, não são usados e, às vezes, nem conhecidos pelos habitantes do rio Negro. Até por isso, a produção de lixo inorgânico é próxima de zero.⁸⁷

A partir das informações obtidas *in loco* e da coleta de exemplares da cultura material das populações visitadas no final do século XX, também foi possível reconhecer os saberes autóctones dos povos nativos da floresta nos utensílios domésticos, em grande parte envolvidos no processamento da farinha de mandioca, como o tipiti, o aturá, o cumatá e os abanos, trançados com fibras vegetais como o arumã.⁸⁸ Entretanto, mesmo nesses itens já eram visíveis as adaptações e assimilações perpetradas pelas comunidades rurais visitadas, na sua cultura material, as quais foram ocasionadas pela crescente incorporação de valores urbanos, difundidos a partir de um contato mais estreito com as cidades. São exemplos desta dinâmica cultural, a substituição da cerâmica, por utensílios domésticos feitos de

⁸⁶ Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz. Op. cit. Esta opinião é compartilhada por outros entrevistados, entre eles, ver: Respostas do Sr. Laurentino Moura Bruno ao questionário “Percepção da população sobre suas condições de vida, de saúde, de saneamento e meio ambiente”. Ilha do Pinto, em 17/08/1995; Respostas do Sr. Ambrósio Arantes Vianna ao questionário “Percepção da população”. Op. cit.; Respostas do Sr. Hilton Guilherme da Silva ao questionário “Percepção da população”. Op. cit.; Respostas da Sra. Dacir da Costa Mendes ao questionário “Percepção da população”. Op. cit.

⁸⁷ Apesar disso, em pesquisa realizada no ano de 1997, o antropólogo Renato Athias percebeu que havia “contaminação do solo e das fontes hídricas, importantes veículos das afecções gastrointestinais que continuam a assolar essas populações”. Segundo Victor Leonardi, Athias atribui o surgimento de “problemas de saneamento extremamente preocupantes nas comunidades indígenas que se tornaram sedentárias”, à criação de animais em moldes inadequados – “reservatórios em potencial de diversos agentes patogênicos” – aliada a uma destinação equivocada do lixo e dos dejetos humanos (Leonardi, Victor P. de B. *Fronteiras Amazônicas do Brasil*. Op. cit., p. 101). Mesmo se considerarmos as grandes diferenças ainda existentes entre o modo de vida praticado nas aldeias e aquele desenvolvido entre as populações caboclas, estas observações traçam um quadro preocupante para toda a região.

⁸⁸ Braga, S. I. G. *Relatório de Antropologia*. Op. cit.

alumínio, o uso das telhas de zinco e a disseminação da adaptação de motores de rabeta ou de popa em embarcações feitas em tronco escavado de itaúba.⁸⁹

2 – O universo da cura

A busca por uma terapêutica capaz de vencer as forças naturais do ambiente amazônico mobilizou, ao longo do século XX, os setores da elite intelectual brasileira que se preocuparam com o problema. Analisando o relatório deixado por Carlos Chagas, quatro décadas depois do cientista de Manguinhos ter visitado a Amazônia, Arthur Reis não apenas concordava com o quadro descrito, como considerava “natural” não haver médicos, nem farmacêuticos, “no seringal”, exaltando, ainda, o abandono, a que estavam relegados os trabalhadores extrativistas, entregues aos cuidados dos patrões, pois somente “nos barracões havia sempre estoques de ‘café beirão’, que os seringueiros usavam nos momentos de sofrimento, e outros medicamentos que se julgavam apropriados para a cura daqueles males”.⁹⁰ Entretanto, trilhando o caminho comum a essa vertente historiográfica, ele vem, a seguir, enaltecer, por um lado, a capacidade de superação dos caboclos (e dos nordestinos que migraram para a Amazônia), e, por outro, a capacidade que a floresta tinha de fornecer, ela mesma, as substâncias curativas dos males que ali se apresentassem. Neste sentido, ele afirma que:

“tanto o caboclo como o nordestino possuíam, contudo, seus usos e costumes para o tratamento de seus males. O curandeirismo a que se haviam habituado,

⁸⁹ Idem. O chamado “motor de rabeta” – uma espécie de motor de popa que possui como característica a fixação da hélice num eixo alongado que pode ser movimentado para cima e para baixo conforme a profundidade do rio – já era conhecido no princípio do século XX. A expedição de Carlos Chagas utilizou-os para subir as cachoeiras do Rio Negro, entre Camanaus e São Gabriel. O cientista se referiu a ele com o termo “motogodile” (Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 111).

⁹⁰ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 263. O “café beirão” fazia parte do pedido, por exemplo, de José Alves de Oliveira, que, como vimos na nota 41 deste capítulo, encomendara seis jardas do produto (Arquivo J. G. Araújo: Pasta 464, carta de José Alves de Oliveira, de Moreira, em 23/10/1891).

valendo-se da ciência dos pajés e do que a experiência lhes ensinava, não deixou de existir nos seringais. A flora e a fauna regionais, ricas, de acesso imediato, facilitavam a preparação das ‘mezinhas’. Em todos os seringais, quando os seringueiros, de si mesmos não providenciavam, à luz do que sabiam, do uso de suas drogas e beberagens drásticas, entravam em função os curandeiros que desfrutavam, assim, de um prestígio particular e muito natural. Foram, é certo, os responsáveis, vezes e vezes, pelo aumento dos índices de mortalidade. Nem por isso, no entanto, deixaram de ser chamados, ouvidos e obedecidos nas indicações e nos tratamentos que fixaram”.⁹¹

O panorama histórico dos costumes populares acerca dos sistemas terapêuticos vigentes na Amazônia, traçado acima, possui, também, especificidades vinculadas aos processos transcorridos nos diferentes territórios amazônicos. No Médio Rio Negro, tanto a tradição de uso de plantas medicinais, quanto as práticas de cura, mostram-se bastante enraizadas. Ambas têm nas figuras dos rezadores e curandeiros seus principais artífices. Lá, estes saberes se configuraram, por um lado, como uma resistência cultural aos costumes introduzidos no bojo da transfiguração étnica pela qual todos passaram, e, por outro, como uma resposta ao abandono a que estas populações foram relegadas pelos poderes públicos brasileiros. Parece-me, portanto, correto afirmar, neste caso, que “a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura”, e que “essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas etc.”.⁹²

Dada a aproximação com rituais e crenças religiosos, temas como “saúde”, “cura”, “doença”, entre outros, exacerbam, então, as características das persistências históricas, levando nossos narradores a explicitá-las. Os sistemas tradicionais de cura representam um importante ponto de encontro entre permanências e rupturas culturais, estabelecidas no

⁹¹ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., pp. 263/264.

⁹² Thompson, E. P. *Costumes em comum*. Op. cit., p. 288.

entrecruzamento das principais matrizes étnicas presentes no processo histórico transcorrido no território, que surge, aqui, como uma “variante da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciada por coloridos dos índios americanos e dos negros africanos”.⁹³ Neste contexto, o conhecimento terapêutico autóctone viu-se frente à chegada de outros saberes, oriundos da medicina ocidental, obrigando-os a assimilar e adaptar práticas que lhes permitiram resistir à avassaladora pressão. Acostumadas a enfrentar, com seus próprios recursos, enfermidades que, às vezes desconheciam, nossos caboclos criaram novas técnicas de uso, descobrindo, muitas vezes, novas finalidades para plantas e procedimentos terapêuticos que já conheciam, na medida em que os dados iam sendo incluídos no seu dia a dia. Os saberes sistematizados consolidaram-se em seus costumes, destacando-se, o uso dos “remédios do mato”, como um de seus traços mais marcantes.

Em princípios do século XX, Carlos Chagas já havia percebido que os trabalhadores extrativistas, observados por ele, buscavam tratamento em expressões terapêuticas locais:

“Entre os gentios, especialmente, a moléstia só é tratada pela prática de feitiçarias, repugnando-lhes o uso de medicamentos, de cuja eficácia descrêem. E, aliás, têm os gentios para isso fundas razões, uma vez que são assistidos na moléstia pelos patrões seringueiros, inteiramente alheios às fáceis noções de tratamento da malária, guiando-se pelas indicações de anúncios de jornais ou orientados pelas falsas doutrinas de curandeiro”.⁹⁴

Destacam-se, neste depoimento, dois pontos importantes acerca da saúde dos habitantes do Rio Negro: o primeiro diz respeito à ausência de representantes da medicina ocidental, fato que, para o cientista, justificaria o recurso de tratar das enfermidades “pela

⁹³ Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*. Op. cit, p. 20.

⁹⁴ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., pp. 114/115.

prática de feitiçarias”. Em nenhum momento Chagas apoiou este tipo de iniciativa, embora, nesta passagem, demonstre uma certa compreensão da permanência de valores culturais autóctones como dominantes na região. O segundo ponto se refere à observação de que “os padrões seringueiros” eram, também, “orientados pelas falsas doutrinas de curandeiro”, o que demonstra a penetração das práticas terapêuticas populares regionais inclusive no cotidiano daquelas classes dominantes. Vale destacar, ainda, que o foco nosológico principal da Comissão era a malária, denominada por Oswaldo Cruz de “duende do Amazonas”, sendo esta, portanto a principal endemia a observar e obliterar.⁹⁵

Oitenta anos depois, pudemos constatar que a medicina ocidental fincara raízes institucionais na região. Entretanto, o discurso oficial, em relação às práticas terapêuticas costumeiras, permanecia idêntico, como se pode depreender da entrevista realizada com a enfermeira Janete de Souza, Secretária Municipal de Saúde de Santa Isabel em 1995, que vivenciava, na época, uma situação de conflito cultural. Para ela, no município, era

“boa a condição de saúde, embora que a população seja bastante supersticiosa. Eles preferem ainda cuidar das crianças em casa, dar todos os cuidados, rezas, benzeduras, isso devido a uma população indígena, ainda. Eles têm aquela cultura, primeiro em casa; já no fim, quando não tem jeito na casa, vai para o hospital. Ainda há muita superstição em relação a soro, medicamento, injeção. Muitos acham que o soro mata. Outros acham que a injeção faz mal, não é bom. Então, é muito difícil mudar a cabeça dessas pessoas”.⁹⁶

O apego às tradições de cura nativas e a confiança já estabelecida nestes saberes e práticas chega a incomodar as autoridades responsáveis pela saúde pública, porque, em

⁹⁵ Idem, p. 50. A expressão literal, usada por Oswaldo Cruz na apresentação do relatório da Comissão comandada por Carlos Chagas ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, foi: “O duende do Amazonas é o impaludismo”.

⁹⁶ Entrevista com Janete de Souza, em Santa Isabel, 20/08/1995 (CNB 31).

caso de enfermidade, o povo normalmente procura primeiro um rezador ou benzedor. Se este tratamento não resolver, aí eles vão procurar o atendimento em um hospital ou posto médico. Aquilo que a enfermeira Janete, representante oficial do sistema oficial de saúde pública em Santa Isabel, chamou de superstição é, em realidade, uma dimensão característica da cultura popular local, completamente arraigada nas concepções de vida ali dominantes. É importante perceber que os costumes dominantes não se coadunam completamente às práticas que prevalecem entre as classes dominantes. Assim, nossa conhecida D. Alda, que incorporava também a função de agente de saúde da comunidade do Tapereira, não tinha dúvidas sobre a origem dos males que afligiam os que estavam sob seus cuidados no final do século XX:

“Eles têm curandeiro, sim. Eles gostam de curandeiro. Eles procuram primeiro o curandeiro. Como agora. Ontem eu estive no posto, eu passei lá com eles tudinho: 'Não tem, não. Não tem ninguém doente, não senhora.' E quando foram agora, lá, disseram que tem, desde ontem, duas crianças com febre. Eles não gostam de furar o dedinho para tirar o sangue e fazer a lâmina, e mandar para o laboratório em Santa Isabel. Primeiro eles vão com o curandeiro. Eles gostam de curandeiro e não deixam esse costume, por mais que eu explique que o curandeiro não faz nada. Mas não tem jeito, gostam”.⁹⁷

A avaliação simplória de todo um processo histórico decorre, de um lado, da inobservância de que a cultura, a mentalidade, enfim, a “cabeça dessas pessoas” – como disse Janete – estão em um movimento acelerado, não inercial, mas descontínuo; cheio de avanços e recuos, de resistências reforçadas ou vencidas, e com múltiplas direções. De qualquer forma, estão mudando. Em relação à saúde, estão incorporando saberes, técnicas e práticas que lhes eram completamente estranhos, não inspirando confiança nem nos

⁹⁷ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

procedimentos, nem nos protagonistas destes conhecimentos. Em seu argumento, Janete mostra uma percepção da fortíssima influência das culturas nativas sobre o modo de vida caboclo no Rio Negro de hoje (segundo ela, esse quadro ocorre “devido a uma população indígena, ainda”).

Todavia, ao desconsiderar a importância dos cuidados caseiros, das rezas e das benzeduras no modo de vida caboclo, ou ao qualificar de superstição o fato de que “muitos acham que o soro mata”, Janete distanciava-se cada vez mais da realidade popular de seu município. Seu julgamento apenas reforçava a aura positivista que circunda a concepção de ciência apresentada sistematicamente à população, ao desvalorizar os cuidados caseiros, as rezas e as benzeduras, ou ao qualificar de superstição o fato de que “muitos acham que o soro mata”. Ainda assim, para a Secretária Municipal de Saúde, “é boa a condição de saúde” em Santa Isabel. A mesma leitura pode ser feita em relação ao que disse D. Alda Aguiar:

“No Tapereira, a saúde não melhora porque o pessoal é um pouco teimoso, e eles são... e eles não têm aquela coisa que a gente ensina a ter, higiene, limpeza, a usar certos medicamentos na água. Eles não querem aceitar a opinião da gente. Eles acham que com a natureza está melhor do que com a gente educando eles, para melhorar a coisa. Continua nisso”.⁹⁸

Este depoimento não parece condizer com o fato de D. Alda ter nascido, no ano de 1928, e passado toda a sua vida no Médio Rio Negro. No entanto, o seu estranhamento em relação aos costumes e à educação dos moradores de Tapereira, tende a confirmar uma hipótese, levantada nesta pesquisa, sobre o processo de ocupação e de movimentação populacional na região, segundo a qual desenvolveu-se uma elite rural, fortemente apegada aos valores culturais europeus, sobretudo portugueses, e parcialmente responsável pelas

⁹⁸ Idem.

singularidades deste vale, em relação às conjunturas que a historiografia costuma generalizar para a Amazônia. Também é interessante ressaltar a conotação negativa que nossa entrevistada emprestou ao termo natureza, aplicando-o num sentido de ambiente bravo, sem o controle das ações humanas, e calcando-o sobre as práticas cotidianas derivadas das tradições caboclas dos habitantes de Tapereira.

D. Alda recebeu uma formação técnica para exercer a função de agente de saúde comunitária, o que, possivelmente, veio reforçar sua visão de mundo na qual a educação, nos padrões ditados pelas sociedades burguesas, torna-se o veículo, por excelência, da socialização e da civilização modernas. Isso não quer dizer que ela surja como um baluarte da medicina científica pregando entre os hereges. Não. Como todo mundo, lá no Médio Rio Negro, esta senhora se vale de todo um arsenal terapêutico desenvolvido no contexto da cultura cabocla em suas especificidades locais. Em sua narrativa historiográfica – pontilhada de observações quase etnográficas sobre o seringal e o seringueiro amazônico da década de 1940 – Arthur Reis assinala que, no início dos anos 50, perfis, como o de D. Alda, já despontavam, alavancados pela popularização do uso do quinino no combate à malária e pela disseminação de alguns padrões de comportamento e de consumo próprios aos que prevaleciam nas sociedades burguesas:

“Com a introdução do uso do quinino e posteriormente os serviços de higiene e as práticas sanitárias que os próprios seringalistas começaram a aceitar e a adotar nas suas propriedades, com a modificação do sistema alimentar, que já não se baseia nos enlatados, nas conservas, mas na produção agrária, local ou importada, modifica-se o quadro. E o seringal está deixando de ser aquele canto do mundo que escondia tantos perigos à vida em meio às riquezas que proporcionava”.⁹⁹

⁹⁹ Reis, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Op. cit., p. 264.

Apesar de reconhecermos a presença, às vezes ostensiva, dos saberes próprios à medicina ocidental no território estudado, não se pode, contudo, inferir que estes, no final do século XX, pudessem ser considerados como preponderantes, em relação aos outros saberes envolvidos no sistema. Mesmo os depoimentos de pessoas que optaram por passar mais tempo, ao longo do ano, nos centros urbanos, e que, por isso mesmo, ganharam mais intimidade com a medicina ocidental, ainda têm nos terapeutas populares seu ponto de referência para os processos de cura. Seu Américo, ao responder sobre a preferência dos habitantes de Camanaus para tratar de suas doenças – “eles procuram um médico ou tem um curador ou um rezador?” – dizia-nos:

“Sempre existe, né? A maioria, agora, já vão agora num médico, né? que já tá... até muita... pra bem dizer... já tá mais avançada que a civilização, né? Eles agora não quer ir pro... curandeiro, essas coisas, né?

No seu tempo, como era, quando a pessoa ficava doente, quando o senhor era jovem?

Pegava alguma erva do mato. Ia na medicina mesmo, tomava pastilha”.¹⁰⁰

Em um depoimento indicativo de quanto aquelas tradições e costumes permanecem em constante metamorfose, nosso entrevistado situou, ainda, a prática de se medicar com os padrões, estampada no recurso às pastilhas e representando, provavelmente, os comprimidos que eram tomados nos casos de malária. O diálogo mantido com D. Maria de Nazaré reforça ainda mais esta dedução. Tendo vivido sua infância em São José, nos anos cinquenta, ela traçou uma rápida, mas expressiva, comparação entre aquele tempo e o momento da entrevista:

“D. Maria, quando as pessoas ficavam doentes no tempo em que a senhora era criança, o que se fazia?

Minha tia cuidava. Fazia remédios. Fazia suador. Quando estava com inchação no corpo, ela fazia suador.

¹⁰⁰ Entrevista com o Sr. Américo de Oliveira Neto. Op. cit.

Quais eram as doenças que mais ocorriam aqui,
quando a senhora era criança?
Era gripe, febre, sarampo.
Morria muita gente aqui?
Morria. Estes que não vinha para cá, morria.
Que não vinham para cá, onde?
Para minha tia tratar deles.
Tinha médico por aqui?
Não era só ela que tratava deles.
E hoje em dia como é que faz quando alguém fica
doente?
Às vezes eles vêm aqui atrás de remédio. Eles
trazem criança pra gente tratar deles. O que a gente
pode fazer, a gente faz.
E quem trata essas pessoas é a senhora mesmo?
Sou eu mesmo.
E a senhora trata com o quê?
Remédio de casa, limão. Quando tem gripe é
limão.
Quais as doenças que mais têm aqui, hoje em dia?
Hoje em dia é disenteria e febre. Gripe, que
sempre não acaba mais”.¹⁰¹

Os dados de permanência que afloram neste depoimento são impressionantes. Depois de quatro décadas, ela detectou, apenas, a introdução das diarreias como novidade no quadro da saúde local.¹⁰² Os recursos e as práticas terapêuticas permaneciam, em 1995, presos ao mesmo universo dominante do seu tempo de criança. O lugar – São José – também permaneceu como uma referência para o tratamento de casos de doença que não obtinham sucesso nos tratamentos caseiros e D. Maria de Nazaré passara a ocupar, por herança, o lugar que havia sido de sua tia. As práticas de cura também continuavam as mesmas, embora, talvez, pudessem ter surgido transformações nas receitas e em seus elementos. O mesmo panorama foi traçado por D. Íris, uma das responsáveis pelo “Pronto

¹⁰¹ Entrevista com D. Maria de Nazaré Ferreira. Op. cit.

¹⁰² A informação sobre a presença das disenterias corrobora o inquérito promovido pela equipe de Renato Athias, já citado, que detectou a presença de afecções gastrointestinais, em 1997. Leonardí, Victor P. de B. *Fronteiras Amazônicas do Brasil*. Op. cit., p. 101. O quadro de doenças traçado por D. Maria de Nazaré repetiu-se amiúde nas entrevistas com os habitantes das zonas rurais.

Socorro dos Remédios Caseiros” – iniciativa da Comissão Pastoral da Criança, ligada à Igreja Católica – e que, portanto, conhecia bem o itinerário percorrido por um doente, lá:

“Em geral, o nosso povo, ele procura logo o benzedor, procura logo o curador. Procura uma pessoa que sabe rezar. Se for criança recém-nascida, ele leva no benzedor, porque ele julga ser quebranto, ele pensa que fez mal olhado... esse problema todo. E daí, então, quando o curador diz que não é, ele procura o hospital. Vem prá gente, primeiro, pergunta se a gente pode falar algum remédio e, se for o caso, a gente encaminha para o hospital”.¹⁰³

Em sua fala, nossa depoente deu uma certa hierarquia às opções cotidianas da população. Para ela, o universo mental dos caboclos apontava na direção das práticas terapêuticas tradicionais, pois a própria identificação dos males derivava daí. Dentro destes marcos, ganham relevo algumas noções consideradas básicas para determinar os contornos das práticas estudadas. Um ponto fundamental para a visualização das permanências e rupturas estabelecidas ao longo do processo, é o conceito de saúde vigente entre a população estudada. Numa sociedade que tem seu dia-a-a-dia fortemente imbricado ao mundo do trabalho, é fácil ajuizar que esta noção esteja intimamente relacionada ao corpo e à capacidade de trabalho dos indivíduos: assim, estar com saúde é estar bem disposto para trabalhar. Em oposição, a doença faz com que a pessoa interrompa suas atividades rotineiras, e a sua gravidade é, geralmente, avaliada a partir do tempo de permanência dos sintomas e de algum comportamento “fora do normal” do doente.

“A doença, a gente sabe pelos sintomas. Quando começa a febre, né? Às vezes ela dá um frio, às vezes ela vai esquentando e não dá um frio, a gente sabe qual é a doença. Porque a febre da malária dá um frio certo, num horário certo. Se ela dá às sete horas, aquele frio é às sete horas. Se ela dá às quatro horas da tarde, é às quatro horas que ela chega, ela vai, esquenta, esquenta,

¹⁰³ Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva, em Santa Isabel, 21/08/1995 (CNB 35).

e vai aliviando aos pouquinhos. Aí dá aquela dor de cabeça, aquela quebradeira no corpo. A gente já sabe que é malária”.¹⁰⁴

Seu Alberto acentuou a importância da observação empírica do comportamento do doente como de fundamental importância para identificar a doença e estabelecer o tratamento. No caso da malária, a febre intermitente é recorrentemente apontada como um fator de distinção desta moléstia, em relação a outras que também causam a elevação da temperatura corporal. Seu Joanico, por sua vez, destacou, em seu depoimento, o verbo experimentar, para explicar de que maneira ele reconhecia a doença a ser tratada:

“Eu vou experimentar. Pegar a pontadeira no seu braço, como está o coração, fraco, ou então, forte. Aí experimenta ver nessa parte aqui [no peito], aí, aqui no coração: se está batendo, se está mal a batida. Aí a gente diz: ‘Está fraco’.”¹⁰⁵

O aprendizado de Seu Joanico, assim como o de Seu Alberto e o de D. Íris, por exemplo, incluiu as noções transmitidas em casa, pelos pais e avós. Entretanto, os dois últimos especializaram-se nos cursos e treinamentos promovidos pela Igreja Católica. Outros elementos, presentes neste conjunto, provêm das experiências trocadas com outros entendidos nas artes de curar:

“Aprendo muito. A gente vai conversar, chega gente de fora, como por exemplo, o remédio para cobra que o rapaz me ensinou. Ele estava conversando com a namorada dele na frente de uma casa, quando uma cobra passou. Ele mexeu e ela picou o pé dele. E a moça falou: ‘O que foi?’ E ele falou: ‘Uma cobra me mordeu’. E ela disse: ‘Espera um instantinho aí’. Aí ela pegou na cozinha um terçado e cavou um buraco, e enterrou a cisura [o local mordido pela cobra] para dentro da terra. Pegou, socou o barro todo, e ficou conversando com ele ali: ‘Tá doendo?’ ‘Não’.

¹⁰⁴ Entrevista com o Sr. Alberto Araújo. Op. cit.

¹⁰⁵ Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes, em Moura, 03/09/1995 (CNB 78). Seu Joanico é rezador, e disse ser descendente do povo Desana, tendo nascido no Rio Curiari, filho de pais originários da Colômbia.

Passaram-se trinta minutos, e ele tirou a perna, e estava bonzinho da perna. Eu já vi dois cidadãos serem mordidos lá no castanhal, uma criancinha desse tamanhinho, eu fiz o remédio e foi imediatamente. Então a gente aprende assim, com os outros de fora. Conversando a gente vai aprendendo e ensinando”.¹⁰⁶

Desponta do relato o modo como se dá a transmissão destes saberes: a oralidade e a observação são as vias privilegiadas, gerando uma memória social da doença, a qual é construída dentro do contexto de tradições que se transmitem oralmente e de histórias que se repetiram ao longo do tempo. Cabe, aqui, ratificar a importância dos conhecimentos introduzidos pelos imigrantes portugueses e alimentados pelos seus descendentes. Gente como Seu Aquidabã, morador de Camanaus e irmão do Seu Américo, que era filho de um português com uma índia e afirmou ter aprendido com seus pais tudo o que sabia acerca das receitas caseiras que usava:

“Meu pai e minha mãe me ensinaram. Eles aplicavam este remédio prá gente e há muito tempo que usavam. Os avós, os bisavós usavam. E agora nós estamos aplicando este sistema. Muitos usam o remédio da Sucam; muitos usam o remédio da gente também, porque estão distante. Não têm como ir à cidade, usam aqui mesmo”.¹⁰⁷

A disseminação de novos conhecimentos e a sua incorporação ao contínuo processo de formação dos saberes terapêuticos rionegrinos vem se efetivando na medida em que os novos dados penetram nas redes de transmissão cultural local. Este movimento encontra seu esteio no assimilacionismo e na adaptabilidade característicos do modo de vida daquele território. Deste modo, por exemplo, na medida em que as comissões pastorais desenvolvem sua missão, elas exercem o papel de agentes introdutores de novos dados no cotidiano das comunidades. E todos os habitantes, a partir de suas vivências (individuais e

¹⁰⁶ Entrevista com o Sr. Alberto Araújo. Op. cit.

¹⁰⁷ Entrevista com o Sr. Aquidabã de Oliveira, em Camanaus, em 17/08/95 (CNB 24).

coletivas), terão contribuído para este processo. Entretanto, o enfeixamento das diferentes receitas, rezas, padrões de diagnósticos e todas as outras práticas constitutivas destes saberes, cabe, apenas, a algumas pessoas, reconhecidas socialmente pela sua capacidade de manipulá-las. A história de vida de D. Íris é capaz de nos deixar entrever este percurso:

“D. Íris, como a senhora aprendeu a receitar esses remédios de planta caseira?

Uns, a gente já sabia, já vinha de trás, dos nossos avós, de nossas mães. A gente já se tratava. A minha mãe teve doze filhos e nunca precisou ir em hospital, não conhecia médico. Eu, por exemplo, eu não conhecia médico. Conheci médico de pois que comecei a estudar aqui no colégio. Agora não, para aperfeiçoar, as irmãs me mandaram para Barcelos. Veio, em 1994, umas senhoras, que vieram de Manaus fazer um estágio da Pastoral da Criança e ensinar a medicina caseira. Aí, a gente foi lá aprender, mas muita coisa a gente já sabia, só para aperfeiçoar.

A senhora tem idéia de como seus avós, sua mãe, aprenderam que cada planta serve para uma doença?

Eu acho que aprenderam na medicina indígena, porque os meus avós não eram daqui do rio Negro, mas minhas avós eram, tanto materna, como paterna, eram daqui do rio Negro. (...) Elas devem ter aprendido com os índios, porque eles não têm médico. Os Yanomami, no meio da mata, não têm médico. Tem o curador, o pajé”.¹⁰⁸

Estamos, assim, diante de um somatório de conhecimentos, o qual origina-se em formas culturais distintas e é estabelecido em temporalidades diferenciadas. Este fato gera novos saberes, os quais são do conhecimento de todos, e são desenvolvidos e exercitados em trocas cotidianas que envolvem as relações entre as pessoas. Esta movimentação se dá tanto no que toca as maneiras de viver em sociedade, quanto naquilo que concerne ao modo de produzir das comunidades. Estes saberes consolidam-se em usos que, esboçados como reações a situações específicas ou frutos dos diferentes rumos estabelecidos ao longo do

¹⁰⁸ Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva. Op. cit.

processo histórico transcorrido, terminaram por se transformar em práticas costumeiras. Segundo as fontes trabalhadas, os protagonistas destes sistemas terapêuticos são pessoas idosas e com larga vivência na região, fato explicável até por uma hierarquização cultural que tem nos mais velhos o ápice da sabedoria e que, herdada ainda dos modos de vida tribais, predomina entre a população.¹⁰⁹

Em todas as localidades visitadas, em 1995, foram encontrados rezadores, curandeiros e parteiras. Eduardo Estrella, ao analisar as várias formas de expressão do saber médico tradicional, como parte do sistema de atenção médica na Amazônia, identificou que:

“os agentes desta medicina são numerosos e praticam distintas ‘especialidades’ e, se bem não têm o poder espiritual que possuem os xamãs e tampouco usam drogas alucinógenas, têm em troca uma grande ascendência em suas comunidades e assumem um importante papel na vida social”.¹¹⁰

Efetivamente, estes personagens passavam a desfrutar de um espaço de poder pessoal, dentro da sociedade estudada, tanto no plano político, quanto no plano espiritual. Aliás, parece-me que é o plano espiritual que legitima o político. Esta situação, no entanto, não significava uma condição de mobilidade social, pois o reconhecimento concreto de alguém como pertencente às classes dominantes se dava a partir de critérios econômicos. O poder político que exerciam consolidava-se, assim, na posição de um formador de opiniões dentro da comunidade para a qual voltava a sua atuação. Segundo Garnelo & Wright, esta

¹⁰⁹ A pesquisa etnográfica permitiu-nos, no entanto, identificar algumas pessoas, apontadas como sendo rezadores, curadores ou conhecedores de plantas, um pouco mais novas. Foi o caso, por exemplo, do Seu Alberto, de Cauburis, que estava na faixa dos quarenta anos de idade.

¹¹⁰ Estrella, Eduardo. *Plantas Medicinales Amazonicas*. Op. cit., p. 11. O texto original da citação é: “Los agentes de esta medicina son numerosos y practican distintas ‘especialidades’ y, si bien no tienen el poder espiritual que poseen los shamanes y tampoco usan drogas alucinógenas, tienen en cambio un gran ascendiente en sus comunidades y asumen un importante rol en la vida social”.

situação se estabeleceu, também, nas comunidades indígenas, onde “o manejo de medicamentos pode representar também uma forma de prestígio nas relações comunitárias”. Eles observaram, entre os Baniwa,

“uma expectativa social de que o Agente Indígena de Saúde detenha a exclusividade de certos saberes; a ‘caixa de remédio’, que simboliza a capacidade de curar do Agente de Saúde, materializa um saber não partilhável com outras pessoas da aldeia”.¹¹¹

Afirmam ainda que

“Entre os Agentes de Saúde é generalizado o desejo de aprender um número cada vez maior de medicamentos para serem usados em suas práticas de cura. Embora reconheçam a resolutividade dos medicamentos industrializados nos quadros de doença trazidas pelo contato – em especial, em situações epidêmicas –, a faceta mais valorizada desta eficácia situa-os no âmbito do poder mágico dos brancos apontado reiteradamente nos mitos Baniwa. Ao aprender as regras de uso dos remédios do branco, os Agentes de Saúde habilitam-se a uma partilha parcial desse poder. Os medicamentos parecem ser assimilados aos instrumentos do pajé. O controle de maior número de espíritos e de poder é simbolizado, na sessão xamânica, pelo uso do maracá, pedras, tabaco e paricá, elementos que expressam materialmente este poder. Similarmente, o uso dos medicamentos industrializados caracteriza o poder de cura do Agente de Saúde”.¹¹²

Eduardo Estrella, estabelece uma distinção entre os pajés (ou xamãs) e os curandeiros, que são os agentes da medicina tradicional, incluindo, entre estes, os conhecedores dos usos das plantas medicinais (“herbalistas”), as parteiras (que tratam “o embaraço, o parto e as enfermidades das mulheres”) e os rezadores (chamados de

¹¹¹ Garnelo, Luiza & Wright, Robin. Doença, cura e serviços de saúde. Representações, práticas e demandas Baniwa. In: *Cadernos de Saúde Pública*. [online]. mar./abr. 2001, vol. 17, n° 2, pp. 273/284. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000200003&lng=pt&nrm=iso .

¹¹² Idem.

“*curanderos*”, que tratam as “enfermidades culturais, como o susto e o mau olhado”).
Todavia, ele não reconhece, nos rezadores, “o poder para tratar a bruxaria, que é o campo de trabalho dos xamãs”.¹¹³ Para ele, os rezadores exercem um papel de “defensores da saúde”:

“a eles as pessoas recorrem com confiança; inclusive quando já chegou à comunidade a medicina ocidental, através de um posto sanitário ou dispensário médico, os curandeiros seguem sendo consultados dentro de um itinerário terapêutico que busca de várias maneiras a solução de um problema de saúde”.¹¹⁴

Corroborando a observação, o depoimento de Seu Joanico aponta para estas diferentes funções:

“Alguém já lhe procurou pra pedir pro senhor fazer mal pra outra pessoa?
Pediram, mas eu não sei fazer. (...) Por exemplo, eu estou com raiva desse, eu tiro meu [incompreensível], vou entregar no macumbeiro: ‘Pode trabalhar pra botar um espírito mau nele, pra ele sofrer, pra acabar com a casa dele’. Aí, de repente, acabou tudo com ele: não tem mais casa, fazenda. Isso eu não sei trabalhar para mim mesmo. Mas tem um médium que faz”.¹¹⁵

Sua prática terapêutica se baseia, principalmente, na recitação de orações, em banhos de ervas, chás, massagens e na celebração de alguns ritos específicos. Mesmo nas

¹¹³ Estrella, Eduardo. *Plantas Medicinales Amazonicas*. Op. cit., p. 11. Para uma análise antropológica ver: Hill, J. *Keepers of the Sacred Chants: The Poetics of Ritual Power in an Amazonian Society*. Tucson: 1993, University of Arizona Press. Segundo Garnelo & Wright, este autor, que vem trabalhando “entre os grupos Baníwa da Venezuela, denominados *Wakuenai* - tem investigado os cânticos de cura e prevenção de doenças, os *malikai*, caracterizados como um complexo conjunto de orações, cânticos e canções cantados nos rituais de nascimento, ritos pubertários femininos e de cura. Segundo o autor, estes conformam um sofisticado sistema musical em que se articulam os processos microcósmicos do corpo humano com as transformações da natureza no tempo-espaço mítico dos seres ancestrais” (Garnelo, Luiza & Wright, Robin. *Doença, cura e serviços de saúde*. Op. cit.).

¹¹⁴ Idem, *ibidem*. No original: “son los defensores de la salud y a ellos aqude la gente con confianza; incluso cuando ha llegado a la comunidade la medicina occidental, a través de una posta sanitaria o un dispensario médico, los curanderos siguen siendo consultados dentro de un itinerario terapéutico que busca de varias maneras la solución de un problema de salud”.

¹¹⁵ Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes. Op. cit.

idades, a presença e o papel destes praticantes de artes médicas possui grande relevância. Vale ressaltar que a medicina popular predomina amplamente entre os habitantes da região estudada, embora o recurso ao hospital – o lugar da saúde no imaginário popular – seja uma variável sempre presente nos discursos. A crença, ou melhor, a fé está na base destes sistemas populares de cura, e os procedimentos e as práticas que lhe são relacionados devem passar pelo mesmo crivo. Analisando a entrevista concedida por D. Íris, podemos perceber esta nuance:

“O pajé e o benzedor conseguem curar uma doença mesmo, de verdade?, quis saber o pesquisador.

Eu acho que sim. Porque eu tive um derrame, aqui mesmo, em Santa Isabel, depois de adulta. Me senti mal, fui no hospital com problemas nas pernas. Passei uma semana com muita febre e aquela dor na perna, porque, em tempo de infância, eu peguei a paralisia infantil e fui andar com quatro anos, e já cismada, pensei que fosse voltar. Aí eu fui no benzedor, pajé – não são mais aqueles pajés antigos, são modernos, já – ele soprou o cigarro e disse: 'Olha, D. Íris, a senhora ia em frente à porta da igreja, quando deu uma ventania, tipo um funil, e pegou nas suas pernas. Essa é a causa.' Agora, a gente não sabe o que eles querem dizer com isso. Com a graça de Deus, no dia seguinte vim para o trabalho. Eu trabalho como empregada da SEDUC e nunca mais senti nada. Por isso eu digo: cura. Eles benzem com o cigarro, benzem o chá”.¹¹⁶

Começamos analisando o final da citação: D. Íris diz que “com a graça de Deus, no dia seguinte vim para o trabalho”. Esta lógica está presente nos processos de cura encetados pelos rezadores: se ela ocorre, é por uma dádiva divina, obtida pela fé do enfermo em Deus, naqueles que atuam sob Sua égide e neste sistema de cura. Mas D. Íris, ao contrário do que ela própria diz ser habitual, foi, primeiramente, ao hospital; mas permaneceu com os sintomas por mais uma semana. O fato de ela ter ido diretamente a um médico quando

¹¹⁶ Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva. Op. cit. SEDUC é o termo que designa popularmente a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas.

sentiu a dor nas pernas, talvez possa ser explicado pelo medo de que a paralisia infantil reemergisse. Contudo, não percebendo melhora no seu quadro geral, procurou um benzedor. Este foi tão convincente em seu diagnóstico que ela sequer o esqueceu, mesmo sem ter compreendido o sentido de sua afirmação. Nossa entrevistada também não deve ter entendido o que lhe disse o médico – ou, mais normalmente, no hospital de Santa Isabel, um enfermeiro – e, no entanto, não mencionou nada acerca da consulta; sequer deixou transparecer que lhe tenha sido indicado algum medicamento ou procedimento terapêutico.

Os terapeutas populares que atuam no território estudado estabelecem distinções entre “doenças do corpo” e “doenças do espírito”, sendo que cada um dos tipos requer remédios e habilidades de cura diferentes. Entretanto, como ambas incidem sobre os corpos, esta é, então, a característica básica desta noção usual de doença. Para o rezador Raimundo Nonato da Silva, conhecido como Seu Raimundo Cobra, dependendo da doença que fosse identificada, a cura se dava por um ou outro processo:

“Tem doenças que são com a reza, e outras que são com remédio. Por causa de um quebranto, um ramo, uma congestão, a gente reza. Faz aquelas preces, aí, com a fé que a pessoa tem, fica boa”.¹¹⁷

As doenças tratadas com remédios têm esta designação porque são compreendidas como curáveis através de medicamentos, os quais podem ser de fabricação caseira ou industrial. Suas causas são identificadas como provenientes de vetores físicos externos ao homem (picada de insetos, água contaminada, ingestão de alimentos, etc). Entre estas populações, que se encontram longe de obter um atendimento médico-hospitalar satisfatório, a tradição de uso de plantas medicinais na composição caseira de remédios é um traço distintivo. Ela se constitui, praticamente, no único recurso de acesso a

¹¹⁷ Entrevista com o Sr. Raimundo Nonato da Silva, em Caracará, em 31/08/95 (CNB 65).

medicamento nos beiradões da região. Como contraponto às “doenças de remédio”, encontramos as “doenças de reza”, as quais requerem terapêuticas e habilidades de cura diferentes, ficando sob a responsabilidade dos rezadores. Assim, o rezador surge como um dos principais personagens para o entendimento da visão de mundo destas populações. As enfermidades tratadas por ele vão desde o quebrante,¹¹⁸ o ramo¹¹⁹ ou a congestão, apontados por Seu Raimundo Cobra,¹²⁰ até a pneumonia, a fraqueza de depois do parto e a rachadura,¹²¹ tratadas pelo Seu Joanico.¹²²

Os rezadores adquirem o dom da cura através dos ensinamentos de algum parente ou de algum amigo próximo. Muitas vezes, este aprendizado é complementado com leituras específicas. Seu Raimundo Cobra, por exemplo, contou que aprendeu a rezar e curar no “Amazonas mesmo”:

“Meu finado pai era muito cheio de marmota [sic] de orações. Então ele morreu, e eu peguei um livro que ele tinha, que ele usava, e comecei a ir estudando. E,

¹¹⁸ O quebrante é outra destas enfermidades típicas para a cura pelos rituais de reza. Seus sintomas são, normalmente, falta de apetite, fastio, sonolência, vômito, moleza e dores no corpo. Embora todos sejam suscetíveis de pegar o quebrante, nas crianças esta doença pode, segundo os saberes populares da região, levar à morte. Apesar de apresentar a mesma sintomatologia, o mau olhado é tido como mais forte que o quebrante. No estudo sobre os rios Acre e Purus, Dona Teresa Lopes nos disse que “o mau olhado é a pessoa olhar com olho mau, é entortar a vista. Já peguei gente entortando a vista. É hábito deles entortar a vista, nem o rosto não, só os olhos.” Desta forma, o mau olhado está associado a sentimentos maus, principalmente a inveja, que podem ser “colocados”, em crianças ou em adultos, propositadamente. Em contrapartida, o quebrante advém, muitas vezes, do próprio familiar, que, sem querer, pega a criança no colo com o corpo suado ou com fome, transmitindo, naquele momento, a mazela. Ver: Santos, F. S. D. & Muaze, M. A. F. *Tradições em movimento*. Op. cit., pp. 77/78. Para Seu Joanico o quebrante e o mau olhado são rezados em cima do coração da criança com água. A reza pede a Deus “uma luz para o coração” (Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes. Op. cit.).

¹¹⁹ O “ramo”, também chamado de “doença do ar”, tem fama de perigoso e causador de convulsões. Seus sintomas, muitas vezes, confundem-se com os do derrame. Segundo Jôsa Magalhães, “o povo acredita que haja um espírito mau ou um ar impuro desencadeador dessa situação. Daí a sinonímia que se lhe dá de ar de vento, ar de congestão, ar dormência, ar estupor e ramo”. Para esse autor, o ramo é uma espécie de hemorragia cerebral, causadora de uma hemiplegia irreversível, e que, segundo os saberes populares, só pode ser curado com uma reza forte. Ver: Magalhães, Jôsa. *Medicina Folclórica*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966, p. 243.

¹²⁰ Entrevista com o Sr. Raimundo Nonato da Silva. Op. cit.

¹²¹ A rachadura é uma doença de pele, que ele trata com as pedras sagradas, como se fosse uma agulha costurando, com álcool, rezando a Deus. Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes. Op. cit.

¹²² Idem.

fazendo aquelas práticas, fui aprendendo. Desde os quinze anos. E eu estou com 75 anos. Eu não me esqueço de minhas devoções e, graças a Deus, não para fazer mal para os outros, mas para fazer o bem. Tenho me dado bem também. Sou procurado por muita gente, gente boa, todo mundo. Tem gente que vem e eu nem conheço, vem para pedir informação”.¹²³

Assim como Seu Joanico, Seu Raimundo também só trabalha para o bem, e iniciou-se em casa, observando o próprio pai. Entretanto, somente assumiu a função depois que ele morreu, quando pôde estudar no “livro que ele tinha, que ele usava” e começou a praticar. Novamente a empiria desponta como um recurso fundamental no estabelecimento dos saberes vinculados à medicina tradicional das sociedades estudadas. No entanto, outros rezadores descobriram seus dons através de sonhos. Foi o caso de Seu Joanico, que acrescentou às revelações todo um conhecimento mágico, herdado do pai, envolvendo pedras de cristal:

“Este cristal serve pra curar dor de cabeça, dor de estômago, dor de malária, também. Dá com água, pra isso serve essa pedra. Esse cristal da chuva dá cura pra gente. É assim.

E quem lhe ensinou a usar estes cristais?

Foi meu pai mesmo. A gente bota a água, dentro da água, num copo, e dá pra criança tomar. Pra qualquer pessoa tomar”.¹²⁴

As pedras que ele utiliza são as mesmas que o pai dele usava nos rituais. Quanto às rezas, ele aprendeu em sonhos:

“É um doutor que me ensina: ‘Reza assim, assim, assim. Tu quer [sic] aprender, meu filho?’ ‘Quero sim senhor’. No meio do sonho, então, ele me ensinava como fazer, como trabalhar. Às vezes, sempre antes de eu dormir, vinha aquele doente, chega logo aquele

¹²³ Entrevista com o Sr. Raimundo Nonato da Silva. Op. cit.

¹²⁴ Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes. Op. cit.

espírito. (...) Ele me ajudou muito até agora. Essa fé toda eu devo a esse senhor”.¹²⁵

Mesmo enfrontado em um universo mágico, muito próximo de práticas xamânicas, este rezador executava suas orações para divindades cristãs, reafirmando o processo de interculturalidade transcorrido no território.¹²⁶ Esta marca característica é tão forte, que, como já vimos, perpassa todo o tecido social, chegando a ganhar adeptos como o padre italiano Carlo Zuchetti, que vivera, antes de assumir o comando da Missão Salesiana de Santa Isabel, vários anos entre os Yanomami:

“Padre Carlo, o senhor acha que os rezadores e curandeiros sabem curar algumas doenças?

“Eu acredito que alguma coisa eles sabem fazer. Acredito que eles tenham incidência naquela área psicossomática, onde os nossos médicos dizem que boa parte das nossas doenças são psicossomáticas, são somatizações. Então, eles podem agir nessa área, com possibilidade de alcançar resultados positivos. Eu mesmo vou lá com os pajés ianomâmis [sic], quando estou nervoso, estou com problemas de tensão psicológica, eu recorro a esses pajés e me benefico, me dá frutos positivos”.¹²⁷

Trata-se de um testemunho exemplar para ilustrar o amplo campo de trocas culturais que continua a se estabelecer no território pesquisado. Ali, não foram apenas os caboclos que modelaram seus hábitos, costumes e tradições pelos padrões burgueses convencionais; o “homem branco”, educado na Europa, também foi obrigado a assimilar o modo de vida local, adaptando-se e amoldando-se aos contingenciamentos culturais impostos no decorrer do processo histórico. Esta dedução vale, portanto, tanto para os missionários europeus –

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem: “Com 12 anos comecei a trabalhar. Rezar. Rezar doente, benzendo eles, jogava lavando, lavando, benzendo, jogando, benzendo, fazendo cruz, fazendo cruz e lavando, né? Então assim, nosso pecado, esse que caiu pra nós né? Então por isso vamos te lavar, com água né? Com água né? Como a gente lava uma ferida. Então assim a gente lava”.

¹²⁷ Entrevista com Pe. Carlos Zuchetti. Op. cit.

que vêm convivendo estreitamente com os povos indígenas –, quanto para os imigrantes portugueses e seus descendentes – com destaque para aquela primeira geração cabocla, que obteve uma escolarização ibérica, pelo papel desempenhado na conformação dos novos saberes –,¹²⁸ e, ainda, para os brasileiros oriundos das diversas “áreas culturais” componentes da “configuração histórico-cultural brasileira”.¹²⁹

As terapêuticas populares propiciam, ao observador desatento, uma falsa impressão de inércia, de que o tempo não passa e que nada muda, apresentando-se como um dado dos discursos e das memórias. No entanto, embora mantendo práticas que, observadas de fora de seus contextos possam ser situadas como de “contornos tradicionais, arcaicos” – como se expressou Laura de Mello e Souza, ao se referir ao ambiente e às práticas cotidianas do Brasil colonial –,¹³⁰ o universo da cura no Rio Negro do século XX estabeleceu-se em um processo envolvendo as trocas entabuladas entre as concepções autóctones e outras, oriundas das sociedades ocidentais. Este movimento veio se efetivando no bojo das inúmeras adaptações e assimilações engendradas no conjunto das práticas. Estas, por sua vez, para que possam ser definidas como um conjunto de saberes, têm que ser percebidas como lugares de produção e de apreensão de conhecimentos, os quais vêm a concretizar-se em ações e representações aceitas pela população envolvida. A regulação das ações se dá no cotidiano das pessoas, criando o costume de aplicar determinadas práticas às situações correspondentes e gerando um sentido referenciado numa continuidade histórica, comportamental e ritual.

¹²⁸ Estamos nos referindo aos primeiros filhos dos imigrantes portugueses, que vêm a ser os pais da maioria dos nossos entrevistados.

¹²⁹ Ribeiro, D. *Opovo brasileiro*. Op. cit., p. 254.

¹³⁰ Souza, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 109.

3 – Os “remédios do mato” e os “remédios da farmácia”

A população do Médio Rio Negro concebe a noção de remédio com o sentido de uma substância capaz de combater determinada moléstia. Esta percepção admite a coexistência destes elementos em duas modalidades: os “remédios do mato”, que, como o nome indica, provêm da profunda interação desenvolvida com o habitat; e os “remédios da farmácia”, também diretamente identificáveis com os medicamentos industrializados. Se os do primeiro tipo são facilmente identificáveis à longa duração, constituinte dos modos de vida construídos no ventre da floresta tropical, os outros, ao contrário, apontam para uma temporalidade mais recente, vinculando-se, ao primeiro olhar, com o mundo do trabalho extrativista. Um exame mais acurado das diversas conjunturas que viemos analisando ao longo de todo o trabalho, indica algumas importantes variações em relação a esta primeira abordagem. Assim, ao observarmos o movimento de incorporação dos remédios de farmácia no rol das estratégias terapêuticas dos caboclos rionegrinos, podemos perceber que, já em princípios do século XX, as “panacéias medicamentosas” e “os remédios de quarta página dos jornais” – aos quais Carlos Chagas atribuiu um “grande sucesso”, naquelas paragens – se encontravam nas mãos dos patrões, que os adquiriam do aviador principal, em Manaus. Ele afirmava que:

“Para o tratamento da malária, aqui [no Rio Negro] como em outros rios, encontram-se drogas numerosas, e já clássicas, muitas delas desconhecidas no sul. Assim as pílulas *Assyris*, as *Carapñas*, o *Esanopheles* etc. têm larga difusão no vale do Amazonas e constituem os recursos soberanos dos seringueiros do Rio Negro”.¹³¹

Isto ocorria devido à forma própria que a organização da produção extrativista tomou ali, com suas áreas de coleta e corte distanciadas dos núcleos de habitação dos

¹³¹ Cruz, Oswaldo. Relatório. Op. cit., p. 115.

trabalhadores, e sem a presença do barracão no papel de núcleo central do modo de produzir. Com isso, os aviadores internos passaram a incluir estes produtos em seus pedidos rotineiros, disponibilizando-os em diversos pontos do território, sempre que houvesse uma mobilização de trabalhadores para aquelas tarefas. É fundamental recordarmos, contudo, que apenas os comerciantes que dispusessem de saldo positivo em suas contas correntes, ou tivessem estabelecido relações de confiança com o aviador principal, poderiam comprar os remédios. Isto, logicamente, valia também para as pessoas que, com sua força de trabalho, movimentavam essa indústria.

No arquivo da firma J. G., além dos documentos aos quais nos referimos na primeira parte do capítulo, encontramos referências a estes medicamentos em 1891, numa carta de João Pereira de Carvalho, que informava a devolução de uma dezena de garrafas de óleo de rícino, “que vieram a mais no ultimo pedido”.¹³² Dois anos depois, Antonio Gomes C. Bastos enviava um pedido de gêneros, no qual apareciam seis vidros de “Balsamo Homogêneo Sympatico Barboza”, seis dúzias de “Prompto Alivio” e seis dúzias de “Frain Killer”.¹³³ No último ano desta mesma década, a correspondência de Simplicio R. Palmella, remetida desde Barcelos solicitava seis vidros de “pílula de Reuter”.¹³⁴ Em 1925, Manoel de Souza Amado confirma a disposição do Sr. Sosa “para explorar onde for conveniente”, informando que a firma Balata Ltda. “deverá fornecer as munições, pessoal e medicamentos que o mesmo precisar”.¹³⁵ No ano seguinte, o teor de uma outra missiva vem demonstrar que o costume de juntar remédios ao rancho e demais materiais básicos aviados

¹³² Arquivo J. G. Araújo: Pasta 464, carta de João Pereira de Carvalho, do Rio Negro, em 24/10/1891.

¹³³ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 500 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Antonio Gomes C. Bastos, da Fazenda Gepuai, em 10/02/1893.

¹³⁴ Arquivo J. G. Araújo: Pasta 635, carta de Simplicio R. Palmella, de Barcelos, em 08/08/1899.

¹³⁵ Arquivo J. G. Araújo: Pasta s/codigo (Balata Ltda.), carta de Manoel de Souza Amado, de Bordo do 'Inca', em 11/04/1925.

aos trabalhadores havia se arraigado entre as práticas do mundo do trabalho. Esta carta informava que haviam “ficado três fregueses meus trabalhando nessa empresa conchavados pelo mateiro Joaquim de tal, cujo era portador de uma carta da gerencia em que o autorizava a justar gente garantindo-lhes 150\$000 mensais, com remédios e mais”.¹³⁶

Muito embora não tenhamos obtido outras informações acerca da entrada dos remédios industrializados no Rio Negro, através deste conjunto de documentos, podemos inferir que esta prática tenha se mantido nos anos subseqüentes, provavelmente com variações de quantidades e tipos de produtos e de comerciantes internos que os adquiriam, conforme as condições econômicas o permitissem. E afirmamos isso com base na troca de correspondências comerciais entre o aviador principal e alguns laboratórios farmacêuticos e distribuidores destes gêneros, ao longo da década de 1930. Temos por exemplo, uma correspondência do Laboratorio Sanoris S.A., do Rio de Janeiro, comunicando o envio, para a firma J. G. Araújo, de mil tubos de *Antarapel* e de quatro bisnagas de Óleo de Fígado de Bacalhau.¹³⁷ Anos mais tarde, os Laboratórios Goulart, também do Rio de Janeiro, respondiam a uma solicitação do mesmo aviador principal de cinqüenta dúzias de Elixir de Inhame, informando que este produto era cotado, pelo laboratório, a 55\$200 (cinqüenta e cinco mil e duzentos réis) a dúzia, mais 64\$000 (sessenta e quatro mil réis) de frete.¹³⁸ Neste mesmo ano, a empresa J. Aubry e Cia. Ltda. (outra da capital federal), comunicava o

¹³⁶ Arquivo J. G. Araújo: Pasta s/codigo (Balata Ltda.), carta de Frederico Machado (sem local), em 21/08/1926.

¹³⁷ Ver, por exemplo: Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais – novembro/dezembro de 1935, carta do Laboratorio Sanoris S.A., do Rio de Janeiro, em 05/12/1935.

¹³⁸ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais – setembro de 1937, carta dos Laboratórios Goulart, do Rio de Janeiro, em 16/09/1937.

envio de amostras de Xarope Famel para o convento das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, em Tefé.¹³⁹

Há, ainda, um outro documento muito interessante, no qual o gerente do Laboratório Sanoris S.A., do Rio de Janeiro, receita uma nova fórmula, produzida naquela indústria, ao “Prezado amigo, Snr. Comendador [J. G. de Araújo]”. Segundo o texto, o poderoso comerciante encontrava-se “de algum tempo a esta parte, acometido de ligeira enfermidade que, entretanto, lhe vem trazendo certo enfraquecimento”. Indicava, então, o uso “de um novo preparado meu, cuja base é o óleo de fígado de bacalhau e cujos resultados embora, ainda, em período de experiências, têm sido maravilhosos”. E recomendava:

“Assim, meu nobre amigo, sem o menor receio e sem o mínimo prejuízo para as prescrições médicas a que, por ventura, esteja sujeito, mandará esfregar, de preferência nas costas, duas vezes ao dia, pela manhã e à noite, de modo a que uma bisnaga dê para 3 dias. Estou certo de que o meu amigo sentir-se-á melhor. Logo após o emprego da primeira bisnaga e ao fim do segundo tubo estimaria receber um telegrama seu dando-me notícias dos efeitos e, então, lhe remeterei nova série”.¹⁴⁰

Seguia-se, contudo, uma advertência:

“recomendo que a fricção deve ser bem feita, isto é: esfregar bem para que a penetração se faça o mais possível e, depois, para que não suje a roupa, será conveniente que faça passar um pano. Tenho feito experiências em várias pessoas, de várias idades e categorias, e os têm sido acima da melhor expectativa”.¹⁴¹

¹³⁹ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais – junho de 1937, carta de J. Aubry e Cia. Ltda., do Rio de Janeiro, em 15/06/37.

¹⁴⁰ Arquivo J. G. Araújo: Pasta Correspondências Comerciais – outubro/novembro de 1935, carta do gerente do Laboratório Sanoris S.A., do Rio de Janeiro, em 26/10/1935.

¹⁴¹ Idem.

Assim, esta análise nos leva a concluir por uma coincidência entre as periodizações dos processos históricos que levaram, por um lado, à constituição dos hábitos pertinentes ao mundo do trabalho extrativista no Médio Rio Negro, e, por outro, à disseminação das práticas de uso de remédios de farmácia entre as populações caboclas do território. O que implica, além de uma estreita correlação dos processos, na vinculação das referidas práticas ao estabelecimento, ali, de padrões de consumo e de comportamento exteriores às etnias autóctones. É interessante ressaltar que, inclusive entre os povos indígenas que habitam o território, a mesma dinâmica tenha se verificado, como podemos auferir da análise apresentada por Garnelo & Wright acerca das relações estabelecidas entre a identificação de doenças, os processos de cura e os serviços de saúde oficiais de que dispõe o povo Baniwa:

“Mesmo que sejam capazes de usar soro caseiro, organizar reuniões e atividades de educação em saúde, participar da vacinação ou dos conselhos de saúde, encaminhar reivindicações e levar pacientes para o hospital, nenhuma dessas habilidades é capaz de superar o prestígio conferido pela capacidade de nominar doenças e oferecer remédios para tratá-las. Sem eles, os Agentes se declaram impotentes e são reconhecidos como tais nas comunidades.”¹⁴²

Segundo eles:

“O uso de remédios de branco gera a possibilidade de resolver a doença sem fazer os sacrifícios e restrições alimentares e sexuais inerentes às prescrições tradicionais. Atualmente é bastante freqüente que o medicamento industrializado se coloque como primeira escolha, mesmo para o tratamento de doenças reconhecidas como indígenas. A dinâmica do processo de contato interétnico gera necessidades de consumo de produtos de saúde que se mostrem congruentes com as condições atuais de vida; fatores como os deslocamentos para a cidade, a necessidade de produzir

¹⁴² Garnelo, Luiza & Wright, Robin. *Doença, cura e serviços de saúde*. Op. cit.

para o mercado e as obrigações escolares dificultam a aderência aos tratamentos tradicionais”.¹⁴³

Em relação às práticas de uso de plantas medicinais, podemos dizer que são um hábito contumaz e tradicional no rio Negro, destacando-se mesmo como um de seus traços culturais mais marcantes. Os remédios preparados em casa possuem várias designações, todas apontando para uma ênfase na proveniência de seus ingredientes, o que vem denotar o profundo conhecimento da floresta e a forte ligação do homem com ela, indicando, ainda, o domínio de técnicas e de conhecimentos que permitem uma manipulação doméstica, mas segura, destes elementos. Para além da reconhecida diferença entre o “remédio do mato” e o “remédio da farmácia”, ambos têm em comum o fato de serem indicados no caso das doenças curáveis através de remédio (e não de reza), cujas causas são identificadas como provenientes de vetores físicos externos ao homem e sua gravidade é percebida pelo tempo de permanência dos sintomas. D. Alda, nossa conhecida moradora do seringal São Tomé, mantém-se fiel à tradição de uso de plantas medicinais construída ali:

“Eu uso. Eu faço [remédio] mais, é para gripe. Faço um xaropinho com mel de abelha, limão, agrião. São os remédios que a gente faz.
E para malária?
Para malária é cloroquina direto, que nunca me faltou. Uso bastante e nunca me faltou.
Não tem remédio caseiro?
Não senhor, que eu saiba, não. A gente dá banho com sete paus amargoso, mas não adianta. A gente dá umas cascas de pau, a gente cozinha e dá com carapanaúba, mas eu acho que não resolve”.¹⁴⁴

Esta fala traduz o espectro da noção de remédio, segundo a concepção popular local, a qual se define como uma substância capaz de combater determinada moléstia,

¹⁴³ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁴ Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso. Op. cit.

coexistindo, neste universo, os dois tipos de medicamento (o “remédio do mato” e o “remédio da farmácia”).

Torna-se difícil estabelecer periodizações e cronologias mais sólidas, mas, a partir dos registros – todos orais – que obtivemos, dentro do período estudado, foi possível delinear um processo histórico caracterizado pela permanência das técnicas de uso e dos conhecimentos fitoterápicos herdados dos povos autóctones interagindo com as receitas e plantas introduzidas pelos europeus e vinculadas, principalmente, aos conhecimentos da medicina popular portuguesa. Há vestígios, ainda, da presença de valores culturais engendrados no nordeste do Brasil, sob forte influência africana. Sobre isso vale dizer que, mesmo com uma fraca presença de nordestinos no Médio Rio Negro, a cultura nordestina penetrou todo o complexo cultural amazônico de forma tão intensa, através dos diversos fluxos migratórios que se estabeleceram entre estas regiões, que não podemos nos furtar a reconhecer seus ecos.

No contexto de interculturalidade em que se desenvolveu, todo um arsenal empírico tomou forma, englobando o reconhecimento e a identificação de plantas, as suas formas de coleta e o diagnóstico da doença para a qual a planta é indicada, a sua receita, seu modo de preparação e sua posologia. Assim, permanências e rupturas apenas podem ser observadas na medida em que estiverem ligadas aos saberes historicamente construídos pela população. Devemos lembrar que a posição social do curandeiro ou do agente de saúde, que se vale destes procedimentos terapêuticos, se define a partir do controle que ele possui sobre um conjunto de conhecimentos e de conceitos particulares. É o reconhecimento popular do domínio e do exercício deste poder que lhe confere seu *status*. Diante disso, para compreendermos o modo pelo qual se concretizou esta tradição, que alcança grande impacto populacional, devemos analisar as práticas cotidianas que lhe foram atinentes,

destacando os elementos de formalização dos costumes terapêuticos. A experiência do Seu Pedro Gonçalves de Aguiar, nascido em São Gabriel da Cachoeira em 1934 (seu pai era português e ele era afilhado do comerciante, também português, Antônio José de Oliveira), indica a presença de algumas plantas originárias da Europa, dentre as de uso corrente no território. Ao ser indagado sobre o tipo de ação realizada quando alguém ficava doente em sua casa, no tempo em que era criança, respondeu prontamente:

“Iam procurar e catavam camomila, erva-cidreira, capim-santo, plantas por aí, para fazer chazinho, fazer remédio. Usava-se, naquele tempo, lavagem. Era o remédio principal, porque não tinha remédio. Qualquer coisa era lavagem e a pessoa ficava boa. Não existia, naquele tempo, remédio. Não existia doutor. Não existia nada. Bruto, bruto mesmo”.¹⁴⁵

Não nos é possível afirmar que a introdução dessas plantas no ambiente rionegrino seja fruto da leva imigratória portuguesa de fins do século XIX.¹⁴⁶ Mas não foi por um mero acaso que as três plantas citadas eram das mais comuns nas terapêuticas populares

¹⁴⁵ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

¹⁴⁶ Em 1639, o jesuíta espanhol Acuña, cronista oficial da expedição de Pedro Teixeira – primeira a subir o rio e que tomou posse oficial dele em nome da Coroa Portuguesa – já indicava a introdução de elementos da cultura européia, como terçados e machados de ferro, entre os nativos do alto rio Negro, os quais teriam sido obtidos através do escambo com comerciantes holandeses. A referência à presença de comerciantes holandeses e ingleses não é um fato isolado. Organizados em pequenas companhias, estes grupos representavam a ponta de lança dos capitais de homens de negócio e da nobreza de Londres e de Flandres (Apud: Reis, A. C. F. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Op. cit., p. 36). Já na primeira década do século XVIII, teve início o processo de aldeamento e engajamento compulsório nas atividades do extrativismo, dos povos indígenas que viviam na região do rio Negro, com a chegada dos frades carmelitas. O advento da administração pombalina, a partir de 1750, começava a estabelecer um maior vínculo político entre os habitantes da região e o poder da Coroa Portuguesa. Já no ano seguinte Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês, era nomeado governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Incumbido da tarefa de estabelecer as fronteiras com os territórios da Espanha, o governador partiu para o rio Negro, em 1754, lá permanecendo até 1756. Fruto desta permanência, a Carta Régia de 3 de março de 1755 criava a Capitania de São José do Rio Negro, sediada na vila de Barcelos. A gestão de Mendonça Furtado ficou marcada, entretanto, pelo ato intitulado *Directorio que se deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Majestade não mudar o contrário*. Assinado em Belém, em 03 de maio de 1757, o “Diretório dos Índios” veio complementar a legislação pombalina em relação à Amazônia e que consistiu, grosso modo, na liberdade para os índios escravizados, na criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e na retirada do poder de governo dos missionários sobre as aldeias. Sobre a presença das Ordens religiosas na Amazônia, ver: Maués, R. H., Façanha, L. M. S.; Rodrigues, F. M. *Ação das Ordens e Congregações religiosas na Amazônia*. Op. cit.; Reis, A. C. F. *A conquista espiritual da Amazônia*. Op. cit.; Reis, A. C. F. *O vale do rio Negro*. Op. cit.

européias, aparecendo com grande ênfase em Portugal, desde, pelo menos, o século XIX.¹⁴⁷ Também as técnicas indicadas por ele, como o chá e a lavagem, constam deste mesmo repertório, tendendo a confirmar a efetivação de uma tradução destes saberes para o arsenal amazônico.¹⁴⁸ Vale destacar, também, a oposição que nosso entrevistado coloca entre “aquele tempo”, em que, para ele, não existia doutor nem remédio, e o tempo atual, quando, morando próximo a um centro urbano, parece considerar que o panorama é outro. Segundo ele, todo este arcabouço já era rotineiramente utilizado pelo pai:

“Algumas plantas ele conhecia. Naquele tempo tinha uma tal de quina, é uma planta, malva, camomila, erva-cidreira, que faziam chá para dar ao doente. O que eu falei pro senhor, prá tudo é a lavagem, era o remédio antigo. O remédio que comprava, era melhoral. Os comerciantes usava [sic] Melhoral, mais nada.”¹⁴⁹

É interessante destacarmos que ele indicou mais duas espécies, além das que havia dito anteriormente: a malva – também de origem européia – e a quina, o remédio tradicional dos povos sul-americanos contra a malária.¹⁵⁰ Esta planta, nativa da Amazônia ocidental, cuja espécie mais conhecida é chamada popularmente de quina-quina, ou seja, a quina verdadeira, era usada pelos indígenas e deu origem a todos os medicamentos usados contra a endemia palustre. Os remédios industrializados já não são produzidos diretamente a partir da planta, pois o princípio ativo está sintetizado quimicamente; mas o nome destes compostos não deixa dúvidas quanto à sua descendência: cloroquina, mefloquina, etc. O

¹⁴⁷ Ver, por exemplo: Fontes, Antônio Lourenço & Sanches, João Domingos Gomes. *Medicina popular*. Op. cit., pp. 59/64. E também: Pinto, Antonio José de Sousa. *Pharmacopea chymica, medica e cirúrgica, em que se expõem os remédios simples e compostos, suas virtudes, preparação, doses e moléstias a que são aplicáveis*. Lisboa: Imprensa Régia, 1855.

¹⁴⁸ Fontes, Antônio Lourenço & Sanches, João Domingos Gomes. *Medicina popular*. Op. cit.

¹⁴⁹ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

¹⁵⁰ Idem.

fato de que ela permanece sendo utilizada *in natura* atesta a intensidade desta prática autóctone.

Também foram criadas novas técnicas de uso e descobertas novas finalidades para as plantas que já eram conhecidas, em processos deflagrados pelas novas ocorrências nosológicas e pelos novos conhecimentos terapêuticos incluídos na realidade do seu cotidiano. Com isso, plantas nativas da Amazônia ganharam usos diferentes daqueles a que estiveram submetidas primitivamente. D. Íris foi partícipe da produção destes saberes:

“D. Íris, os remédios que os indígenas usavam, eles serviam para doenças que eles tinham, né? Esses remédios servem, hoje, para as novas doenças que entraram ou descobriu-se que se tem outras plantas para essas novas doenças?

A gente usa aquelas, mas descobrimos outras. A gente usa outros remédios, também. Por exemplo, tem o mel de abelha, que a gente usa nas gripes, mesmo para inflamação; o óleo da copaíba... São essas coisas extraídas mesmo na mata, mas há tempos atrás eu não conhecia. Eu conheci há pouco tempo, não vou dizer que veio da minha mãe, porque não usava. Não sei se usava e a gente não sabia, também.”¹⁵¹

A prática descrita pela entrevistada já incorporava uma iniciativa, da década de 1990, que iria interferir profundamente nos saberes envolvendo o uso de plantas medicinais no Médio Rio Negro. Foi a época da criação de pequenas farmácias para manipulação de espécies medicinais da flora, ligadas à Igreja Católica e localizadas nas sedes municipais de Barcelos e Santa Isabel. Estes núcleos de difusão de técnicas e conhecimentos articulavam os saberes populares sobre estas práticas terapêuticas a um campo do conhecimento científico, a fitoterapia. A grande importância da flora local no arsenal terapêutico popular parece justificativa suficiente para esta estratégia, conquanto a difícil relação entre o sistema oficial e as parteiras e rezadores seja emblemática das dificuldades de aproximação

¹⁵¹ Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva. Op. cit.

entre visões e padrões culturais bastante distintos. Apesar da nítida legitimação popular desses personagens, os serviços oficiais de saúde lhes conferem uma posição quase folclórica e, normalmente, marginal.

Um traço comum ao território é o fato de que o remédio caseiro não é feito, necessariamente, somente de partes de plantas. As receitas podem englobar outros elementos presentes no seu cotidiano, tais como, rabos, penas ou fezes de animais, querosene, pedras, etc. As pessoas acreditam na existência de uma espécie de “princípio ativo” presente nestas substâncias, sem a qual, a cura não ocorre. Desta forma, Seu Joanico, descendente da etnia Desana, faz uso do espinhaço da jibóia, do qual ele obtém um pó usado na preparação de um chá que combate o sarampo.¹⁵² E, no mesmo rio, Marcos, que trabalha como guarda de endemias, trata feridas e reumatismo com a banha da sucuriju: “Mata-se a cobra, retalha-se, cozinha-se e retira-se a banha que se usa como pomada”.¹⁵³ Pode-se, então, concluir, que, no universo pesquisado, os remédios caseiros apresentam funções curativas e não preventivas, sendo, algumas vezes, considerados tão eficazes quanto os da farmácia. Alguns entrevistados apontam, mesmo, as vantagens dos remédios preparados por eles em relação aos industrializados, como é o caso de Seu Aquidabã, de Camanaus, que afirma que o chá da casca da carapanaúba, tomado três vezes ao dia durante um mês, funciona melhor, em relação à malária, do que as pastilhas de cloroquina, distribuídas pela Fundação Nacional de Saúde, as quais, para ele, “fazem mal ao fígado”.¹⁵⁴

As fontes trabalhadas tendem a confirmar uma hipótese levantada por Eduardo Estrella, segundo a qual as comunidades que vivenciaram uma aculturação mais forte apresentam, hoje, um uso mais extensivo de plantas, um maior conhecimento de espécies

¹⁵² Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes. Op. cit.

¹⁵³ Entrevista com o Sr. Marcos Vinícius Nascimento, em Camanaus, em 17/08/1995 (CNB 24).

¹⁵⁴ Entrevista com o Sr. Aquidabã de Oliveira. Op. cit.

utilizadas e, provavelmente, para um maior número de doenças. Assim, os povos mais isolados do contato com a cultura e a economia ocidental têm uma predominância das práticas xamanísticas.¹⁵⁵ No caso que estudamos, há toda uma movimentação no sentido de adaptar e traduzir valores e conhecimentos advindos da moderna medicina científica para um universo de contornos tradicionais.

Entretanto, há ocasiões em que deve prevalecer o medicamento industrial. Nesses casos, é comum haver uma definição de que algumas doenças só podem ser tratadas, adequadamente, no espaço e com os procedimentos e medicamentos da medicina ocidental.

Um quadro bem sintetizado por D. Marli, esposa de um freguês de D. Alda, lá no seringal São Tomé, nascida neste mesmo sítio e mãe de uma dúzia de filhos, dos quais quatro pereceram:

“Quando fica doente aqui, faz o quê?
Toma remédio caseiro mesmo. Também a gente
vai para o hospital, pega remédio, injeção, tudo
isso...”¹⁵⁶

Também D. Águeda, de Camanaus, comunga desta mesma idéia, atualmente. E isso é tão importante, que passou a influir em suas opções de moradia:

“A Sra. acha melhor morar aqui [em Camanaus]
ou em S. Gabriel?
Melhor aqui. Mas às vezes eu vou prá lá. Fico
uma semana, dez dias, volta. Quando a gente fica
doente, tem que procurar remédio. Ir para o hospital”.¹⁵⁷

Este processo de valorização da medicina ocidental em detrimento dos saberes tradicionais atinge principalmente os indivíduos mais jovens, como desponta do depoimento de D. Íris:

¹⁵⁵ Estrella, Eduardo. *Plantas Medicinales Amazonicas*. Op. cit., p. 65.

¹⁵⁶ Entrevista com D. Marli Marcelino. Op. cit.

¹⁵⁷ Entrevista com D. Águeda de Oliveira, em Camanaus, 17/08/95, (CNB 23).

“Em geral, a nossa juventude, aqui, eles não aceitam. São muito poucos que aceitam. No geral, eles pensam que isso é coisa antiga. A juventude de hoje quer coisas modernas, coisas... Eles querem imitar a televisão, porque é coisa moderna. Já se a gente fizer um chá, eles não vão acreditar como a gente acredita”.¹⁵⁸

E, como a fé, a crença, está na base deste sistema de cura, para os praticantes das artes médicas do Rio Negro pode vir a ficar difícil não apenas a transmissão destes conhecimentos, mas os próprios tratamentos, que ficam comprometidos em seu alicerce. Esta visão já perpassa, em larga medida, toda a sociedade. Seu Pedro Aguiar deixa isso bem claro:

“Hoje em dia, quando a gente fica doente, aqui, vai no hospital, atrás de um remédio que a gente não tem. Hoje em dia, já tem mais facilidade, já tem doutor, a gente vai lá, faz o exame. Naquela época, não tinha.

Então o senhor, hoje, não usa mais planta medicinal, remédio caseiro?

Hoje já não usa, quase. Não planta. Mas tem, né?”¹⁵⁹

É importante ressaltar, contudo, que estes quatro últimos entrevistados citados vivem em áreas urbanas, ou muito próximos delas, o que, por um lado, favorece uma maior assimilação dos novos costumes terapêuticos, e, por outro, os submete a uma maior pressão transformadora no sentido de absorver os modernos hábitos urbanos brasileiros. Mesmo assim, percebe-se que as trocas culturais se deram em níveis bem distintos. Na realidade, a pujança das tradições locais de cura está tão preservada, que invade, solenemente, os espaços mais tradicionais do sistema oficial de atenção à saúde. E um ótimo exemplo da força dos costumes populares tradicionais estava, em 1995, no hospital de Barcelos, onde a secretária municipal de saúde e diretora da Unidade Mista de Saúde, Anita Castiñara,

¹⁵⁸ Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva. Op. cit.

¹⁵⁹ Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar. Op. cit.

identificava progressos, em relação à aceitação do hospital como o principal espaço de cura, mas capitulava diante do mítico protagonista das curas, no Médio Rio Negro:

“Hoje em dia elas já procuram o hospital e o curandeiro. Muitas vezes nós deixamos o rezador vir dentro do hospital, fazer suas orações e seus xamanismos né?”¹⁶⁰

¹⁶⁰ Entrevista com D. Anita Beatriz Castiñara, em Barcelos, em 26/08/95 (CNB 56).

Epílogo

Ao longo das análises apresentadas neste texto, a população que habita o Médio Rio Negro emergiu em toda a sua pujança cultural. Foi possível, então, perceber que não houve uma supressão total dos saberes e práticas tradicionais, mas uma convivência dos novos com os antigos modos de vida, estreitada através dos movimentos de assimilação e adaptação dos dados presentes no cotidiano daquelas comunidades. Assim, quando enfocamos os sistemas terapêuticos vigentes neste território, compreendemo-los como parte de um processo epidemiológico que envolve as condições de vida da população, seus hábitos de trabalho e o impacto que provocam no ambiente. E não deixamos de perceber que os elementos tradicionais das culturas locais permanecem como dominantes, mesmo quando os instrumentos e os *modi operandi* da medicina ocidental se acham disponíveis para a população. Cabe aqui, entretanto, ressaltar que as especificidades locais não são levadas em conta, pelas autoridades e políticos, quando estão sendo discutidos modelos de atenção à saúde ou a definição de programas de controle de endemias da população cabocla. Aqui, acentua-se a necessidade de as instituições científicas regionais e nacionais (principalmente as primeiras) apresentarem alternativas de desenvolvimento econômico e social compatíveis com a realidade local, no âmbito do compromisso da ciência como produtora de conhecimento e geradora de benefícios sociais.

Se olharmos inadvertidamente, hoje em dia, para as localidades visitadas ao longo do Rio Negro, correremos o risco de concluir que a situação permanece inalterada desde o princípio do século XX. As doenças verificadas por Carlos Chagas ainda constituem alguns dos principais problemas de saúde: a malária é um grande mal, assim como as verminoses, as doenças respiratórias agudas, as entéricas e as infecciosas. A

estas vieram se somar a hipertensão, as doenças cardiovasculares, a obesidade e a dependência química.¹ A mesma situação se repete, no que tange às atuais relações de trabalho nas atividades extrativas na floresta, como é o caso da piaçaba, em comparação com as descrições deixadas por Chagas. Em 1995, a expedição comandada pela Fiocruz verificou que, embora existissem hospitais nas sedes dos municípios, a ausência crônica de profissionais de saúde comprometia gravemente o atendimento. Todavia, a conhecida especificidade cultural do território já esboçava duas alternativas interessantes, do ponto de vista da organização destes serviços. A primeira delas dizia respeito aos agentes comunitários de saúde que, escolhidos dentro das próprias comunidades, criaram um compromisso mais efetivo quanto à prestação de atendimento ambulatorial primário. Trata-se de um programa criado e mantido pelo poder público, mas assumido pela população, que, através de seus agentes, ganhou mais um instrumento de pressão política, além de desenvolver mecanismos terapêuticos que envolvem as práticas e técnicas curativas tradicionais. A segunda alternativa foi a criação de farmácias caseiras, às quais já nos referimos no último capítulo, que articulam o conhecimento popular sobre essas práticas terapêuticas a um saber científico – a fitoterapia.

Deste modo, o território rionegrino, que para Carlos Chagas se afigurou como aquele “onde se tem a impressão exata de *um fim da raça*, de um aniquilamento lento e contínuo da vida humana”,² como já foi colocado, apresenta-se, no final do século XX, como um território onde as permanências e mudanças revelam uma história de resistência e assimilação da cultura cabocla, frente a um mundo moderno, que insiste em penetra-lo. E onde a esperança permanece. Ao concluir esta viagem, novamente me ocorre o romance de Menotti Del Picchia, cuja epígrafe final, também faço minha:

¹ Fundação Oswaldo Cruz *et alli*. *Relatório*. Op. cit.

² Cruz, Oswaldo. *Relatório*. Op. cit., p. 114.

“Vale a pena afrontar-se o perigo e, mesmo, a morte, para alcançar-se este ideal: uma espreguiçadeira, um jornal e um cachimbo...”³

³ Del Picchia, Menotti. *A República 3.000*. Op. cit., p. 103.

Fontes e bibliografia

Entrevistas realizadas durante a expedição de 1995, e disponíveis, para consulta, no Departamento de Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro:

Entrevista com D. Águeda de Oliveira, em Camanaus, 17/08/95, (CNB 23).

Entrevista com D. Alda de Aguiar Cardoso, no seringal São Tomé, em 22/08/1995 (CNB 43).

Entrevista com D. Anita Beatriz Castiñara, em Barcelos, em 26/08/95 (CNB 56).

Entrevista com D. Íris de Jesus Santos da Silva, em Santa Isabel, 21/08/1995 (CNB 35).

Entrevista com D. Maria de Nazareth Ferreira, em São José, 17/08/1995 (CNB 26).

Entrevista com D. Maria Madalena Gama, em São Gabriel da Cachoeira, em 05/08/1995 (CNB 02).

Entrevista com D. Maria Tarsila dos Santos, em Caracará, 01/09/1995 (CNB 29).

Entrevista com D. Marli Marcelino, na cidade de Santa Isabel, em 21/08/1995 (CNB 37).

Entrevista com D. Olinda Gabriel Gama, na comunidade São Luís, em 10/08/1995 (CNB 10).

Entrevista com Janete de Souza, em Santa Isabel, 20/08/1995 (CNB 31).

Entrevista com o Padre Carlo Zuchetti, responsável pela Missão Salesiana em Santa Isabel do Rio Negro, em 21/08/1995 (CNB 33).

Entrevista com o Sr. Alberto Araújo, na comunidade de Cauboris, em 27/08/1995 (CNB 58).

Entrevista com o Sr. Américo de Oliveira Neto, em Camanaus, 17/08/95 (CNB 23).

Entrevista com o Sr. Aquidabã de Oliveira, em Camanaus, em 17/08/95 (CNB 24).

Entrevista com o Sr. Francisco da Silva Vieira, de Barcelos, em 17/08/95 (CNB 49).

Entrevista com o Sr. Joanico Raimundo Lopes, em Moura, 03/09/1995 (CNB 78).

Entrevista com o Sr. José Araújo dos Santos, de Cauboris, em 27/08/1995 (CNB 59).

Entrevista com o Sr. José Tomé de Souza, de Barcelos, em 17/08/95 (CNB 50).

Entrevista com o Sr. Júlio Góes, na comunidade Maturacá, em 12/08/1995 (CNB 15).

Entrevista com o Sr. Marcos Vinícius Nascimento, em Camanaus, em 17/08/1995 (CNB 24).

Entrevista com o Sr. Maurício Menezes, em Laranjal, em 22/08/1995 (CNB 39).

Entrevista com o Sr. Nilson Nogueira da Cruz, em Massarabi, 19/08/1995 (CNB 29).

Entrevista com o Sr. Pedro Gonçalves de Aguiar, em Santa Isabel, 21/08/1995 (CNB 37).

Entrevista com o Sr. Raimundo Nonato da Silva, em Caracará, em 31/08/95 (CNB 65).

Entrevista com o Sr. Ramiro Sebastião Lopes, em São José, em 17/08/95 (CNB 24).

Respostas ao questionário “Percepção da população sobre suas condições de vida, de saúde, de saneamento e meio ambiente”, examinados no Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane / Fundação Oswaldo Cruz, em Manaus:

Entrevista com o Sr. Ambrósio Arantes Viana. Comunidade São Luís, em 10/08/1995.

Entrevista com o Sr. Hilton Guilherme da Silva. Comunidade São Luís, em 10/08/1995.

Entrevista com a Sra. Dacir da Costa Mendes. Comunidade São Luís, em 10/08/1995.

Entrevista com o Sr. Laurentino Moura Bruno. Ilha do Pinto, em 17/08/1995.

Entrevistas realizadas durante a expedição de 1997, e disponíveis, para consulta, no Departamento de Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro:

Entrevista com o Sr. Horécio José Domingos da Silva, no seringal Catuaba (Rio Acre - AC), 26/01/1997.

Entrevista com o Sr. Francisco Vitalino de Souza, morador da cidade de Lábrea (às margens do Rio Purus, no estado do Amazonas). Em 12/02/1997.

Documentos do Arquivo J. G. Araújo, que se encontra sob a guarda do Museu Amazônico / Universidade do Amazonas, em Manaus:

Pasta 06, Castanhais e Terrenos no Rio Branco, em 1932.

Pasta 14, Balanço Nº 1 de 1879.

Pasta 15 (despachos), carta da casa M. F. Santos, de Belém, em 21/05/1891.

Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março): carta de Almerindo de Lacerda, de Paduaery, em 07/02/1940.

Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março): carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 05/01/1940.

Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março): carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 20/01/1940.

Pasta 1940 (janeiro, fevereiro e março): carta de Gonçalves & Irmão Ltda., de São Gabriel, em 05/03/1940.

Pasta 1940/ Janeiro, Fevereiro e Março: carta de Graciliano Jonas Lopes Gonçalves, de São Gabriel, em 06/01/1940.

Pasta 452, carta da firma G. Amsinck e Cia., de New York, em 04/08/1891.

Pasta 452, carta de Arthur Amorim, de Boa Vista, em 01/08/1891.

Pasta 452, carta de Domingos da Costa Soares, de Airão, em 02/08/1891.

Pasta 452, carta de José Francisco Coelho, de Boa Vista, em 21/08/1891.

Pasta 452, carta de Luiz José de Faria, de Manacapuru, em 09/08/1891.

Pasta 452, carta de Salgado D'Araújo e Santos, de Lisboa, em 13/08/1891.

Pasta 453, carta de José Eduardo Teixeira, de Barcelos, em 20/09/1891.

Pasta 453, carta de Miguel Antônio da Rocha Lima, na Barraca, em 18/09/1891.

Pasta 453: carta de José de Souza Lima, de S. Joaquim, em 15/09/1891.

Pasta 455, carta de Manoel Alves de Mello, de Moura, em 20/09/1891.

Pasta 455, carta de Thereza de Jesus Mendes, de Ayrão, em 20/09/1891.

Pasta 456, carta de Affonso Goncalves de Aguiar em 05/09/1891.

Pasta 456, carta de José Antônio dos Reis, Vista Alegre, 22/09/1891.

Pasta 456, carta de Miguel Baptista Porfirio e Cia, no Barracão Vista Alegre, em 21/09/1891.

Pasta 456, carta de Singlehurst, Brocklehurst & Co., no Pará, em 22/09/1891.

Pasta 456: carta de João Antônio da Rocha Lima, de Vista Alegre, em 19/09/1891.

Pasta 456: carta de José Antônio dos Reis, de Vista alegre, em 22/09/1891.

Pasta 459, carta de Aristides Neiva de Hollanda Cavalcante em 06/10/1891.

Pasta 460: carta de Miguel Baptista Porfirio & Co., no Barracão da Vista Alegre, em 11/10/1891.

Pasta 464, carta de João Pereira de Carvalho, do Rio Negro, em 24/10/1891.

Pasta 464, carta de José Alves de Oliveira, de Moreira, em 23/10/1891.

Pasta 493 (Correspondências Comerciais – janeiro de 1893), carta de Manoel Alves de Mello, de Moura, em 15/01/1893.

Pasta 493 (Correspondências Comerciais – janeiro de 1893), carta de Manoel Joaquim de Cabral, de Santa Isabel, em 15/01/1893.

Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Jorge T. Santos, do Maranhão, em 23/02/1893.

Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Castello & Corrêa, de Carvoeiro, em 14/02/1893.

Pasta 497 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Macrino Leocadio Ferreira e Silva, do Forte S. Joaquim, no Rio Branco, em 28/02/1893.

Pasta 498 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Pedro Raimundo Lopes Gomes, de S. José, em 05/02/1893.

Pasta 500 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Eduardo Saraiva de Mello Brandão, de Barraca no Pataná, em 11/02/1893.

Pasta 500 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Antonio Gomes C. Bastos, da Fazenda Gepuá, em 10/02/1893.

Pasta 501 (Correspondências Comerciais - fevereiro de 1893), carta de Manoel P. da Silva, de Carvoeiro, em 13/02/1893.

Pasta 501 (Correspondências Comerciais - fevereiro de 1893), carta de José Vergino dos Santos, de Santa Isabel, em 13/02/1893.

Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Antônio Cantanhede & Irmão, do Rio Negro, em 12/02/1893.

Pasta 501 (Correspondências Comerciais – fevereiro de 1893), carta de Manoel Ambrozio Norberto, de Castanheira, em 13/02/1893.

Pasta 501 (correspondências comerciais – fevereiro de 1893): carta de Manoel Fagundes Sobral, de Sta. Izabel, em 14/02/1893.

Pasta 502 (Correspondências Comerciais - fevereiro de 1893), carta de Antônio José Vianna, de Airão, em 14/02/1893.

Pasta 502, carta de Braz Ribeiro X. Soares, Airão, 14/02/1893.

Pasta 503, carta de Souza Filho & Cia., Barcelos, 15/02/1893.

Pasta 505 (Correspondências Comerciais – março de 1893), carta de Thereza de Jesus Mendes, de Ayrao, em 21/03/1893.

Pasta 505 (Correspondências Comerciais, março de 1893), carta de Castello & Corrêa, de Carvoeiro, em 20/03/1893.

Pasta 506 (correspondências comerciais – março de 1893): carta de Edmond Schluter & Co., de Liverpool, em 20/03/1893.

Pasta 589, carta de Manoel Cordolino de Mello, em Moura, em 18/02/1895.

Pasta 589: carta de Miguel Baptista Porfirio, no Barracão Vista Alegre, em 17/02/1895.

Pasta 632, carta de Fachina Souza, da Bocca do Castanho, em 16/02/1898.

Pasta 634, carta de Ferreira & Moraes, da Boca do Castanho, em 19/02/1899.

Pasta 634, carta de Raymundo José Ferreira, de Chibaru, em 18/07/1899.

Pasta 634, carta de Raymundo Martiniano Nunes, em São Raimundo (Barcelos), em 15/05/1899.

Pasta 635, carta de Simplicio R. Palmella, de Barcelos, em 08/08/1899.

Pasta 635: carta de José Joaquim Pimenta, de São Gabriel, em 25/08/1899.

Pasta 636, carta de J G de Aguiar & Cia em 10/10/1899.

Pasta 636, carta de João Marinho de Campos, do Pará, em 11/09/1899.

Pasta 636, carta de Joaquim Gonçalves de Aguiar, de Vista Alegre, em 10/10/1899.
Pasta 636: carta de José Joaquim Pimenta, de Vista Alegre, em 21/10/1899.
Pasta 637; carta de Raymundo José Ferreira, em Fortaleza “seringal novo”, em 11/11/1899.
Pasta 639, carta de Julião Rodrigues Palmella, de Barcelos, em 08/01/1900.
Pasta 639: carta de Ricardo de Sá Cardozo, no Barracão no Jurubaxy (Rio Negro), em 10/01/1900.
Pasta Balata Ltda., carta de Balata Ltda. (sede), de Manaus, em 19/08/1924.
Pasta Balata Ltda., carta de Frederico Machado, sem local, em 21/08/1926.
Pasta Correspondências Comerciais – junho de 1937, carta de J. Aubry e Cia. Ltda., do Rio de Janeiro, em 15/06/37.
Pasta Correspondências Comerciais – novembro/dezembro de 1935, carta do Laboratorio Sanoris S.A., do Rio de Janeiro, em 05/12/1935.
Pasta Correspondências Comerciais – setembro de 1937, carta dos Laboratórios Goulart, do Rio de Janeiro, em 16/09/1937.
Pasta Correspondências Comerciais (dezembro de 1937), carta de J. F. Silva, em 02/12/37.
Pasta Correspondências Comerciais (dezembro de 1937), carta de J. F. Silva, em 04/12/37.
Pasta Correspondências Comerciais (janeiro de 1893), carta de Manoel Ambrozio Norberto, de Castanheira, em 13/01/1893.
Pasta Correspondências Comerciais (maio de 1937), carta da firma Raymundo Pereira Representações, de Recife, em 12/05/37.
Pasta Correspondências Comerciais (maio de 1937), carta de Tufic Kouri, de Xapuri, em 11/03/37.
Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de Eurico Magalhães, de Salvador, em 02/03/35.
Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de Eurico Magalhães, de Salvador, em 18/03/35.
Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de J. R. de Vasconcellos & Cia., de Joao Pessoa, em 14/03/35.
Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 06/03/35.
Pasta Correspondências Comerciais (março de 1935), carta de José Rodrigues Bento, do Rio Preto, em 14/03/35.
Pasta Correspondências Comerciais (novembro/dezembro de 1935), carta de João S. Mattos Ribeiro, de S. João, em 10/12/35.
Pasta Correspondências Comerciais (outubro de 1937), carta de J. F. Silva, do Barracão Marahuna, sem data.
Pasta Correspondências Comerciais (outubro/novembro de 1935), carta de José Victor dos Santos, de Lisboa, em 15/10/35.
Pasta Correspondências Comerciais (setembro de 1937), carta de João Ferreira da Silva, do Rio Marié, em 02/09/1937.
Pasta Correspondências Comerciais, setembro de 1937, carta de Balata Ltda. (Manaus) para a filial Travessão, no rio Jauapery, em 19/08/1924.
Pasta Guia de Embarque 1895, carta de J. Alexandre Soares, de Belém, em 05/02/1889.
Pasta s/codigo (Balata Ltda.), carta de Frederico Machado (sem local), em 21/08/1926.
Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Balata Ltda. (para a filial Jauapery), de Manaus, em 23/07/1924.

Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Henrique Saraiva, do Rio Jauapery, em 16/09/1925.
Pasta sem código (Balata Ltda.), carta de Manoel de Souza Amado, a Bordo do 'Inca', em 11/04/1925.
Pasta sem código (Balata Ltda.), de Balata Ltda., de Manaus, em 01/09/1924.
Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Padauhiry, em 08/07/1940.
Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Padauhiry, em 06/09/1940.
Pasta sem código, carta de Abílio Cavalcante Lacerda, de Padauhiry, em 07/10/1940.
Pasta sem código, carta de Herculano da Silva Rosas, de Barcelos, em 12/08/1940.
Pasta sem código, carta de Hermes Vital Mendes, de Santa Isabel, em 10/11/1940.
Pasta sem código, carta de J. G. Araújo & Co., de Manaus, em 02/07/1940.
Pasta sem código, carta de J. G. Araújo Ltda., de Manaus, em 02/09/1940.
Pasta sem código, carta de J. G. Araújo, de Manaus, em 30/11/1940.
Pasta sem código, carta de José Antônio Nogueira Campos, de Barcelos, em 23/03/1900.
Pasta sem código, carta de José Antônio Nogueira Campos, em 23/04/1900.
Pasta sem código, carta de Júlio Pereira de Macedo, de Bom Fim, em 19/02/1900.
Pasta sem código, carta de Valentim Gomes Pinheiro, de Barcelos, em 06/04/1903.
Pasta sem código, telegrama (Dep. de Correios Telégrafos) de Heráclito Lima, de São Gabriel, em 17/12/1940.

Bibliografia:

Alencastro, Luiz Felipe de. Proletários e escravos – imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. In: *Novos Estudos – Cebrap*, 1988, nº 21.

Araújo, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

Arruda, Mércia E.; Gómez I Prat, Jordi; Valle, Suiane. *Da borracha à biodiversidade: revisitando as condições médico-sanitárias no vale dos Rios Acre e Purus, Amazônia, noventa e quatro anos após a expedição da equipe de Carlos Chagas*. Recife: CPqAM / Fiocruz, 2000 [dig.].

Atlas Mundial. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999.

Benchimol, Jaime L. (coord.). *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

Benchimol, Jaime L.; Teixeira, Luiz Antônio. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

Benchimol, Samuel. *Amazônia, formação econômica e social*. Manaus: Valer, 1999.

Berg, Elisabeth van den. *Plantas medicinais na Amazônia: contribuição ao seu conhecimento sistemático*. Belém: M. P. Emílio Goeldi, 1993.

Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

Boutier, Jean; Julia, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

Boyer, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. In: *Mana*. [on line]. abr. 1999, vol.5, nº 1, pp. 29-56.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100002&lng=pt&nrm=iso

Braga, Sérgio Ivan Gil. *Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas (Relatório de Antropologia)*. Manaus: 1995 (dig.).

- Buchillet**, Dominique (org.). *Medicinas tradicionais e medicinas ocidentais na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1991.
- Burke**, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- Calmon**, Pedro. *De Tupan a Cristo. Jubileu de Ouro das Missões Salesianas no Amazonas*. Manaus: 1965.
- Camargo**, Maria Thereza Lemos de. *Medicina Popular*. São Paulo: ALMED, 1985.
- Campos**, André Luiz Vieira de. *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Austin: University of Texas at Austin, 1997 (Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy).
- Caruso**, Mariléa M. Leal; Caruso, Raimundo C. *Amazônia, a valsa da galáxia: o abc da grande planície*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- Cascudo**, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- Certeau**, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- César**, Getúlio. *Crendices: suas origens e classificação*. Rio de Janeiro: MEC/DAC, 1975.
- Chagas Filho**, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1993.
- Chalhoub**, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- Corrêa**, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- Cruz**, Oswaldo. *Considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira*. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1910.
- Cruz**, Oswaldo. Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas. In: *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou, 1972.
- Cunha**, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- Cunha**, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- Del Picchia**, Menotti. *A República 3.000*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- Dias**, Edinea M. *A ilusão do fausto: Manaus 1890 – 1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999.
- Diegues**, A. C. S. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades Caiçaras*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1988.
- Empereire**, Laure et alli. *A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP / Imp. Oficial do Estado, 2000.
- Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997. Vol. 36. Conteúdo: Vida/morte – tradições – gerações.
- Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. Vol. 16. Conteúdo: Homo domesticação, cultura material.
- Estrella**, Eduardo. Bases conceptuales de la pratica medica tradicional. El caso ecuatoriano. In: *Revista Ecuatoriana de Medicina*, vol. XIX, nº1, 1983.
- Estrella**, Eduardo. *Plantas Medicinales Amazonicas: realidad y perspectivas*. Relatório de Consultor ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Quito: 1994.
- Falcon**, Francisco J. Calazans. *A época pombalina: política econômica e burguesia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- Ferreira**, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: M. P. Emílio Goeldi, 1983.
- Ferreira**, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

- Ferreira**, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.
- Fonseca Filho**, Olympio da. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1974.
- Fontes**, Antônio Lourenço; Sanches, João Domingos Gomes. *Medicina popular: ensaio de antropologia médica*. Lisboa: Âncora Ed., 1999.
- Foucault**, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- Foucault**, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Fundação Oswaldo Cruz**; Instituto de Medicina Tropical de Manaus; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Universidade do Amazonas; Museu Paraense Emílio Goeldi. *Relatório de trabalho do projeto 'Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade. Viagem pelos vales dos rios Negro e Branco, entre 01 de agosto e 09 de setembro de 1995*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995 [dig.].
- Furtado**, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- Galvão**, E. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Garnelo**, Luiza & Wright, Robin. Doença, cura e serviços de saúde. Representações, práticas e demandas Baniwa. In: *Cadernos de Saúde Pública*. [online]. mar./abr. 2001, vol. 17, nº 2, pp. 273/284.
- Geertz**, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- Geffray**, Christian. *Chroniques de la Servitude en Amazonie brésilienne, Essai sur l'exploitation paternaliste*. Paris: Ed. Karthala, 1995.
- Ghai**, D.; Vivian, J. *Grassroots environmental action*. New York: Routledge, 1992.
- Gondim**, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- Grzybowski**, Cândido. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- Halbwachs**, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- Hardman**, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- Harner**, Michael J. *Alucinógenos y chamanismo*. Madrid: Editorial Labor, 1976.
- Hobsbawn**, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Hobsbawn**, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- Hobsbawn**, Eric J.; Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Hollanda**, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional / Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- Houaiss**, Antônio. *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro: Ed. Larousse do Brasil, 1987.
- Inspetoria** no Amazonas e Acre do Serviço de Proteção aos Índios. *Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927*. Manaus: 1928.
- Janzen**, John M. *The quest for therapy: medical pluralism in Lower Zaire*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- Laplantine**, François; Rabeyron, Paul-Louis. *Medicinas paralelas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- Le Goff**, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000, 2º vol.
- Lemos**, Maria Teresa Toríbio Brittes (org.). *América Plural: caminhos da latinidade*. Rio de Janeiro: ABE Graph Ed., 2003.
- Lemos**, Maria Teresa Toríbio Brittes; Moraes, Nilson A. (org.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- Lemos**, Maria Teresa Toríbio Brittes; Moraes, Nilson A. (org.). *Memória, identidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- Lemos**, Maria Teresa Toríbio Brittes; Moraes, Nilson A.; Parente, Paulo André Leira (org.). *Memória e identidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- Leonardi**, Victor P. de B. *Entre árvores e esquecimentos*. Brasília: Paralelo 15, 1996.
- Leonardi**, Victor P. de B. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo 15, 2000.
- Leonardi**, Victor P. de B. *Os historiadores e os rios*. Brasília: Paralelo 15/Ed. UNB, 1999.
- Leroi-Gourhan**, A. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- Lima**, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. V (suplemento), pp. 163/193 (julho de 1998).
- Lima**, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, 1999.
- Loureiro**, Antônio José Souto. *O Amazonas na época Imperial*. Manaus, Ed. comemorativa 45º aniversário de T. Loureiro Ltda., 1989.
- Loureiro**, Antônio José Souto. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.
- Luz**, Madel (org.). *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- Maciel**, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC, 1998.
- Maio**, Marcos Chor e Sá, Magali Romero. Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléa Amazônica e as origens do INPA. In: *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 975-1017, setembro 2000.
- Martinez**, Flor. *Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas (Diário de viagem)*. Manaus: 1995 (dig.).
- Marx**, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- Maués**, R. H., Façanha, L. M. S. e Rodrigues, F. M. *Ação das ordens e congregações religiosas na Amazônia*. Belém: Grêmio Literário Português, 1968.
- Molnár**, Ferenc. *Os meninos da rua Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- Montenegro**, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto 1992.
- Montenegro**, Antonio Torres; Fernandes Tânia M. Dias (org.). *História oral: um espaço plural*. Recife: UFPE, 2001.
- Morales**, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1999 (Tese de Doutorado).
- Nabuco**, Joaquim. *O Direito do Brasil*. São Paulo: S/ ed., 1949.
- Novais**, Fernando A. (coord. geral); Schwarcz, Lília M. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- Novais**, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- Oliveira Filho**, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, Maio de 1979.
- Oliveira**, Ana Gita de. *O mundo transformado. Um estudo da cultura de fronteira no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.
- Oliveira**, Francisco M. de Mello. *Estudos de matéria médica brasileira de origem vegetal*. São Paulo: Escola Typ. Salesiana, 1905.
- Pádua**, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. In: *História, Ciências Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 793-811, setembro 2000.
- Pádua**, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Paula**, Rômulo Andrade de. *Relatório do bolsista (PIBIC) no “Projeto Tradições populares de uso de plantas medicinais no vale do Rio Negro”*. Rio de Janeiro: Fiocruz / CNPq, 2002.
- Pinto**, Antonio José de Sousa. *Pharmacopea chymica, medica e cirúrgica, em que se expõem os remédios simples e compostos, suas virtudes, preparação, doses e moléstias a que são aplicáveis*. Lisboa: Imprensa Régia, 1855.
- Portelli**, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: *Revista Tempo*, vol. 1, nº 2, 1996, pp. 59/72.
- Prado**, Maria Lígia Coelho; Capelato, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. III O Brasil republicano*. São Paulo: DIFEL, Tomo III, v. 1, 1975, pp. 285/307.
- Reis**, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: Min. da Educação e Cultura, 1956.
- Reis**, Arthur Cezar Ferreira. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.
- Reis**, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Ed. Gov. do Estado, 1966.
- Reis**, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.
- Rey**, Luís. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- Rezende**, Ricardo. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?* In: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/trabalho_forcado/brasil/documentos/art_1.pdf
- Ribeiro**, Berta G. *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Cia das Letras/EDUSP, 1995.
- Ribeiro**, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ribeiro**, Darcy. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1978.
- Ribeiro**, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, s/data.
- Ribeiro**, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- Rodrigues**, Eliana. *Moradores do Parque Nacional do Jaú, AM: espaço e cultura*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 1997.
- Rondon**, Cândido M. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1920.

- Rondon**, Frederico. *Uaupés: hidrografia, demografia, geopolítica*. Rio de Janeiro: Imp. Militar, 1945.
- Rondon**, J. Lucídio N. *Vivências na Amazônia*. São Paulo: GRAFAN, 1973.
- Santana**, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Santana**, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), pp. 901/917 (set. de 2000).
- Santos**, Antônio Maria de Souza. *Kariwa Retewa, Kariwa Nungara. Etnia e urbanização no Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira)*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado).
- Santos**, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana de A. Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Ainda a cultura do barracão nos seringais da Amazônia. In: *História Oral*, nº 3, jun. 2000, pp. 69/89.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Estratégias populares de saúde no vale do Rio Negro. In: *Cadernos Saúde Coletiva*. UFRJ / NESC, v. X, nº 1 (jan. jun. 2002), pp. 41/64.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5:1, 1998, pp. 85/98.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Medicinal plants traditions of use at the Negro River Valley, in Brazilian Amazon. In: *XI International Oral History Conference*. Istambul: IOHA, 2000, pp. 756/759.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. O patrão, o freguês e as redes de poder nos seringais do Rio Negro. In: *Anais do VI Encontro Nacional de História Oral*. São Paulo: ABHO, 2002 (CD-Rom).
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 3, nº3, 1997, pp. 523/534.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. VI (suplemento), pp. 919/939, 2000.
- Santos**, Fernando S. Dumas dos; Thielen, Eduardo V.; Medeiros, Alexandre; Reis, Rogério; Souza, Flávio. *Revisitando a Amazônia. Expedição aos rios Negro e Branco refaz o percurso de Carlos Chagas em 1913*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 1996.
- Santos**, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.
- Saraiva**, Maria da Graça Amaral Neto. *O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- Scott**, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil, (décadas de 1820-1930)*. Paper apresentado ao: *Congresso de Historia Económica de Zaragoza*, 2001. In: <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf> .
- Silva**, Marilene C. da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1996.
- Silva**, Moacyr Fecury Ferreira da. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha: 1870-1914*. Niterói: EdUFF, 1978.

- Souza**, Boanerges Lopes de. *Do Rio Negro ao Orenoco (a terra – o homem)*. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura/CNPI, 1959.
- Souza**, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- Souza**, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- Stepan**, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: OswaldoCruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova / Fiocruz, 1976.
- Tavares Bastos**, Aureliano Cândido. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.
- Teixeira**, Carlos Corrêa. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. São Paulo: USP, 1980 (Dissertação de Mestrado).
- Thielen**, Eduardo V. *Amazônia. Panoramas em dois tempos*. Rio de Janeiro / Manaus: Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz, 2000.
- Thielen**, Eduardo V.; Alves, Fernando P.; Benchimol, Jaime L.; Albuquerque, Marli B. de; Santos, Ricardo A.; Weltman, Wanda L. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.
- Thompson**, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- Tocantins**, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1960.
- Veiga**, Augusto César. A fase fluvial na sociedade brasileira. In: Ministério da Agricultura. *Marcha para o Oeste (Conferências Culturais)*. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura/Serviço de Documentação, 1º vol. (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries – 1939/1943), 1946.
- Weinstein**, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1993.
- Weinstein**, Barbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: vol. 9(2): 261-72, maio-ago., 2002.
- Wheelwright**, Edith Grey. *Medicinal plants and their history*. New York: Dover Publications, 1974.
- White**, Jerry. Campbell Bunk. A lumpen community in London between the Wars. In: *History Workshop*. Issue 8, Autumn 1979, pp. 1/49.
- Wolff**, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Wright**, R. Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 30/32, 1987/1989, pp. 355/381.

Home-pages consultadas:

<http://www.drauziovarella.com.br/rionegro/aguas.asp>

http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/trabalho_forcado/brasil/documentos/art_1.pdf

<http://www.incr.gov.br/htm/instituicao/historico.htm>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000200003&lng=pt&nrm=iso
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100002&lng=pt&nrm=iso
<http://www.socioambiental.org/website/pib/epi/yanomami/yanomami.htm>
<http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/quonqua/enciclop/p-t.shtm#t>
<http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/detrionegro.htm>
<http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>
<http://www.uol.com.br/cienciahoje/chmais/pass/ch177/primeira.pdf>

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE